

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA

**Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali  
(1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2014

STELA MARIS DETREGIACCHI GABRIEL DANNA

**Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali  
(1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientadora: Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone

De acordo:

---

Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: DANNA, Stela Maris Detregiacchi Gabriel

Título: Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

*Aos meus pais, Mauro e Maristela, que, com amor e paciência, apoiaram-me incondicionalmente ao longo de minha trajetória acadêmica.*

## Agradecimentos

Expresso aqui meus sinceros agradecimentos à Profa. Olga Coelho, que há anos vem acreditando em meu desenvolvimento como investigadora, ou melhor, desde 2007, quando me convidou para fazer parte do grupo de estudos do CEDOCH (Centro de Documentação em Historiografia Linguística). Nestes dois anos, de modo mais particular, agradeço-lhe por ter dedicado tempo e energia para orientar-me. As reuniões de discussão do projeto e de pesquisa foram essenciais para o meu amadurecimento como pesquisadora.

Agradeço igualmente:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida.

Aos professores doutores Cristina Altman (DL/USP) e Adrián Pablo Fanjul (USP), que, em meio a inúmeros compromissos, aceitaram prontamente o convite para participar da minha banca de qualificação. A discussão ali realizada, assim como as sugestões dadas, contribuíram profundamente para o prosseguimento e finalização da pesquisa.

Aos professores doutores Marcos Lopes (USP), Thomás Haddad (USP), Rogério Monteiro de Siqueira (USP) e Carlos Henrique Barbosa (USP), Cristina Altman (USP) e Olga Coelho (USP), pelos debates promovidos em sala de aula e pelas orientações individuais que ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

Às professoras doutoras Luizete Guimarães Barros (UEM) e Maria Mercedes Saraiva Hackerott (UNIP), pelos inúmeros momentos em que pudemos conversar sobre Historiografia e também por terem compartilhado comigo materiais sobre Andrés Bello e Said Ali, respectivamente. Certamente pude enriquecer minha formação e a presente pesquisa com a colaboração de vocês.

Ao professor doutor Pierre Swiggers (Université Catholique de Lovaine – Bélgica), tanto pelo curso dado em setembro de 2013, como pelos artigos compartilhados.

Aos pesquisadores - e amigos - do grupo de estudos do CEDOCH, Julia de Crudis, Patrícia Borges, Bruna Polachini, Rogerta Ragi, Rebecca Tamashiro, Jéssica

Gomes, Mariana Viel e Wellington Santos que tornam os momentos de estudo ainda mais agradáveis, divertidos e produtivos. Com vocês, venho aprendendo a cada dia.

Aos meus parceiros da comissão organizadora do XVI ENAPOL - Marília Vieira, Bruna Polachini, Caroline Alves, Graziela Bohn, Janayna Carvalho, Jéssica Costa, João Paulo Silva, Karin Vivanco, Karina Bertolino - com os quais aprendi não apenas temas linguísticos, mas também a organizar um evento tão caro e especial, como o ENAPOL, para os alunos de Linguística da USP. Também aos meus parceiros da comissão organizadora do Tardes de Linguística - Jéssica Costa, Janayna Carvalho e Wendel Santos – com quem pude estar mais perto e dialogar sobre meus dilemas de pesquisa e de vida.

Aos meus companheiros de mestrado, Natália Marcelli (USP) e Renato Railo (USP), que, mesmo pertencendo a outra especialidade de estudos linguísticos, sempre se mostraram interessados pelo meu objeto de pesquisa e também dedicaram tempo para ler algumas de minhas produções textuais. Nossas conversas me proporcionaram trocas de conhecimento importantíssimas para o desenvolvimento deste trabalho e para minha formação intelectual.

À minha amiga de longa data e companheira de mestrado, Helena Tanikawa (UNICAMP), pelas conversas divertidas e pelas palavras de solidariedade. Serei eternamente grata.

À querida Lilian Dantas Leung, amiga que fiz no curso de Letras e parceira de vida!

Aos funcionários do Departamento de Linguística (DL/USP), pela ajuda e apoio com questões administrativas.

Aos funcionários do Instituto de Estudo Brasileiros (IEB/USP), da Biblioteca Brasileira (USP) e da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH/USP), que me acolheram e auxiliaram-me na busca de determinadas obras raras. Agradeço especialmente à Marinês Mendes, cuja simpatia é inesquecível.

Aos meus familiares, que entenderam as minhas ausências em alguns encontros devido a compromissos ou tarefas de pesquisa. Além disso, sempre se mostraram na “torcida” para o meu sucesso.

Registro, finalmente, os agradecimentos aos meus pais, Mauro e Maristela, que estiveram ao meu lado ao longo destes dois anos e com os quais compartilhei momentos de ansiedade, angústia, descobertas e surpresas.



*“Yo no abogaré jamás por el purismo exagerado que condena todo lo nuevo en materia de idioma; creo, por el contrario, que la multitud de ideas nuevas, que pasan diariamente del comercio literario a la circulación general, exige voces nuevas que las representen.”*

(Andrés Bello, **Discurso de instalación de la Universidad [de Chile]**, 1843 [ortografía modernizada]).

*“Nem a assinatura do autor de um trecho – ou a do gramático – é o bastante para legitimar a defesa ou condenação de doutrinas controversas, nem as passagens que citamos podem ser encaradas sistematicamente independentes do contexto.”*

(Said Ali, Prefácio da primeira edição das **Difficuldades de Língua Portuguesa**, 1908 [ortografía modernizada])

## Resumo

A presente dissertação teve o objetivo principal de investigar o diálogo que Andrés Bello (1781 – 1865) e Manuel Said Ali (1861 – 1953) estabeleceram com tradições de estudos da linguagem nas obras **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1853[1847]) e **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919[1908]), respectivamente. Em vista disso, esta pesquisa analisou tanto a ‘escolha de retórica’ assumida por eles (isto é, o posicionamento desses estudiosos perante certos autores ou linhas de estudos anteriores), quanto a ‘metalinguagem’ utilizada na sistematização de quatro questões da língua, a saber: (i) a relação entre pronomes e artigos e (ii) os tempos e modos verbais do castelhano, em Bello (1853[1847]); e (iii) a colocação pronominal e (iv) os infinitivos pessoais do português, em Said Ali (1919[1908]). Para a análise da metalinguagem, atentamos para os seguintes parâmetros: *significante*, *significado*, *exemplos* (dados de língua) e *taxonomia*. Os resultados evidenciam o talento dos dois estudiosos em suas reflexões sobre o português e do castelhano; as inovações e adaptações metalinguísticas que registraram nos dois materiais principais de análise; e os diálogos de continuidade e ruptura que estabeleceram com determinados textos e autores. As inovações percebidas no ‘âmbito metalinguístico’ das obras nem sempre corresponderam ao que verificamos no ‘âmbito retórico’. Contudo, as dimensões metalinguística e retórica revelaram a preocupação que ambos os estudiosos tinham com a consideração de domínios ainda pouco explorados no momento de elaboração de seus textos: o domínio *transfrasal*, em Bello, e os domínios *fonético* e “*psicológico*”, no caso de Said Ali.

Palavras-chave: Andrés Bello; Said Ali; castelhano; português; Historiografia Linguística; escolha de retórica; metalinguagem.

## Abstract

This paper aims to investigate the dialogue that Andrés Bello (1781 - 1865) and Manuel Said Ali (1861 - 1953) established with traditions of language studies in the works **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1853 [1847]) and **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919 [1908]), respectively. Considering this, the present research analyzed both the choice of rhetoric which they assumed (which is the positioning of these scholars towards certain authors or previous lines of studies) and the metalanguage used in the systematization of four issues of language, namely: (i) the relationship between pronouns and articles and (ii) verbal modes and tenses in Castilian, in Bello (1853 [1847]) , and (iii) pronoun placement and (iv) personal infinitives in Portuguese, in Said Ali (1919 [1908]). For the analysis of metalinguistic terms, we observed the following parameters: signifier, signified, examples, and taxonomy. The results clearly show the talent of these two scholars in their reflections on Portuguese and Castilian; metalinguistic innovations and adaptations that they recorded in the two main materials of analysis; and continuity and discontinuity dialogues established with certain texts and authors. Innovations perceived in the ‘metalinguistic scope’ of these works do not always correspond to what we found in the ‘rhetorical scope’. However, the metalinguistic and rhetorical dimensions unveiled the worry both scholars had with the consideration of domains still not widely explored during the making of their works: the transphrasal context, in the case of Bello, and the phonetic and psychological dimensions, in the case of Said Ali.

**Keywords:** Andrés Bello; Said Ali; Castilian language; Portuguese language; Linguistic Historiography; choice of rhetoric; metalanguage

## Listas de Quadros

<i>Quadro 1:</i> Levantamento dos principais livros e textos gramaticais escritos por Andrés Bello, expostos em ordem cronológica.....	41
<i>Quadro 2:</i> Levantamento dos principais livros e textos gramaticais escritos por Manuel Said Ali, expostos em ordem cronológica.....	43
<i>Quadro 3:</i> Cotejo entre os capítulos que compõem as duas primeiras edições da obra <i>Difficultades da Língua Portuguesa</i> (1919; 1908).....	45
<i>Quadro 4:</i> Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais na obra de Bello (1853[1847]).....	63
<i>Quadro 5:</i> Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais nas quinze notas complementares (1988[1860-5ª ed./1847-1ª ed.]).....	72
<i>Quadro 6:</i> Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais da tradição ocidental <i>latu sensu</i> nas DLP (1919).....	83
<i>Quadro 7:</i> Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais da tradição lusófona nas DLP (1919).....	89
<i>Quadro 8:</i> Os pronomes pessoais em Bello (1853[1847]).....	106
<i>Quadro 9:</i> As subcategorias do pronome (RAE-Bello).....	114
<i>Quadro 10:</i> As subcategorias do pronome (Garcés-Bello).....	116
<i>Quadro 11:</i> Os casos dos pronomes pessoais em Salvá (1835[1830]).....	119
<i>Quadro 12:</i> As subcategorias do pronome (Salvá-Bello).....	120
<i>Quadro 13:</i> Pronome e artigos nas quatro obras analisadas.....	121
<i>Quadro 14:</i> Os tempos do modo indicativo em Bello (1853[1847]).....	127
<i>Quadro 15:</i> Os tempos do modo subjuntivo comum em Bello (1853[1847]).....	129
<i>Quadro 16:</i> Os tempos do modo subjuntivo hipotético em Bello (1853[1847]).....	130
<i>Quadro 17:</i> Os tempos no modo optativo em Bello (1853[1847]).....	131
<i>Quadro 18:</i> Os tempos do indicativo (RAE-Bello).....	134
<i>Quadro 19:</i> Modos e tempos verbais em Garcés (1791).....	136
<i>Quadro 20:</i> Os tempos do indicativo (Salvá-Bello).....	137
<i>Quadro 21:</i> tempos (simples) no modo subjuntivo [comum] (Salvá - Bello).....	139
<i>Quadro 22:</i> tempos (simples) no modo subjuntivo [hipotético] (Salvá – Bello).....	140
<i>Quadro 23:</i> Os modos e tempos verbais nas quatro obras analisadas.....	143
<i>Quadro 24:</i> Colocação dos pronomes átonos juntos de verbos nos modos infinitivo ou gerúndio.....	148

<i>Quadro 25:</i> Exposição dos diálogos explícitos de Said Ali (1895;1908;1919) no(s) capítulo(s) referente(s) à colocação pronominal.....	154
<i>Quadro 26:</i> Colocação dos pronomes juntos de verbos nos modos infinitivo ou gerúndio em Gomes (1915[1886]).....	158
<i>Quadro 27:</i> Colocação dos pronomes juntos de verbos nos modos infinitivo ou gerúndio em Ribeiro (1889[1887]).....	161
<i>Quadro 28:</i> Resumo e contraste dos aspectos correlacionáveis à colocação pronominal nos autores analisados.....	162
<i>Quadro 29:</i> Fragmentos do capítulo “O infinitivo pessoal” com menções explícitas a estudiosos da linguagem.....	166
<i>Quadro 30:</i> O emprego do infinitivo pessoal em Soares Barbosa (1830[1822]) e Said Ali (1919[1908]).....	173
<i>Quadro 31:</i> O emprego do infinitivo pessoal em Diez (1874-76 [1836-38]) e Said Ali (1919[1908]).....	175
<i>Quadro 32:</i> O emprego do infinitivo pessoal em Diez (1874-76[1836-38]), Ribeiro (1881) e Said Ali (1919[1908]).....	177
<i>Quadro 33:</i> O emprego do infinitivo pessoal em Barbosa (1902) e Said Ali (1919[1908]).....	179
<i>Quadro 34:</i> O emprego do infinitivo pessoal em Cândido de Figueiredo (1903) e Said Ali (1919[1908]).....	181
<i>Quadro 35:</i> Aspectos envolvidos no uso do infinitivo pessoal presentes nas gramáticas analisadas.....	182

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 1. ABRANGÊNCIA E LIMITES</b> .....	19
1.1. A Historiografia Linguística como aporte para o tratamento do problema.....	19
1.2. As relações entre aspectos ‘externos’ e a produção de conhecimento.....	25
1.3. Modelos para a Historiografia Linguística: saberes conservados <i>versus</i> saberes revolucionários.....	31
1.4. O conceito de ‘tradição’.....	36
1.5. A metalinguagem e o estudo dos aspectos ‘internos’.....	37
<b>CAPÍTULO 2. METODOLOGIA ADOTADA</b> .....	40
2.1. A escolha dos autores.....	40
2.2. As obras selecionadas.....	40
2.3. Critérios de análise.....	47
2.4. Padrões tipográficos.....	51
<b>CAPÍTULO 3. A ‘ESCOLHA DE RETÓRICA’ E OS DIÁLOGOS COM A TRADIÇÃO</b> .....	53
3.1. Andrés Bello.....	53
3.1.1 O autor e as variáveis sociais.....	56
3.1.2. Bello e seu horizonte de retrospectiva.....	59
3.1.3 Análise da ‘escolha de retórica’ de Bello (1853[1847]).....	62
3.2. Said Ali.....	74
3.2.1 O autor e as variáveis sociais.....	77
3.2.2 Said Ali e seu horizonte de retrospectiva.....	80
3.2.3 Análise da ‘escolha de retórica’ de Said Ali (1919[1908]).....	82
<b>CAPÍTULO 4. INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO METALINGUÍSTICAS</b> .....	105
4.1. <i>Pronomes e artigos</i> em Bello (1853[1847]).....	105
4.1.1. A <b>Gramática</b> da RAE (1771).....	112
4.1.2. Os <b>Fundamentos</b> de Garcés (1791).....	115

4.1.3. A <b>Gramática</b> de Salvá (1835[1830]).....	118
4.1.4. Síntese.....	121
4.2. Os <i>modos e tempos verbais</i> em Bello (1853[1847]).....	124
4.2.1. A <b>Gramática</b> da RAE (1771).....	132
4.2.2. Os <b>Fundamentos</b> de Garcés (1791).....	134
4.2.3. A <b>Gramática</b> de Salvá (1835[1830]).....	136
4.2.4. Síntese.....	141
4.3. A <i>colocação pronominal</i> em Said Ali (1919[1908]).....	144
4.3.1. A <b>Grammatica Portugueza</b> (1915[1886]), de Gomes.....	156
4.3.2. A obra de Paranhos da Silva (1879).....	158
4.3.3. Os vestígios da tese de concurso de Ribeiro na <b>Grammatica Portugueza</b> (1889[1887]).....	159
4.3.4. Síntese.....	162
4.4. O emprego do <i>infinitivo pessoal</i> em Said Ali (1919[1908]).....	164
4.4.1. As <b>Gramáticas</b> de Soares Barbosa (1807; 1830[1822]).....	172
4.4.2. A <b>Grammaire</b> de Friedrich Diez (1874-76 [1836-38]).....	174
4.4.3. A <b>Grammatica</b> de Júlio Ribeiro (1881).....	175
4.4.4. A <b>Réplica</b> de Rui Barbosa (1902).....	178
4.4.5. O <b>compêndio</b> de Cândido de Figueiredo (1903).....	179
4.4.6. Síntese.....	182
<b>CAPÍTULO 5. NUANCES DE CONSERVAÇÃO E INOVAÇÃO NOS DOMÍNIOS RETÓRICO E METALINGUÍSTICO</b> .....	185
A ‘escolha de retórica’ e a proposta de métodos para o estudo das línguas.....	190
5.1. Inovação e conservação no domínio metalinguístico.....	191
5.1.1. Em Bello (1853[1847]).....	191
5.1.2. Em Said Ali (1919[1908]).....	197
5.2. Contribuições para os estudos do português e do castelhano na América....	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	204
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	206

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação buscou investigar o diálogo que **Andrés** de Jesús María y José **Bello** Lopes (Venezuela, 1781 – 1865) e Manuel **Said Ali** Ida (Brasil, 1861 – 1953) estabeleceram com tradições, europeias e americanas, de estudos da linguagem, nas obras **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1853[1847]) e **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919[1908]). Esses dois textos foram considerados – em diferentes períodos e espaços – ‘exemplares’ na descrição de aspectos do português e do castelhano na América do Sul.

As duas obras, inseridas em contextos intelectuais e sociais particulares e distintos, são constantemente revisitadas e figuram entre as primeiras que contemplaram certas variedades linguísticas próprias da América.

Produzidos em contextos caracterizados como ‘de recepção’ dos estudos linguísticos – principalmente europeus –, estes textos gramaticais são considerados como ‘inovadores’ em relação às tradições que lhes servem de referência.

Em vista disso, ao longo dos dois anos de pesquisa, analisamos: (i) a ‘escolha de retórica’ assumida pelos autores, aliada ao exame de fatores relativos ao contexto de produção e circulação das obras (análise da dimensão ‘externa’ à descrição gramatical propriamente dita); e (ii) a ‘metalinguagem’ utilizada na sistematização de certas questões da língua (análise da dimensão ‘interna’ ao conhecimento linguístico).

Em outras palavras, buscamos verificar como essas duas obras de impacto, voltadas ao público americano, se relacionaram com a tradição europeia e americana<sup>1</sup> de descrição linguística. Levamos em conta tanto as coerções contextuais e a percepção que esses autores tinham de seus trabalhos, quando confrontados com a tradição, quanto

---

<sup>1</sup> O diálogo com a tradição americana de descrição será mapeado apenas na obra de Said Ali (1919[1908]), pois Bello (1853[1847]) parece não ter estabelecido, em sua gramática, vínculos explícitos com trabalhos publicados na América. Fazemos esta ressalva, pois seria possível que Bello houvesse dialogado, por exemplo, com: a **Gramática Española o Principios de la Gramática General aplicados a la lengua española** (1817), de Felipe Senillosa (1783 – 1858), a **Gramática y ortografía de la lengua nacional** (1817), de Antonio J. Valdés (?); e o **Compendio gramatical de la lengua nacional, llamada castellana** (1821), de José Catalá y Codina (?), publicadas na Argentina; ou com a **Gramática Castellana** (1837), de Diego Herranz y Quirós (?), publicada na Venezuela; ou, ainda, com o **Tratado de gramática castellana, dedicado a la juventud americana de los pueblos que hablan la lengua española** (1844), de Fernando Zegers(?), publicado no Chile, entre outros (cf. ESPARZA TORRES; NIEDEREHE, 2012). Ao longo desta pesquisa, foi possível localizar 13 obras gramaticais acerca da língua castelhana publicadas em solo americano até 1845 e que, portanto, poderiam estar no ‘horizonte de retrospecção’ (Cf. AUROUX 2009[1992]) de Bello.



rupturas e continuidades efetivas com o ‘tradicional’, verificáveis em suas maneiras de descrever o castelhano e o português. Para o estudo desse segundo aspecto, cotejamos as descrições feitas por esses autores com aquelas presentes nas obras que eles citam. Foi possível, com isso, verificar alinhamentos e desalinhamentos com o ‘tradicional’.

A investigação dos (des)alinhamentos não apenas em posicionamentos explícitos (‘retóricos’), mas – inclusive – nos dados selecionados, na escolha e no uso de termos descritores das línguas auxiliou-nos a compreender uma parte do processo de construção do conhecimento gramatical e do contexto de consolidação de uma gramaticografia sulamericana do português e do castelhano, na sua relação com a gramaticografia europeia e americana correspondente.

Além desta **INTRODUÇÃO**, esta dissertação contém cinco capítulos. No **CAPÍTULO 1. ABRANGÊNCIA E LIMITES**, expusemos resultados das leituras e reflexões sobre os modelos de história e o papel de aspectos ‘externos’ e ‘internos’ no desenvolvimento do conhecimento linguístico – mais especificamente aqueles ligados à ‘escolha de retórica’ e à ‘metalinguagem’ – e discutimos os pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa.

Dedicamos o **CAPÍTULO 2. METODOLOGIA ADOTADA** à explicitação dos materiais e procedimentos metodológicos utilizados nas diversas etapas da investigação.

A tentativa de reconstrução bio-bibliográfica e do ‘clima de opinião’, assim como o mapeamento das ‘escolhas de retórica’ (análise de aspectos ‘externos’) verificadas nas obras escolhidas, compõem o **CAPÍTULO 3. A ‘ESCOLHA DE RETÓRICA’ E OS DIÁLOGOS COM A TRADIÇÃO**. Foram privilegiadas, nessa parte, as informações recolhidas a respeito dos autores; das obras, suas reproduções, recepção e difusão; do ‘clima intelectual’ do período e os diálogos de ‘ruptura’ e ‘continuidade’ que ambos estabeleceram com os estudos da linguagem citados em suas obras.

Em uma perspectiva ‘interna’, destinamos o **CAPÍTULO 4: INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO METALINGUÍSTICAS** à análise da ‘metalinguagem’ construída para a descrição de problemas linguísticos relevantes, cujo tratamento foi tomado como ‘inovador’, pela bibliografia posterior, nas obras selecionadas para esta pesquisa. Os problemas linguísticos selecionados foram: os pronomes e artigos, e os tempos e modos

verbais em Bello (1853[1847]), por um lado, e a colocação pronominal e o infinitivo pessoal em Said Ali (1919[1908]), por outro lado.

O **CAPÍTULO 5. NUANCES DE CONSERVAÇÃO E INOVAÇÃO NOS DOMÍNIOS RETÓRICO E METALINGUÍSTICO** reúne os resultados das análises e oferece uma interpretação global dos dados, apontando para a importância da ‘escolha de retórica’ e do valor da ‘metalinguagem’ para uma melhor compreensão do papel desses estudos linguísticos produzidos na América.

Finalmente, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, avaliamos a pesquisa realizada e sugerimos novos horizontes de investigação, que se revelaram pertinentes para reflexões posteriores sobre o modo como os estudos gramaticais sulamericanos se configuraram no continente.

## CAPÍTULO 1. ABRANGÊNCIA E LIMITES

### 1.1. A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA COMO APORTE PARA O TRATAMENTO DO ‘PROBLEMA’

A Historiografia Linguística é uma disciplina que visa descrever e explicar de que modo ocorre o desenvolvimento do conhecimento linguístico, entendido como uma produção intelectual inserida em um determinado contexto social, político e cultural.

Considerando que as reflexões sobre a linguagem são realizadas por ‘atores’ que interagem entre si, com um contexto sócio-político-cultural e, também, com um passado científico (SWIGGERS 2005 [2004], p.115-116), acreditamos na necessidade de, na investigação historiográfica, buscar compreender tanto sua dimensão mais propriamente ‘cognitiva’ (o que chamamos de ‘dimensão interna’), quanto a dimensão social, política e cultural (designada também como ‘dimensão externa’).

Conforme o próprio nome da disciplina nos antecipa, esta especialidade opera não somente com dados depreendidos de reflexões sobre a linguagem, mas está relacionada – inevitavelmente - com dados históricos. A atividade historiográfica não se limita a escrever a ‘história’, se entendida como uma cronologia de ‘fatos do passado’. É um discurso interpretativo acerca desta história, discurso este elaborado por um historiador inserido também em determinado contexto social e intelectual (KOERNER: 1996b, p. 45 – 46) que contribui para que ele leia o passado de forma específica e, necessariamente, parcial. Assim, o texto resultante de uma atividade historiográfica revela uma ‘interpretação’ sobre o conhecimento linguístico que, entretanto, em conformidade com os padrões de cientificidade deste nosso tempo, deve estar metodologicamente regulada.

É necessário compreender que um texto pertencente ao campo da Historiografia Linguística não pretende ser uma ampla ‘crônica’ histórica das ideias sobre a linguagem. Isso traz como consequência a necessidade de se realizarem escolhas que restrinjam tanto o objeto a ser investigado quanto o modo como este deve ser observado e analisado. De acordo com Swiggers (2009: p. 70; 2010b: p. 5–6), poder-se-ia escrutinar o problema assumindo:

(i) *um critério ‘discriminador’*, segundo o qual se pretenda, por exemplo, focalizar a emergência de ideias e/ou práticas linguísticas, ou sua difusão e

transformação ao longo do tempo, ou, ainda, seu desaparecimento ou declínio – é o caso, por exemplo, de uma pesquisa que busca compreender a origem de princípios gerativos nos estudos da linguagem<sup>2</sup>; ou

(ii) *um critério ‘tipologizante’*, em que se aprofunde o estudo sobre certo modelo de abordagem dos dados linguísticos – como exemplo, uma pesquisa que, por meio do conceito de ‘programas de investigação’ (SWIGGERS, 1981; 1991; 2005[2004]; 2009), busca correlacionar estudos que, embora distintos, compartilham alguns aspectos relacionados à ‘visão’, ‘incidência’ e ‘técnica’ adotada<sup>3</sup>. Em outras palavras, esta classificação permitiria agrupar conhecimentos distintos que compartilhassem noções gerais. Nessa perspectiva, o conhecimento linguístico desenvolvido ao longo dos tempos poderia ser agrupado em quatro ‘programas’: ‘de correspondência’, ‘descritivista’, ‘sócio-cultural’ e ‘de projeção’<sup>4</sup>.

Quanto à ‘restrição’ do trabalho historiográfico, poderia estabelecer-se segundo:

---

<sup>2</sup> Cf. LUJÁN, Marta. Minimalist Bello: Basic Categories in Bello’s Grammar. GUTIERREZ-REXACH, J.; MARTÍNEZ-GIL, F. (eds.). **Advances in Hispanic Linguistics**. Somerville, Mass: Cascadilla Press, 1999, 428-446.

<sup>3</sup> Referimo-nos ao projeto de mestrado de Patricia de Souza Borges, em andamento e vinculado ao Departamento de Linguística da USP, intitulado **Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI)**.

<sup>4</sup> Os quatro programas poderiam ser assim caracterizados:

a. “programa de correspondência”: teria como ‘visão geral’ a correlação entre língua-pensamento-realidade. Sua ‘incidência’ seria sobre o estabelecimento de relações entre as estruturas (morfo)sintáticas e conteúdos/processos mentais. A ‘técnica’ empregada seria a semantização de estruturas gramaticais (o estabelecimento de classes lógico-semânticas; correlações entre processos mentais e regras gramaticais). Exemplos de estudos pertencentes a este programa seriam as gramáticas filosóficas dos séculos XVI e XVIII, o gerativismo, etc.

b. “programa descritivista”: teria como ‘visão geral’ a descrição das línguas como objetos autônomos, isoladas de outros fatores. Sua ‘incidência’ seria sobre a análise de formas observáveis e suas funções; a comparação das formas das diversas línguas com fins contrastivos e/ou comparativos. A ‘técnica’ usada seria a determinação de contextos, a segmentação e comutação de dados, o estudo das relações entre os elementos; as relações entre as formas linguísticas e as funções comunicativas. Exemplos de estudos e ou teorias pertencentes a este programa são as gramáticas ‘tradicionais’, clássicas ou vernaculares, os trabalhos estruturalistas e os funcionalistas, etc.;

c. “programa sócio-cultural”: teria como ‘visão geral’ a língua como fato social ou cultural, isto é, a linguagem em correlação com a sociedade. Sua ‘incidência’ seria a determinação de usos linguísticos, a competência comunicativa, a variação sociolinguística e a expressão cultural por meio da língua. Utilizariam uma ‘técnica’ integrativa ou sintética, em que os fatos linguísticos seriam inseridos em uma análise social e/ou cultural. Exemplos: a Dialetoлогия e a Sociolinguística laboviana.

d. “programa de projeção”: teria como ‘visão geral’ a língua como conjunto de fragmentos lógicos, cuja ‘incidência’ seria a expressão do tempo, da determinação. A ‘técnica’ escolhida seria a tradução de estruturas linguísticas em uma linguagem formal. Exemplo: diferentes modelos da Semântica formal.

(a) *um critério de ‘cobertura’*, em que se considera certo período, campo geográfico ou temática como critério de seleção. Para exemplificar, citamos um estudo que aborda o tratamento gramatical do português no século XIX<sup>5</sup>;

(b) *um critério de ‘perspectiva’*, no qual se aborda (mais) a dimensão ‘interna’ (cognitiva) ou (mais) a dimensão ‘externa’ (contextual) das ideias ou práticas linguísticas – como a pesquisa acerca da emergência dos estudos de Linguística no Brasil<sup>6</sup>, em que se privilegiou mais a dimensão ‘externa’, embora a dimensão ‘interna’ também seja ali contemplada.

(c) *um critério de ‘profundidade’*, em que uma investigação se concentra mais na apresentação de dados ou textos ou busca dar conta de explicar grandes processos de desenvolvimento dos estudos linguísticos. A respeito deste segundo critério, citamos para exemplificação, um estudo acerca das ideias linguísticas, que abrange desde a Antiguidade até o Renascimento europeu<sup>7</sup>.

A pesquisa que realizamos, no que diz respeito à ‘cobertura’ e à visão ‘discriminadora’, teve o objetivo de verificar a ‘escolha de retórica’ e o papel da ‘metalinguagem’ de descrição gramatical para a compreensão de diálogos, conservadores e revolucionários, em textos produzidos por dois autores de destaque no contexto de constituição de uma gramaticografia americana das línguas ibéricas, a saber: **Andrés** de Jesús María y José **Bello** Lopes (1781 – 1865) e Manuel **Said Ali** Ida (1861 – 1953).

Estes autores, inseridos em contextos singulares, produziram trabalhos consoantes com ‘clima de opinião’<sup>8</sup> específico. Eles abordaram as variedades americanas do português e do castelhano, que estavam ganhando (nova) forma em meio a coerções sócio-político-linguísticas. Publicaram reflexões gramaticais amplamente

---

<sup>5</sup> Referimo-nos à dissertação de mestrado de Bruna Soares Polachini, vinculado ao Departamento de Linguística da USP, intitulada **A sintaxe em gramáticas brasileiras do Século XIX: estudo historiográfico** (2013).

<sup>6</sup> Cf. ALTMAN, Cristina. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968 – 1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998 (1ª edição Munique: Lincom Europa, 1995).

<sup>7</sup> Cf. LAW, Vivien. **The history of linguistics in Europe from Plato to 1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

<sup>8</sup> Termo proposto por Carl Lotus Becker (1873 – 1945), mas utilizado em discussões pertencentes ao âmbito da Historiografia Linguística por Koerner (1978; 1996a). O ‘clima de opinião’ faz referência à atmosfera intelectual de um determinado período, em que certas ideias emergem e são recebidas ou rejeitadas.

divulgadas e revisitadas, merecedoras de reedições, inclusive em momentos recentes. Referimo-nos, mais restritamente, às obras **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1953[1847]), de Andrés Bello; e **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919[1908]), de Said Ali. Estes dois livros foram considerados pela literatura posterior ora como inovadores, ora como seguidores de uma tradição.

A **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**, de Andrés Bello, publicada pela primeira vez em 1847, é considerada – até certo ponto – uma continuadora da tradição gramatical espanhola (cf. TRUJILLO, 1988; LLITERAS, 2000; ARNOUX, 2008) por conter referências explícitas e positivas à Real Academia Española (fundada em 1713), aos **Opúsculos gramático-satíricos** (1823), de Juan Antonio Puigblanch (1775 – 1840), e à **Gramática de la Lengua Castellana según ahora se habla** (1830), de Vicente Pérez Salvá (1786 – 1849):

“Soy tambien deudor de algunas ideas al ingenioso y docto D. Juan Antonio Puigblanch, en las materias filológicas que toca por incidencia en sus *Opúsculos*.” (BELLO, 1853[1847]: p. IV)

“En la tercera persona masculina de singular el complementario acusativo es *le* ó *lo*. Hay escritores que reprueban el *le*, otros que no sufren el *lo*; y la verdad es que aun los que se han pronunciado por uno de estos dos extremos, de cuando en cuando contravienen involuntariamente á su doctrina en sus obras. La que á mí me parece mas conforme al uso es la de D. Vicente Salvá: *le* representa mejor las personas ó los entes personificados: *lo* las cosas.” (BELLO, 1853[1847]: p. 184)

Não obstante, também foi percebida por alguns analistas como inovadora e influente no contexto latino-americano, conforme podemos depreender, por exemplo, do seguinte comentário de Alcalá-Zamora y Torres (1960):

“A ‘Gramática’ de Bello apresenta e destaca caracteres singulares dentro da rica e variada produção do insigne polígrafo venezuelano. Para tal obra, foram a [celeridade?] <sup>9</sup>, a difusão rápida e o triunfo indiscutível” <sup>10</sup>(p. 5)

<sup>9</sup> Trecho pouco legível.

<sup>10</sup> Em espanhol: “La ‘Gramática’ de Bello presenta y destaca relieve y caracteres singulares dentro de la rica y variada producción del insigne polígrafo venezolano. Para tal obra fueron la cele[ridad?] pronta, la difusión rápida y el triunfo indiscutido”

Algumas das novidades propostas pelo gramático hispano-americano eram esperadas, considerando-se o momento histórico-ideológico em que sua **Gramática** foi publicada, marcado pelos movimentos de emancipação das colônias hispano-americanas e pela conseqüente reorganização política e social destes novos países. Nesse contexto, segundo a literatura crítica específica<sup>11</sup>, Bello teria dado uma nova direção aos estudos linguísticos da América por enxergar no idioma um emblema nacionalista; assim, seria, para ele, importante descrever a língua castelhana em suas particularidades locais. Estas teriam se originado pelo contato com um grande número de línguas indígenas autóctones e pela ampla extensão territorial em que este idioma era falado (BARROS, 2000: p. 48). Uma das inovações da **Gramática de la lengua castelhana** reconhecida pelas crônicas históricas posteriores teria sido, assim, a inclusão da linguagem oral dos americanos (BARROS, 2000: p. 54) entre os dados analisados. Arnoux (2008: p. 215) indica, ainda, como inovadoras, a ideia de garantir uma autonomia às línguas<sup>12</sup> e a valorização de certas variedades linguísticas americanas do castelhano.

Outras pesquisas que identificaram um Bello ‘inovador’ – ainda que em aspectos específicos – são as de Marta Luján e de Luizete Barros. A primeira identifica na **Gramática** traços precursores de um Programa Minimalista, ao propor que Bello, por exemplo, eliminaria a distinção entre as categorias ‘nome’ e ‘adjetivo’ (este seria uma subclasse do ‘nome’), (LUJÁN, 1999); já a segunda aponta fragmentos na gramática em que poderíamos surpreender um estudioso que já antecipava práticas posteriormente observáveis em produções características da Linguística estrutural, como o estabelecimento de uma “*taxonomia que se pauta em noções sistêmicas e sincrônicas*” (BARROS, 1998: p. 199).

Há, ainda, estudiosos que, sem especificar temáticas, dizem considerar não só a **Gramática**, mas o próprio autor, como um exemplo de “transusão cultural” e “balance final” entre uma Espanha dos séculos XVI, XVII e XVIII e um “estilo” hispano-americano próprio de se proceder (BAQUERO, 1989: p. 139).

No contexto brasileiro do início do século XX, Manuel Said Ali publicou as **Difficuldades da Língua Portuguesa**, obra cuja primeira edição data de 1908, embora

---

<sup>11</sup> Estamos fazendo menção, por exemplo, aos textos de Arnoux (2008), Barros (2000), Caldera (1965[1935]) e Ramos (1998).

<sup>12</sup> Por meio da adoção de um modelo específico – e não geral, aplicado a vários idiomas – de descrição linguística.

a versão mais completa, difundida e comentada, seja a segunda, de 1919. Este compêndio de textos gramaticais, anteriormente publicados entre o final do século XIX e início do XX em revistas, foi percebido posteriormente como ‘inovador’. Na defesa desta posição, relembramos a menção explícita que Said Ali faz a Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) no prólogo à edição de 1919:

“Pude assim colher resultados que dão regular idéa da evolução do idioma portuguez desde a sua existencia ate o momento presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, factos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística synchronica e linguística diachronica.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. VI)

Num viés de projeção do presente e de busca de predecessores semelhante ao que vimos insinuado quanto a Bello, em Luján e Barros, alguns revisores da produção de Said Ali procuraram situar a obra deste autor em relação ao Estruturalismo. Elia (1975), por exemplo, enfatizou o interesse de Said Ali pelas novidades científicas; no entanto, propôs que de sua obra não saltassem traços de um possível ‘Estruturalismo’, mas, sim, traços relacionados à tradição histórico-comparativa:

“Em particular, a sua simpatia pelas doutrinas saussurianas revela o homem de saber sensível às novas colocações da ciência linguística, embora não lhe vejamos estrias estruturalistas. A nosso parecer, Said Ali foi um cultor do método histórico-comparativo, que aplicou de preferência aos fatos morfológicos e sintáticos; praticou a diacronia, entendendo-a corretamente como uma comparação de sincronias” (ELIA, 1975: p. 131)

Considerado o grande introdutor da Linguística descritivista no Brasil (cf. ALTMAN, 1998; CAVALIERE, 2001, entre inúmeros outros), Mattoso Câmara defendeu outro ponto de vista. Para ele, Said Ali já teria incorporado aos estudos de língua portuguesa um posicionamento característico dos linguistas, pois “*sua fisionomia filológica é a do que hoje chamaríamos um estruturalista, vendo na língua uma estrutura, ou rede complexa mas regularmente trançada, dos fatos que se relacionam e se opõem[...]*” (MATTOSO CÂMARA Jr., 1972: p. 186)



Em trabalhos mais recentes, ainda encontramos divergências semelhantes. Estudos historiográficos, tais como Coelho (1998) e Cavaliere (2001), inserem Said Ali entre os filólogos-cientistas típicos do início do século XX, ao passo que Hackerott (2011) vê indícios de que o autor estaria, de algum modo, antecipando *insights* que apenas grupos posteriores de linguistas teriam conseguido formular e expor com maior clareza. A autora se atém aos critérios fonético e sincrônico propostos por ele em análise de questões como a acentuação e os hábitos de pronúncia.

Em vista desses diferentes julgamentos, nos interessou, particularmente, analisar: como a **Gramática de la lengua castellana** e as **Difficultades da língua portuguesa** dialogaram com sua ‘tradição’? Seriam obras realmente ‘inovadoras’? Em quais aspectos? Qual seria o papel desempenhado por elas na discussão a respeito do português e do castelhano na América?

Observar a ‘escolha de retórica’<sup>13</sup> (cf. MURRAY, 1994) desses autores – isto é, *grosso modo*, a posição explícita em relação à ‘tradição’, auxiliou-nos a responder a alguns desses questionamentos. Além disso, constatando a complexidade e riqueza de dados que envolvem a questão metalinguística nos estudos historiográficos gramaticais (cf. o item 1.4. A METALINGUAGEM E O ESTUDO DOS ASPECTOS ‘INTERNOS’), acreditamos que a análise da ‘metalinguagem’ ofereceu-nos outros dados valiosos sobre tais ‘inovações’.

Retomando nossa concepção de que nenhuma produção científica se dá em isolamento, nos propusemos a buscar respostas a estes questionamentos que levassem em consideração não somente os aspectos ‘internos’, mas também o que vimos chamando de aspectos ‘externos’.

## 1.2. AS RELAÇÕES ENTRE ASPECTOS ‘EXTERNOS’ E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O valor explicativo, na história das ciências, do posicionamento de especialistas perante a tradição de estudos vigentes ou anteriores é amplamente comentado por

---

<sup>13</sup> Mais detalhes no item 1.2. AS RELAÇÕES ENTRE ASPECTOS ‘EXTERNOS’ E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.

Stephen Murray na obra **Theory Groups and the Study of Languages in North America** (1994). Murray realiza uma extensa e detalhada pesquisa sobre a emergência da Linguística norte-americana, cuja origem está indiscutivelmente atrelada aos estudos antropológicos.

Com base em estudos de Kuhn (1962), Price e Beaver (1966), Griffith e Miller (1970), Mullins (1973), Reynolds e Reynolds (1970) e Griffith e Mullins (1972), o sociológico norte-americano expõe a correlação que haveria entre variáveis sociais e práticas científicas, evidenciando a complexidade de aspectos que devem ser considerados para um melhor entendimento acerca do desenvolvimento dos estudos linguísticos. Propõe que variáveis como a ‘condição de elite’, a ‘idade profissional’ e o ‘acesso ao reconhecimento’<sup>14</sup> tenderiam a levar um grupo a seguir ou romper com o ‘paradigma’ (cf. KUHN, 2007[1962]) em evidência em sua época, assumindo uma determinada ‘escolha de retórica’<sup>15</sup>. Esta seria, portanto, o posicionamento explícito com relação a uma ‘tradição’ a se considerar.

De acordo com Murray, a ‘condição de elite’ diria respeito ao treinamento ou à circulação do pesquisador em instituições de maior prestígio ou, ainda, a relações com a chamada ‘elite da especialidade’, isto é, com o grupo de pesquisadores vinculados a instituições mais centrais. A ‘idade profissional’ estaria ligada à distinção entre estudantes e cientistas profissionais; não se tratando – necessariamente – de idade cronológica, mas sim do tempo de *training* ou de atuação numa área específica de estudos. O terceiro aspecto apontado é o ‘acesso ao reconhecimento’ e estaria relacionado à percepção que os próprios estudiosos têm de sua importância na comunidade científica em que atuam. O ‘acesso ao reconhecimento’ teria como indicador, por exemplo, a possibilidade de publicação ou acesso a postos de trabalho, isto é, estaria relacionado a aspectos que indicariam que há espaço para a circulação das ideias do grupo ou do pesquisador.

---

<sup>14</sup> No original, ‘eliteness’, ‘professional age’ e ‘access to recognition’ (MURRAY, 1994: p.25)

<sup>15</sup> Tradução do termo “choice of rhetoric”, proposto por Murray (1994: p. 23). Rhetoric(ing.)/Retórica(port.) não se refere à disciplina tradicionalmente denominada Retórica, cuja origem remonta à Antiguidade Clássica e que tem por objetivo estudar o discurso, com ênfase na persuasão (KLINKENBERG, 2001: p. 12). Tampouco estamos trazendo à luz o sentido depreciativo, presente no senso comum, da palavra “retórica”, entendida muitas vezes como o pronunciamento de um discurso vazio.

Tendo como base estas variáveis, hipoteticamente, um grupo que se percebesse com dificuldade de ‘acesso ao reconhecimento’, em ‘condição periférica’ e que fosse menos experiente no campo em que atua (pouca ‘idade profissional’) tenderia a fazer uma escolha de ‘retórica revolucionária’<sup>16</sup>, ou seja, que propusesse uma ruptura com uma ‘tradição’ vigente ou anterior. Em oposição, um grupo que obtivesse facilidade de ‘acesso ao reconhecimento’, que desfrutasse de uma ‘condição de elite’ e que fosse predominantemente experiente (ou de ‘idade profissional’ mais avançada) tenderia a seguir as linhas de investigação vigentes; assumiria, então, a chamada escolha de ‘retórica continuísta’<sup>17</sup>. Murray atenta, no entanto, para a necessidade de se evitar relações de causalidade entre estas variáveis sociais e a ‘escolha de retórica’ assumida pelos pesquisadores. Seria melhor, de acordo com ele, enfatizar a existência de fatores correlacionáveis:

“Por exemplo, o acesso ao reconhecimento não é visto como um causador da escolha de retórica, nem a escolha de retórica é vista como uma causadora do acesso ao reconhecimento. Estes dois itens estão correlacionados, e, mais de uma vez, reforçam um ao outro. Portanto, a retórica revolucionária pode ser exagerada quando se percebe um bloqueio no acesso à publicação e este exagero pode diminuir mais o acesso e isto pode aumentar mais ainda a retórica”<sup>18</sup> (MURRAY, 1994: p. 502)

Segundo Murray (1994), para um grupo teórico chegar a ser considerado ‘estável’, deveria passar, idealmente, por quatro fases: ‘normal stage’, ‘network’, ‘cluster’ e ‘specialty stage’. Em um ‘normal stage’, haveria poucas relações sociais entre pesquisadores, a coautoria seria rara e não haveria ataque sistemático a um problema (ou conjunto de problemas) definido. Nesta etapa, para que uma nova perspectiva de pesquisa se configurasse, seria necessária a existência de uma ‘liderança’ que apresentasse um programa promissor e convencesse outros cientistas de que há algo mais a ser pesquisado. Após as primeiras conquistas sociais e intelectuais, haveria a formação rudimentar de um grupo, ou de um ‘network’. Nesta fase, de acordo com

<sup>16</sup> Do inglês, ‘revolutionary rhetoric’ (MURRAY, 1994: p. 23).

<sup>17</sup> Originalmente, ‘rhetoric of continuity’ (MURRAY, 1994: p. 23).

<sup>18</sup> No original, em inglês: “For instance, access to recognition is not seen as causing choice of rhetoric, nor is choice of rhetoric seen as causing access to recognition. The two are correlated, and, over time, reinforce one another. Thus revolutionary rhetoric may be exaggerated by perceived blocked access to publication and this exaggeration may further decrease the access and this may further escalate the rhetoric”.

Murray (1994), seria extremamente importante e motivador, por exemplo, algum fator ser interpretado dentro do grupo como uma conquista.

Quando estes cientistas passassem a ter consciência dos seus padrões de comunicação e, portanto, se percebessem como um *grupo*, poderíamos falar que um ‘cluster’ estaria configurado. Um ‘cluster’ possuiria profissionais que reforçariam os interesses de seus pares e que produziriam grande quantidade de pesquisa. Além disso, a publicação de textos em coautoria aumentaria. É neste estágio que um grupo poderia sofrer ‘ataques’, um sinal de sucesso, já que para tanto seria necessária certa notoriedade. A reação a essa nova linha de pesquisa determinaria se o grupo se transformaria em uma ‘elite de especialidade’, isto é, assimilada pelas instituições existentes, ou uma corrente ‘revolucionária’, em que seus pesquisadores sentir-se-iam forçados a formar suas próprias instituições, a conquistar espaço em alguma existente ou, então, iriam desaparecer. Fatores sociais, como aqueles citados no parágrafo anterior, afetariam essa reação inicial. A transição para o ‘specialty stage’ não seria pontualmente evidente e só poderia ser percebida retrospectivamente. Uma ‘especialidade’ seria, assim, um ‘cluster’ institucionalizado. Ela congregaria estudantes de êxito e seria, muitas vezes, financiada pela instituição de origem. Dessa forma, este novo grupo alcançaria uma ‘estabilidade’.

Estudos anteriores já haviam se debruçado sobre a relação entre o desenvolvimento gnosiológico e aspectos de ordem sócio-político-cultural. Um dos trabalhos pioneiros na história das ciências é o de Robert Merton (1970[1938]), que estabelece a distinção entre ‘internalismo’ e ‘externalismo’ ao analisar as interações entre a ciência, o pietismo e o puritanismo na emergência da economia capitalista na Inglaterra do século XVII; em síntese, o autor defende que a ética puritana, de certa forma, tenha orientado os estudos científicos do período.

Podemos também citar, como investigações de forte impacto, as que Bruno Latour e Steven Woolgar empreenderam entre os anos de 1975 e 1977 e que resultaram no livro **A Vida de Laboratório**<sup>19</sup> (1997[1979]). O destaque que se dá a este livro deve-se ao fato de ser, entre outros aspectos, um estudo etnográfico de laboratório que investigou a atividade científica como uma prática social, considerando um possível contato direto entre esta e a prática científica estudada. Em **A Vida de Laboratório**, os

---

<sup>19</sup> Tradução do título original **Laboratory Life** (1979).

autores indicam que não haveria uma distinção entre o natural e o social e, portanto, que a ciência deveria ser estudada junto com a sociedade. Em suma, ela não seria distinta de outras práticas sociais, como postula a epistemologia, em função de uma superioridade cognitiva, derivada, por sua vez, da racionalidade intrínseca a esta atividade. Nesta visão, o cientista, como qualquer outro ator social, seria alguém que se utilizaria de estratégias persuasivas visando garantir a aceitação dos enunciados por ele produzidos, a fim de obter ‘credibilidade’. Esta seria a origem do ‘ciclo de credibilidade’, cuja característica essencial é a busca contínua de um ganho de credibilidade<sup>20</sup> que permita o reinvestimento e, conseqüentemente, um ganho posterior de (ainda) mais crédito. Para Latour e Woolgar, seria a busca por esse crédito que orientaria a ação e interação dos cientistas e, por que não, a sua ‘escolha de retórica’.

Pierre Bourdieu, em obras como **Os usos sociais da ciência**<sup>21</sup> (2004), é outro estudioso a se dedicar às correlações entre ciência e sociedade. O sociólogo francês expõe a ineficácia e a artificialidade de se separarem, em dois âmbitos distintos, as determinações científicas das determinações sociais, recusando – de modo mais radical – análises de caráter ‘interno’ e ‘externo’ (cf. BOURDIEU, 1983; 2004). Para romper esta dicotomia, propõe a noção de ‘campo’, entendido como o universo no qual estão inseridos agentes e instituições que produzem algum tipo de conhecimento. Este ‘campo’ obedeceria a leis próprias e, portanto, seria relativamente autônomo. O ‘campo científico’ seria o lugar de uma busca por ‘capital simbólico’ e de uma luta concorrencial “entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico” (1983, p. 136). De acordo com Bourdieu, em todo ‘campo’, haveria os ‘dominantes’, que ocupam as posições mais altas, e os ‘dominados’, essencialmente caracterizados como os jovens, os iniciantes. ‘Dominantes’ e ‘dominados’ utilizariam estratégias opostas na luta pela

---

<sup>20</sup> Cabe mencionar que a noção de credibilidade apresentada no livro não se restringe à noção de crédito no seu sentido tradicional, isto é, à busca de ‘reconhecimento pelos pares’ (Latour e Woolgar, 1997[1979]: p. 215). Os autores afirmam que a obtenção desse reconhecimento por parte da comunidade científica é apenas uma das diversas formas de crédito utilizadas pelo cientista para alcançar seu objetivo último, cuja meta é aumentar sua própria capacidade de continuar investindo. O crédito teria uma relação mais ampla com o dinheiro, a autoridade, a confiança e a recompensa. Desse modo, eles dividem o ‘crédito’ em duas acepções: a) o ‘crédito-reconhecimento’, que se referiria a um sistema de reconhecimento e de prêmios que simbolizam o reconhecimento, pelos pares, de uma obra passada; e b) o ‘crédito-credibilidade’, que se basearia na capacidade que os pesquisadores têm para praticar a ciência. (Latour e Woolgar, 1997[1979]: p. 220).

<sup>21</sup> Publicação de uma conferência de mesmo nome, organizada pelo grupo *Science en Questions*. Bourdieu, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

autoridade científica. Sua motivação e seus meios de produção também dependem da sua posição no campo (isto é, do seu capital científico<sup>22</sup>).

Segundo Bourdieu, os ‘dominantes’ investiriam em estratégias de conservação, visando perpetuar a ordem científica que seguem (2004: p.137). Essa ordem não se reduziria ao conjunto de recursos científicos herdados do passado, mas abarcaria da mesma forma: 1) as instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação das matérias científicas; 2) as revistas científicas que, seguindo a seleção de textos em função de critérios dominantes, publicam artigos que estejam em conformidade com os princípios da ciência oficial, censurando trabalhos em outras linhas, seja por meio de uma rejeição expressa ou, simplesmente, desestimulando sua produção ao não dar espaço a ela (BOURDIEU, 2004: p.137-8).

As práticas futuras de um cientista seriam orientadas, assim, por seu posicionamento, ou seja, pelo seu lugar na hierarquia social do campo científico. Segundo esta posição, os ‘novatos’, ‘dominados’, podem adotar ‘estratégias de sucessão’, que lhes assegurem os lucros prometidos aos que seguem o ideal oficial de excelência científica; ou as ‘estratégias de subversão’, empresa evidentemente mais arriscada, que só traria lucros caso houvesse uma redefinição dos princípios de legitimação da dominação. Se optam por esta última estratégia e obtêm sucesso, os ‘novatos’ rompem com a tradição, desviando o crédito dos antigos dominantes para as suas próprias (novas) ideias<sup>23</sup>.

Procuramos enfatizar, nesta pesquisa, a noção geral que subjaz a todos os trabalhos citados acima, isto é, a existência de certa relação entre a produção de conhecimento e coerções contextuais (sejam referentes ao ‘espírito de época’, às questões sócio-históricas ou às questões institucionais). Não foi a nossa pretensão, com esta pesquisa, chegar a uma reflexão generalizante a respeito do papel e grau de influência destes complexos aspectos externos no desenvolvimento dos estudos linguísticos. Contudo, operar com os conceitos de ‘escolha de retórica’, ‘crédito’ e ‘campo científico’, além de ter consciência de que variáveis sociais podem atuar em correlação com aspectos ‘internos’, nos ajudou a chegar a uma compreensão que

---

<sup>22</sup> O capital científico é uma espécie de capital simbólico que tem como base o reconhecimento atribuído pelos pares-concorrentes de um determinado campo. (BOURDIEU, 2004: p.26).

<sup>23</sup> Sobre esta escolha de posição, Bourdieu (1983) relata que, em geral, pesquisadores tenderiam a se debruçar sobre problemas considerados mais importantes devido ao lucro simbólico que esta atividade poderia gerar, caso estes imprimissem sua contribuição na área. Já a atenção sobre objetos menos prestigiados ocorreria quando houvesse uma intensa competição e poucas chances de que a pesquisa nas áreas mais concorridas gerasse grande lucro material e/ou simbólico.

julgamos mais rica e plausível a respeito das obras e autores selecionados, e que pode ser verificada nos próximos capítulos.

### 1.3. MODELOS PARA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: SABERES CONSERVADOS *VERSUS* SABERES REVOLUCIONÁRIOS

Conforme já adiantamos no começo deste capítulo, a Historiografia Linguística necessariamente opera com a noção de ‘história’, entendida como conjunto de fatos passível de ser recortado e interpretado, de acordo com parâmetros previamente estabelecidos e explicitados.

Até meados do século XX, a ciência de um modo geral considerava a ‘história’ de um determinado campo do conhecimento como o conjunto de produtos científicos acumulados ao longo do tempo, que desembocariam em um presente caracterizado como momento de pleno progresso, se tomado em relação aos estágios anteriores.

Neste sentido, a publicação da obra **A Estrutura das Revoluções Científicas**, de 1962, escrita por Thomas S. Kuhn, foi um marco na História das Ciências, já que forneceu um novo modelo para se compreender o desenvolvimento do conhecimento científico. Se antes vigorava o que se convencionou chamar ‘Whig history’, isto é, uma história ‘ufanista’ e ‘partidária’, escrita segundo uma concepção de progresso histórico linear, cumulativo, Kuhn (2007[1962]) passa a defender que a ciência se desenvolveria por meio de ‘revoluções científicas’<sup>24</sup>. De acordo com Kuhn, seria possível encontrar uma ‘estrutura’ comum aos processos de articulação de paradigmas<sup>25</sup> em ciências.

Inicialmente, todos os campos do conhecimento teriam presenciado um período pré-paradigmático, em que não haveria um ataque sistemático a um conjunto definido de problemas, mas que seria marcado por debates frequentes e profundos a respeito de métodos e padrões de solução para os fenômenos observados (KUHN, 2007[1962]: p.

---

<sup>24</sup> Chamam-se ‘revoluções científicas’ os episódios extraordinários nos quais há alterações de compromissos profissionais (KUHN, 2007[1962]: p. 24).

<sup>25</sup> Não há uma definição única para este termo na obra em questão, embora possamos entender que um paradigma seja uma “realização científica universalmente reconhecida que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência” (KUHN, 2007[1962]). Após críticas a respeito da indefinição deste termo, Kuhn acrescenta um posfácio à obra, propondo a substituição do termo ‘paradigma’ por ‘matriz disciplinar’, em que ‘disciplinar’ remeteria ao conhecimento comum entre praticantes de uma disciplina particular, enquanto ‘matriz’ faria referência ao fato de que esta disciplina organizaria elementos de várias espécies (KUHN, 2007[1969]: p. 228 – 229)

73). Várias propostas competiriam entre si, até que uma emergisse e fosse considerada suficientemente explicativa, sem precedentes pelo grupo de cientistas da área.

Esta proposta vencedora, capaz de atrair um grupo de partidários, alcançaria o chamado estágio de ‘ciência normal’. Esta orientação de trabalho, que chamamos de ‘vencedora’, não seria a detentora da ‘verdade superior’, mas deveria ser percebida pela comunidade como válida e promissora, de modo a tornar-se um paradigma. Um paradigma precisaria, assim, parecer melhor que as propostas que com ele competiriam no estágio pré-paradigmático, mas não necessariamente deveria dar explicações a todos os fatos com os quais fosse confrontado.

A ‘ciência normal’ seria a pesquisa baseada em realizações desse paradigma, reconhecido durante algum tempo pela comunidade científica como um bom fundamento para a prática posterior (KUHN, 2007[1962]: p. 29). Seria caracterizada por resolver problemas ou ‘quebra-cabeças’ já antecipados – e controlados pelas coerções do paradigma. Essa prática constante de solucionar problemas permitiria aumentar o alcance e precisão do paradigma, e, neste aspecto, seria considerada um mecanismo de acúmulo de conhecimentos produzidos com determinada orientação.

Ao longo deste estágio de ‘ciência normal’ ou ‘paradigmático’, descobrir-se-iam novos tipos de fenômenos, inicialmente não previstos, isto é, que não se encaixariam nas antecipações ou que não possuiriam uma solução assegurada pelo paradigma. Tais descobertas seriam, em outras palavras, ‘anomalias’. Os fatos anômalos teriam destinos diversos: (i) poderiam ser explicados pelo paradigma vigente, que se adaptaria; dessa forma, o que inicialmente se considerava anômalo passaria a ser considerado como um problema previsto (KUHN, 2007[1962]: p. 91); (ii) poderiam ser rejeitados pela comunidade paradigmática, que não veria nestes ‘problemas’ questões pertinentes a se pesquisar naquele momento; ou (iii) poderiam possibilitar a emergência de novo paradigma, ao se tornar um problema considerado pertinente e para o qual surgisse uma (nova) explicação plausível (KUHN, 2007[1962]: p. 115). Antecedendo a este último caso, poderia instalar-se uma ‘crise’ ou uma fase de ‘ciência extraordinária’, de questionamento e dúvidas sobre a validade do paradigma vigente. Assim, apenas se a ‘anomalia’ se mostrasse forte o suficiente para merecer o reconhecimento e dedicação dos cientistas da área, seria possível a articulação e a difusão de uma proposta que parecesse promissora no que diz respeito ao seu tratamento.



Segundo Kuhn (KUHN, 2007[1962]: p. 117), os paradigmas novo e antigo são incomensuráveis. Com este termo, o autor faz referência ao fato de que a emergência de uma nova teoria é a instauração de uma perspectiva inédita naquele campo de pesquisa, isto é, ela “*rompe com uma tradição da prática científica e introduz uma nova, dirigida por regras diferentes, situadas no interior de um universo de discurso também diferente*” (KUHN, 2007[1962]: p. 117). Alçada à posição de ‘paradigma’ após um momento de ‘revolução científica’, esta nova proposta passaria ao estágio de ‘ciência normal’, até que novas anomalias gerassem ‘crises’ e, eventualmente, delas emergissem novos paradigmas na comunidade científica, sendo esta a ‘estrutura’ recorrente desenhada pelo autor para as ‘revoluções’ científicas.

O modelo de Kuhn prevê que o desenvolvimento dos estudos científicos dar-se-ia apenas por uma sucessão de paradigmas descontínuos, que alcançariam o *status* de ‘paradigma’ ao promover rupturas, ou ‘revoluções’, com o paradigma anterior. A acumulação de conhecimento teria lugar única e exclusivamente no estágio de ‘ciência normal’, ocorrendo, pois, dentro de um ‘paradigma’.

Se antes, portanto, vigorara um modelo cumulativo e progressivo de história, Kuhn (2007[1962]) apresentou uma visão inovadora de história da ciência, isto é, viu-a como uma sucessão de paradigmas descontínuos. De fato, é possível perceber que teorias, muitas vezes, mudam o objeto a considerar, as perguntas a se fazer e os métodos a se empregar. No entanto, o conhecimento adquirido em pesquisas anteriores seria, realmente, descartado a cada ‘revolução’? Qualquer um desses dois modelos – cumulativo e de revoluções paradigmáticas – seria suficiente para explicar a história de um campo do conhecimento? No caso dos estudos linguísticos, como se dá essa relação entre conservação e inovação? Como a estruturação de Kuhn se aplicaria à história dos estudos da linguagem?

No artigo “The applicability of Kuhn’s paradigms to the history of Linguistics”<sup>26</sup> (1976), W. Keith Percival aponta a impossibilidade de aplicação do termo ‘paradigma’ e, conseqüentemente, da estruturação elaborada por Kuhn a respeito das ‘revoluções científicas’, ao campo de estudos da linguagem. Para Percival (1976: p. 288), se aceitássemos a proposta de Kuhn, a Linguística – por não contar com uma teoria universalmente aceita entre seu grupo de cientistas – não teria tido o seu primeiro

---

<sup>26</sup> Cf. *Language*. Vol.52, n.2 (Jun.,1976), p.285-294.

‘paradigma’, o que nos levaria à conclusão de que esta disciplina ainda não haveria alcançado uma ‘maturidade’, isto é, estaria no estágio pré-paradigmático. Além disso, outra crítica seria o próprio termo ‘paradigma’, mal explicitado em todo o texto de Kuhn (2007[1962]).

Com base na história da linguística, Hymes (1983) também aponta como problemática a afirmação de Kuhn sobre a existência de apenas um ‘paradigma’ em uma posição central nos estudos da linguagem. Para ele, o termo ‘paradigma’ pressupõe um progresso linear e monodirecional na ciência (HYMES, 1983: p. 362). Na Linguística, estudos que estiveram no centro das atenções teriam perdido espaço, mas não necessariamente teriam desaparecido. Hymes comenta, por exemplo, que a linguística comparativa tivera seu auge no século XIX e, após certo tempo, saíra da zona de interesse; contudo, os estudos comparativistas continuaram se desenvolvendo, ainda que em um espaço secundário, após esse período de maior destaque. Desta forma, propõe que o termo ‘paradigma’ seja substituído por ‘cinosura’, caracterizada como um ‘centro de atenção’ em determinado contexto, que não excluiria a possibilidade de haver outras perspectivas secundárias concomitantes.

No texto “Models in Linguistic Historiography”<sup>27</sup>, Konrad Koerner sintetiza e comenta, além das propostas supracitadas – seis macro-modelos de história que podem ampliar os já vistos e que nos ajudam a compreender melhor certos movimentos nos estudos da linguagem, a saber:

(a) o ‘Modelo Progresso por Acumulação’<sup>28</sup>, criticado por Kuhn no livro de 1962 e que tendemos a encontrar na historiografia mais tradicional.

(b) o ‘Modelo Principal-vs-Modelo Secundário’<sup>29</sup>, que revela uma visão mais sofisticada do desenvolvimento do conhecimento, ao prever a existência de mais de uma linha de pensamento/estudo científico em qualquer período. Uma destas linhas será a ‘principal’ (ou ‘central’, segundo a terminologia de Hymes 1974<sup>30</sup>), devido a fatores epistemológicos importantes e, também, devido a condições ideológicas, sociais, políticas etc.

<sup>27</sup> *In Practicing Linguistic Historiography* (John Benjamins, 1989)

<sup>28</sup> Originalmente, no inglês, ‘Progress-by-Accumulation Model’ (Koerner, 1989: p.51)

<sup>29</sup> Originalmente, no inglês, ‘Mainstream-vs-Undercurrent Model’ (Koerner, 1989: p.52)

<sup>30</sup> Hymes, Dell. 1974. Introduction: Tradition and paradigms. **Studies in the History of Linguistics** ed. by Dell Hymes, 1-38. Bloomington & London: Indiana University Press.

(c) o ‘Modelo Pendular’, que mostra a possibilidade de uma corrente considerada ‘principal’ em um período tornar-se ‘secundária’ em outro e vice-versa, isto é, enfoca o aspecto dinâmico dos estudos linguísticos no que se refere a tendências.

(d) o ‘Modelo Descontinuidade-vs-Continuidade<sup>31</sup>’, que parece dar mais conta do desenvolvimento do conhecimento linguístico, já que os historiógrafos têm consciência da existência de manutenções e inovações nos estudos da área.

(e) o ‘Modelo de Progresso Relativo<sup>32</sup>’, que faz alusão ao tipo de desenvolvimento pendular, mas acrescenta que o retorno de uma determinada orientação nunca será idêntico, devido às mudanças e avanços do campo do conhecimento e dos contextos.

(f) o ‘Modelo Fatores Extralinguísticos’, que leva em conta o aspecto contextual, isto é, aspectos extralinguísticos, advindos de outras áreas, que interferem no desenvolvimento dos estudos linguísticos. Estão em jogo aqui também as múltiplas e diversificadas relações com os contextos.

A diversidade de modelos exposta acima revela, de um lado, a dificuldade de se estabelecer uma sistematização unívoca da Historiografia Linguística, no que diz respeito a seus conceitos de ciência e de história. Por outro lado, esta variedade também pode ser tomada como um aspecto positivo, pois possibilita modos distintos de organização do trabalho historiográfico, de acordo com os objetivos traçados, materiais analisados e métodos delineados pelo pesquisador.

Considerando o ‘problema’ levantado no item 1.1, podemos dizer que trabalhamos com um modelo de ciência e história que defende a existência de continuidades e descontinuidades (conservações e inovações) nos estudos de linguagem, e que lida com a concorrência de variados modelos explicativos das línguas e da linguagem em cada contexto. Essas concepções só fazem sentido se trazemos à análise também os elementos contextuais que, de alguma forma, participam do processo de configuração e difusão do conhecimento.

---

<sup>31</sup> Originalmente, em inglês, ‘Discontinuity-vs-Continuity Model’ (Koerner, 1989: p. 53)

<sup>32</sup> Originalmente, em inglês, ‘Relative-Progress Model’ (Koerner, 1989: p.54)

#### 1.4. O CONCEITO DE ‘TRADIÇÃO’

O problema central para a presente pesquisa foi estudar os diálogos de duas obras escritas por estudiosos sulamericanos – Manuel Said Ali e Andrés Bello – com a tradição gramatical na qual eles estavam inseridos, considerando a existência de possíveis conservações ou inovações. Diante deste propósito, coube perguntar: o que estamos tomando por ‘tradição’? Em outras palavras, a que conceito de ‘tradição’ estamos nos referindo?

Segundo Alonso (2012: p. 72), o conceito de ‘tradição’ poderia estar relacionado a dois parâmetros: (i) ao objeto cultural – no caso, aos textos gramaticais selecionados; (ii) aos pesquisadores – neste trabalho, aquela reconhecida pela autora da presente dissertação. Para o historiógrafo, o conhecimento da existência desta dupla abordagem da ‘tradição’ – tradição previa e posterior aos textos estudados – enriqueceria a análise dos textos de outros séculos e, inclusive, revelaria que também nós, estudiosos do presente, estamos vinculados a uma ‘tradição’ de estudos da linguagem. O conhecimento desta condição dos historiógrafos ajuda a evitar juízos de valor – em geral, negativos – sobre a adequação e legitimidade de análises linguísticas de décadas ou séculos passados, com base no desenvolvimento epistemológico que chegou até a atualidade (ALONSO, 2012: p. 79). Assim conscientizados, contudo, esclarecemos que o conceito de ‘tradição’ que exploramos nas análises feitas neste trabalho está restrito apenas ao primeiro parâmetro: quisemos, na medida dos recortes estabelecidos para esta pesquisa, investigar a que ‘tradição’ Said Ali e Bello se vinculam.

Baseando-nos, parcialmente, em Hassler (2012), tomamos como ‘tradição’ as obras – ou ‘conjuntos seriados’, segundo a autora – que tratam de determinado tema, segundo um modelo (mais ou menos) claro, e que compartilham do mesmo objetivo, seja ele amplo ou restrito. Em nosso caso, são textos que possuem traços homogêneos, mas compartilham a finalidade de descrever e comentar as línguas portuguesa ou castelhana de acordo com certos parâmetros mais ou menos estabelecidos dos séculos XIX e XX. A existência de características comuns faria com que obras pertencessem a certa tradição. Alguns destes textos podem ser os chamados textos de ‘referência’ – isto é, aquele que é tido pela comunidade científica como o ‘ponto de partida’ para uma linha de estudos – mas não devem sê-lo obrigatoriamente. Tampouco nos restringimos aos textos que estão no ‘centro de atenção’ – ou a chamada ‘cinosura’, para Hymes (1983: p. 357), de cada época. A tentativa de reconstrução de cada ‘tradição’ é feita a

partir do conjunto de textos que Bello e Said Ali reconhecem e incorporam a suas reflexões.

Como o nosso foco é o estudo dos diálogos ou das relações discursivas que os autores americanos estabelecem com outros estudiosos em seus textos gramaticais, restringimos, nesta pesquisa, o conceito de ‘tradição’ ao conjunto de autores/obras explicitamente referidos – tanto na **Gramática** (1853[1847]) de Bello, como nas **Difficuldades** (1919[1908]), de Said Ali. Tais textos, anteriores ou contemporâneos às obras que selecionamos, buscaram oferecer alguma sistematização ou refletiram sobre fatos linguísticos do português e do castelhano eleitos por Bello e Said Ali como relevantes. No Capítulo 4, detalharemos melhor esse conjunto de obras ‘tradicionais’ e por quê compõem este conjunto.

#### 1.5. A METALINGUAGEM E O ESTUDO DOS ASPECTOS ‘INTERNOS’

O estudo que propusemos dos diálogos de Manuel Said Ali e Andrés Bello com a ‘tradição’ gramatical, tal como definida na seção anterior, contemplou dois aspectos: (i) fatores externos, entre os quais destacamos a ‘escolha de retórica’ assumida por ambos; e (ii) a ‘metalinguagem’ empregada nas obras em questão.

Em (ii), consideramos o que Swiggers (2010a: p. 12) entende como ‘metalinguagem’, isto é, o conjunto de termos relacionados a um campo de aplicabilidade, associados às estruturas sintáticas e a um contexto de uso. A ‘metalinguagem’ se diferenciaria da linguagem corrente por se referir a um campo específico, a ciência. Ela não seria equivalente apenas à terminologia ou ao vocabulário especializado, porque: (i) a ‘terminologia’ seria o conjunto de termos (ou, de modo mais amplo, de entidades lexicais) técnicos que fariam parte de um vocabulário ‘teórico’; (ii) já o ‘vocabulário’, ainda nos termos de Swiggers (2010a), corresponderia ao conjunto de termos, procedimentos e definições representativos de uma abordagem particular. Em suma, a ‘metalinguagem’ corresponderia a um conjunto mais abrangente, dado que considera a linguagem científica em seus níveis lexical, semântico, sintático e pragmático.

Com efeito, a ‘metalinguagem’ é uma linguagem sujeita a todos os tipos de coerções – ideológicas, epistemológicas, ontológicas, etc. - que uma língua natural, descrita por ela, sofre. Ela também se modifica. De acordo com Alonso (2012 : p. 75),

os termos gramaticais, apesar de serem relativamente estáveis na gramaticografia ocidental, atravessaram, ao longo do tempo, um processo importante de variação conceptual. Dito de outro modo, o autor está indicando que os termos metalinguísticos que remontam, em geral, a um contexto grecolatino sofreram mudanças quando aplicados e utilizados em contextos (obras, momentos, línguas-objeto etc.) novos.

A ‘metalinguagem’ está, pois, sujeita às flutuações na relação entre o observador e o objeto, o que evidencia a complexidade envolvida no campo metalinguístico. No caso dos estudos linguísticos, poderíamos dizer que a chamada ‘questão da metalinguagem’ se torna ainda mais complexa, pois a linguagem científica (REY-DEBOVE, 1978: p.21; KOERNER, 1996b : p.102), neste caso, tem a particularidade de descrever também uma linguagem.

Koerner (1996b: p. 59) alerta para as distorções que podem haver quando um cientista do presente lê e interpreta trabalhos do passado, compreendendo a ‘metalinguagem’ destes textos antigos tal como aquela encontrada em trabalhos mais recentes. Ao lidar constantemente com teorias do passado, o historiógrafo depara-se constantemente com este cenário. Considerando-se que este profissional deve tentar tornar as ideias de outrora acessíveis ao leitor do presente, sem distorcer a intenção e o significado da ‘metalinguagem’ original (KOERNER, 1996b : p. 59), é essencial compreender o exato significado atribuído à ‘metalinguagem’ científica encontrada em determinada obra.

Conscientes desta problemática que circunda o trabalho historiográfico, Koerner (1996a ;1996b) e Swiggers (2010a) propuseram passos bastante gerais para um tratamento adequado da ‘metalinguagem’ nos estudos linguísticos. O primeiro propõe os chamados ‘três princípios’ que norteariam o fazer historiográfico: a) o *princípio da contextualização*, que diria respeito à necessidade de se estabelecer o ‘clima de opinião’ do texto científico; b) o *princípio da imanência*, isto é, a importância de que a interpretação da ‘metalinguagem’ seja definida internamente, de acordo com o texto em que se insere; c) o *princípio da adequação*, que daria conta de aproximações entre a ‘metalinguagem’ encontrada no material antigo e a moderna (1996a; 1996b). A proposta de Swiggers (2010a), por outro lado, é a de realização de uma ‘calibragem de termos’, que tenta levar em consideração os inúmeros aspectos envolvidos na formação e definição de um termo (isto é, analisá-lo dentro de uma determinada época, segundo uma linha teórica, de acordo com dados culturais, entre outros). Alinhados a estes

estudos meta-históricos, consideramos a necessidade de estudar a ‘metalinguagem’ gramatical de textos do passado como um produto dinâmico e complexo.

As duas sugestões de tratamento da ‘metalinguagem’ são válidas, embora sejam amplas em demasia. Podemos considerá-las, assim, complementares, visto que as três etapas estabelecidas por Koerner podem servir de guia para uma abordagem holística (e talvez menos regulada e previsível) da ‘metalinguagem’, como indica Swiggers. Abrangentes, estas duas propostas foram a base (geral) para os procedimentos de análise que adotamos durante a realização desta pesquisa e que serão melhor especificadas no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 2. METODOLOGIA ADOTADA

### 2.1. A ESCOLHA DOS AUTORES

Andrés Bello e Manuel Said Ali são autores frequentemente citados e revisitados por gramáticos de seu tempo e por estudiosos posteriores. São eruditos de sólida formação, conhecedores de gramaticografias diversas. Ambos estiveram a par de correntes filosóficas e metodológicas europeias para o estudo da linguagem e residiram em países americanos considerados como lugares de ‘recepção’ da cultura europeia.

Situados em contextos intelectuais e sociais particulares e distintos, Bello e Said Ali são considerados pelas crônicas históricas como autores de obras ‘exemplares’ e ‘inovadoras. Teriam dado novos tratamentos a certas questões gramaticais – do castelhano e do português, respectivamente – em relação às tradições que lhes serviram de referência. Teriam sido consolidadores de tendências na descrição de aspectos destas duas línguas e, inclusive, abarcaram algumas das variedades americanas em suas reflexões e sistematizações gramaticais.

### 2.2. AS OBRAS SELECIONADAS

Com o objetivo de investigar a ‘escolha de retórica’ e o valor da ‘metalinguagem’ de descrição gramatical para a compreensão de diálogos conservadores e revolucionários em textos produzidos por estes dois autores de destaque no desenvolvimento de gramaticografias castelhana e portuguesa, respectivamente, produzidas na América, levantamos as principais obras de reflexão gramatical destes dois estudiosos. Com ‘principais’, estamos nos referindo aos textos que foram mencionados em crônicas históricas, revisões (bio)bibliográficas e artigos/livros críticos que consultamos.

No quadro 1, apresentamos as principais obras de Andrés Bello em que podemos encontrar reflexões gramaticais:



*Quadro 1: Levantamento dos principais livros e textos gramaticais escritos por Andrés Bello, expostos em ordem cronológica*

<b>ANO DA 1ª EDIÇÃO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>CASA EDITORA</b>	<b>LUGAR DE PUBLICAÇÃO</b>
1835	<b>Principios de la ortología y métrica de la lengua castellana</b>	Imprenta de La Opinión	Santiago (Chile)
1838	<b>Gramática de la lengua latina</b>	Imprenta de La Opinión	Santiago (Chile)
1841	<b>Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana</b>	Imprenta de M. Rivadeneyra	Valparaíso (Chile)
1847	<b>Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos</b>	Imprenta del Progreso	Santiago (Chile)

Andrés Bello publicou outros textos nos âmbitos filosófico, literário, jurídico e histórico. O venezuelano também publicou traduções e, postumamente, mereceu duas coletâneas de suas obras completas. Contudo, não os elencamos aqui, por não estarem circunscritos a nossa proposta de investigação.

Destas quatro ‘principais’ obras mencionadas, verificamos que todas foram publicadas no Chile, isto é, em uma fase madura – pelo menos intelectualmente – de Andrés Bello. À exceção da obra de 1838, as produções do venezuelano são sobre a língua castelhana.

Para a pesquisa proposta, verificamos que, dentre os três livros sobre o castelhana, a **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1847) mostrou-se como a obra de Bello que mais repercutiu na gramaticografia castelhana, além de contemplar, de modo mais sucinto e refletido, os temas gramaticais tratados nas obras anteriores – como a ortologia e os tempos verbais.

De acordo com Trujillo (1988: p. 10), esta gramática seria o exemplo do alto conhecimento oitocentista, um manual de estudo e consulta, um repertório de sugestões

e ideias gramaticais que os hispano-falantes possuem. Num levantamento das reproduções da obra, entramos em contato com reedições publicadas por editoras de distintos países. Algumas destas edições são versões pedagógicas e simplificadas do texto original, para uso em escolas americanas (BELLO, 1884, 1886). A sua atualidade e impacto, além disso, também são visíveis ao constatarmos a existência de reedições datadas de 1988 a 2002.

Essa obra foi bem recebida e bastante difundida na América. Ela parece assumir traços de um diálogo de conflito com a tradição ao insistir, por exemplo, no prólogo, na necessidade de uma independência do modelo latino de descrição, que, na visão do autor, ainda vigorava nos estudos hispânicos, já que “*No debemos pues aplicar indistintamente a un idioma los principios, los términos, las analogías en que se resumen bien ó mal las prácticas de otros*”<sup>33</sup> (BELLO, 1853 [1847]: p.II).

Pela impossibilidade de contato confiável<sup>34</sup> com a primeira edição, resolvemos adotar como material de pesquisa a terceira edição da obra. A seleção desta edição deu-se por ser a mais antiga encontrada e, também, uma reedição da primeira (**Obras Completas**, 1995). Nela, podemos encontrar notas críticas de Francisco Merino Ballesteros (?) devidamente sinalizadas, não permitindo que estas sejam confundidas com o texto original de Bello.

Considerando que edições posteriores renomadas desta **Gramática**, como as que contam com textos de Rufino José Cuervo (Colômbia, 1844 – 1911) e Amado Alonso (Espanha, 1896 – 1952), apresentam quinze notas que Andrés Bello foi agregando à primeira edição (até a quinta), decidimos também por incluir estas notas posteriores escritas pelo venezuelano em nosso *corpus*.

No entanto, a preferência que damos ao uso da primeira ou mais antiga edição encontrada da **Gramática** decorre de nosso alinhamento metodológico com o **Projeto Documenta, Gramaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica** (ALTMAN & COELHO 2006–), um estudo coletivo que vem sendo

---

<sup>33</sup> Mantivemos em espanhol os fragmentos retirados das obras de Bello, pois fazem parte dos nossos objetos de análise e, por isso, podem conter informações relevantes sobre a língua em foco. Os demais textos críticos em espanhol, de outras autorias, foram traduzidos. Nestes casos, reproduzimos os trechos originais em notas de rodapé.

<sup>34</sup> Encontramos uma digitalização virtual da edição que seria a primeira. Contudo, como este arquivo não estava vinculado a nenhuma biblioteca digital ou instituto de pesquisa, preferimos continuar trabalhando com esta terceira edição.

realizado pelos pesquisadores do CEDOCH (Centro de Documentação em Historiografia Linguística) desde 2006, centrado, de modo bastante sintético, no estudo de gramáticas de línguas distintas, todas do contexto ibero-americano. Esta metodologia, que será mais bem detalhada no subitem 2.3. CRITÉRIOS DE ANÁLISE, recomenda, para padronização dos dados, o uso das primeiras edições de textos gramaticais estudados.

Abaixo, apresentamos o Quadro 2 que elenca os principais textos e obras de Manuel Said Ali que contêm reflexões gramaticais:

*Quadro 2: Levantamento dos principais livros e textos gramaticais escritos por Manuel Said Ali, expostos em ordem cronológica*

<b>ANO DA 1ª EDIÇÃO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>CASA EDITORIA</b>	<b>LUGAR DE PUBLICAÇÃO</b>
1894	<b>Nova grammatica alleman</b>	Laemmert	Rio de Janeiro
1895	“Estudos de Linguística – verbos sem sujeito segundo publicações recentes” (artigo publicado na <b>Revista Brasileira</b> )	Sociedade – Revista Brasileira	Rio de Janeiro
1895	“Estudos de Linguística – a collocação dos pronomes pessoaes na linguagem corrente” (artigo publicado na <b>Revista Brasileira</b> )	Sociedade – Revista Brasileira	Rio de Janeiro
1895	“Estudos de Linguística – a accentuação segundo publicações recentes” (artigo publicado na <b>Revista Brasileira</b> )	Sociedade – Revista Brasileira	Rio de Janeiro
1898	“Questões orthographicas” (artigo publicado na <b>Revista Brasileira</b> )	Sociedade – Revista Brasileira	Rio de Janeiro

1905	<b>Vocabulário ortographico precedido das regras concernentes as principaes difficuldades ortographicas da nossa língua</b>	Laemmert	Rio de Janeiro
1908	<b>Difficuldades da língua portugueza: estudos e observações</b>	Laemmert	Rio de Janeiro
1914	“Correções injustas” [todo e todo o] (artigo do <b>Anuario do Colegio Pedro II</b> )	Colégio Pedro II	Rio de Janeiro
1919	<b>Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações</b> [2ª edição revista e augmentada]	Bernard Freres	Rio de Janeiro
1921	<b>Lexeologia do portuguez historico</b>	Melhoramentos	São Paulo
1923	<b>Formação de palavras e sintaxe do português histórico</b>	Melhoramentos	São Paulo
1923	<b>Gramática elementar da língua portuguesa</b>	Melhoramentos	São Paulo
(1923?)	<b>Gramática secundária da língua portuguesa</b>	Melhoramentos	São Paulo
1930	<b>Meios de expressão e alterações semânticas</b>		
1931	<b>Gramática histórica da língua portuguesa</b>	Melhoramentos	São Paulo
1956	<b>Acentuação e versificação latinas: observações e estudos</b> (obra póstuma)	Simões	Rio de Janeiro
1975	<b>Investigações filológicas</b> (obra		

	póstuma)		
--	----------	--	--

Deste grupo de obras, decidimos selecionar como material de análise a segunda edição do compêndio **Difficuldades da Língua Portuguesa**, por (i) ser a primeira grande publicação de Said Ali com notável repercussão e revisitação posterior, e (ii) por reunir alguns artigos publicados no século XIX, embora revisados e, como o próprio autor diz, “melhorados”, em relação à primeira edição: “*Poucas emendas soffreram os capitulos antigos, exceptuando o da collocação dos pronomes, o qual, desdobrado agora em duas partes, foi quasi todo escripto de novo*” (Prefácio da segunda edição (1919[1908]: p. V).

Pelo fragmento anterior, podemos dizer que a segunda edição da obra, revista pelo autor, reestrutura a primeira e a complementa: seria – portanto – uma versão mais acabada de seu pensamento. No entanto, o cotejo que realizamos entre a primeira e a segunda edições das **Difficuldades** ressaltam que Said Ali acrescenta cinco capítulos à obra de 1919, tornando-a bastante diferente da publicada em 1908. Apresentamos, a seguir, o Quadro 3, que resume este cotejo e informa: (a) na coluna 1, os capítulos presentes nas **Difficuldades** (1919[1908]), expostos na ordem em que aparecem no compêndio; e, (b) na coluna 2, a ausência ou presença deste capítulo na primeira edição.

*Quadro 3: Cotejo entre os capítulos que compõem as duas primeiras edições da obra **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919; 1908)*

<b>CAPÍTULO DAS DIFFICULDADES (1919[1908])</b>	<b>PRESENÇA NAS DIFFICULDADES (1908)</b>
1. Phenomenos de intonação	SIM
2. Collocação des pronomes pessoaes regidos de infinitivo ou gerúndio.	SIM [junto ao cap. 2]
3. Collocação dos pronomes pessoaes regidos de formas verbaes finitas.	SIM [junto ao cap. 2]
4. O infinitivo pessoal	SIM
5. Verbos sem sujeito	SIM
6. O pronome “se”	SIM

7. Todo o Brasil e todo Portugal	NÃO
8. Haver e Ter	NÃO
9. Participios duplos	NÃO
10. O Futuro	NÃO
11. Nomes próprios geográficos	SIM

Além de ser mais completa e bastante modificada, as **Difficuldades** de 1919 são a mais antiga edição da obra revisitada por estudiosos, inclusive da contemporaneidade. Como já referimos anteriormente, é nesta edição que encontramos a precoce e frequentemente mencionada referência que Said Ali faz a Ferdinand de Saussure, um indício de que esta obra foi modificada em um momento de recepção das novas propostas europeias para o estudo das línguas.

Por fim, vale dizer que, nesse compêndio, encontram-se soluções gramaticais classificadas como ‘inovadoras’, sendo algumas delas respeitadas até a atualidade. Este é o caso da análise que Said Ali faz da partícula *se* do português, frequentemente associada ao sujeito das orações passivas sintéticas. Esta discussão é lembrada por linguistas do século XXI, como Marcos Bagno:

“Quase cem anos nos separam da primeira edição das *Difficuldades da língua portuguesa*, de Said Ali, publicada em 1908. Nesta obra, enriquecida em 1919 com seis novos capítulos, o grande filólogo empreende uma análise ‘límpida, lapidar e legítima’, como avalia Monteiro (1991: 148), do problema de classificação da partícula *se* nas orações chamadas “passivas sintéticas” ou “passivas pronominais” [...].” (BAGNO, 2001: p. 125)

“Atribuir ao *se* a função de sujeito é possível, segundo Said Ali, ‘se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só têm que ver com as ideias que as palavras atualmente simbolizam (1919:147).’” (BAGNO, 2001: p. 125)

Dessa forma, os materiais *principais* de análise selecionados para a presente pesquisa foram:

- BELLO, Andrés (1781 – 1865). **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Madrid: Imprenta de la biblioteca económica de educación y enseñanza, 1853 [1847].
- SAID ALI, Manuel (1861 – 1953). **Dificuldades da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919[2ª edição - revista pelo autor].

A seleção que fizemos procura colocar em foco os diálogos com a tradição presentes nas obras gramaticais de Bello e Said Ali, levando em conta o forte impacto de seus textos na consolidação de estudos gramaticais no contexto americano de falas portuguesa e castelhana.

### 2.3. CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Como já dissemos anteriormente, esta pesquisa vincula-se a um projeto maior, o ***Documenta, Gramaticae et Historiae: Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica*** (ALTMAN & COELHO 2006 –), que tem por objetivo constituir um banco de dados que reúna: (a) versões eletrônicas de textos gramaticais representativos da tradição iberoamericana; (b) um conjunto de dados que contextualizem esses textos; e (c) o mapeamento da metalinguagem que tem caracterizado esta tradição.

O presente estudo compartilha da metodologia deste projeto mais amplo. Em um primeiro momento, realizamos a reprodução digital dos textos, por meio de fotografia. Esta fase não incluiu Bello (1853 [1847]), obra já digitalizada pela Biblioteca Nacional de España. O texto de Said Ali, de 1919, foi fotografado nos primeiros meses desta pesquisa e pode ser encontrado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo.

Buscando uma metodologia para o tratamento dos aspectos aqui privilegiados, a ‘escolha de retórica’ e a ‘metalinguagem’, seguimos uma proposta bastante geral de Koerner (1989: p. 55) e outros historiógrafos, para os quais o estudioso da História da Linguística deve tentar estabelecer e analisar, além dos fatores mais concernentes ao ‘conhecimento linguístico’ produzido, também aqueles que se referem ao ‘contexto’ em que certo(a) autor(a)/disciplina e suas ideias/práticas estão inseridas, já que o conhecimento não se produz em situação de isolamento desses aspectos. Segundo

Koerner (1989: p. 52), não se pode desprezar, por exemplo, o fato de que “razões ideológicas, sociais, políticas e outras podem decidir que linha de pensamento constitui o principal foco de atenção em certo período<sup>35</sup>”.

Considerando a importância de tais fatores ‘externos’, o nosso segundo passo, dado em sequência à reprodução digital/fotográfica das obras, foi uma tentativa de reconstrução do contexto de produção das gramáticas de Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]). Para tanto, levantamos, em fontes biobibliográficas diversificadas, informações como as relativas à biografia dos autores, os objetivos, contextos de produção e recepção das obras, as possíveis influências recebidas e exercidas por elas e o ‘clima de opinião intelectual’ nos contextos em que tais trabalhos emergem.

Além de oferecer uma contextualização das obras e autores em questão, o levantamento de dados ‘externos’ mostrou-se relevante para uma reflexão sobre as passagens dos textos em que eram explicitadas ‘escolhas de retórica’.

A fim de compreendermos, de modo mais global, tanto as redes terminológicas como as ‘escolhas de retórica’ feitas pelos autores em questão nas obras selecionadas, realizamos, em um terceiro momento, o levantamento da terminologia completa de descrição, da qual destacamos termos:

- i) *gramaticais*, relacionados à descrição e sistematização do português e do castelhano;
- ii) *de referência externa*

Para tanto, utilizamos alguns critérios propostos por Zwartjes, Altman & Farfán (2006), chegando a conjuntos de termos que:

- (a) foram empregados com nítida intenção metalinguística;

**Alfabeto** (BELLO, 1853[1847]: p. 2): “la reunión de las letras ó caracteres que los representan es nuestro ALFABETO”

- (b) embora façam ou fizessem parte do vocabulário corrente, foram utilizados com intenção metalinguística;

**Atração** (SAID ALI, 1919[1908]: p. 31): “Antes de expôr as condições em virtude das quaes o pronome se desloca, cumpre entendermo-nos sobre o

---

<sup>35</sup> Do original: “ideological, social, political, and other reasons may decide which line of thought constitutes the ‘mainstream’ focus of attention at a given period”.



sentido em que se hade tomar a palavra ‘atracção’. Trata-se de uma metáfora, porque em todo o vocabulário da língua não existe uma única palavra dotada de força immanente que determine a aproximação de outras palavras. Mas o termo, traiçoeiramente sugestivo, tem dado lugar a deploráveis erros, a discussões sem fim, e a curiosos excessos de gramática”;

Ao lado desses termos de referência mais ‘interna’ (i), buscamos também os que remetessem a certas dimensões contextuais (ii), tais como aqueles que:

(c) se referem a lugares e variedades linguísticas;

**Hispano-América** (BELLO, 1853[1847]: p. 140): “En varias provincias de España y de Hispano-América se hace un uso impropio de la forma en *se* (*cantase, hubiese cantado*, en la apódosis de las oraciones condicionales que llevan negación implícita. Dícese, por ejemplo, «Yo te *hubiese* escrito, si aubiera tenido ocasión,» en lugar de *yo te hubiera ó te habría escrito*. Esta corrupción es comunísima en las repúblicas Australes, y debe cuidadosamente evitarse.”

(d) refletem a visão do autor ou o ‘clima intelectual’ de sua época sobre a forma de nomeação do português ou do castelhano e/ou trazem informações complementares sobre tal modo de nomear;

**Língua castelhana** (BELLO, 1853[1847]: p. 1): “Se llama lengua *castellana* (y con menos propiedad *española*) la que se habla en Castilla, y que con las armas y las leyes de los castellanos pasó a la América, y es hoy el idioma común de los estados hispanoamericanos.”

(e) refletem a visão do autor ou o ‘clima intelectual’ de sua época sobre a língua, a linguagem ou outras línguas e/ou trazem informações complementares sobre elas;

**Língua** (BELLO, 1853[1847]: p. I): “cada lengua tiene su teoría particular, su gramática”

(f) referem-se a personagens, autores, obras e/ou ideias da época;

**Soares Barbosa** (Portugal, 1737-1816) (SAID ALI, 1919[1908]: p. 87-88): “Chamam-lhe doutrina de Soares Barbosa e como dogma parecem aceitar-a; mas admira que, tendo atirado a um canto e entregue ás traças todo o resto da Grammatica Philosophica desse autor, por inconciliável com as nossas idéas de hoje, julguem uma irreverência entregar ao mesmo destino as paginas com as regras sobre o infinitivo.”

(g) representam a forma de nomeação típica dos estudiosos ou da tradição descritiva a que se vincula o autor.

**Filólogo** (SAID ALI, 1919[1908]: p. 101): “O Sr. Candido de Figueiredo não é philologo; escreve por palpite, e não lê autores senão por alto.”

A realização destas três etapas (digitalização, contextualização e levantamento da terminologia de descrição gramatical) foi pertinente para a obtenção de informações gerais de ordem ‘externa’ e ‘interna’.

Além disso, estas etapas contribuíram para a seleção de temas gramaticais a serem estudados mais profundamente, no que concerne à análise metalinguística. Este recorte de temas mostrou-se necessário, visto que tal análise exige o exame de aspectos diversos e complexos. Por este motivo, e adotando como critério o fato de terem se perpetuado na gramaticografia posterior como tratamentos ‘inovadores’, decidimos tratar, nesta dissertação, da análise da metalinguagem empregada por Said Ali na descrição da ‘colocação pronominal’ e do ‘infinitivo flexionado’, presente nas **Difficultades** (1919[1908]); e, em Bello, da relação entre ‘pronomes-artigos’ e da sistematização dos ‘modos e tempos verbais’ da língua castelhana (1853[1847]).

Com relação à análise dos termos relacionados a estes temas gramaticais, atentamos, principalmente, para os seguintes parâmetros:

- a) **Significante:** isto é, expressão metalinguística empregada para tratar de um dado/fenômeno da língua-objeto.
- b) **Significado:** a definição proposta pelo autor para aquele tipo de dado/fenômeno.
- c) **Exemplos:** os dados linguísticos apresentados, sua natureza e *status* dentro do sistema, segundo os próprios autores.
- d) **Taxionomia:** isto é, a rede terminológica a que cada termo selecionado estava vinculado.

Considerando que os dois estudiosos mencionam vários autores em suas obras, para uma análise ‘interna’ detalhada, decidimos delimitar a apuração do tratamento dado às quatro questões baseadas em dois critérios: para Bello, averiguamos as sistematizações presentes nas quatro obras que cita no prólogo como bases para a elaboração da **Gramática de la lengua castellana**; para Said Ali, examinamos as obras com as quais o brasileiro dialoga, no próprio capítulo das **Difficultades da Língua Portuguesa** sobre o tema selecionado.

A escolha por dois critérios diferentes derivou da natureza e característica dos nossos materiais *principais*. Enquanto o texto de Bello é uma gramática, a obra de Said Ali é um compêndio de artigos. Os diálogos de Bello com outros autores se revelam no prólogo, enquanto os de Said Ali estão concentrados nos textos dos capítulos. Outras

decisões particulares, derivadas de especificidades encontradas ao longo da análise destes quatro temas, serão pontualmente explicadas no Capítulo 4.

Finalmente, a reunião dos dados ‘externos’ em especial os ‘retóricos’ e ‘internos’ nos possibilitou fazer uma reflexão integradora, que revelou tanto o papel da ‘escolha de retórica’ e da ‘metalinguagem’ no delineamento de específicos esquemas gramaticais, quanto a importância de se considerá-los para uma discussão que julgamos mais profunda a respeito das várias faces dos estudos gramaticais na América do Sul.

#### 2.4. PADRÕES TIPOGRÁFICOS

Ao longo desta dissertação, seguimos preferencialmente as instruções da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), compiladas e recomendadas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da USP na apostila **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso** (2009).

Não obstante, devido aos objetivos desta pesquisa e aos tipos de materiais que nela foram manipulados, estabelecemos alguns padrões tipográficos específicos para sanar ambiguidades quando mencionamos exemplos, expressões metalinguísticas, trechos retirados da bibliografia secundária etc. Em outras palavras, estamos nos referindo às seguintes decisões tomadas:

- usamos aspas simples (‘ ’) - para indicar que a expressão adquire um sentido específico (metalinguístico) neste trabalho. Exemplos recorrentes serão as expressões como ‘escolha de retórica’ e ‘tradição’ que, como indicamos no Capítulo 1, ganham aqui definições particulares.
- usamos aspas duplas (“ ”) - para assinalar expressões ou trechos retirados de obras devidamente referidas, independentemente do número de linhas.
- usamos o estilo *itálico* - para apontar os termos, exemplos ou fragmentos de até três linhas mencionados em obras gramaticais, tal qual aparecem no original, sendo este discriminado no momento de citação.
- usamos o estilo **negrito** - para assinalar uma palavra ou expressão que mereceu destaque (também tipográfico) na obra referenciada. Nestes casos, indicamos pontualmente, em notas de rodapé, o modo de realce original.

Concluímos ressaltando que apresentamos, no corpo da dissertação, versões traduzidas de fragmentos retirados de textos críticos sobre as obras gramaticais das quais tratamos. Os trechos originais são devidamente apontados em notas de rodapé. Por sua vez, os trechos que citamos, pertencentes a obras gramaticais, foram conservados em sua língua e ortografia originais – isto é, não os traduzimos nem adaptamos – pois acreditamos que a alteração desses textos poderia trazer algum impacto sobre a análise metalinguística que realizamos.

### CAPÍTULO 3. A ‘ESCOLHA DE RETÓRICA’ E OS DIÁLOGOS COM A TRADIÇÃO

Nas linhas a seguir, buscamos reunir informações biográficas e bibliográficas de Andrés Bello e Manuel Said Ali. Trata-se de uma análise que se baseou em levantamento de dados potencialmente relevantes para explicar a ‘escolha de retórica’ assumida por cada um deles nas obras **Gramática de la lengua castellana** (1853[1847]) e **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919[1908]), respectivamente.

Conforme ressaltamos no Capítulo 1, a ‘escolha de retórica’, segundo Murray (1994), tenderia a estar relacionada a variáveis sociais – destacando-se, entre elas, a ‘idade profissional’, o ‘acesso ao reconhecimento’ e a ‘condição de elite’. Além de perseguir essas variáveis, esta tentativa de reconstrução de aspectos ‘externos’ procurou contemplar outros aspectos, aparentemente relevantes, do contexto sócio-institucional e intelectual em que os autores desenvolveram seus trabalhos.

#### 3.1. ANDRÉS BELLO

Andrés de Jesús María y José Bello Lopes (1781 – 1865) nasceu na Venezuela, em uma família colonial de Caracas, cidade de intensa produção cultural na época (CALDERA, 1965[1935]: p.19). Filho de Bartolomé Bello (advogado, fiscal e músico) e Ana Antonia López, o gramático, segundo diferentes fontes, pertenceu a uma família estudada e, desde a infância, teve acesso a uma educação de alto nível naquele contexto.

Teve como mestre o destacado latinista Cristóbal de Quesada (1750 – 1796) e foi educado no Convento de la Merced (JAKSIC, 2007: p. 40), ambiente de erudição que lhe teria permitido entrar em contato com obras literárias diversas e aperfeiçoar seus conhecimentos de latim.

Conhecedor também de inglês e francês, quando adulto, Bello ingressou na Real y Pontificia Universidad de Caracas e formou-se em Artes, Direito e Medicina. Entre seus colegas deste período, encontram-se Alexander Humboldt (1769 – 1859) – com quem pode ter conversado sobre os estudos do irmão, o linguista Wilhem Von Humboldt (1767 – 1835) – e entre seus alunos particulares, Simón Bolívar (1783 – 1830).

Na Venezuela, Bello foi um estudioso que parece ler com frequência os jornais e livros europeus (CALDERA, 1965[1935], p. 20). Escreveu textos jornalísticos e poesias (MONEGAL, 1969: p. 19), sendo um dos primeiros a contribuir para os nascentes periódicos venezuelanos — como o **Gaceta de Caracas**, cuja primeira edição data de 1808.

Em 1810, Bello foi enviado em missão diplomática a Londres, onde – além de trabalhar para os governos da Venezuela, do Chile e da Colômbia – ministrou aulas de espanhol e humanidades (MONEGAL, 1969: p. 41). Paralelamente, continuou a exercer a atividade jornalística, na função de redator principal, junto de Juan García del Río (Colômbia, 1794 – 1856) - dos periódicos **Repertorio Americano**<sup>36</sup> e **Biblioteca Americana**.

Embora tenha vivido mais de uma década no exterior, o venezuelano teria demonstrado interesse constante em voltar à América. Primeiro, porque sua vida no continente europeu foi, segundo alguns esboços biográficos, marcada por grandes dificuldades econômicas (cf. CALDERA, 1965[1935]; MONEGAL, 1969; BOCAZ, 2000). Segundo, porque o autor pareceu não abandonar a reflexão sobre a situação política e social americana, informação que podemos depreender, dentre outras fontes, de suas próprias poesias, nas quais revela posição a favor de uma separação da administração espanhola, cuja atitude qualifica como “*de tirania*” no poema “El himno de Colombia” (em **Obra literaria**, 1985: p. 49). De acordo com Monegal (1969: p. 51):

“Todas essas atividades, penosas e (pode-se conjecturar) escassamente remuneradas, não fazem com que [Bello] perca contato com os países americanos aos quais continua servindo, indiretamente, ao refutar informações difundidas pela imprensa britânica ou ao manter-se em constante comunicação com políticos interessados pela causa da independência hispano-americana”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Em 1919, circulou uma revista de mesmo nome na Costa Rica. Dirigida por Joaquín García Monge (1881 – 1958), o periódico do século XX seria uma homenagem ao original e teria a proposta de homologar o “modelo de revista” de Bello, atualizando apenas os conteúdos (cf. MEDINA, s/d).

<sup>37</sup> Do original, em espanhol: “Todas estas actividades, penosas y (puede conjeturarse) escasamente remuneradas, no le hacen [a Bello] perder contacto con los países americanos a los que continúa sirviendo, indirectamente, al refutar especies difundidas por la prensa británica o al mantenerse en constante comunicación con políticos a los que interesa la causa de la independencia hispanoamericana”

Bello desenvolveu o que tem sido caracterizado como certo patriotismo americanista, visto tanto em suas produções poéticas<sup>38</sup>, como em descrições gramaticais:

“Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragon y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada. En ellas se peca mucho menos contra la pureza y correccion del lenguaje que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy día aun las obras mas estimables de los escritores peninsulares.” (BELLO, 1853[1847]: p. VII)

Este contexto político e social no qual esteve inserido, juntamente com o amplo conhecimento que possuía das correntes intelectuais europeias, em especial as francesas e inglesas (VELLEMAN, 1976), parece ter contribuído para a proposição de sistematizações ‘inovadoras’ na gramaticografia castelhana, embora aponte ter tomado como material-base apenas textos espanhóis.

Seu destino de regresso, no entanto, foi o Chile, no ano de 1829. Entre 1830 e 1853, Bello tornou-se diretor das seções estrangeira, de letras e de ciência do periódico **El Araucano**. Além da atividade jornalística, ministrou aulas na Faculdade de Santiago e no Instituto Nacional. Alçou-se, em 1843, ao cargo de reitor da recém-criada Universidade do Chile. Durante este período, ocupou cargos públicos, como o de ministro de Relações Exteriores, e reformulou as leis chilenas ao redigir o **Código Civil de la República de Chile** (1856). Nesta etapa, publicou a **Gramática de la lengua castellana** (1847), obra posterior a outros textos de Bello sobre língua, como os **Principios de ortología y métrica de la lengua castellana** (1835) e a **Gramática de la lengua latina** (1838).

---

<sup>38</sup> Para este caso, referimo-nos a versos como: “De la Patria es la luz que miramos./ de la Patria la vida es un don./Verteremos por ella la sangre,/por um bárbaro déspota no.” (“El Himno de Colombia”, in **Obra literaria**, 1985).

### 3.1.1. O AUTOR E AS VARIÁVEIS SOCIAIS

O século XIX na América do Sul, principalmente durante as décadas iniciais, é marcado por conflitos e reformulações político-sociais nas ex-colônias, que até então estavam vinculadas política, econômica e intelectualmente às metrópoles europeias. Estas reformas estiveram relacionadas às ideias que circularam na sociedade do Antigo Continente e que chegavam à América com notável atraso. Em geral, tais ideias provinham da França e da Inglaterra.

Bello incluiu-se no contexto de contato com textos europeus, inclusive por ter vivido mais de década neste continente. Segundo Jaksic (2007: p. 44), entre as leituras de Bello, figuram textos filosóficos modernos, que buscavam unir as ideias de Étienne Bonnot de Condillac (França, 1714 – 1780) e John Locke (Inglaterra, 1632 – 1704) com aquelas vinculadas à escola francesa ideológica. Em linhas gerais, podemos dizer que estas correntes buscavam estudar a experiência como base para a formulação das ideias. De fato, Bello investigou e aprofundou seus conhecimentos filosóficos, chegando a produzir a obra **Filosofía del Entendimiento**, publicada, postumamente, em 1881.

Como já adiantamos, na Venezuela, Bello teve uma estreita relação com Simón Bolívar<sup>39</sup> e Alexander Humboldt. O humanista venezuelano teria ensinado, ainda na América, literatura e geografia ao futuro ‘libertador’<sup>40</sup>. Esta relação se estenderia ao continente europeu, já que ambos estiveram em Londres durante um mesmo período. O contato entre Bello e Humboldt se deu na Venezuela, entre 1799 e 1800. Em 1799, Alexander Humboldt chegou a Caracas e fez amizade com Bello (MONEGAL, 1969: p. 25). É possível que Humboldt tenha apresentado, em alguma medida, certas notícias sobre a filosofia da linguagem que seu irmão – Wilhelm Von Humboldt (Alemanha, 1767 – 1835) – vinha desenvolvendo<sup>41</sup>. De acordo com Velleman (1976: p. 9), a vida em Caracas teria ainda permitido a Bello conhecer as gramáticas filosóficas francesas.

---

<sup>39</sup> Como sabemos, Simón Bolívar é conhecido como militar venezuelano e figura de destaque do processo de independência de ex-colônias americanas – Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá – frente ao poderio espanhol.

<sup>40</sup> O título de ‘libertador’ atribuído a Bolívar já foi problematizado por Benjamin Constant, seu contemporâneo. O intuito aqui não é nos aprofundar nesta questão, mas apenas retomar o epíteto. Restringimo-nos a indicar que a argumentação de Constant vai na direção de que Bolívar adotou medidas pouco libertárias, como, por exemplo, a transgressão de leis e a dissolução da Câmara dos Deputados. Para mais informações, cf. CONSTANT, 1980[1815].

<sup>41</sup> Em linhas bastante gerais, podemos dizer que os estudos de Wilhelm Von Humboldt, voltados para o estabelecimento da origem da linguagem, originaram um sistema de classificação das línguas encontradas no mundo (AMSTERDANSKA, 1987: p.40). Além disso, Humboldt via a língua como a materialização



Na Inglaterra, Bello conheceu José María Blanco White (Espanha, 1775 – 1841), polígrafo espanhol, em cujo jornal, **El Español**, o gramático também escreveu. Além de propiciar essa experiência profissional, Blanco White teria facilitado a entrada de Bello em um certo círculo intelectual inglês:

“Blanco White [...] coloca Bello em contato com aqueles que se interessavam pela causa dos americanos e dos liberais espanhóis: com o Dr. James Moore [...], e com o coronel John Murphy[...].”<sup>42</sup> (MONEGAL, 1969: p. 47)

Segundo a bibliografia especializada (CALDERA, 1965[1935]; MONEGAL, 1969; JAKSIC 2007), Bello, nesse período em Londres, entrou em contato com intelectuais de renome, como Jeremy Bentham (1748 – 1832), James Mill (1773 – 1836) e John Stuart Mill (1806 – 1873). Além disso, estabeleceu relações com José María Blanco White (1775 – 1841), Antonio Puigblanch (1775 – 1840) e Vicente Salvá (1786 – 1849). Os dois últimos foram estudiosos do espanhol que Bello diz seguir em sua **Gramática** (1853[1847]), enquanto a relação que estabeleceu com os demais eruditos talvez tenha contribuído para sua inclinação ao empirismo.

A terra londrina parece ter sido efetivamente um local de intensas relações sociais e intercâmbios profissionais. Bello se correspondeu com Bartolomé José Gallardo<sup>43</sup> (1776 – 1852), Francisco Antonio Zea<sup>44</sup> (1766 – 1822) e José de Irisarri<sup>45</sup> (1786 – 1868). Também estabeleceu contatos com José Canga Argüelles<sup>46</sup> (1770 – 1843) e Joaquín Lorenzo Villanueva<sup>47</sup> (1757 – 1837). Teria feito amizade com José Fernández Madrid<sup>48</sup> (1789 – 1830), José Joaquín de Olmedo<sup>49</sup> (1780 – 1847) e Mariano

---

do pensamento e como uma forma de laço entre os falantes de determinado idioma. Assim, para ele, “o fenômeno da identificação ou do afastamento entre os indivíduos é estabelecido através da língua, único armazém cultural que os seres humanos possuem” (MILANI, 2000: p. 91). Vale lembrar que, de modo semelhante, Andrés Bello evidencia no prólogo à sua **Gramática** sua opinião a respeito da necessidade de estabelecer uma unificação linguística na América Hispânica para que haja um fortalecimento do vínculo existente entre os americanos.

<sup>42</sup> Em espanhol: “Blanco White [...] lo (Bello) pone en contacto con quienes se interesaban por la causa de los americanos y de los liberales españoles: con el Dr. James Moore [...], y con el coronel John Murphy [...].”

<sup>43</sup> Erudito espanhol que viveu exilado na Inglaterra entre 1814 e 1820. Dedicava-se a estudos filológicos (MONEGAL, 1969: p. 56).

<sup>44</sup> Ministro colombiano, que organizava reuniões das quais Bello participava (MONEGAL 1969: p. 58).

<sup>45</sup> Militar guatemalteco.

<sup>46</sup> Político espanhol.

<sup>47</sup> Sacerdote espanhol ligado ao jansenismo, corrente que propunha uma leitura crítica de textos teológicos.

<sup>48</sup> Ministro colombiano que residiu na Inglaterra.

de Egaña <sup>50</sup>(1793 – 1846). O período londrino, como vimos, teria propiciado o contato de Bello com o método científico-descritivo, de grande importância na cultura britânica da época.

Devido à recepção de seus textos jornalísticos, podemos dizer que, o gramático venezuelano gozou de certo grau de aceitação em sua época. A revista **Biblioteca Americana** – na qual Bello escrevia— obteve elogios da crítica. Entretanto, não teve vida longa por questões monetárias, já que “*era muito cara e o dinheiro das assinaturas americanas, sem o qual não se podia continuar publicando a revista, demorava a chegar e, muitas vezes, nem chegava*”<sup>51</sup> (MONEGAL, 1969: p. 68).

As principais dificuldades de publicação e divulgação com as quais Bello se debateu estavam, aparentemente, relacionadas à falta de recursos financeiros – e não a uma falta de reconhecimento dos pares. Inclusive, estas privações foram, ao que parece, um impulso para o regresso de Bello ao continente americano:

“Apesar de Londres constituir até então um centro cultural de primeira ordem e de Bello estar tão à vontade no seu Museu Britânico, a impossibilidade de prover a manutenção adequada de sua família e a educação dos seus filhos (tão cara na Inglaterra), o levou a buscar formas de voltar à América”<sup>52</sup> (MONEGAL, 1969: p. 83)

A partir de 1829, residindo no Chile, Bello logo se inseriu na política. A frequentemente citada personalidade discreta e comedida do venezuelano, além de sua erudição, parecem ter, segundo seus biógrafos, auxiliado na boa receptividade ali alcançada.

No Chile, estabeleceu amizade com outros intelectuais; entre eles, políticos americanos de grande vulto, como Domingo Faustino Sarmiento (Argentina, 1811 – 1888), Diego Portales (Chile, 1793-1837), entre outros. A ligação que estabeleceu com inúmeros políticos certamente contribuiu para alimentar em Bello o engajamento nesta

---

<sup>49</sup> Poeta equatoriano que também atuou na política.

<sup>50</sup> Diplomata chileno.

<sup>51</sup> Tradução do original: “*era muy cara y el dinero de las suscripciones americanas, sin el cual no se podía continuar publicando la revista, tardaba en llegar y muchas veces no llegaba.*”

<sup>52</sup> Originalmente: “*A pesar de constituir entonces Londres un centro cultural de primer orden y de encontrarse Bello tan a gusto en su Museo Británico, la imposibilidad de proveer al mantenimiento adecuado de su familia y a la educación de sus hijos (tan cara entonces en Inglaterra) le empuja a buscar arbitrios para regresar a América.*”

área. Esta veia política parece ter-se transplantado para os estudos da linguagem: ele via na língua, como detalharemos adiante, uma forma de unificar culturalmente os povos americanos.

Vemos que também nesta última fase, até a sua morte, Bello esteve em ambientes de elite e parece ter gozado do reconhecimento de estudiosos europeus e americanos. Antes de publicar sua **Gramática**, participou da criação de uma universidade, outro fator que contribuiu para que se alçasse como um dos principais formadores e eruditos da cultura hispano-americana de seu tempo.

Entre seus seguidores e revisitadores, encontramos figuras como Miguel Luis de Amunátegui (Chile, 1828 – 1888), Rufino José Cuervo (Colômbia, 1844 – 1911), Eugenio Orrego Vicuña (Chile, 1900 – 1959), Amado Alonso (Espanha, 1896 – 1952), Dámaso Alonso (Espanha, 1898 - 1990), entre outros.

### 3.1.2. BELLO E SEU HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1975), Alcina e Blecua (1982), Amsterdanska (1987) e inúmeros outros, na Europa, o século XVIII é marcado pelo aumento do interesse pelos estudos linguísticos, principalmente pela busca da origem da linguagem. O racionalismo observado na obra **Hermes: Or, A Philosophical Inquiry Concerning Language and Universal Grammar** (1751), de James Harris (Inglaterra, 1709 – 1780), é bastante representativo desta corrente na gramaticografia ocidental. Segundo o autor inglês, sua fonte seria o gramático espanhol Sanchez de las Brozas (Espanha, 1523 – 1600). Igualmente, também sabemos que a **Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal** (1660), escrita por Antoine Arnauld (1612 – 1694) e Claude Lancelot (1615 – 1695), deixou marcas na produção do século XVIII e início do XIX. Sinteticamente, podemos dizer que tais obras buscavam traçar os princípios gerais que subsistiam em todas as línguas, embora estes autores apresentassem dados linguísticos de alguns poucos idiomas para sustentar suas generalizações.

Outras ideias do Iluminismo, bastante influentes, que circularam no século XVIII são as contidas na **Encyclopedie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers** (1751 – 1772), produzidas sob a coordenação de Denis Diderot

(França, 1713 – 1784) e Jean d’Alembert (França, 1717 – 1783); as de John Locke (Inglaterra, 1632 – 1704) e as de Étienne Bonnot de Condillac (França, 1714 – 1780).

Mais especificamente na Espanha, o século XVIII tem sido visto tanto como um período de discussão a respeito da origem da linguagem como um momento de realçar a importância do castelhano em relação ao latim. É neste contexto que se funda a Real Academia Española (RAE)<sup>53</sup>, em 1713. Com a finalidade de fixar a língua<sup>54</sup>, que teria chegado ao ‘grau de perfeição’ no século XVII, a instituição publicou – já no século de sua fundação – o **Diccionario de la Lengua Castellana** (1726-1739)<sup>55</sup> – também conhecido como o **Diccionario de Autoridades** –, a **Ortographía Española** (1741) e a **Gramática de la Lengua Castellana** (1771)<sup>56</sup>. Contudo, antes da obra gramatical publicada pela RAE, nesse século, o espanhol também foi objeto da **Gramática de la lengua castellana** (1743), de Benito Martínez Gómez Gayoso (? – ?), e da iniciativa de Gaspar Melchor de Jovellanos (Espanha, 1744 – 1811), que publicou os **Rudimentos de gramática general** (1795), trazendo explicitamente à tradição hispânica as ideias racionalistas (cf. ARNOUX, 2008).

Com efeito, é no começo do século XIX que a gramaticografia hispânica registra os principais influxos racionalistas do século XVIII (cf. ALCINA e BLECUA, 1982: p. 84-85). Os **Elementos de gramática castellana** (1818) e os **Principios de gramática general** (1835) - de Juan Manuel Calleja (? – ?) e José Gómez de Herosilla (Espanha, 1771 – 1837), respectivamente - indicariam a presença desta abordagem nos estudos do castelhano. Este último é explicitamente citado por Bello em sua **Gramática**.

A obra de Vicente Salvá, intitulada **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla** e publicada em 1830<sup>57</sup>, parece romper com a base filosófica desta tradição, propondo deter-se na descrição de dados linguísticos retirados do uso<sup>58</sup>,

<sup>53</sup> Outras academias já haviam sido fundadas na Europa. Como exemplos, citamos a Academia della Crusca (1583) e a Academia Francesa (1634).

<sup>54</sup> As obras da RAE possuem um caráter normativo e totalizante, sendo a gramática considerada por Arnoux (2008: p. 224) como uma “gramática de Estado”.

<sup>55</sup> Período em que se publicaram os seis volumes da obra.

<sup>56</sup> Para mais informações, cf. LÓPEZ MORALES 2008[2004].

<sup>57</sup> Nos estudos historiográficos, encontramos esta data de publicação da primeira edição da obra de Salvá. No entanto, em uma advertência da segunda edição de sua **Gramática**, encontramos indícios de que a primeira edição teria sido publicada em 1831, e não em 1830. Buscamos encontrar a primeira edição para sanar a dúvida, mas, até o momento, não pudemos localizá-la. Apontamos, então, a necessidade de uma investigação mais específica para solucionar esta indecisão de datas.

<sup>58</sup> Uso, nessa gramática, é entendido como a variedade linguística utilizada pelas pessoas cultas.

embora admita a possibilidade de dividir a oração em três partes<sup>59</sup>, realçando a importância maior que certas categorias gramaticais conteriam. Frequentemente citada por Andrés Bello, a obra de Salvá volta-se para a educação dos jovens e tem por finalidade declarada uma exposição clara e objetiva das regras gramaticais ‘usuais’, visando uma análise da linguagem característica daquele momento:

“Hé aquí patente la necesidad de que los autores de gramáticas se persuadan, al escribirlas, de que no van á formar y plantear una lengua á su sabor, sino á explicar de qué manera la hablan y escriben los que respetamos como sus modelos. No es lo mismo trazar una gramática general, que escribir la de una lengua particular. El ideólogo toma una especie de este idioma y otra de aquel, y analizando el rumbo y progresos del discurso humano, describe las lenguas como cree que se han formado, ó que debieron formarse. Pero al escritor de la gramática de una lengua no le es permitido alterarla en lo mas mínimo: su encargo se limita á presentar bajo un sistema ordenado todas sus facciones, esto es, su índole y giro [...]” (SALVÁ, 1852[1830]: p. XVIII)

“Por esto, tanto el que escribe en una lengua, como su gramática, no pueden desviarse del uso, el cual no es siempre filosófico, sino que tiene mucho de caprichoso.” (SALVÁ, 1852[1830]: p. XIX)

Conhecedor da corrente filosófica em gramática, Bello incorpora dela alguns termos - tais como *proposición*, *atributo* e *elipse* - e conceitos – por exemplo, acredita na relação intrínseca entre língua e pensamento; porém, também, rompe com tal corrente ao recusar, por exemplo, uma divisão tripartite da oração, concepção fundamental nesse quadro de reflexão.

Com relação à América espanhola, também se publicam ou se re-editam obras gramaticais sobre o castelhano, como a **Gramática española arreglada por el sistema productivo** (Nueva Granada[atual Colômbia], 1841), de Antonio Benedetti (? - ?), que se apoia na gramática de Salvá (GÓMEZ ASECIO, 2009 : p. 4). Integram este conjunto de obras, até onde pudemos investigar, a **Gramática Española o Principios de la Gramática General aplicados a la lengua española** (Argentina, 1817), de Felipe Senillosa (Espanha, 1783 – 1858); **Gramática y ortografía de la lengua nacional**

---

<sup>59</sup> Neste caso, Salvá (1852[1830]: p. 11) indica tanto a possibilidade de dividir a oração em *nome*, *verbo* e *partículas*, como em nove partes (*nome*, *verbo*, *artigo*, *pronome*, *particípio*, *preposição*, *advérbio*, *interjeição* e *conjunção*).

(1817), de Antonio J. Valdés (Argentina?, ? – ?); **Compendio de la gramática y ortografía castellanas: dispuesto con arreglo a las de la Real Academia Española de la lengua: para el uso de las escuelas de primeras letras** (1820), da Oficina de Juan Bautista de Arizpe (México); **Compendio gramatical de la lengua nacional, llamada castellana** (Argentina, 1821), de José Catalá y Codina (Argentina?, 1780 – 1844); **Compendio de la gramática castellana: ortografía, etimología, sintaxis, prosodia** (Argentina, 1825), de F. J. Molina (Argentina?, ? – ?); **Elementos de la gramática y la ortografía castellana, adoptados por el alto Gobierno en su plan de estudios para la enseñanza de la juventud** (Cuba, 1831), de Álvarez Rosa (Cuba?, ? – ?); **Gramática; Principios analíticos de gramática general, aplicados a la lengua castellana** (Cuba, 1838), de Juan Justo Reyes (Cuba?, ? – ?); **Nuevo epítome de gramática castellana ó método sencillo de enseñar la lengua castellana por los principios generales á la filosofía común de las lenguas** (1842), de Luis de Mata y Araujo (Espanha?, ? – ?); **Elementos de gramática castellana para el uso de las escuelas** (México, 1843), de Manuel Esteban (?, ? – ?); **Tratado de gramática castellana, dedicado a la juventud americana de los pueblos que hablan la lengua española** (Chile, 1844), de Fernando Zegers (?, ? – ?).

Contudo, Bello não faz menção a estas produções latino-americanas. Por este motivo, não nos pareceram relevantes para a reconstrução do ‘horizonte de retrospectão’ assumido pelo estudioso venezuelano.

Nosso intuito aqui é realizar um retrospecto acerca das obras e ideias que, de alguma forma, podem ajudar a melhor compreender os diálogos que Bello estabelece com outros textos/autores, que ressaltaremos no item seguinte<sup>60</sup>.

### 3.1.3. ANÁLISE DA ‘ESCOLHA DE RETÓRICA’ DE BELLO (1853[1847])

De acordo com as reconstruções biográficas e sócio-intelectuais de que nos valemos anteriormente, observamos que Andrés Bello pode entrar em contato com as principais correntes de estudos gramaticais da Europa – principalmente da França, Espanha e Inglaterra – em evidência entre os séculos XVIII e XIX.

---

<sup>60</sup> Para um levantamento completo de textos linguísticos sobre o castelhano produzidos no século XIX, cf. ESPARZA TORRES e NIEDEREHE, 2012.

O levantamento de termos ‘externos’ referentes a personagens e autores (cf. Capítulo 2) mencionados em sua **Gramática** ajuda-nos a delinear o posicionamento ‘retórico’ do estudioso venezuelano que, ao citá-los, pode indicar concordância ou divergência com relação às suas ideias.

Abaixo, listamos todos os autores citados por Bello e, em seguida, comentamos ‘de que maneira’ ocorrem os principais diálogos – se por meio de uma ‘retórica de continuidade’ ou ‘ruptura’ – entre o gramático venezuelano e os estudiosos que ele menciona.

*Quadro 4: Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais na obra de Bello (1853[1847])*

<b>NOME DO AUTOR</b>	<b>DIÁLOGO</b> +(cont.) - (ruptura)	<b>PÁGINAS</b>	<b>OBRA CITADA</b> <sup>61</sup>	<b>PAÍS</b>
<b>Antonio de Nebrija</b> (1444 – 1522)		64		Espanha
Diego de <b>Clemencín</b> (1765 – 1834)	+	71, 78, 166, 177, 241		Espanha
<b>Gregório Garcés</b> (1733 – 1805)	+/-	IV, 257	<b>Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana</b> (1791) <sup>62</sup>	Espanha
<b>Juan Antonio Puigblanch</b> (1775 – 1840)	+/-	IV, 83, 163, 170, 234, 261	<b>Opúsculos gramático-satíricos del Dr. Antonio Puigblanch contra el Dr. Joaquín Villanueva escritos en defensa propia en los que también se tratan materias de interés común</b>	Espanha

<sup>61</sup> Algumas destas obras não são mencionadas pelo autor, mas podem ser inferidas por informações do texto (cita-se, por exemplo, o ano de publicação da obra).

<sup>62</sup> Bello normalmente não cita as datas das obras. Por isso, indicamos o ano da primeira [ou mais antiga] edição que conhecida.

			(1828)	
<b>Prisciano</b> (séculos V-VI)	-/+	III		Mauritânea (atual Argélia)
<b>Real Academia Española</b> <sup>63</sup> (RAE)	+	III-IV, 36, 41, 236		Espanha
Francisco <b>Sanchez de las Brozas</b>	+	242		Espanha
<b>Vicente Salvá Pérez</b> (1786 – 1849)	+/-	IV, 31, 47, 106, 116-117, 118, 166, 167, 169, 184, 199, 203, 209, 222, 225, 234, 239, 245	<b>Gramática de la lengua castellana según ahora se habla</b> (1830)	Espanha

Observando a tabela acima, constatamos que Bello menciona poucos autores de obras/reflexões gramaticais. O venezuelano estabelece diálogos explícitos - de ruptura ou continuidade - com Diego de Clemencín, Gregorio Garcés, Juan A. Puigblanch, Prisciano, Sanchez de las Brozas e Vicente Salvá. Também ocorre o mesmo com a ‘instituição’ Real Academia Española. Nebrija, no entanto, é apenas mencionado na **Gramática de la lengua castellana** devido a uma apropriação que o venezuelano faz de um exemplo linguístico de sua produção gramatical. Poderíamos considerar, por exemplo, a conservação de exemplos linguísticos, como esta em relação a Nebrija, como um sinal de continuidade. Entretanto daremos ênfase às ‘manifestações explícitas’ (de continuidade ou descontinuidade), analisando comentários em que Bello elogia um autor/obra/abordagem ou em que impõe restrições a autor/obra/abordagem.

Dos estudiosos e instituição arrolados no quadro acima, Andrés Bello cita explicitamente apenas quatro como fontes para sua **Gramática**:

“En cuanto á los auxilios de que he procurado provecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia Española, y la Gramática de D. Vicente Salvá. He mirado esta última como el depósito mas copioso de los modos de decir castellanos; como un libro que ninguno de los que aspiran á hablar y escribir correctamente nuestra lengua nativa debe dispensarse de leer y consultar á menudo. Soy tambien deudor de algunas ideas al ingenioso y docto D. Juan Antonio Puigblanch (1), en las materias filológicas que toca por incidencia en sus *Opúsculos*. Ni fuera justo olvidar á Garcés, cuyo libro, aunque solo se

<sup>63</sup> Obviamente, neste caso, trata-se de uma instituição e não de um autor.



considere como un glosario de voces y frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos, no creo que merezca el desden con que hoy se le trata (2)”. (BELLO, 1853[1847]: p. III-IV)

Em síntese, Bello diz tomar como base para a elaboração de sua obra a **Gramática de la lengua castellana** (1771), da Real Academia Española (RAE); os **Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana** (1791), de Gregorio Garcés ; os **Opúsculos gramático-satíricos del Dr. Antonio Puigbanch contra el Dr. Joaquín Villanueva escritos en defensa propia en los que también se tratan materias de interés común** (1828), de Juan Antonio Puigblanch; e a **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla** (1830), de Vicente Salvá. Contudo, o levantamento que realizamos revelou outras fontes (as listadas no Quadro 4).

De acordo com o levantamento realizado, Andrés Bello não imprime uma ‘retórica de ruptura’ completa com nenhuma corrente específica de estudo anterior ou contemporâneo. Quando existem sistematizações gramaticais distintas, o caraquenho tende a optar por pensar em uma solução que contemple as duas descrições que, a princípio, pareceriam díspares:

“Tal es la doctrina de Salvá , contraria á la de Clemencin, que reprueba, como viciosa esta concordancia de Cervantes : «Lo mismo *confirmó* Cardenio, Don Fernando y sus camaradas.» Pero observando con atención el uso, se encontrará tal vez, que estas dos autoridades son conciliables, aplicadas á diferentes casos: que si se habla de cosas rige la regla de Salvá , y si de personas la de Clemencin.” (BELLO, 1853[1847]: p. 166)

Os posicionamentos negativos que ocorrem em relação a Gregorio Garcés, Prisciano e Juan A. Puigblanch surgem esporadicamente, e concorrem com outros que apontam para diálogos de continuidade ou aceitação das propostas desses autores. Por exemplo, ao mesmo tempo em que Bello se refere a Garcés considerando que o espanhol produz obras merecedoras de revisitação, critica uma análise pontual que o autor dos **Fundamentos** faz a respeito da conjunção *sino* :

“No se debe confundir, como lo ha hecho Garcés (de quien hemos tomado muchos de los ejemplos precedentes), la conjuncion *sino* con la frase *si no* que se compone del adverbio relativo y condicional *si* , y del adverbio negativo *no*, y en que

cada uno de esos elementos conserva su significado propio , y figura como palabra distinta: «Díjole que se rindiese; *si nó*, que le cortaria la cabeza;» (Cervantes)” (BELLO, 1853[1847]: p. 257)

Vemos a mesma flexibilidade de Bello com relação às contribuições do *filólogo*<sup>64</sup> catalão Juan A. Puigblanch. Inicialmente rotulado como *douto e ingenioso*, ele não tem o apoio irrestrito de Bello:

“Puigblanch ha sido, á mi juicio justamente criticado en, «La etimología del nombre *Hispania, acerca de la que*, aunque facilísima, han errado notablemente asi gramáticos como geógrafos;» y en , «Una usurpacion de esta especie, en la cuenta de la que ha de caer todo el que haya leído ó lea en adelante dicho opúsculo.» Asi es que para aclarar un tanto estas frases, haciendo que el relativo mire, por decirlo asi , hacia atrás, se hace preciso dar al *que* en la pronunciacion un acento de que naturalmente carece cuando no es interrogativo: *acerca de la qué; aunque facilísima: en la cuenta de la qué.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 261)

Observando o seu posicionamento frente à tradição latina de modo mais amplo, notamos que Bello faz apenas uma menção ao gramático Prisciano. Em um fragmento, o venezuelano se percebe como um estudioso que desenvolve uma ideia do autor da Antiguidade a respeito do caráter substantivo do modo verbal infinitivo. Porém, em sua opinião, tal ideia seria imperfeita: “*en atribuir la naturaleza de sustantivo al infinitivo, no hago mas que desenvolver una idea imperfectamente enunciada en Prisciano*” (BELLO, 1853[1847]: p. III). Daí a necessidade de um desenvolvimento ou aperfeiçoamento.

As demais menções explícitas feitas por Bello são de completa continuidade com a Real Academia Española, Diego de Clemencín e Sánchez de las Brozas:

“Clemencin, cuya autoridad en punto á correccion, de lenguaje es de las mas respetables, no ha tenido escrúpulo de usar esta voz: «La hermosura y atractivo de las andaluzas en *ál* consisten que en lo blanco de la tez y lo rubio de los cabellos.» (BELLO, 1853[1847]: p. 78)

---

<sup>64</sup> Segundo palavras do próprio Andrés Bello.

“Ciertos participios adjetivos pierden á veces la significacion pasiva, expresando la misma idea que él verbo de que se derivan sin inversion alguna; por ejemplo, *agradecido*, el que agradece; *bebido*, el que ha bebido con exceso; *callado*, el que calla ó acostumbra callar [...]. La Academia los considera como meros adjetivos, y realmente no son otra cosa.” (BELLO, 1853[1847]: p. 236)

“Por este estilo se introducen cada dia acepciones transitivas de verbos que generalmente se usan como neutros; tendencia no solo del castellano, sino de varias otras lenguas, y tan señalada en el latin, que Francisco Sanchez de las Brozas, uno de los mas eminentes filólogos que ha tenido el mundo, negó de todo punto la diferencia entre el verbo transitivo y el neutro en aquel idioma.” (BELLO, 1853[1847]: p. 242)

Saltam-nos aos olhos as inúmeras referências que Bello faz a Vicente Salvá, lançando mão – na maioria dos casos – de uma ‘retórica’ fortemente continuísta, como neste fragmento:

“En la tercera persona masculina de singular el complementario acusativo es *le* ó *lo*. Hay escritores que reprueban el *le*, otros que no sufren el *lo*; y la verdad es que aun los que se han pronunciado por uno de estos dos extremos, de cuando en cuando contravienen involuntariamente á su doctrina en sus obras. La que á mí me parece mas conforme al uso es la de D. Vicente Salvá : *le* representa mejor las personas ó los entes personificados: *lo* las cosas.” (BELLO, 1853[1847]: p. 184)

Nos momentos em que há discordância de ideias entre ele e Salvá, Bello opta por modular seus posicionamentos, tornando-os menos diretos e radicais, como neste caso em que a discordância se dá para legitimar certo uso americano: “*Consonar*, segun D. Vicente Salvá, no sigue á *sonar*; pero no creo que deba desaprobarse el uso americano, *consueno*, *consuenas*, lo mismo que el de *asueno*, *asuenas*”<sup>65</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 106).

As citações a esse gramático espanhol parecem sinalizar uma tentativa de ruptura de Bello com relação à tradição gramatical hispânica, seja de orientação racionalista ou empirista, no que tange à prática de estudos linguísticos.

Em um primeiro momento, notamos que Bello concorda com Salvá a respeito dos objetivos e procedimentos que deveriam guiar a análise de dados linguísticos:

<sup>65</sup> No texto original, os destaques são feitos utilizando-se o estilo itálico.

“El Sr. Salvá reprobaba con razón aquellas abstracciones ideológicas que, como las de un autor que cita, se proponen para legitimar lo que el uso proscribía.” (BELLO, 1853[1847]: p. IV).

“Uno de los caprichos mas inexplicables de la lengua es el empleo del indefinido *un* y del adjetivo *medio* (en estas terminaciones masculinas) con nombres propios femeninos de ciudades: «¿Quién diría que en un Segovia no se encuentra una buena posada?» «Lo ha visto medio Sevilla.» Esta anomalía (como observa D. Vicente Salvá) se halla de tal modo canonizada por el uso, que no se sufriría la terminación regular *una ó media*.” (BELLO, 1853[1847]: p. 169)

Nos dois fragmentos transcritos acima, Andrés Bello indica que a tarefa do gramático seria descrever a língua castelhana, tendo como base o *uso*, ou melhor, o *bom uso*. Contudo, ao contrário de Salvá, que reprovava a variedade americana, para Bello, o *bom uso* da língua castelhana incluiria usos linguísticos observados em textos clássicos e/ou nas conversações entre os espanhóis e hispano-americanos doutos. A inclusão da variedade americana parece condizer com o momento histórico e, igualmente, com a origem de Bello. Em um momento de independência política e valorização destas novas nações, as especificidades linguísticas da(s) variedade(s)<sup>66</sup> ganham destaque.

Por sua vez, o venezuelano rechaça ‘abstrações ideológicas’ como aquelas encontradas na tradição racionalista ou filosófica. Tender-se-ia a pensar que Bello não via com bons olhos as orientações desta escola. Entretanto, tal conclusão nos parece precipitada, pois ele estabelece uma retórica de continuidade também com Sánchez (gramático fortemente vinculado a esta vertente) e, ademais, faz uso de termos também produtivos naquela escola, tais como *atributo*, *elipse*, *proposição*, entre outros.

Ainda no que diz respeito à forma como Bello enxerga o lugar de onde fala, mostra-se de interesse para essa pesquisa a observação das formas de nomeação dos estudos e dos estudiosos da linguagem. Os termos desta natureza encontrados em Bello (1853[1847]) são *gramática*, *gramatical(es)* e *filológica*. Contudo, apenas encontramos

---

<sup>66</sup> Ao nos referirmos à variedade americana, não estamos negando a existência de diversos falares da América. Em outras palavras, temos consciência de que a América hispânica inclui diversas variedades do castelhano, porém decidimos empregar o termo no singular – ‘variedade americana’ – para evidenciar a contraposição com a ‘variedade espanhola’, objeto também multifacetado e heterogêneo.

‘definições’ do termo *gramática*. Como poderíamos esperar, o autor venezuelano vincula a *gramática* ao registro fidedigno do *bom uso*:

“LA GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la gente educada”; “Siendo la lengua el medio de que se valen los hombres para comunicarse unos á otros cuanto saben, piensan y sienten, no puede menos de ser grande la utilidad de la gramática, ya para hablar de manera que se comprenda bien lo que decimos (sea de viva voz ó por escrito), ya para fijar con exactitud el sentido de lo que otros han dicho” (BELLO, 1853[1847]: p. I).

A *gramática* seria um instrumento no qual encontraríamos sistematizações de usos. Esta concepção parece, então, contrapor-se a orientações filosóficas, que teriam por fim último chegar a estruturas do pensamento: “*Se ha errado no peço en filosofía suponiendo á la lengua un trasunto fiel del pensamiento; y esta misma exagerada suposicion ha extraviado á la gramática en direccion contraria*” (BELLO, 1853[1847]: p. III).

O instrumento de descrição da língua poderia, também, ajudar a demarcar uma unificação linguística, favorecendo a construção de uma identidade sul-americana. Na obra de Bello, isso se daria pela legitimação da diversidade de falares do castelhano americano – embora o autor não legitimasse todos os usos, como, por exemplo, o *voseo*<sup>67</sup> e os chamados *neologismos* americanos, pouco verificáveis em registros cultos:

“Pero el mayor mal de todos, y el que, si no se ataja, va á privarnos de las inapreciables ventajas de un lenguaje comun, es la avenida de neologismos de construccion, que inunda y enturbia mucha parte de lo que se escribe en América, y alterando la estructura del idioma, tiende á convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros” (BELLO, 1853[1847]: p. VI)

A *gramática* – com sua função de descrever dados empíricos e verificáveis – contribuiria para a construção de um imaginário ‘nacional’. Um posicionamento inovador de Bello, evidenciado pela análise do termo *gramática*, seria a ratificação de

---

<sup>67</sup> O *voseo* (ou seja, tratar o interlocutor de *vos*) é uma forma de tratamento de segunda pessoa do singular. Expressa-se sob forma pronominal e/ou verbal e, em alguns locais, está associado a classes sociais de pouco prestígio, como no Chile (KANY, 1969: p. 92), país no qual Bello publica sua **Gramática**.

variedades americanas. Nas palavras de Arnoux (2008), a **Gramática de la lengua castellana** de Bello seria a obra inaugural da chamada ‘gramática nacional’, isto é, que “*expõe a vontade do autor em codificar a língua, sua preocupação pela ordem jurídica e sua concepção estatal da língua*”<sup>68</sup> (2008: p. 240). Opor-se-ia às gramáticas de Estado<sup>69</sup>, particulares<sup>70</sup> e gerais<sup>71</sup>, por aceitar a pluralidade de normas e, ao mesmo tempo, proporia a conservação de certa língua comum para a criação de uma imagem nacional, conforme observamos em Ramos (1993: p. 18):

“Para Bello, a gramática era um discurso fundador do Estado moderno. Dada a diversidade geográfica, étnica e linguística do continente, Bello concebeu a gramática como um dos discursos capazes de impor, sobre as partículas heterogêneas da América Latina, uma estrutura normativa e unificadora”<sup>72</sup> (p. 18)

À época, uma das questões linguísticas latentes no continente americano pós-independência era a escolha de uma língua a ser oficializada em todo o território. Acreditamos que o contexto histórico, político e intelectual teria – portanto – contribuído para a adoção deste novo caminho. A construção de uma hipotética nação hispano-americana teria impulsionado a utilização da língua para a criação de certa unidade nacional (semelhante à proposta de Nebrija em 1492); contudo, a existência de diversos falares, a extensão do território, o histórico de colonização e, por fim, a progressiva apropriação da orientação descritivista nos estudos gramaticais hispânicos teriam contribuído para que a **Gramática** de Bello se propusesse apenas a documentar e aprovar (algumas) variedades encontradas em solo americano.

Acreditamos na importância, ainda, de traçar um breve comentário acerca da denominação que Bello atribui a esta língua unificadora. Ele a chama *castelhana*. Por

<sup>68</sup> Em espanhol: “Expone la voluntad codificadora de su autor, la preocupación por el orden jurídico y una concepción estatal de la lengua”

<sup>69</sup> De acordo com Arnoux (2008: p. 216), as gramáticas de Estados seriam caracterizadas por sua função normativa, homogeneizadora e centralizante da língua. Neste grupo, o exemplo modelar é a **Gramática Castellana** (1492), de Antonio de Nebrija (1444 – 1522) e a **Gramática** (1771) de la RAE.

<sup>70</sup> As gramáticas particulares retirariam dados linguísticos da literatura e dariam espaço para a polifonia e a diversidade linguística (ARNOUX, 2008: p. 221). Exemplos deste tipo de gramática seria a **Arte grande de la lengua castellana** (1626), de Gonzalo Correas (1571 - 1631), e a **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla**, de Vicente Salvá.

<sup>71</sup> Na tradição hispânica, a obra **Principios de Gramática General** (1835), de José G. de Herosilla, é um exemplo de gramática geral (ARNOUX, 2008: p. 226), que teria a função de investigar as regras que regem o pensamento.

<sup>72</sup> Em espanhol: “Para Bello la gramática era un discurso fundacional del Estado moderno. Dada la diversidad geográfica, étnica y lingüística del continente, Bello concibió la gramática como uno de los discursos capaces de imponer, sobre las partículas heterogéneas de la América Latina, una estructura normativa y unificadora”

*língua castellana*, o venezuelano entende “*la que se habla en Castilla*” e que passou a ser utilizada nos domínios coloniais. Em um posicionamento retórico bastante marcado, Bello recusa a denominação *língua espanhola* indicando que seria posterior à primeira e, talvez por isso, um termo impróprio. Além disso, o termo *espanhola* faria referência à metrópole à qual os países recém-independentes queriam se distanciar.<sup>73</sup>

A ruptura ‘retórica’ que observamos não é, portanto, radical – isto é, não é fruto de uma retórica fortemente revolucionária – no sentido de se colocar contra orientações anteriores, como as da gramática filosófica ou a da ‘gramática de Estado’ da Real Academia Española. Observar, ainda que brevemente, que o uso do termo ‘externo’ *língua castelhana* para referir-se a língua descrita parece indicar maiores rupturas estariam ligadas à escolha de ‘termos’ empregados na obra.

Até este ponto, detivemo-nos na análise de diálogos explícitos de Bello com autores de gramáticas ou dicionários presentes na terceira edição da **Gramática de la lengua castellana** (1853), uma reprodução sem alterações da primeira edição, datada de 1847<sup>74</sup> (ALONSO, 2002). Conforme explicitamos no Capítulo 2. METODOLOGIA ADOTADA, buscamos trabalhar, alinhados aos procedimentos do **Projeto Documenta**, com as primeiras edições das obras sob análise.

Não obstante, é relevante trazer para esta discussão o fato de que a edição de 1847 recebeu algumas notas complementares, escritas por Bello, até 1860, ano da publicação da quinta edição (TRUJILLO, 1988: p. 7). Acreditamos que comentar as menções explícitas presentes em tais notas pode enriquecer as reflexões que vimos fazendo nesta seção, ainda que priorizemos o trabalho com o texto da primeira edição. Nas quinze notas acrescidas ao texto original, encontramos as seguintes referências explícitas:

---

<sup>73</sup> Há dúvida quanto ao uso do termo espanhol ou castelhano para referir-se a esta língua até hoje. Aparentemente as questões político-ideológicas perderam força no uso de um termo ou outro e ambas são usadas, atualmente, como sinônimas.

<sup>74</sup> Esta terceira edição contém apenas notas e comentários de Francisco Merino Ballesteros (?) que, no entanto, são apresentadas de modo dissociado da obra de Bello.

Quadro 5: Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais nas quinze notas complementares<sup>73</sup> (1988[1860-5ª ed./1847-1ª ed.]

NOME DO AUTOR	DIÁLOGO +(cont.) - (ruptura)	PÁGINAS	OBRA CITADA <sup>75</sup>	PAÍS
<b>Aristóteles</b> (384 a.C - 322 a.C)		786		Etagira
Jaime Luciano Antonio <b>Balmes</b> i Urpiá (1810 – 1848)	+	810		Espanha
Diego de <b>Clemencín</b> (1765 – 1834)	+	802		Espanha
Étienne Bonnot de <b>Condillac</b> (1714 – 1780)	+	810		França
Antoine Louis Claude <b>Destutt</b> (conde de Tracy) (1754 – 1836)	+	795, 810	<b>Éléments d'Idéologie</b> (1801 – 1815)	França
Tomás <b>García Luna</b> (?)	+	810		Espanha
<b>John Stuart Mill</b> (1806-1873)	+	789,790	<b>A System of Logic</b> <sup>76</sup> (1843)	Inglaterra
Robert Gordon <sup>77</sup> <b>Latham</b> (1812 - 1888)	+	802	<b>Na elementary English grammar for the use os schools</b> <sup>78</sup> (1843)	Inglaterra
<b>Platão</b> (427 a.C–347 a. C)		789		Atenas
Francisco <b>Sanchez de las Brozas</b> (1523 – 1600)		811	<b>Minerva sive de causis linguae latinae</b> (1587)	Espanha

Assim como vimos ocorrer quanto aos autores apresentados no Quadro 4, Andrés Bello dialoga com a maioria dos estudiosos desse segundo conjunto por meio de

<sup>75</sup> Citamos a edição mencionada nas notas de Bello ou, quando não está indicada, a mais antiga que encontramos.

<sup>76</sup> Bello cita o título em espanhol, porém não encontramos esta tradução e decidimos apontar a primeira edição da obra original.

<sup>77</sup> Bello equivoca-se sobre o nome intermediário do gramático e o cita como R. E. Latham.

<sup>78</sup> Bello cita o título em espanhol, porém não encontramos esta tradução e decidimos apontar a primeira edição da obra original.



uma ‘escolha de retórica’ predominantemente continuísta. Exceções a essa tendência são as citações a Platão, Aristóteles e Sanchez de las Brozas: quando mencionados, não estão associados a expressões valorativas ou que evidenciem o bom julgamento que Bello teria de suas ideias. O mesmo havia ocorrido no conjunto de referências anterior, por exemplo, com Nebrija.

Observando os fragmentos em que as citações aparecem, notamos que elas funcionam, predominantemente, como argumentos de autoridade; trata-se de recurso utilizado para defender e corroborar algumas afirmações suas presentes na **Gramática**, junto a pares. Trata-se de textos mais dirigidos a uma discussão com especialistas, do que ao esclarecimento do potencial usuário comum de sua obra.

É possível que Bello tenha percebido a inovação ou polêmica de certas ideias veiculadas em sua obra, se comparadas à tradição gramatical espanhola (que ele tende a não desautorizar explicitamente). Nos pontos de eventual divergência, talvez tenha adotado a estratégia de alinhar-se a estudos europeus não hispânicos para que tais posicionamentos, supostamente ‘inovadores’ ou ‘polêmicos’, ganhassem credibilidade entre os usuários da **Gramática**. Podemos observar isso, por exemplo, nestes fragmentos:

“Si se me imputasse haber sostenido que el artículo era un pronombre demostrativo, o que cierto pronombre que se llama comúnmente personal era un artículo, se habría dicho la pura verdad, pero no se habría logrado dar el aspecto de absurda a una aserción que ni aun nueva es: <<N’oubliez pas que *le* et *il* son la même chose>>, dice Destutt de Tracy (Grammaire, chap. 3, § 8)” (BELLO, 1988 [1860;1847]: p. 795)

“<<Qué es pues el infinitivo?>>, pregunta Condillac: <<No puede ser otra cosa>>, responde, <<que un nombre sustantivo>>. <<El infinitivo>>, dice Destutt de Tracy, <<no es, por decirlo así, un modo del verbo; es un verdadero sustantivo>>. El distinguido filósofo español don Tomás García Luna es de la misma opinión. <<*Compadecer es propio de las almas tiernas; Perdonar las injurias es virtud enseñada a los hombres por el Evangelio*>>. Las acciones de compadecer y perdonar se consideran aquí en sí mismas como seres reales: están en el mismo caso que los sustantivos abstractos. <<El infinitivo (dice otro filósofo español, el Presbítero don Jaime Balmes) es como la raíz del verbo... y más bien parece un nombre *sustantivo* indeclinable>>.” (BELLO, 1988 [1860;1847]: p. 810)

No primeiro trecho visto acima, o gramático caraquenho retoma Destutt de Tracy e credita-lhe a reflexão acerca da propriedade demonstrativa verificada nas partículas *le* (o) e *il* (ele) do francês, o que neutralizaria as diferenças existentes entre elas, tornando-as ‘la même chose’. Esta reflexão assemelha-se à classificação e conceitualização dos artigos e pronomes pessoais na obra de Bello. Além disso, no segundo trecho, vemos que o venezuelano reúne citações de quatro estudiosos de prestígio, em defesa da propriedade substantiva do infinitivo. De fato, na **Gramática**, Bello não inclui o infinitivo dentre os modos verbais. Esta exclusão, merecedora de nota posterior, teria sido em alguma medida ‘inovadora’ (por exemplo, em relação à tradição que ele cita tomar por base) e, desta forma, requereria argumentação que lhe atribuísse credibilidade. Estas hipóteses, no entanto, poderão ser melhor examinadas no Capítulo 4, quando nos detivermos na análise metalinguística desses dois temas.

Considerar as notas complementares que Andrés Bello acrescentou, em forma de apêndice, ao texto original de sua **Gramática**, permitiu reforçar a avaliação de que a ‘escolha’ que Bello faz é de uma ‘retórica de continuidade’, seja por não atacar a tradição hispânica, seja por apoiar-se discursivamente em grandes nomes dos estudos filosófico-gramaticais<sup>79</sup> europeus, ‘autorizados’ em sua época. Apesar deste posicionamento ‘retórico’, é possível aventar a hipótese de que o gramático americano tenha notado as novidades que sua descrição linguística oferecia, quando comparada com as mais difundidas reflexões e sistematizações da língua castelhana, tais como as gramáticas da RAE e de Vicente Salvá.

### 3.2. SAID ALI

Manuel Said Ali Ida nasceu em Petrópolis no ano de 1861<sup>80</sup> e faleceu em 1953<sup>81</sup>, no município do Rio de Janeiro, aos 91 anos. Filho de pai turco (Said Ali Ida) e de mãe alemã (Catarina Schiffler), Said Ali fez parte do grupo de estudiosos considerados autodidatas pelas crônicas sobre a produção linguística no Brasil<sup>82</sup>. De fato, sua

<sup>79</sup> Incluímos o termo ‘filosófico’ pois vários autores mencionados na obra de Bello refletiram sobre a gramática das línguas em textos considerados filosóficos pela tradição.

<sup>80</sup> Com mais precisão, Said Ali nasceu no dia 21 de outubro de 1861.

<sup>81</sup> Precisamente, no dia 27 de maio de 1953.

<sup>82</sup> A formação específica em Letras só foi possibilitada quando as primeiras faculdades de Letras foram fundadas, a saber: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), e a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (1935). Anteriormente à década de

formação não é filológica, e muito menos linguística. Iniciou um curso de Medicina que, no entanto, nunca concluiu.

De acordo com Bechara (1962: p. 3), o caminho para os estudos linguísticos se abriu quando Said Ali passou a trabalhar para a editora alemã de Laemmert & Cia. Nesta ocupação, o futuro gramático dedicou-se a elaborações e traduções de textos. Lá, também pode entrar em contato com intelectuais da época; entre eles, Capistrano de Abreu (1853 – 1927), destacado historiador e geógrafo brasileiro. Mais tarde, os dois estabeleceram uma estreita amizade. Said Ali, inclusive, contribuiu com os estudos sobre a língua caxinauá, conduzidos por Capistrano (*cf.* CHRISTINO, 2006).

O gramático e o geógrafo trocaram cartas que são fontes valiosas para o historiógrafo atual. Reunidos na obra **Correspondência de Capistrano de Abreu** (1954)<sup>83</sup>, os textos epistolares revelam traços da personalidade e do compromisso de Said Ali com os estudos linguísticos. Além de notícias sobre o processo de elaboração de suas obras, as cartas revelam um Said Ali reservado, conhecedor do árabe<sup>84</sup> e um incansável examinador de textos antigos – base de argumentação para defender ideias sobre a história da língua<sup>85</sup> e posicionar-se contra possíveis críticas.

Paralelamente aos estudos individuais, Said Ali atuou como docente dos principais colégios brasileiros de seu tempo. O conhecimento da língua alemã permitiu-lhe lecionar este idioma na Escola Militar de Estado Maior. Também ministrou aulas de Geografia no Colégio Pedro II que, na época, denominava-se Ginásio Nacional (NISKIER, 1996 [1995]: p. 187).

Como geógrafo, Said Ali propôs uma divisão natural do Brasil e publicou o **Compendio de Geographia Elementar** (1905). Embora pareçam âmbitos distintos, os estudos geográficos e linguísticos se entrecruzaram na obra de Ali: esta relação gerou, por exemplo, uma reflexão sobre topônimos ou, como este gramático diz, “*nomes*

---

30, haveria – entretanto – a possibilidade de obter-se o grau de bacharel em “Letras” após, por exemplo, realizar no Colégio Pedro II um curso similar ao que hoje chamaríamos de “técnico” (COELHO, 1998: p.77).

<sup>83</sup> Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues (1913 – 1987).

<sup>84</sup> De acordo com Capistrano de Abreu, em 1918, Said Ali andava “muito enterrado no árabe” (1954: p. 85)

<sup>85</sup> Said Ali escreveu a obra **Gramática Histórica da Língua Portuguesa** (1931), na qual trata da evolução histórica da língua portuguesa nos níveis fonético, morfológico e sintático.

*próprios geográficos*”<sup>86</sup> publicada na **Revista Brasileira** em 1898, posteriormente incluída também nas **Difficuldades da Língua Portuguesa** (1919[1908]).

Segundo Bechara (1962: p. 3), Said Ali ensinou inglês e francês em outros colégios do Rio de Janeiro<sup>87</sup>, entre eles, a Escola Preparatória e de Tática do Realengo (CARVALHO E SILVA, 1993: p. 48). A dedicação à língua portuguesa se dava, no entanto, em suas pesquisas individuais ou em aulas particulares.

O pleno domínio do alemão também proporcionou a Said Ali o contato com as grandes obras filológicas de destacados autores germânicos, a saber: Karl Brugmann (1849 – 1919), Berthold. Delbrück (1842 – 1922), Hermann Paul (1846 – 1921), Georg Gabelentz (1840 – 1893), entre outros. Lembremo-nos de que autores como esses eram, na Europa pré-Estruturalismo, os mais destacados estudiosos da linguagem.

Além de todas essas habilidades, Dimitriu (1959: p. 579) ainda cita o especial talento musical de Said Ali. Talvez este conhecimento possa ter auxiliado em suas análises acerca da acentuação e prosódia no português, vistas – por exemplo – no primeiro capítulo das **Difficuldades de Língua Portuguesa**, intitulado “Phenomenos

---

<sup>86</sup> A questão da nomenclatura geográfica fez parte de uma polêmica do final do século XIX e início do XX, a que dizia respeito a dar unidade à ortografia portuguesa simplificada (*cf.*, por exemplo, HACKEROTT, 2008: p. 26; KEMMLER, 2009: p. 53). Segundo estes autores, após infrutíferas tentativas de Leão (1877) e Viana&Abreu (1885), a obra **Ortografia Nacional** (VIANA, 1904) foi bem avaliada e tomada como base para as demais reformas ortográficas. Em linhas gerais, Viana (1904) defende um sistema ortográfico baseado na fonética portuguesa e, conseqüentemente, indica a necessidade de se aportuguesarem os vocábulos estrangeiros, inclusive os nomes geográficos. Said Ali combate este posicionamento nas **Difficuldades**, apontando o ‘uso corrente’ como critério de escolha dos topônimos.

<sup>87</sup> Ao inserir-se no contexto educacional, Said Ali tentou trazer uma nova perspectiva de ensino e protagonizou uma forte polêmica. Em 1895, durante o período em que esteve na Europa à serviço do Ministério da Educação, que o incumbiu de analisar a metodologia adotada no ensino de línguas vivas nos ginásios da França e da Alemanha, Ali entrou em contato com um movimento reformista – educacional e científico – que propunha, para o ensino de línguas: a) uma predileção pelas questões de ordem fonética, próprias da língua falada; b) uma contextualização dos dados linguísticos a serem ensinados; c) uma concepção de ensino de língua estrangeira baseada no método natural, segundo o qual a aprendizagem se daria por imitação e exposição à língua (excluindo as técnicas de tradução, próprias do ensino tradicional de línguas mortas, como grego e latim); d) a primazia ao ensino de línguas vivas, colocando em nível secundário as línguas clássicas. A simpatia de Said Ali por estas ideias e sua tentativa de incorporá-las ao ensino de línguas no Brasil podem ser conferidas no relatório intitulado **O ensino secundário na Europa** (1896) e no artigo “Os exames de madureza na Alemanha”, publicado no mesmo ano na **Revista Brasileira**. A má recepção desta nova proposta no país, onde as línguas vivas e modernas estavam ainda começando a conquistar espaço nos *curricula* escolares e eram ensinadas segundo o método de tradução, pode ser observada pela resposta de João Köpke na mesma revista e no mesmo ano: “O relatório apresentado pelo Sr. Said Ali [...] é antes uma apologia entusiástica em favor do que o seu autor chama o *methodo moderno*.” (p. 379). Contra o ensino de segunda língua seguindo um método natural, diz: “Só o espírito, que não adquiriu ainda uma linguagem é que, pelo método natural, a pôde adquirir; mas aquele, que já a adquiriu, quando trata de adquirir uma outra, o que tem a fazer é relacionar a idéa, já corporificada em vocábulo conhecido, ao vocábulo da nova linguagem” (p. 380).

de intonação”, ou em suas hipóteses sobre a colocação pronominal e o infinitivo flexionado<sup>88</sup>.

Ao longo de sua vida, publicou artigos, prefácios, traduções, adaptações, notas bibliográficas e uma série de livros, a saber: **Nova grammatica alleman** (1894), **Vocabulário ortographico precedido das regras concernentes as principaes dificuldades ortographicas da nossa língua** (1905), **Compendio de Geographia Elementar** (1905), **Difficuldades da língua portugueza: estudos e observações** (1ª edição – 1908; 2ª edição – 1919), **Lexeologia do portuguez historico** (1921), **Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico** (1923), **Grammatica elementar da língua portugueza** (1923), **Grammatica secundaria da língua portugueza** (s/d - 1923?1925?), **Meios de expressão e alterações semânticas** (1930), **Gramática histórica da língua portuguesa**<sup>89</sup> (1931), **Acentuação e versificação latinas: observações e estudos** (1956) e **Investigações filológicas** (1975).<sup>90</sup>

### 3.2.1. O AUTOR E AS VARIÁVEIS SOCIAIS

Nas décadas iniciais do século XX, nas quais está inserida boa parte das obras de Said Ali, a articulação entre os integrantes de um possível grupo de estudiosos da linguagem era ainda tênue (COELHO, 1998: p. 71), devido à falta de profissionalização/institucionalização da área. A formação profissional específica e a inserção institucional começam a se concretizar a partir do momento em que as primeiras cátedras de Letras surgiram no Brasil, apenas em meados da década de 1930, com as primeiras universidades<sup>91</sup> instaladas nos principais polos socioeconômicos do país (cf. NASCENTES, 1939: p. 41-42; FÁVERO, 1977: p. 38-42).

Apesar de não haver um grupo claramente identificável como de especialistas nas questões das línguas e da linguagem, é possível reconstruir o chamado *invisible*

<sup>88</sup>O tratamento dado pelo autor a estes últimos dois temas serão analisados no Capítulo 4.

<sup>89</sup> Segundo o próprio autor, esta obra é uma versão aumentada e melhorada de dois livros anteriores: **Lexeologia do portuguez historico** (1921) e **Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico** (1923).

<sup>90</sup> Estas duas últimas obras são póstumas e, na verdade, reúnem artigos publicados anteriormente em revistas e boletins consagrados, como: **Boletim de Filologia**, **Revista Americana**, **Revista de Cultura**, **Revista de Língua Portuguesa**, **Humanidades** e **Studia**. Também escreve na **Revista do Brasil**.

<sup>91</sup> São elas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal (1935) (COELHO, 1998: p. 77)

*collega*<sup>92</sup> (CRANE, 1972 *apud* MURRAY, 1994: p. 11) em que Said Ali esteve inserido naquele momento. Esta tentativa de reconstrução toma como base, além dos comentários do próprio gramático presentes em seus prefácios e notas de rodapé, as cartas trocadas entre Said Ali e Capistrano de Abreu, e prefácios de obras em que o nome de Said Ali ou de suas produções é citado.

Com apoio nestes materiais, podemos afirmar que Said Ali entrou em contato com mais de uma geração de estudiosos da linguagem, fato possibilitado – inclusive – por sua admirável longevidade.

Em seus textos, encontramos referências a eruditos de renome nos estudos do português, como os gramáticos **João** Batista **Ribeiro** de Andrade Fernandes (1860 - 1934) e José Júlio da **Silva Ramos** (1853 - 1930), aos quais, por exemplo, agradece explicitamente no prólogo da **Lexeologia do Portuguez Historico** (1921), por lhe terem possibilitado acesso às suas obras raras.

Como já adiantamos anteriormente, Said Ali estabeleceu fortes laços de amizade com Capistrano de Abreu<sup>93</sup>, que não deixa de mencionar o nome do amigo nos agradecimentos presentes na obra **Rã-txa hu-ni-kui: A língua dos caxinauás do rio Ibuacu, afluente do Muru**: “*Não posso omitir o nome do meu collega M. Said Ali Ida, lente de allemão do Collegio Pedro 2º, a cuja intuição luminosa e opulento cabedal recorri sempre com proveito*” (CAPISTRANO DE ABREU, 1914: p. 7).

As **Correspondências de Capistrano de Abreu** sinalizam contatos que Said Ali possuía com outros estudiosos e obras. Entre eles, o português Augusto Epifânio Dias (1841-1916), citado nas **Difficuldades da Língua Portuguesa** por Said Ali como um gramático que chegou a valiosas conclusões. Contudo, a admiração que Ali sente por Dias não indica uma plena concordância com o autor da **Sintaxe histórica portuguesa**:

---

<sup>92</sup> Isto é, a rede não institucionalizada de contato entre pesquisadores e obras.

<sup>93</sup> A amizade entre Said Ali e Capistrano de Abreu parece antiga. Ambos já se conheciam quando Said Ali publicou um dos seus primeiros trabalhos no jornal **Novidades**, em 1887 (BECHARA, 1962: p. 5). Podemos depreender esta informação a partir do comentário elogioso de Capistrano ao então “colaborador” e “futuro gramático” no periódico de 19 de abril de 1887: “Inserimos hoje o segundo artigo da série que se propôs escrever o nosso bom amigo e ilustrado professor M. Said Ali” (*apud* BECHARA, 1962: p. 5). Amizade duradoura e bastante forte, não é de se estranhar que – após a morte de Capistrano de Abreu – Said Ali tenha participado, em 1927, do grupo fundador da Sociedade Capistrano de Abreu, e tenha escolhido o amigo falecido como o Patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Filologia (CARVALHO E SILVA, 1993: p. 50)

“Ao escrever o capítulo sobre participios duplos ofereceu-se-me o grato ensejo de mencionar o nome de Epiphânio Dias e manifestar-me sobre sua opinião. **Agora que possuímos deste autor uma grammatica historica, alem do compendio elementar, quizera eu aqui chamar a atenção para uma serie de valiosas conclusões a que elle chegou, relativamente ao emprego de outras formas verbaes, e indicar ao mesmo tempo os pontos em que me vejo forçado a dissentir do seu modo de ver.**” (SAID ALI, 1919[1908]: p. VI-VII) [negritos nossos].

Segundo estas correspondências, o gramático brasileiro também teria entrado em contato com outros tipos de bibliografia especializada na área: **Revista Lusitana** (RODRIGUES, 1954: p. 106); **Gramática Histórica Portuguesa** (*ibid*, p. 159), de José Joaquim Nunes (1859 – 1932); **Crônica Franciscana**, que seria o material de análise sintática e semântica para as suas gramáticas (*ibid*, p. 122); **Ordenações Manuelinas; Código Filipino, Palmeirim da Inglaterra** (*ibid*, p. 194); as **Cartas**, de Antonio Vieira (RODRIGUES, 1977: p.206); e a **Semântica**, de Kristoffer Nyrop (*ibid*, p. 201).

Podemos considerar Said Ali como um autor que gozou de reconhecimento. Em 1922, ganhou o 1º prêmio Francisco Alves (da Academia Brasileira de Letras) por sua obra **Lexeologia do portuguez historico** (1921). Recebeu o mesmo prêmio pelo compêndio **Meios de Expressão e Alterações Semânticas** (1930). Uma década mais tarde, em 1938, Said Ali foi reverenciado no volume **Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali**. Nesta obra, que homenageia o 77º aniversário do gramático, aparece uma breve bibliografia de Ali, seguida de diversos textos de renomados filólogos que se auto-intitulam, na dedicatória do livro, seus “discípulos e amigos”. Fazem parte deste grupo: Antonio Bardy (?), **Ernesto de Faria Júnior** (1906 – 1962), **Cândido Jucá Filho** (1900 – ?), **Aires da Mata Machado-Filho** (1909 – 1985), Joaquim **Mattoso Câmara Jr.** (1904 – 1970), **Antenor Nascentes** (1886 – 1972), **Julio Nogueira** (?), **José Oiticica** (1882 – 1957), **Otelo de Sousa Reis** (1890 – 1948), Serafim da **Silva Neto** (1917 – 1960) e Álvaro Ferdinando de **Sousa da Silveira** (1883 – 1967). Em 1944, tornou-se um dos membros da Academia Brasileira de Filologia, fundada no mesmo ano.

A convivência com estes filólogos possivelmente ocorreu também, ao que tudo indica, pelo vínculo que, ao longo de várias décadas, muitos tiveram com o Colégio Pedro II. Segundo Niskier (1996[1995]: p. 125), esta instituição possuía professores “*selecionados entre os melhores disponíveis no Rio de Janeiro*”, segundo concursos

rigorosos e altamente concorridos. Docente de alemão do Colégio Pedro II, o gramático brasileiro Manuel Said Ali Ida esteve inserido neste ambiente e nesta espécie de ‘elite intelectual’ local. Alguns dos autores da **Miscelanea** foram ex-alunos de Said Ali, como Antenor Nascentes e Sousa da Silveira, que alcançaram notoriedade própria no contexto de produção de conhecimento sobre a linguagem nesse contexto. Outros prestigiados intelectuais e escritores também fazem parte deste conjunto, como José Veríssimo (1857 – 1916) e Manuel Bandeira (1886 – 1968).

Com esta reconstrução e o conhecimento, até o momento, de sete edições das **Difficultades de Língua Portuguesa**, podemos acreditar que esta obra de Said Ali não encontrou muitos obstáculos para sua difusão. Alguns de seus compêndios foram, inclusive, adotados no próprio Colégio Pedro II e em outros institutos de prestígio semelhante. As contribuições do autor, de forma geral, também são evidenciadas ao ser considerado filólogo ‘exemplar’ e um ‘pioneiro’ entre os sintaticistas brasileiros (*cf.* ELIA, 1975; BOLÉO, 1946).

### 3.2.2. SAID ALI E SEU HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO

As décadas finais do século XIX, quando Said Ali iniciou seus estudos linguísticos, são caracterizadas pelos estudos historiográficos como um momento de renovação científica (CARVALHO E SILVA, 1993: p. 52; POLACHINI, 2013). No Brasil chegavam as orientações europeias para o estudo da linguagem. A recepção destas ideias se dava, em grande medida, por eruditos autodidatas que possuíam contato com obras estrangeiras, já que, como enfatizamos, a formação em Letras só foi possibilitada quando as primeiras faculdades de Letras foram fundadas.

Estas orientações tendiam à realização de uma análise gramatical que, ao menos pretensamente, privilegiava os ‘fatos’ da língua (CAVALIERE, 2001: p. 59), sem perder de vista a história, ocupando-se menos do que os autores do período consideravam ‘especulações’ ou ‘metafísica’. Tratava-se, portanto, de uma tentativa de abandono de práticas racionalistas ou filosóficas que investigavam, em último grau, as categorias lógicas do pensamento.

Uma destas orientações que privilegiavam os ‘fatos’ era a da linguística histórico-comparativa, considerada, então, um método científico, que partiria de dados



‘positivos’ – isto é, físicos e não metafísicos – e que lançaria mão de procedimentos oriundos das ciências biológicas para investigar, em linhas gerais, as línguas de origem comum e seus processos de mudança.

Os fundamentos dessa abordagem histórica da linguagem teriam emergido principalmente com o trabalho de Franz Bopp<sup>94</sup> (Alemanha, 1791 - 1867), intitulado **O sistema de conjugação do sânscrito comparado aos das línguas grega, latina, persa e germânica**<sup>95</sup> (1816), em que comparam verbos do sânscrito, grego, latim, persa e de línguas germânicas, defendendo a existência de uma família linguística que abrangesse os idiomas da Europa e da Ásia.

Augusto Schleicher (Alemanha, 1821 - 1868), linguista que se dedicava a estudos de botânica, também foi um dos principais estudiosos que imprimiu ao estudo da linguagem uma orientação que a alinhava às ciências naturais (MATTOSO CÂMARA Jr., 1975: p. 50), na tentativa de dar a esse estudo um caráter de ciência rigorosa. Sua obra mais conhecida é o **Compêndio de gramática comparativa das línguas indo-germânicas**<sup>96</sup> (1861-2).

Obras representativas dos neogramáticos, cuja produção foi um desenvolvimento e – inclusive – uma dissidência da orientação histórico-comparativa<sup>97</sup>, também chegaram aos gramáticos brasileiros da chamada fase ‘científica’. Por (1) reafirmarem a necessidade de se trabalhar com dados ‘positivos’ e (2) serem citados na gramaticografia brasileira, merecem aqui algumas considerações.

Para Mattoso Câmara (1975), os neogramáticos teriam dado continuidade ao estudo acerca da origem e parentesco das línguas, reelaborando-o. Também ampliaram o escopo da pesquisa, desenvolvendo estudos não só fonéticos e morfológicos, mas também sintáticos. A grande obra neogramática que aborda todos estes níveis de análise

---

<sup>94</sup> Anteriormente, Rasmus Christian Rask (Dinamarca, 1787 – 1832) escreve **Investigação sobre a origem do antigo nórdico ou islandês** (1811), na qual já aparecem expostas as ideias principais da escola histórico-comparativa do século XIX. No entanto, por estar em dinamarquês - língua pouco conhecida e difundida –, é a obra de Bopp que passa a ser considerada pela tradição como a fundadora da ciência histórico-comparativa (MATTOSO, CÂMARA, 1975: p.31).

<sup>95</sup> Título original, do alemão: **Ueber das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache.**

<sup>96</sup> Título original, do alemão: **Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen.**

<sup>97</sup> De acordo com Mattoso Câmara, o movimento neogramático começou com uma briga pessoal entre Brugmann e Georg Curtius (Alemanha, 1820 – 1885), sobre a existência ou não de nasais silábicas (1975: p. 74). Brugmann defendia nasais servindo como núcleo de sílaba, enquanto Curtius não aceitava tal ideia.

está composta de três volumes e tem por título **Fundamentos da Gramática Comparativa das Línguas Indo-Germânicas**<sup>98</sup> (1886). Foi escrita por Berthold Delbrück e Karl Brugmann. Junto com Hermann Paul, estes dois estudiosos figuram na tradição como os principais neogramáticos.

Os estudiosos brasileiros do período ‘científico’ (ELIA, 1975), que frequentavam o Colégio Pedro II e/ou tiveram sua formação final do século XIX e início do século XX, estiveram em contato com esta nova perspectiva de análise linguística. Podemos confirmar estas nossas afirmações quando passamos a observar as ideias e menções explícitas nos textos gramaticais brasileiros deste período. Said Ali não foge à regra. Vamos nos deter, inicialmente, nas citações visando a uma análise acerca de sua ‘escolha de retórica’.

### 3.2.3. ANÁLISE DA ‘ESCOLHA DE RETÓRICA’ DE SAID ALI (1919[1908])

Como já pudemos adiantar, a bibliografia secundária consultada ressalta que Said Ali sempre esteve a par dos estudos a ele contemporâneos acerca da linguagem, o que se comprova durante a análise da obra **Difficuldades de Língua Portuguesa** (1919[1908]), em foco neste trabalho.

A obra **Difficuldades**, que contém 327 páginas, reúne 49 menções a estudiosos da linguagem citados por Said Ali. No quadro 6, expomos os seus nomes, acrescidos, sempre que foi possível, de biodatas, nacionalidade, dados bibliográficos da referência, página(s) em que foi citado nas DLP e forma de diálogo estabelecida pelo autor. Considerando que este gramático, ao contrário de Bello, faz inúmeras menções a outros estudiosos, decidimos apresentar esses dados em dois quadros: um, referente aos autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais da tradição ocidental *lato sensu*; outro, com os autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais da tradição luso-brasileira de descrição linguística.

---

<sup>98</sup> Do original **Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen**.

*Quadro 6: Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais da tradição ocidental  
latu sensu nas DLP (1919)*

<b>NOME DO AUTOR</b>	<b>DIÁLOGO</b> +(cont.) -(ruptura)	<b>PÁGINAS</b>	<b>OBRA CITADA</b> <sup>99</sup>	<b>PAÍS</b>
<b>A.Horning</b> (?)		135		?
<b>Aristóteles</b> (384 a.C - 322 a.C)		310		Antiga Macedônia, atual Grécia
<b>Benjamin Bourdon</b> (1860-1943)		135	<b>L’expression des émotions et des tendances dans le langage</b> (1892) <sup>100</sup>	França
<b>Karl Brugmann</b> (1849 – 1919)	+	2, 4, 6, 142, 143	<b>Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen</b> (1886)	Alemanha
<b>Berthold Gustav Gottlieb Delbrück</b> (1842 – 1922)	+	121, 122, 123	<b>Syntaktische Forschungen</b> (1871/1888) <b>Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen</b>	Alemanha

<sup>99</sup> Algumas destas obras não são mencionadas pelo autor, mas podem ser inferidas por informações do texto (cita-se, por exemplo, o ano de publicação da obra).

<sup>100</sup> Vale lembrar que indicamos a data/edição citada por Said Ali. Caso o gramático não a tenha citado, informamos o ano de publicação da primeira [ou mais antiga] edição conhecida.

			(1886)	
<b>Friedrich Christian Diez</b> (1794 – 1876)	+	86, 116, 117, 118, 119, 120	<b>Grammaire des langue romanes</b>  (1874-76)	Alemanha
Hans Georg Conon von der <b>Gabelentz</b> (1840 – 1893)	+	133, 147	<b>Die Sprachwissensch aft, ihre  Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse</b> (1891)	Alemanha
James Bradstreet <b>Greenough</b> (1833 - 1901)		311	<b>Words and their Ways in English Speech</b>  (1902)	Estados Unidos
Victor <b>Henry</b> (1850 – 1907)	+	2, 122		França
<b>Hermann Paul</b> (1846-1921)	+	133, 147	<b>Prinzipien der Sprachgeschichte</b> (1886)	Alemanha
George Lyman <b>Kittredge</b> (1860 – 1941)		311	<b>Words and their Ways in English Speech</b>  (1902)	Estados Unidos
Wladimir Peter <b>Köppen</b> (1846 – 1940)		266	<b>Die Schreibung geographischer Namen</b>  (1893)	Rússia
Eduard <b>Koschwitz</b> (1851 - ?)	+	19	<b>Les plus anciens monuments de la langue française</b> (1889)	Alemanha

Anton <b>Marty</b> (1847 – 1914)	+	123		Suíça
Wilhelm <b>Meyer-Lubke</b> (1861 – 1936)	+	204		Suíça
<b>Michel</b> Jules Alfred <b>Bréal</b> (1832 – 1915)	+	23, 151, 153, 154, 155	<b>Essai de Sémantique</b> (1897)	França (porém nascido na Alemanha)
Franz Von <b>Miklosich</b> (1813 – 1891)	+	123, 149	<b>Subjektlose Sätze</b> (1883 – 2ª ed.)	Eslovênia
<b>Paul Édouard Passy</b> (1859 – 1940)	+	2, 7	<b>Études sur les changements phonétiques</b>  <b>et leurs caractères généraux</b> (Paris, 1890)	França
<b>Richthofen</b> (?)		263		Alemanha (?)
Francisco <b>Sanchez de las Brozas</b> (1523 – 1600)	-	125, 126, 127, 128	<b>Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia</b> (1587)	Espanha
Henry A. <b>Sayce</b> (1846-1933)	+	82		Inglaterra
Ferdinand de <b>Saussure</b> (1857 – 1913)	+	VI		Suíça
Eduard <b>Sievers</b> (1850 – 1932)	+	1, 4, 5	<b>Grundzüge der Phonetik</b> (5ª ed. - 1901)	Alemanha

<b>Storm (?)</b>	+	2, 8		?
<b>Henry Sweet</b> (1845 – 1912)	+	2, 15		Inglaterra
<b>Vernalecken (?)</b>	+	89		?
<b>Vicente Salvá Pérez</b> (1786 – 1849)		156	<b>Gramática de la lengua castellana segun ahora se habla</b> (1830)	Espanha
<b>William Dwight Whitney</b> (1827 – 1894)	+	89, 90		Estados Unidos

Observando o Quadro 6, percebemos que Said Ali dialoga com autores – primordialmente – por meio de uma ‘escolha de retórica’ de continuidade. Mais detalhadamente, os autores que têm suas obras consideradas como legítimas, modelos de bom estudo, são: Karl Brugmann, Berthold Delbruck, Friedrich Diez, Hans Gabelentz, Victor Henry, Hermann Paul, Eduard Koschwitz, Anton Marty, Wilhelm Meyer-Lubke, Micheal Bréal, Franz Miklosich, Paul Passy, Henry Sayce, Ferdinand de Saussure, Eduard Sievers, Vernalecken e William Whitney.

Além desses, podemos notar que Said Ali menciona outros tantos estudiosos sem, contudo, emitir juízo de valor sobre a validade de suas ideias ou análises. Poder-se-ia novamente aventar que a simples citação de autores seria um indício de uma suposta aprovação de seus estudos. Não obstante, reiteramos mais uma vez que decidimos focar na ‘escolha de retórica’ como manifestação explícita diante da tradição e dos estudos em evidência.

Finalmente, chamamos a atenção para o único diálogo de ruptura que o quadro aponta: é com o espanhol Sanchez de las Brozas, autor da **Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia** (1587)<sup>101</sup>, obra relacionada com a tradição racionalista (ou, nos termos de Swiggers, com o Programa de Correspondência) dos estudos da linguagem.

<sup>101</sup> A **Minerva** é uma gramática da língua latina que tem por objetivo identificar as estruturas lógicas que regem essa língua.

A obra de Sanchez de las Brozas teve grande repercussão na Europa e “constituiu material precioso para a *Grammaire de Port-Royal*” (FÁVERO, 1996: p. 91). Embora o autor fosse espanhol, o mesmo não ocorreu nos países ibéricos, onde a presença do catolicismo estava muito arraigada. Leonor Fávero (1996), a esse respeito, sublinha a influência dos jesuítas no ensino das línguas, que tomava como material de base a obra de Manuel Álvares (Ilha da Madeira/Portugal, 1526 – 1583), gramático da mesma ordem sacerdotal. Contudo, Hackerott (1994: p. 219) aponta a presença da **Minerva** como matriz gramatical para as obras portuguesas, antes de a **Grammaire** chegar ao território lusitano.

Nas **Difficuldades**, este autor/obra é citado em três ocasiões, sempre para discutir (e criticar) uma única questão: a *elipse*. De acordo com o estudioso brasileiro, a *elipse* havia se tornado, a partir de Brozas, uma explicação metafísica para qualquer irregularidade da língua.

Por sua vez, os autores que obtiveram uma boa avaliação ‘retórica’ de Said Ali são aqueles identificados pela bibliografia especializada como pertencentes a linhas de estudos da linguagem que, em diferentes graus, baseavam seus métodos em procedimentos de pretensão científicas, advindos principalmente da biologia. Se revisitarmos estes autores/obras, em linhas gerais, verificamos que, em suas investigações, tratavam de dados observáveis das línguas, por meio de procedimentos de recolha de materiais e comparação de fatos linguísticos, na maioria dos casos, vistos em diversos idiomas. Dentre seus objetivos, figurava a busca de explicações para mudanças linguísticas, assim como o estabelecimento de parentesco entre os diferentes idiomas. São trabalhos que poderiam ser incluídos no que Swiggers (1981; 1991; 2005[2004]; 2009) denominou Programa de Investigação Descritivista (confira o Capítulo 1 desta dissertação).

Alguns dos estudiosos mencionados por Said Ali, tais como Karl Brugmann, Berthold Delbruck, Paul Passy e Eduard Sievers, debruçaram-se sobre os aspectos fonéticos, nível de análise fortemente explorado pelos linguistas histórico-comparatistas e neogramáticos, que pertenciam a esta linha pretensamente ‘científica’. Vale lembrar que os fatores fonéticos também têm destaque na obra do brasileiro, que vê neste nível

de análise algumas possíveis pistas para explicações gramaticais, inclusive para orientar usos morfossintáticos da língua portuguesa<sup>102</sup>.

Com efeito, os estudos de Sanchez de las Brozas não se alinham a estes métodos fundamentados em dados materialmente verificáveis. A língua, para o espanhol, seria uma fonte para investigar as operações da mente e, portanto, suas sistematizações priorizaram a relação entre língua e pensamento. Em vez de dedicar-se única e exclusivamente aos chamados ‘dados observáveis’ de um idioma, Sanchez abordava as categorias lógicas e psicológicas da língua-pensamento, o que vai contra os pressupostos de cientificidade de parte dos estudos gramaticais europeus oitocentistas. Inserido em um ‘clima de opinião’ caracterizado pela recepção desta linha ‘científica’, Said Ali opõe-se explicitamente a abordagens racionalistas nos estudos gramaticais:

“Procurar um sujeito fora da realidade, digamol-o ainda uma vez, não compete á grammatica como sciencia, não cabe na esphera da sciencia que se limita a observar e registrar os factos da linguagem, taes quaes se apresentam.” (SAID ALI, 1919 [1908]: p. 138).

A crítica à gramática de Brozas dá-nos a possibilidade de levantar, como hipótese, a percepção que Said Ali tinha da presença viva da *elipse* nas explicações gramaticais a ele contemporâneas, fossem elas portuguesas ou não. Essa percepção parece apontar para a presença de resquícios da abordagem racionalista nos estudos linguísticos do final do século XIX e início do século XX. Ressaltamos que não há como determinar se Said Ali se referia à presença da **Minerva** ou de seus pressupostos na tradição de descrição do português, pois vimos, pelos dados do quadro anterior, que o brasileiro também teria amplo conhecimento das gramáticas europeias em geral, e, portanto, poderia estar considerando a tradição europeia como um todo.

Podemos dizer, ainda, que os fragmentos das **Difficultades** nos quais o espanhol é citado são escassos e não nos ajudam a compreender, nem a sustentar, que a ‘escolha de retórica’ de Said Ali se refira ao que ele entende como tarefa do estudioso da linguagem, principalmente no que concerne à recusa dos métodos racionalistas ou

---

<sup>102</sup> No capítulo 4, trataremos, com maior riqueza de detalhes, das explicações fonéticas Said Ali para fatos gramaticais.



filosóficos. Vejamos o que podemos deprender do levantamento referente à tradição lusófona de descrição gramatical.

*Quadro 7: Autores de gramáticas e/ou reflexões gramaticais da tradição lusófona nas DLP (1919)*

<b>NOME DO AUTOR</b>	<b>DIÁLOGO</b> +(cont.) -(ruptura)	<b>PÁGINAS</b>	<b>OBRA CITADA</b> <sup>103</sup>	<b>PAÍS</b>
Antônio Cortesão (?)	-	211, 225	-	Portugal
Bento José de Oliveira (1725 – 1807?)	-	210, 211, 213, 225		Portugal
Francisco Júlio de Caldas Aulete (1826 – 1878)	-	214, 216		Portugal
Antonio Cândido de Figueiredo (1846-1925)	-	20,21,22,25, 101,103,279	<b>Problemas da linguagem</b> (1910 – 2ª ed.)	Portugal
Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (1851 – 1925)	+	322		Alemanha (porém, grande filóloga da língua e da tradição portuguesa)
Duarte Nunes de Leão (1530?-1608)		297		Portugal
Augusto Epifânio Dias (1841-1916)	+	VI, VII, 149, 212, 225	<b>Sintaxe Histórica Portuguesa</b> (1918)  <b>Gramática Portuguesa</b>	Portugal

<sup>103</sup> Algumas destas obras não são mencionadas pelo autor, mas podem ser inferidas por informações do texto (cita-se, por exemplo, o ano de publicação da obra).

			<b>Elementar</b> (1876)	
<b>Ernesto Carneiro Ribeiro</b> (1839 – 1920)		21		Brasil
<b>Fernão de Oliveira</b> (1507-1581)	-	300, 311, 319	Gramática (1536)	Portugal
<b>Frei Domingos Vieira</b> (?)		215	<b>Dicionário</b> (1871) <sup>104</sup>	Portugal (?)
Aniceto dos Reis <b>Gonçalves Viana</b> (1840-1914)	+/-	244, 246, 247, 248, 263, 264, 266, 271	<b>Ortografia Nacional</b> (1904)	Portugal
<b>Heráclito de Alencastro Pereira da Graça</b> (1837-1914)	+	17,19,20, 21, 22, 24, 25, 26	<b>Fatos da linguagem</b>  (1904)	Brasil
<b>Jerônimo Soares Barbosa</b> (1737-1816)	-	87,88,89,92,9 7,108,109,11 0,111,116,20 9,210, 211, 212,	<b>As duas línguas, ou grammática philosophica da Lingua Portugueza comparada com a Latina. Para ambas se aprenderem ao mesmo tempo.</b> (1807)  <b>Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem</b>	Portugal

<sup>104</sup> Vale lembrar que indicamos a data/edição citada por Said Ali. Caso o gramático não a tenha citado, informamos o ano de publicação da primeira [ou mais antiga] edição.

			(1822)	
<b>João de Barros</b> (1496-1570)	-	199, 201	<b>Gramática da língua portuguesa</b> (1540)	Portugal
<b>João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes</b> (1860-1934)	+	108		Brasil
<b>Julio Gonçalves Moreira</b> (1854 - 1911)	+	159		Portugal
<b>Júlio César Ribeiro Vaughan</b> (1845-1890)		117		Brasil
<b>Otoniel Mota</b> (1878-1951)	-	152		Brasil
<b>Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos</b> (1860 - 1941)		211,212,225	<b>Gramática portuguesa</b> (1898)	Portugal
<b>Ruy Barbosa de Oliveira</b> (1849-1923)	-	26, 28,105,107,1 09,117,118,1 19,120	<b>Replica às defesas da redacção do projecto da Câmara</b> (1902)	Brasil
<b>Antonio da Silva Tullio</b> (1818 - 1884)	-	95		Portugal

No Quadro 7, notamos, ao contrário do Quadro 6, ‘escolhas de retóricas’ de ruptura e de continuidade, embora a primeira prevaleça. Os diálogos de continuidade são estabelecidos com Carolina de Michaelis, Epifânio Dias, Gonçalves Viana, Heráclito Graça, João Ribeiro e Júlio Moreira. Em contraposição, Said Ali reclama uma ruptura com Cortesão, Bento José de Oliveira, Caldas Aulete, Cândido de Figueiredo, Fernão de Oliveira, Gonçalves Viana, Soares Barbosa, João de Barros, Otoniel Mota, Rui Barbosa e Silva Tullio. Poucos são os estudiosos com os quais Said Ali não estabelece um diálogo explícito, continuísta ou descontinuísta. As ideias de Duarte

Nunes de Leão, Ernesto Carneiro Ribeiro, Domingos Vieira, Júlio Ribeiro e Ribeiro de Vasconcelos não serão contempladas em nossa análise da ‘escolha de retórica’ por fazerem parte deste último grupo de autores.

Os diálogos de ruptura ocorrem com autores de séculos diferentes (vejam-se as biodatas citadas no quadro), que se alinhavam a tradições descritivas diversas. Cortesão, Bento José de Oliveira e Soares Barbosa foram gramáticos da língua portuguesa que, ao modo de Sanchez de las Brozas, abordaram o idioma segundo conceitos racionalistas que, segundo Said Ali, estavam ultrapassados e não condiziam com os dados linguísticos verificáveis:

“Desde quando a frase *eu quero fazer* comporta dois sujeitos, um para cada verbo. Desde quando ha ahí duas orações, uma regente, outra regida? Este disparatado modo de dizer as cousas e, por outro lado, a contradição frequente entre as regras de Soares Barbosa e a lição dos escriptores – contradição que aliás, elle proprio mais de uma vez reconheceu –dão-nos sobejos motivos para desconfiarmos da consistencia da doutrina formulada na velha *Grammatica Philosophica*.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 88)

O principal alvo de suas críticas sobre a abordagem filosófica ou racionalista era a obra ***Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*** (1822), de Soares Barbosa. Cortesão e Bento José de Oliveira receberam valorações negativas por, segundo Said Ali, se vincularem ou serem continuadores, direta ou indiretamente, de Soares Barbosa:

“Bento José de Oliveira (*Gramm. Port.* 12<sup>a</sup> ed.) reedita a lição de seu mestre [Soares Barbosa] assim ampliada: “Os participios irregulares, em geral, são adjectivos verbaes; e é por isso que elles dizem melhor com os auxiliares *estar, ser, andar, ficar, vir: estou afflicto, sou suspeito*; e os regulares com *ter* ou *haver*, como *tinha-se affligido, havia suspeitado*.” A exemplificação vem escolhida a dedo; outros verbos desmentiriam a regra.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 210)

“Soares Barbosa enumerava 86 verbos com participio passado duplo; Oliveira eleva a lista a 109, mencionando apenas os “principaes”. A. A. Cortezão, continuador de Bento de Oliveira, reproduz-lhe a regra, ainda que com outras palavras; não dá a razão da espantosa elasticidade da lista verbal de seu predecessor, porem menciona, prudente, “alguns”, isto é, apenas 32 verbos para exemplo”. (SAID ALI, 1919[1908]: p. 211)

A **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou princípios da grammica geral applicados à nossa linguagem** (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, é considerada a obra mais representativa da corrente racionalista da gramaticografia portuguesa do século XIX (cf. PARREIRA, 2011: p. 28, entre outros). De acordo com a bibliografia especializada (cf. LOPES, 1986/1987; GONÇALVES, 2006), essa gramática foi elaborada com base na doutrina da **Grammaire Générale et Raisonnée** (1754[1660]) de Port-Royal. Apesar de não ser o primeiro texto filosófico na tradição gramatical portuguesa, a gramática de Soares Barbosa é “*uma produção bastante original*” (LOPES, 1986/1987: p. 38).

Como já comentamos anteriormente, essa linha de estudos vinculava a linguagem ao pensamento, entendendo-a como um instrumento de intermediação entre o espaço exterior do mundo e o espaço interior da mente. Os gramáticos filosóficos propunham-se investigar os aspectos comuns a todas as línguas, a fim de chegar a uma gramática geral, ponto de partida de qualquer gramática particular das línguas naturais.

Enquanto Said Ali faz críticas pontuais a Cortesão e Oliveira, não há economia de avaliações negativas e expressões depreciativas a Soares Barbosa, cujo nome está associado a expressões como “*influência funesta*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 97), “*incongruente*” (*ibid*, p. 109), “*não sabe o que faz, nem o que diz*” (*ibid*, p. 109), “*contraditório e difuso*” (p. 116). O tom irônico também é um artifício lançado por Said Ali para ir contra os preceitos de Barbosa: “*Que titulos tem Jeronymo Soares para o aceitarmos como oraculo supremo?*” (*ibid*, p. 109) e “*A doutrina de Soares Barbosa ensina a gente a dizer: não nos deixeis cahirmos (em vez de cahir) em tentação, faço-te estudares e outras bellezas do mesmo jaez*” (*ibid*, p. 92).

As críticas de Said Ali a Soares Barbosa, contudo, não se resumem a suas ideias. Said Ali o acusa também de ser mal copiadador dos originais: “*A unica cousa errada no trecho camoneano é a sua copia na Grammatica Philosophica*” (p.111). Basicamente, Soares Barbosa está sempre ligado a erros e equívocos.

Instiga-nos a presença de críticas tão veementes a Soares Barbosa, enquanto Said Ali não faz menção a outras obras ou autores brasileiros que se autodenominaram integrantes de uma abordagem filosófica, tais como Antônio de Moraes Silva (1755-1824), Augusto Freire da Silva (1836-1917), Sotero dos Reis (1800-1871), autores,

respectivamente, de **Epitome da Grammatica Portugueza** (1806), **Grammatica Portugueza** (1866) e de **Breve Compendio de Gramática Portugueza** (1875). Mesmo ao citar Ernesto Carneiro Ribeiro, que escreveu a **Grammatica Portugueza Philosophica** (1877), Said Ali se refere apenas a um exemplo recolhido pelo gramático baiano, não aclarando a qual obra se refere, nem entrando na discussão de suas ideias. Carneiro Ribeiro, como se sabe, escreveu, além de uma gramática racionalista, outra em que declara estar incorporando os avanços da linguística histórico-comparativa, os **Serões gramaticais** (1890).

Acreditamos que a ausência de menções a estas gramáticas brasileiras racionalistas e a existência de críticas a Soares Barbosa esteja relacionada à percepção que Said Ali possuía acerca da presença de algumas ideias deste gramático português nos estudos linguísticos luso-brasileiros, mesmo depois da emergência da chamada gramática ‘científica’ (cf. CAVALIERE, 2001; POLACHINI, 2013) no Brasil, a partir da publicação da obra de Júlio Ribeiro em 1881. Certos fragmentos parecem indicar este caminho:

“Chamam-lhe doutrina de Soares Barbosa e como dogma parecem aceitar-a; mas admira que, tendo atirado a um canto e entregue ás traças todo o resto da Grammatica Philosophica desse autor, por inconciliavel com as nossas idéas de hoje, julguem uma irreverencia entregar ao mesmo destino as paginas com as regras sobre o infinitivo.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 87-88)

“Que titulos tem Jeronymo Soares para o aceitarmos como oraculo supremo? O dilemma (ou sujeito diverso, ou sujeito igual) com que nos presenteou para achar o argueiro na vista alheia, deixa sem resposta os casos de infinitivo independente de outro verbo. Precedendo-nos com o exemplo, devia ser elle o primeiro a mostrar o bom caminho ; no emtanto, lê se isto no seu livro: *Todas as grammaticas . . . têm o commum de serem uns systemas analogicos* (Soar. Barb. Gramm. Phil. XI)” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 109)

De acordo com a visão de Said Ali, as ideias de Soares Barbosa pareciam perdurar na gramaticografia da língua portuguesa, como dogmas. Como vimos anteriormente, a gramática do estudioso lusitano foi a principal obra racionalista da tradição portuguesa de descrição gramatical. Era necessário, portanto, romper com os resquícios desta tradição. A postura negativa em relação a este estudioso ‘exemplar’ da

tradição racionalista lusitana sugere a intenção de vincular-se a uma nova forma de conceber e analisar a linguagem.

A ‘escolha de retórica’ descontinuista com os demais autores/obras gramaticais parece ter propósitos semelhantes. Embora pertencentes a outras décadas, escolas ou correntes de estudo, o posicionamento retórico de ruptura empregado por Said Ali sempre aponta para uma desaprovação acerca dos objetivos e métodos utilizados por estes autores. Cândido de Figueiredo e Ruy Barbosa, por exemplo, são reprovados por desejarem fixar ou impor regras de uso que, em vários casos, não eram aplicadas ou respeitadas em grande parte dos textos da língua portuguesa:

“Em resumo, a doutrina Figueiredo-Barbosa deve entender-se assim: O erro não está na maneira de exprimir, mas tão sómente no modo de analysar. A interrogação — *o que tens?* está certa, quando interpretada como oração dependente de uma principal occulta; está errada, se a considerarmos a propria oração principal. [...] E para apoiar semelhante these, cuja descoberta aliás não requeria grande sagacidade, o autor dos “Problemas” ignora ou despreza os phenomenos da linguagem, e o da “Replica” cita em demasia cousas alheias ao caso\*)” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 28)

A consideração de dados observáveis em sua totalidade era, para Said Ali, imprescindível. Não à toa, os capítulos das **Difficultades** apresentam uma extensa exemplificação que comprovaria as regras esboçadas por ele. A reunião de fatos de língua seria essencial para a argumentação, que deveria pautar-se na generalidade dos dados. Em outras palavras, Said Ali indica que os gramáticos deveriam basear suas esquematizações gramaticais nas ocorrências linguísticas que aparecessem em maior número. Daí sua crítica a Silva Tullio, que “*confunde talvez um exemplo sporadico com a generalidade dos casos*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 95).

A existência majoritária de certo dado linguístico, atestada pelo uso, revelaria o *sentimento da linguagem*, expressão metalinguística utilizada por Said Ali e que parece conjugar-se, com o que se denominava, no século XIX, o *gênio da língua*. Em linhas gerais, este *sentimento* ou *gênio* levaria o usuário da língua a utilizar, preferencialmente, certas formas linguísticas, em detrimento de outras. Os idiomas teriam suas próprias ‘inclinações’, o que implicaria a existência de modelos gramaticais específicos para cada um deles. Esta concepção aponta para a impossibilidade de encontrarmos, sempre,

equivalentes lexicais ou morfossintáticos do português em outras línguas. Este teria sido o erro de João de Barros:

“João de Barros dá uma regra a proposito da forma mais antiga, mas relaciona sem necessidade o phenomeno com o latim “Quando (este verbo *ey*, ás) se junta com nome soprimos muitos verbos da lingua latina que a nossa não tem: como *Ey vergonha*, *ey medo*, *ey sede*, *ey fome*, *ey frio*: e outros muitos significados que tem quando o ajuntamos a nomes substantivos desta calidade. (Gramm. 120).” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 199 [itálicos do autor])

Como sabemos, o uso de modelos greco-latinos de descrição das línguas foi feito em larga escala na elaboração das gramáticas das línguas modernas e, inclusive, exóticas (cf. ALTMAN, 2009, 2011; AUROUX, 2009[1992]). Os gramáticos, principalmente dos séculos XVI e XVII, basearam-se neste ‘molde’ para descrever as novas ou recém-descobertas línguas e, para tanto, realizaram adaptações, diversas vezes ‘inovadoras’ (cf., por exemplo, DANNA, 2009-2010), deste(s) modelo(s).

A ocorrência de um frequente traço morfológico ou ordem sintática verificável no uso da língua deveria ser analisada com base nos dados ‘empíricos’. Buscar explicações metafísicas, que ultrapassariam os dados manipuláveis, estaria fora de cogitação. Modificar este uso – por meio da imposição de regras – também não caberia ao estudioso da linguagem. Nesse sentido, o gramático brasileiro não vê com bons olhos algumas das propostas de Gonçalves Viana para uma simplificação da ortografia do português, na obra **Ortografia Nacional** (1904):

“O problema da simplificação orthographica apresenta faces múltiplas. Gonçalves Vianna, dispondo de um saber vasto e profundo no terreno da phonetica, procurou, paciente e minucioso, resolver todas as questões, ainda as mais subtis, unicamente á luz desse preparo intellectual. Mas no empenho de collocar-se sobranceiro a qualquer criterio arbitrario, esqueceu-se que as razões historicas e linguisticas, em que os preceitos devem assentar, não fornecem em sua maioria elementos práticos para um criterio ao alcance da generalidade dos que escrevem a nossa lingua.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 244)



“[Gonçalves Viana] Fiel a seu systema e apoiando-se em exemplo camoneano, o autor propõe que se escreva *Sintra* por *Cintra*. Isto despreza o uso geral e não creio que os Portuguezes se capacitem da necessidade ou conveniencia de mudarem, neste ponto, os seus habitos. O nome proprio *Marques* passa a ser *Márquez*, e o titular *marquez* converte-se em *marquês*. Na dupla troca não se percebe absolutamente nenhum passo no sentido de uma orthograpria praticamente simplificada. Pelo contrario, a reforma exige o recurso de accentos, agudo e circumflexo, cousa que até agora dispensavamos com a nossa escripta desprerenciosa.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 245)

Além de posicionar-se contra a mudança de formas linguísticas correntes no português, Said Ali também considera imprópria a tarefa normatizadora do gramático, que em muitas ocasiões emite juízos de valor negativos sobre determinados lexemas ou estruturas morfossintáticas. Em última instância, conforme já dissemos, caberia ao estudioso da linguagem trabalhar com as manifestações linguísticas diversas, sem produzir ou levar-se por estereótipos.

Em síntese, vimos observando que a ‘escolha de retórica’ descontinuista de Said Ali desenha o protótipo de estudioso da linguagem que lhe parece ideal. Para esclarecer melhor as características deste ‘profissional’ ou atitudes que este deve evitar, vale a pena aproximarmos aos termos ‘externos’ que ele utilizou para nomear tais estudiosos ou sua área de atuação, assim como fizemos com Bello (1853[1847]). Nas **Difficuldades da Língua Portuguesa**, os termos encontrados foram: *filologia*, *gramática* e *linguística*<sup>105</sup>.

Ao termo *filólogo*, Said Ali relaciona expressões qualificativas como: i) *notável* (1919[1908]: p. 122), referindo-se a Victor Henry e Henry Sayce; e ii) *sábio* (*ib.*: p. 116) e iii) *fundador da philologia românica* (*ib.*: p. 118), com relação a Friedrich Diez. Textos destes mesmos *filólogos* também recebem comentários valorativos na obra do gramático brasileiro, que parece compactuar com muitas de suas ideias:

“Em que pese aos grammaticos, o unico critério para julgar da correcção da linguagem é, como muito bem diz o philologo Sayce: “Custom alone can determine what is right and wrong,

<sup>105</sup> Incluem-se também termos derivados destes, como *filólogo*, *gramatical*, *linguístico*, etc.

not the dictum of grammarians, however eminent”” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 82)

Por sua vez, Cândido de Figueiredo, a quem critica, no nível retórico, não seria filólogo porque, para Said Ali, ele não lê profundamente os textos que comenta, nem conhece obras valorizadas na tradição literária:

“O Sr. Cândido de Figueiredo nao é philologo; escreve por palpite, e não lê autores senão por alto. Manuseasse as obras de Castilho e teria buscado outra explicação, accommodavel tambem a exemplos elaborados em muito boa prosa: *Haviam de subtrahir ao monumento sem o enfraquecerem* (Tart. prefacio XIX); *pena tivemos nós, confessamol-o, de não havermos podido chrismar* (ib. pref. X)” (SAID ALI, 1919 [1908]: p. 101-102)

Para Said Ali, o *filólogo* seria alguém de ampla cultura, um leitor assíduo de textos contemporâneos e antigos pertencentes a vários gêneros. Com relação a estudos medievais, o brasileiro diz que:

“Lendas, historias, chronicas, canções, documentos publicos, tudo reflecte a vida medieval com seus usos, costumes, instituições; uma civilização em summa, muito alheia da nossa, cheia de pontos obscuros, de interesse apenas para philologos e historiadores.” (SAID ALI, 1919 [1908]: p. 295)

Nessa citação, ao mencionar lendas, crônicas, documentos, como fontes de interesse para filólogos e historiadores, o autor também se distingue desses dois grupos, mais interessados numa análise global da linguagem como aspecto de cultura.

O *filólogo* se dedicaria a estudar determinado dado característico da língua registrada em um texto-fonte. Tais fatos filológicos parecem ter ligação com uma localização temporal, pois é relevante a datação do aparecimento de certa característica na língua descrita:

“O pronome figura como mero expletivo, ou, para nos servirmos da expressão de um philologo francez [B. Bourdon], como uma parte inutil do discurso, e a sua junção aos verbos destituidos de sujeito, nas linguas indogermanicas, é privilegio apenas de alguns idiomas, e de data relativamente moderna.” (SAID ALI, 1919 [1908]: p. 135)

Com o termo *gramática* – ou derivados como *gramático*, *gramatical* e *gramaticalmente*, Said ali se refere a: a) obras materiais; b) regras/sistematização de uma língua; c) campo de estudo que abrange certo objeto e metodologia, ainda que pouco precisos.

Detendo-nos às ‘definições’ relativas a c), percebemos que boas análises gramaticais seriam, como já vimos apontando, aquelas baseadas em dados positivos, contrárias às explicações metafísicas<sup>106</sup>:

“Convidado por K. Brugmann para escrever a *syntaxe da grammatica comparativa das linguas indo-germanicas*, essa obra colossal que veio dar nova orientação á toda a linguística. Delbruck em 1893 accentua de novo o facto de existirem orações sem sujeito e sustenta que nas linguas modernas encontramos varios exemplos, onde a analyse, isto é, a analyse positiva e scientifica, nao consegue descobrir mais que um unico termo (*einheitliche oder eingliedriche Sätze*)” (SAID ALI, 1919 [1908]: p. 122)

Na mesma direção, gramáticos “*pouco dados a investigações*”, que não deveriam ser imitados, seriam aqueles que propoiam sistematizações sem partir de dados registrados e objetivos:

“Tas duvidas nunca foram satisfatoriamente resolvidas, graças á facilidade com que certa regra commoda, sem duvida, mas não derivada da observação escrupulosa dos factos, conseguiu insinuar-se e dominar no espirito de grammaticos pouco dados a investigações.” (SAID ALI, 1919 [1908]: p. 87)

Said Ali até admite a possibilidade de estudar a língua segundo este viés racionalista, mas uma análise deste tipo seria *psicológica*. No fragmento a seguir, ele distingue o que considera *psicológico* e o que considera *gramatical*, em comentário sobre a questão do sujeito:

“Antes de decidir se uma oração tem ou não sujeito, é necessario [sic] firmar bem o ponto de vista donde queremos encarar a questão; podem os termos ser considerados como psicologicos ou como grammaticaes. O sujeito psicologico é a “idéa,” a cousa que tenho no espirito e a respeito da qual quero communicar uma novidade; ao passo que o sujeito grammatical

---

<sup>106</sup> Isto é, especuladas.

ou syntactico é uma “palavra” realmente usada que a syntaxe exige seja um nome no nominativo, quando se lhe seguir um verbo finito. Se esta palavra representar exactamente o sujeito psychologico, diremos que elle coincide com o sujeito grammatical, como nas frases: *Pedro morreu, o menino cahiu.*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 133)

Essa distinção está, como vimos na base da oposição existente para Said Ali, entre uma gramática chamada racionalista, ou filosófica, de um lado, e uma gramática considerada ‘científica’, ‘positiva’, de outro lado.

O termo *linguística* – incluindo *linguista*, *linguístico(s)* e *linguisticamente* – também esteve vinculado a ‘definições’ de natureza distinta: a) para fazer referência a aspectos ou dados da(s) língua(s); e b) para referir-se a uma área de investigação que abrange certo objeto e metodologia, ainda que pouco precisos.

Apoiando-nos substancialmente nas ocorrências que se encaixariam em b), constatamos que as investigações qualificadas por Said Ali como linguísticas são entendidas como análises científicas, baseadas na observação e no exame “*positivo dos fatos*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 57), à semelhança do que vimos ao abordar a ‘escolha de retórica’ e dos fragmentos relacionados aos termos *filologia* e *gramática*. Por sua vez, os ‘fenômenos linguísticos’ – entendidos simplesmente como fenômenos da língua – deveriam ser estudados sem negar a realidade (*ib.* p. 57), mesmo que oferecessem dificuldades de análise ao descritor:

“[...]mas os factos linguisticos muitas vezes desobedecem á logica mathematica e se apresentam imprevistos e, até, disparatados, como é natural nas manifestações do espirito humano colectivo.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 46)

Com *linguística*, Said Ali se referiria, de modo geral, aos estudos sobre a linguagem que teriam recebido outra orientação após a publicação da **Grammatica Comparada** (1886) de Karl Brugmann e Berthold Delbruck. Os novos processos da então chamada ‘moderna linguística’ refletiriam uma análise rigorosa e mais válida:

“Estudos mais accurados começaram porem por mostrar que o italoceltico, rebelde ao rhotacismo, possui entretanto o passivo em *r*. A bella hypothese tornou-se insustentavel e hoje não consegue rehabilitar-a a moderna linguistica com os seus

processos inegavelmente mais rigorosos.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 141)

Dessa forma, Said Ali entende que caberia aos *linguistas* (*ib.*, p. 22) investigar tanto um estado determinado da língua como suas mudanças ao longo do tempo, tentando captar possíveis razões históricas que teriam tido papel de destaque na conformação dos dois tipos de dados. A importância de se conhecer o que Said Ali denomina de *evolução do idioma* (*ib.* p. VI) estaria também no fato de ela auxiliar a compreensão dos fenômenos recentes da língua. O conjunto destes dados – isto é, as mudanças linguísticas ao longo do tempo assim como os fenômenos observados em um determinado período - seria objeto da *linguística diachronica* e *linguística synchronica* (*ib.* p. VI). Além disso, estas duas vertentes teriam recebido um grande impulso com Ferdinand de Saussure<sup>107</sup> e suas *luminosas apreciações* (*ib.* p. VI), segundo as próprias palavras de Said Ali no seu prefácio das **Difficuldades** (1919[1908]).

Uma aproximação aos comentários que circundaram os três termos ‘externos’ aqui comentados mostra que, apesar de haver pouca clareza de distinção entre os campos identificados, novamente encontramos evidência da necessidade que Said Ali via de romper com determinados modos de observar a língua e de lançar-se a estudos de pretensão científica, considerados mais ‘rigorosos’.

Os diálogos de continuidade e descontinuidade analisados neste capítulo, junto com as informações depreendidas das ‘definições’ dos termos *filologia*, *gramática* e *linguística*<sup>108</sup> parecem atuar como fortes indicadores do perfil ideal de estudioso de linguagem que Said Ali concebia. Este estudioso deveria contemplar principalmente dois aspectos em suas investigações: i) baseá-las em fontes documentais, isto é, apoiá-las em dados de língua empíricos e objetivos; e ii) recorrer à diacronia e/ou utilizar comparações entre línguas sempre que estas se fizerem apropriadas.

Para encerrarmos esta parte da análise, contudo, acreditamos que seja essencial, assim como fizemos em Bello, fazer alguns apontamentos sobre o que Said Ali entendia

---

<sup>107</sup> Esta teria sido uma das primeiras citações feitas por um brasileiro a Ferdinand de Saussure. No entanto, trata-se de menção pontual e, ao que parece, sem impacto imediato. Os estruturalismos europeu e norte-americano viriam a se instalar definitivamente no Brasil apenas na década de 1960. (*cf.*, entre outros, ALTMAN, 1998)

<sup>108</sup> E termos derivados.

ao utilizar o termo ‘externo’ *língua portuguesa*, inclusive porque a forma de nomeação desta língua foi particularmente polêmica na transição dos séculos XIX e XX.

Este autor não propõe uma ‘definição’ direta de *língua*, nem de *língua portuguesa*. Mas certos fragmentos das **Difficultades** permitem uma aproximação desses conceitos. A *língua*, para ele, alterava-se conforme o tempo e o meio. Consequentemente, o mesmo teria ocorrido com a *língua portuguesa* que, “*apesar das extravagancias e caprichos de alguns, e das torturas que padeceu, continuou lentamente a progredir como dantes.*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 327).

A *língua portuguesa* privilegiada nas análises gramaticais seria principalmente aquela registrada em textos literários da tradição lusitana dos séculos XVI ao XIX. Entretanto, Said Ali menciona e legitima o *falar do Brasil*, propondo possíveis explicações para a existência de construções sintáticas diferentes do *falar de Portugal*.

A discussão sobre o *falar do Brasil* – e outras denominações, tais como *dialeto brasileiro* e *língua nacional* - ganhou destaque nas últimas décadas do século XIX, em diversos textos, de diferente natureza (cf. PINTO, 1978; COELHO, 2003), entre os quais se incluíam obras como as de Paranhos da Silva (1879), Beaurepair Rohan (1956[1889]) e Macedo Soares (1889[1875/1888]), e permaneceu como tema relevante até, pelo menos, meados do século XX, conforme comprovam textos como os de Gladstone Chaves de Melo (1975[1945]), Silvio Elia (1961[1940]), entre outros. Alguns destes autores, como Paranhos da Silva, viam que “*essa maneira de falar [do Brasil] é tão importante, é base tão larga para fundamento de uma distinção, que os primeiros litteratos não hesitam em lhe dar o nome de lingua*” (1879: p. 76). Macedo Soares defendia a autonomia do português do Brasil, argumentando que este teria se diferenciado do português europeu pelo contato com os substratos indígenas e com as línguas africanas. João Ribeiro, por sua vez, foi de um lado a outro: posicionou-se ora contra a autonomia – nas **Páginas de Estética** (1905) –, ora a favor da validade de uma língua brasileira, na obra **A Língua Nacional** (1933). Já na **Língua do Brasil** (1975[1946]), Chaves de Melo reconheceu as especificidades deste ‘falar’, porém não defendeu sua autonomia. De fato, segundo Coelho (2004: p. 69), a existência de idiosincrasias do português brasileiro era um consenso entre os estudiosos brasileiros. Não obstante, a constatação de que esta discussão perpassou várias décadas, sugere que

admitir diferenças não implicava necessariamente considerar o ‘falar’ do Brasil como autônomo, como *língua*.

No compêndio de Said Ali, datado de 1919, percebemos que especificidades do português do Brasil são validadas e, também, submetidas a sistematizações gramaticais. No entanto, os apontamentos relativos ao português do Brasil tendem a ser breves e superficiais, sem grandes detalhamentos. Apesar de Said Ali, nas **Difficuldades**, não problematizar esta questão, vemos que as discussões acerca do falar brasileiro faziam parte do ‘clima de opinião’ intelectual do momento.

Nesta segunda parte da análise de ‘escolha de retórica’ e de termos ‘externos’, observamos que, ao contrário de Bello, Said Ali via a necessidade de assumir uma retórica ‘revolucionária’ forte, talvez por perceber traços teóricos e metodológicos do racionalismo, ou de outras correntes tradicionais, que impediriam um desenvolvimento pretensamente ‘científico’ do estudo das línguas, e, em especial, da língua portuguesa. Esta abordagem ‘científica’, mais moderna, deter-se-ia em dados manipuláveis e documentados. Apesar de, no nível retórico, todas as manifestações linguísticas poderem compor o *corpus* do gramático (linguista/filólogo), Said Ali faz uso de dados linguísticos retirados, quase em sua totalidade, de textos literários produzidos em Portugal, sendo exceções os fragmentos de Gonçalves Dias.<sup>109</sup>

Parece-nos que o emprego desta ‘retórica’ deriva de uma possível necessidade de Said Ali discutir e fixar os princípios norteadores dos novos estudos e assinalar rupturas com uma tradição filosófica – cujo texto exemplar no contexto luso-brasileiro, seria a gramática de Jerônimo Soares Barbosa – ainda muito presente no contexto brasileiro. Para a conformação desse seu discurso crítico e, de certo modo, regularizador do que seria aceitável ou não no campo de estudos, parece ter papel central o contato com as correntes europeias mais recentes, que davam destaque à manipulação de dados ‘positivos’, a fim de atribuir um caráter científico ao estudo da linguagem.

Em síntese, apesar de estarem em momentos e lugares singulares, verificamos que tanto Andrés Bello como Said Ali produziram a **Gramática de la lengua castellana** e as **Difficuldades da Língua Portuguesa** – respectivamente – em terreno americano e após conseguirem sucesso em textos anteriores. Ambos não se dedicavam apenas à produção de gramáticas: também eram docentes e publicaram estudos em

---

<sup>109</sup> Lembremos que Andrés Bello tampouco faz usos de textos literários produzidos na América.

revistas da época. Bello era, ao contrário de Said Ali, também escritor, jurista e crítico literário.

Os dois estudiosos estiveram a par do conhecimento que estava sendo produzido na Europa. Lembramos que, além de entrar em contato com estas ideias em solo americanos, os dois estudiosos estiveram em continente europeu, por tempo e objetivos distintos. Bello foi em missão diplomática para a Inglaterra, onde viveu durante 19 anos. Said Ali esteve na Alemanha, no ano de 1896, para uma pesquisa sobre métodos de ensino. Pela reconstrução do horizonte de restrospecção e levantamento dos autores presentes nas obras, verificamos que Bello tinha ciência de estudos espanhóis, franceses e ingleses, enquanto que Said Ali esteve mais ligado às correntes histórico-comparatista e neogramática, principalmente, alemãs.

Uma primeira aproximação aos termos ‘externos’ referentes à área de investigação em que Bello e Said Ali se inseriam, e ao que denominavam *língua*, *língua portuguesa* e *língua castellana* apontou para outro caminho – necessário – de análise dos diálogos destes autores com a ‘tradição’, ao revelar que, embora Bello assumia uma retórica aparentemente ‘continuista’, a tarefa do *gramático* (que deve utilizar um modelo de descrição linguística próprio para cada língua), a sua concepção de *língua* (incluindo variedades americanas) e de *língua castelhana* (imprimindo um afastamento terminológico em relação à Espanha) indicam rupturas promovidas pelo caraquenho. Na obra **Difficultades**, constatamos que a primeira aproximação a esses mesmos termos reforçam o posicionamento retórico de Said Ali, que se mostra alinhado à abordagem dita ‘científica’ dos estudos linguísticos. A opção por trabalhar com dados empíricos, retirados de documentos (antigos ou contemporâneos), reconhecendo no termo *linguística* uma ciência moderna e rigorosa, opõe-se justamente aos estudos filosóficos, que tanto rechaça.

Notando a riqueza de informações que o estudo dos ‘termos externos’ - conjugado com a ‘escolha de retórica’ - nos ofereceu, dedicamos o próximo capítulo à análise de ‘termos internos’, isto é, usados com intenção metalinguística na descrição de quatro temas abordados por Bello e Said Ali, a saber: a relação entre pronomes-artigos e a sistematização dos modos e tempos verbais da língua castelhana, na **Gramática** (1853[1847]); e a colocação pronominal e o infinitivo flexionado em português, nas **Difficultades** (1919[1908]).



#### 4. CAPÍTULO 4: INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO METALINGUÍSTICAS

Até o presente momento, detivemo-nos ao exame de dados de ordem ‘externa’ às obras **Gramática de la lengua castellana** (1853[1847]), de Andrés Bello, e **Difficultades da Língua Portuguesa** (1919[1908]), de Manuel Said Ali. Neste capítulo, passaremos à instância ‘interna’ desta pesquisa, isto é, à análise de dados metalinguísticos colhidos nas sistematizações de quatro fatos linguísticos: (1) a relação entre pronomes e artigos e a (2) os modos e tempos verbais da língua castelhana, na **Gramática** (1853[1847]); (3) a colocação pronominal e o (4) infinitivo flexionado do português, nas **Difficultades** (1919[1908]). A seleção desses temas, conforme já explicitamos no Capítulo 2, deveu-se à repercussão que essas discussões tiveram nas gramaticografias castelhana e portuguesa posteriores.

##### 4.1. PRONOMES E ARTIGOS EM BELLO (1853[1847])

De acordo com Andrés Bello, *pronomes* são “*nombres que significan primera, segunda ó tercera persona, ya expresen esta sola idea, ya la asocien con otra*” (1853[1847]: p. 47). Não fariam parte das sete classes de palavra da língua castelhana<sup>110</sup>, embora tivessem “*alguna marca tan peculiar suya que no se encuentre en ninguna otra clase de palabras*” (BELLO, 1988[1853]: p. 794 – notas). Segundo sua significação e função na proposição, são classificados em: (i) *personais*, (ii) *possessivos* e (iii) *demonstrativos*.

Os *pronomes pessoais*, que “*significan la idea de persona por sí sola*” (BELLO, 1853[1847]: p. 48), teriam a característica de se distinguirem por casos, isto é, assumiriam formas diferentes conforme a função exercida na *proposição*<sup>111</sup>. Os *pronomes pessoais* tomariam a função de *sujeito* (*yo, tú, nosotros, vosotros*), de *complemento* (*me, te, nos, vos*) ou de *término*<sup>112</sup> (*mí, ti, nosotros, vosotros*). Em outras

<sup>110</sup> Para Bello, as sete classes de palavras são: *substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*.

<sup>111</sup> Termo utilizado por Bello na descrição do castelhano. O gramático caraquenho entende *proposição* como a união entre um *sujeito* e um *atributo*, conforme podemos depreender desta definição “*el sugeto y el atribulo unidos forman la PROPOSICION*” (BELLO, 1853[1847]: p. 7), embora possa, eventualmente, existir uma *proposição sem sujeito*: “*La proposicion puede carecer de sugeto; de atributo, nunca: si no lo tiene expreso, hay siempre alguno que puede fácilmente suplirse*” (BELLO, 1853[1847]: p. 141). Em contraposição, o termo *oração* se referiria a “*toda proposicion ó conjunto de proposiciones que forma sentido completo*” (BELLO, 1853[1847]: p. 67). Juan M. Lope Blanch (1990) aponta como uma das inovações de Bello justamente esta distinção que ele faz entre *proposição* e *oração*, muitas vezes atribuída – de modo errôneo, segundo o crítico – a Leonard Bloomfield. O norte-americano teria apontado esta separação com os termos *clause* e *sentence* (LOPE BLANCH, 1990: p. 221).

<sup>112</sup> Por *término*, poderíamos entender a expressão cujo significado finaliza a relação entre o verbo e seus complementos. Esta definição foi depreendida do seguinte fragmento da obra de Bello: “*Si decimos, en*

palavras, o pronome que exercesse a função de sujeito estaria no *caso nominativo*; o pronome complemento modificador do verbo pertenceria ao *caso complementar* (*complementario*, em espanhol); e, finalmente, o pronome em posição de complemento terminativo configuraria o *caso terminal*. No quadro abaixo, reorganizamos estas informações:

*Quadro 8: Os pronomes pessoais em Bello (1853[1847])*

Posição	Caso	Exemplo
Sujeito	Nominativo	<b>Yo</b> soy..
Complemento modificador do verbo	Complementar	[Tú] <b>Me</b> dices que...
Término de sentença, antecedido por preposição	Terminal	No piensas <b>en mí</b> .

Para Bello, os *pronomes pessoais* do *caso nominativo* (ou sujeito) indicariam primeira, segunda ou terceira pessoa. Contudo, os ‘exemplos’ oferecidos pelo gramático englobam apenas os pronomes que identificaríamos como de primeira ou segunda pessoa, a saber: *yo*, *tú*, *nosotros* e *vosotros*. A exclusão dos pronomes de terceira pessoa (*él*, *ella*, *ellos* e *ellas*) fica notória no seguinte fragmento: “*La misma indeterminación de persona se encuentra aun en los adjetivos él y aquel, que se tienen por de la tercera.*”<sup>113</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 48).

O trecho anterior indica a diferença entre os pronomes pessoais do *caso nominativo* utilizados nos ‘exemplos’, isto é, os pronomes de primeira (*yo* e *nosotros*) e segunda pessoa (*tú* e *vosotros*) e os pronomes de terceira pessoa que, por seu caráter de indeterminação<sup>114</sup> da pessoa, estariam mais próximos dos *demonstrativos*. Por sua vez,

---

fin, que un pueblo *está lejos*, el alma, por decirlo asi, se pregunta *¿de dónde?* y llena la frase añadiendo *de la ribera*. En estas expresiones hay siempre una palabra ó frase que designa el objeto, la idea en que termina la relación (*Iriarte, Pedro, fábulas, una carta, su amigo, la oficina, vitela, la revolución de Francia, una pluma de acero, la caza, la ribera*). Llamámosla TÉRMINO.” (1853[1847]: p. 14)

<sup>113</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

<sup>114</sup> A indeterminação se daria pela ausência de outro dado que especificasse o sentido. Em outras palavras, Bello indica que os pronomes de primeira e segunda pessoa teria especificidade *de per se*, enquanto os pronomes de terceira pessoa – assim como os *demonstrativos* – necessitariam vincular-se a outros dados para possuírem um significado determinado no que se refere à pessoa.

pronomes de primeira e segunda pessoa, como *yo* e *tú*, assinalariam especificamente as pessoas do momento de fala.

Os *pronomes* pertencentes ao *caso complementar* se subdividiriam, por sua vez, em *complementar acusativo* e *complementar dativo*. Segundo Bello, ambos modificariam o verbo, porém de maneira diversa. Os *pronomes* do *caso complementar acusativo* seriam o objeto isolado, ex. *tu me amas*, enquanto os *pronomes* do *caso complementar dativo* indicariam o final da ação do verbo, ex. *tú me das dinero* (1853[1847]: p. 50).

Já os *pronomes possessivos* indicariam posse ou pertença em primeira, segunda ou terceira pessoa. Teriam como formas: *mío*, *tuyo*, *nuestro*, *vuestro*, *suyo* e derivados. As formas que antecederiam substantivos – tais como *mi(s)*, *tu(s)*, *su(s)* – seriam resultantes de apócoses nas primeiras.

*Possessivos* e *peçoais* poderiam sofrer o que Bello denomina *pluralidade fictícia*, isto é, quando se utilizam pronomes no plural para se fazer referência a entidades individuais. Esta *pluralidade fictícia* alteraria o significado da proposição, pois indicaria polidez, respeito ou cortesia. Os títulos<sup>115</sup> também seriam espécies desta *pluralidade fictícia*:

“La pluralidad ficticia se extiende á los pronombres posesivos: el ejemplo siguiente manifiesta el modo de usarla en primera persona: (habla el rey don Fernando el Católico en su testamento): «Considerando en nuestro pensamiento que la naturaleza humana es corruptible, y que aunque Dios haya ordenado que nós *hayamos* nacido de sangre y espíritu real y *nos* haya constituido rey y señor de tantos pueblos, no *nos* ha eximido de la muerte etc.» Dícese *nós* en vez de *yo*, y *nos* en vez de *me*, y por consiguiente, *nuestro* en vez de *mi*; mas no por eso se dice *reyes* y señores en plural. Otra cosa sería con nombres adjetivos: no creo que pudiese decirse *nos hallamos enfermo* ni *constituido en dignidad* (como se dice en francés), sino *enfermos* y *constituidos*.

En el uso de la pluralidad ficticia de la segunda persona es análoga á la primera, excepto que los adjetivos se ponen en singular, como los sustantivos: «Habiendo *vos*, Señor, descubierto á los hombres tal bondad y misericordia, ¿es cosa tolerable que haya quien no *os* ame? ¿A quién ama, quien á *vos* no ama? ¿Qué beneficios agradece, quien los *vuestros* no agradece?» (Granada). «Suplicoos, Padre mio, si vos de ello *sois servido*, os deis por *contento* con treinta y tres años de martirio;» (el mismo)” (BELLO, 1853[1847]: p. 51-52 [itálicos do autor])

<sup>115</sup> Ou o que chamamos, em português, de *pronomes de tratamento*.

Os *pronomes demonstrativos* teriam a função de “*mostrar los objetos, señalando su situación respecto de determinada persona*” (BELLO, 1853[1847]: p. 53). De acordo com a proximidade ou distância do objeto com relação à primeira ou segunda pessoa, os dados linguísticos relacionados a essa ‘definição’ são assim divididos: (a) os que indicam proximidade do objeto em relação à primeira pessoa – ex. *este, esta, estos, estas*; (b) os que indicam proximidade do objeto em relação à segunda pessoa – ex. *ese, esa, esos, esas*; (c) os que indicam distância do objeto em relação à primeira e segunda pessoas – ex. *aquel, aquella, aquellos, aquellas*. Os *pronomes demonstrativos* teriam propriedades adjetivas e, destas derivariam formas substantivas neutras, tais com *esto, eso, aquello*.

Bello ressalta que os *pronomes demonstrativos* poderiam indicar, além da proximidade ou distância espacial, relações temporais e intelectuais<sup>116</sup>. Com respeito às relações de tempo, as formas de (a) designariam fatos do presente, ao passo que as formas de (c) apontariam para fatos do pretérito. Nas relações intelectuais, os ‘exemplos’ de (a) assinalariam pensamentos ou ideias que a primeira pessoa acaba de expressar; os ‘exemplos’ de (b) indicariam que tais pensamentos foram proferidos pelo interlocutor; e os dados de (c) mostrariam que estas ideias foram enunciadas há algum tempo.

Dentre os *pronomes demonstrativos*, haveria os relativos que, ao contrário dos demais subtipos, mereceram um capítulo à parte nessa obra. Definidos pela sua significação e função, estas partículas “*reproducen un concepto anterior, y sirven especialmente para enlazar una proposicion con otra. El de mas frecuente uso es el que, adjetivo de todo género, número y persona*”<sup>117</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 66). Os *pronomes demonstrativos*, à semelhança dos *peçoais*, também poderiam assumir as funções de sujeito, complemento e término.

Ao longo da exposição e (sub)categorização dos *pronomes peçoais, possessivos e demonstrativos*, Bello dá lugar a comentários pontuais acerca de formas antigas (em desuso no momento de elaboração da gramática) e das origens latinas dessas partículas.

Em síntese, podemos dizer que os *pronomes*, segundo Bello, são classificados de acordo com o referente – isto é, se se referem às pessoas da conversação, à indicação de posse ou a remissão a um objeto ou ideia – e função na proposição; além disso, nas ‘definições’ está em foco o fato de que podem flexionar-se em gênero, número e pessoa

<sup>116</sup> Fóricas, em outras palavras.

<sup>117</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

(exceto as formas neutras e os *pronomes demonstrativos relativos*). Apesar de não explicitar, os ‘exemplos’ oferecidos por Bello apontam que estes últimos, em alguns casos, poderiam variar segundo o gênero e número, como nos ‘exemplos’: *quien > quienes* (singular > plural); *cuyo > cuya* (masculino > feminino).

Separado do capítulo dos *pronomes*, porém sucedendo-o, encontramos um texto sobre os *artigos definidos*, que, nas palavras do gramático caraquenho, se assemelharia aos (*pronomes?*) *demonstrativos*, apesar de não indicarem as relações de proximidade ou distância características destes últimos:

“Comparemos estas dos expresiones, *aquella casa que vimos, esta casa que vemos*. Si ponemos en ambos *la*, en lugar de *aquella* y *esta*, no haremos otra diferencia en el sentido, que la que proviene de faltar la indicacion accesoria de distancia ó de cercanía, que son propias de los pronombres *aquel* y *este*. El *la* es por consiguiente un demostrativo como *aquella*, y *esta*, pero que demuestra ó señala de un modo mas vago, no expresando mayor ó menor distancia. Este demostrativo, llamado ARTÍCULO DEFINIDO, es adjetivo, y tiene diferentes terminaciones para los varios géneros y números: *el campo, la casa, los campos, las casas*.” (BELLO, 1853[1847]: p. 55-56 [itálicos do autor])

Conforme é possível perceber na citação anterior, não se menciona o ‘significante’ *pronome* antecedendo o ‘significante’ *demonstrativos*. A ausência deste termo gerou discussões a respeito do estatuto dos demonstrativos e pronomes em Bello. Martínez (1989) e Carreter (s/d) divergem. Para Carreter (s/d: p. 367), o *artigo* seria uma variedade do *pronome demonstrativo*, ao passo que Martínez (1989) apenas entende que os *artigos*, para Bello, teriam função *demonstrativa* – mas não seriam *pronomes* – por derivarem dos chamados *demonstrativos* latinos.

De uma forma ou de outra, estando ou não conectados na ‘rede terminológica’ do autor, Bello demonstra captar forte relação entre as unidades linguísticas correspondentes a *pronomes demonstrativos* e *artigos definidos*.

Ao contrário dos *demonstrativos*, o *artigo definido* teria como função apontar para um substantivo determinado, conhecido dos interlocutores envolvidos no ato de fala. Esta ‘definição’ revela uma discordância de Bello com os gramáticos que definem o *artigo* como apenas um indicador de gênero ou número.

O *artigo definido* poderia anteceder substantivos bem delimitados circunstancialmente, ex. “*el rey de los franceses*”, assim como nomes de significação

abstrata, ex. “*el alma es un ser inmaterial*” (1853[1847]: p. 56). No segundo caso, apesar de não se tratar de determinada alma, o emprego do *artigo definido* se justificaria por se tratar de algo de que todos conhecem.

Por meio de uma explicação histórica, o gramático trata do uso do *artigo el* diante de nomes femininos que se iniciam com *a* tônico. Lembra, ainda, que o *artigo feminino la* se originou da forma *ela*. Na maioria dos casos, *ela* originou a forma *la*; porém, diante de substantivos femininos iniciados por *a* tônico, como a palavra *águila*, o contato entre as letras *a* em *ela águila* teria levado à supressão da *a* do *artigo*, surgindo a construção *el águila*.

Como podemos observar até o presente momento, Bello considera *artigo* apenas o conjunto de formas que rotularíamos como *artigo definido: el, la, los, las*. Segundo o estudioso, estes *artigos definidos* – que possuiriam propriedades adjetivas – poderiam se substantivar, transformando-se em *él, ella, ellos, ellas*, respectivamente. Em última instância, poder-se-ia considerar que os *artigos definidos* seriam encurtamentos destas últimas formas. Dessa maneira, poderíamos questionar: *él, ella, ellos e ellas* seriam, assim, *artigos* para Bello? Novamente, a sistematização do caraqueño aponta para a íntima relação entre os *pronomes* e *artigos definidos*.

Observemos o seguinte fragmento:

“Hemos visto que la estructura material de varios nombres se abrevia en situaciones particulares; debemos pues mirar las formas *el, la, los, las*, como abreviaciones de *él, ella, ellos, ellas*, y estas últimas como las naturales y primitivas del artículo. Sin embargo á las formas abreviadas es á las que se da con mas propiedad el título de artículos.” (BELLO, 1853[1847]: p. 57-58 [itálicos do autor])

As formas tônicas (*él, ella, ellos, ellas*) seriam, como já sabemos, a origem para as formas abreviadas que teriam recebido o título de *artigos definidos*. Não obstante, é importante ressaltar que tais formas primitivas, muitas vezes classificadas como *pronome pessoal* de terceira pessoa, não fazem parte desta categoria em Bello (1853[1847]). Dentre os pronomes de primeira e segunda pessoa, o venezuelano arrola apenas as formas *yo, tú, nosotros e vosotros*, como vimos anteriormente; e, como formas de terceira pessoa, o autor cita expressões como *el pueblo, el Rey*, entre outros.

As formas encurtadas (*abreviadas*) e átonas, rotuladas *artigos definidos*, não eliminariam desta categoria as tônicas (*íntegras*). A diferença de uso entre os *artigos*

*abreviados (el, la, los, las) e os íntegros (él, ella, ellos, ellas) dependeria da existência ou conhecimento do substantivo a ser especificado. Na sua presença ou conhecimento, empregar-se-ia a forma encurtada – por exemplo, “Alternando **el bien con el mal consuela á los infelices la esperanza, y hace recatados á los dichosos el miedo (Coloma)**”<sup>118</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 58); na sua ausência ou desconhecimento, a forma completa – tal como “Ellos, fatigados de tan larga jornada, se fueron á dormir” (BELLO, 1853[1847]: p. 58)*

Os *artigos íntegros* teriam a propriedade de declinar-se por casos, à semelhança dos *pronomes pessoais*. Poderiam assumir a posição de *sujeito (caso nominal)*, de *complemento acusativo (caso complementar acusativo)*, de *complemento dativo (caso complementar dativo)* ou de *término de proposição (caso terminal)*. Desse modo e a título de exemplificação, *él* seria utilizado nos *casos nominal e terminal*, *le* ou *lo* no *complementar acusativo*, e *le* no *complementar dativo*.

A categorização das formas não-abreviadas parece ser complexa para o gramático. Pela história, origem e determinados usos, seriam *artigos*; porém, estas formas também compartilham propriedades dos *pronomes pessoais* - como a declinação por casos e sua vinculação ao verbo da proposição – e dos *demonstrativos* – ao indicar ou apontar algo. Esta questão complexa mereceu o acréscimo de uma nota específica em edições posteriores, na qual Bello afirma que:

**“La idea que doy del artículo definido en el capítulo XIV, me parece fundada en observaciones incontrastables, que sin metafísicas ni sutilezas **manifiestan pertenecer esta palabra a la familia de los pronombres demostrativos**”** (BELLO, 1988[1847]: p. 794 – notas [negritos nossos])

“Yo no he dicho en ninguna parte que el artículo y el pronombre personal sean una misma cosa. **Si se imputase haber sostenido que el artículo era un pronombre demostrativo, o que cierto pronombre que se llama comúnmente personal era un artículo, se habría dicho la pura verdad**, pero no se habría logrado dar el aspecto de absurda a una aserción que ni aun nueva es <<N’oubliez pas que *le* et *il* sont la même chose>>, dice Destutt de Tracy (BELLO, 1988[1847]: p. 795 – notas [itálicos do autor; negritos nossos])

---

<sup>118</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

Os fragmentos acima parecem indicar o posicionamento do gramático a favor da inclusão dos *artigos* dentro da subclasse *pronomes demonstrativos*. Ao mesmo tempo, Bello adverte que *artigos* e *pronomes pessoais* seriam distintos, porém também reconhece que a ‘tradição’ gramatical vem oscilando ao categorizar as formas *él*, *la*, *ellos* e *ellas* ora como *artigos*, ora como *pronomes pessoais*.

Aparentemente resolvida, a falta de limites bem demarcados entre *pronomes* e *artigos* pode ser observada pela existência de uma discussão acerca da declinação dos *pronomes*. Para este tópico, Bello recupera os termos *primeira*, *segunda* e *terceira pessoa* e, apenas neste momento, inclui formas integrais como *él* entre as partículas pronominais:

“La declinacion por casos es exclusivamente propia de los pronombres *yo*, *tú*, *él* (en ambos números y géneros), y del sustantivo derivado *ello*; pero aunque los otros nombres no la tienen, pues que su estructura material no varia, ya sean sugetos, complementos ó términos, podemos designar en ellos tres casos bajo una sola forma: nominativo, complementario acusativo, y terminal.” (BELLO, 1853[1847]: p. 61 [itálicos do autor])

Passando dessa descrição do que encontramos em Bello para as formas de diálogo estabelecidas por este autor com a tradição, perguntamo-nos se os ‘significantes’, as ‘definições’, os ‘exemplos’ e a ‘rede terminológicas’ que estamos vendo em Bello (1853[1847]) podem ser encontradas nas fontes que o gramático diz tomar como base.

Em outras palavras, perguntamos: Bello inova ou segue a forma tradicional de tratamento da questão, entre os descritores da língua? Em que ele parece inovar e/ou conservar, tomando como referência a ‘tradição’? Para tentarmos responder a estas perguntas, vimos como os *pronomes* e *artigos* são abordados nas três fontes que ele cita em sua obra.

#### 4.1.1. A GRAMÁTICA DA RAE (1771)

A **Gramática de la Real Academia Española**, cuja primeira edição data de 1771, obra mais antiga dentre as que Bello diz tomar como base, dedica vinte e duas páginas para *pronomes* e *artigos* na Seção I do livro. A seção II, que traz comentários acerca da sintaxe das palavras, apresenta apenas alguns tópicos sobre a colocação pronominal junto aos verbos. Considerando que o escopo da presente análise é verificar



possíveis conservações e inovações observadas nas ‘definições’, ‘exemplos’ e ‘redes taxionômicas’ de *pronomes* e *artigos*, o detalhamento das instruções sobre a posição de pronomes não é relevante para este momento.

De acordo com esta gramática, *pronomes* e *artigos* integrariam as nove partes da oração da língua castelhana. Também integrariam esse grupo o *nome*, *verbo*, *particípio*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição*.

O *pronome* é definido, nesta obra, como “*palabra, ó parte de la oracion que se pone en lugar del nombre*” (RAE, 1771: p. 34) e se subclassifica em *pessoal*, *demonstrativo*, *possessivo* e *relativo*. A **Gramática** desconsidera a existência de pronomes rotulados como *interrogativos* e *indefinidos*.

Os *pronomes pessoais*, que indicam o agente que realiza um ofício, são divididos em primeira (ex. *yo, mi, me, nosotros, nos*), segunda (ex. *tú, ti, a ti, vosotros, vos/os*<sup>119</sup>) e terceira pessoa (ex. *él, le, la, lo, ello, se, si, consigo*). Em termos semânticos, denotariam: (i) a quem se dirige algo (ex. *me pagaron el dinero*); (ii) se uma ação termina no próprio agente (ex. *tú te alabas*); (iii) como elementos externos gerariam efeitos na pessoa (ex. *me espanto*); (iv) reciprocidade (ex. *te arrepientes*); e (v) a passividade de verbos (ex. *se escriben las cartas*).

Os *pronomes demonstrativos* antecederiam *nomes* e teriam a função de demonstrar ou indicar a proximidade/distância de uma pessoa ou objeto, assumindo como parâmetro os interlocutores do *momento de fala*. Por exemplo, *este* apontaria para a proximidade de determinado ente com a pessoa que fala; *ese* assinalaria a proximidade entre um objeto e a pessoa a quem se fala; e *aquel* designaria algo distante dos dois interlocutores. Os *pronomes demonstrativos* também poderiam fazer referência à proximidade ou distância de ideias, pensamentos ou informações. Além disso, estes pronomes – exceto os de formas neutras – assumiriam formas distintas segundo o gênero e/ou número da pessoa, objeto ou pensamento que se aponta ou se retoma.

Os *pronomes possessivos* atribuiriam a posse de um ente a uma pessoa. Haveria formas longas e curtas destes pronomes (ex. *mío/mi*). A escolha por uma ou outra deriva da posição destes com relação aos substantivos. Segundo esta gramática, os *pronomes possessivos* compartilhariam as formas e significações dos adjetivos.

---

<sup>119</sup> A **Gramática** de la RAE registra, naquele momento de uso da língua, a possibilidade de queda da *v-* de *vos*, originando a forma *os*. Atualmente, sabemos que foi esta partícula encurtada que passou a ser adotada pelos hispano-falantes.

Por sua vez, as partículas reunidas sob o ‘significante’ *pronomes relativos* fariam a “*relación á persona, ó cosa que ya se ha dicho*” (RAE, 1771: p. 47). Uma de suas formas seria comuns a todos os gêneros (ex. *que*), algumas variariam em número (ex. *cual[es]*, *quien[es]*), enquanto outras sofreriam alterações segundo o número e o gênero (ex. *cuyo*, *cuyas*).

Contrapomos as divisões propostas por Bello (1853[1847]) e pela RAE para facilitar a visualização de algumas semelhanças e diferenças taxonômicas entre as obras:

*Quadro 9: As subcategorias do pronome (RAE-Bello)*

RAE(1771)	Pessoal	Demonstrativo	Possessivo	Relativo
<i>Exemplos lingüísticos</i>	<i>Yo, mi, me, tu, te, él, le, lo, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>	<i>Mío, mi, tuyo, tu, su, suyo, nuestro, vuestro, etc.</i>	<i>Que, quien, qual, cuyo, etc.</i>
<b>Bello(1853[1847])</b>	Pessoal	Demonstrativo	Possessivo	-
<i>Exemplos lingüísticos</i>	<i>Yo, tú, nosotros, vosotros, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>	<i>Mío, tuyo, mi, tu, su, suyo, nuestro, vuestro, etc.</i>	

Em resumo, verificamos que há, em geral, a conservação de ‘significantes’, com respeito aos *pronomes*, nas duas obras, assim como a existência de critérios semânticos, sintáticos e pragmático-discursivos para a subclassificação das *partículas pronominais*. Diferentemente de Bello, que inclui os *pronomes relativos* no grupo dos *demonstrativos*, a **Gramática** da RAE entende que estes dados linguísticos constituiriam outra subclasse. Vemos que esta divergência taxonômica deriva das distintas ‘definições’ atribuídas a estas duas subclasses: de um lado, Bello vê no *relativo* a propriedade de indicar uma informação anteriormente mencionada, à semelhança do que ocorre com os *demonstrativos*, de outro, a RAE focaliza a relação deste *pronome relativo* com um referente extralinguístico. Por sua vez, os ‘exemplos’ linguísticos, bastante semelhantes entre as obras de Bello e RAE, revelam apenas um desacordo. Para o primeiro, como vimos, não aparecem as formas *él(ellos)*, *ella(ellas)* no exemplário dos *pronomes pessoais*, ao passo que a segunda os inclui entre esses dados.

Na **Gramática** de 1771, o *artigo* é definido como a parte da oração que tem como função distinguir os gêneros dos nomes. Dessa forma, haveria *artigos femininos* e

*masculinos* que poderiam indicar a singularidade ou pluralidade das formas nominais. Esta função não seria cumprida apenas quando *artigos* masculinos antecedessem a nomes femininos (ex. *el alma*) por questões de *eufonia*<sup>120</sup> (RAE, 1771: p. 51).

Sua utilização ocorreria com nomes comuns, infinitivos substantivados, alguns advérbios e conjunções, ou quando se quisesse determinar algum ente. Seu uso era proibido antes de pronomes e vocativos. Além disso, o artigo masculino singular poderia unir-se às preposições *de* e *a*, gerando as formas *del* e *al*.

Para os autores desta gramática<sup>121</sup>, apesar da coincidência de expressão, os *artigos* se diferenciariam facilmente dos *pronomes* por seu posicionamento na frase ou, em outras palavras, de acordo com o elemento gramatical que o antecederia ou sucederia:

“quando son artículos, se ponen siempre ántes de nombres, como: *el hombre, la muger, los hombres, lo bueno, lo fácil*; pero quando son pronombres, se ponen siempre ántes, o después del verbo, como: *él habló, ó habló él: la dixeron, ó dixéronla: la castigaron, ó castigáronla [...]*” (RAE, 1771: p. 37 [itálicos do autor]).

Em linhas gerais, pudemos conferir que a **Gramática de la Real Academia Española** (1771) entende que a classe dos *artigos* seria uma e que corresponderia apenas aos definidos, assim como em Bello. Entretanto, ressaltamos que a obra espanhola não menciona nenhum tipo de discussão, nem revela falta de clareza ao definir e/ou categorizar dados linguísticos entre os *pronomes* e *artigos definidos*.

#### 4.1.2. OS FUNDAMENTOS DE GARCÉS (1791)

O segundo tomo dos **Fundamentos del vigor y elegancia de la lengua castellana** (1791), escrito pelo presbítero Gregorio Garcés, trata das partes constituintes deste idioma, que incluem os *artigos* e *pronomes*. Como podemos deduzir do próprio título do livro, esta obra apresenta comentários sobre o castelhano com o fim de dar ao leitor alguns norteamentos para o uso *elegante* desta língua. Não oferece ao leitor, no entanto, uma sistematização clara e hierarquizada, típica das obras gramaticais.

Garcés dedica quarenta e três páginas para os seus comentários sobre os *pronomes* e seus significados. Embora não apresente uma ‘definição’ ou classificação,

<sup>120</sup> O termo *eufonia* é definido nesta gramática como o *bom som*.

<sup>121</sup> Segundo Lope Blanch (1990: p. 219), os responsáveis por esta edição da Gramática de la RAE foram Jaime Costa de Vall, Vicente Salvá e Francisco Lacueva.

pela leitura do capítulo é possível distinguir, pelo menos, as seguintes subcategorias dos *pronomes*: (i) *primitivos* (ex. *yo, tu, él, nosotros, nos vosotros, vos, si, se, le*, etc.), divididos em primeira, segunda e terceira pessoa, que teriam a propriedade de se declinarem por casos (*nominativo* ou *oblíquo - acusativo e dativo*); (ii) *possessivos* (ex. *mi, tu, su, mio, tuyo, suyo, cuyo*, etc.); (iii) *demonstrativos* (ex. *este, aqeste, ese, aquel*), cujo uso dependeria da proximidade do objeto em relação à primeira, segunda ou terceira pessoa; (iv) *relativos* (ex. *tal*); (v) *indeterminados* (ex. *alguno*); (vi) *distributivos* (ex. *otro...otro; uno...otro*). Alguns destes *pronomes* poderiam variar em gênero e/ou número, enquanto outros seriam invariáveis. Apresentamos uma tabela comparativa com as subdivisões dos *pronomes* proposta por Bello (1853[1847]) e as subcategorias que inferimos da leitura de Garcés (1791):

*Quadro 10: As subcategorias do pronome (Garcés-Bello)*

<b>Garcés (1791)</b>	Primitivo	Demonstrativo	Possessivo	Relativo	Indeterminado	Distributivo
<b>Exemplos lingüísticos</b>	<i>Yo, tu, nosotros, nos, vosotros, se, le, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aqeste, ella, ello, él etc.</i>	<i>Mío, mi, tuyo, tu, nuestro, suyo, vuestro, cuyo, etc.</i>	<i>Tal, etc.</i>	<i>Alguno, etc.</i>	<i>Otro...otro, Uno...uno</i>
<b>Bello(1853 [1847])</b>	Pessoal	Demonstrativo	Possessivo	-	-	-
<b>Exemplos lingüísticos</b>	<i>Yo, tú, nosotros, vosotros, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>	<i>Mío, tuyo, mi, tu, nuestro, vuestro, etc.</i>			

Com relação aos *pronomes primitivos* em função de objeto, é instigante perceber que o autor indica a alternância entre as formas *la x le; la x lo*. Garcés não atribui rótulos a estas variações e comenta-os para evidenciar escolhas distintas de autores consagrados na literatura espanhola. As substituições de uma forma por outra poderiam agregar *elegância* ao uso da língua:

“Debo por último advertir que puede tal vez variarse por este pronombre el que suele ser dativo masculino *le* según queda dicho, y esto solo por la armonía y variedad de la diccion” (GARCÉS, 1791 - Segundo Tomo: p. 119 [itálicos do autor])

Detalhes fonéticos também são contemplados nos **Fundamentos**: a alteração de som de determinados pronomes (ex. alternância das formas *mismo/mesmo*), a síncope que algumas formas sofrem (ex. *qualesquier/qualesquiera*), entre outros. Com efeito, estas particularidades não apresentaram informações relevantes para a presente análise.

Podemos dizer, portanto, que houve conservação de alguns ‘significantes’ relativos ao *pronome* entre as obras de Garcés e Bello, embora o primeiro indique mais subclasses pronominais, incluindo, nestas subcategorais, outros ‘dados’ linguísticos não citados por Bello. Além disso, diferentemente de Bello, encontramos nesta obra a inclusão de dados como *le*, uma variação do pronome *él*, como *pronomes pessoais*. A atenção sobre questões estilísticas e a exclusão de ‘definições’ gramaticais observáveis na obra do espanhol eram esperadas, se consideramos o objetivo específico do seu livro.

Abordados em doze páginas, os *artigos* são definidos pela sua função de “*determinar, y distinguir la persona ó cosa con quien se acompaña*” e “*expresa, pues, los tres géneros en singular así: el cielo, la tierra, lo profundo*”<sup>122</sup>(GARCÉS, 1791: p. 1 [itálicos do autor]). Já no plural, os gêneros do *artigo* seriam apenas dois: *masculino (los)* e *feminino (las)*. Segundo Garcés, estas partículas existiriam no castelhano, grego e árabe<sup>123</sup>. Além disso, vemos que assim como na **Gramática** de la RAE, Gregorio Garcés não cita as formas identificadas como *artigos indefinidos*.

Pela ‘definição’ exposta acima, vemos que *el*, *la* e *lo* seriam os *artigos* referentes aos *gêneros masculino, feminino e neutro*, respectivamente. Contudo, assim como a **Gramática** de la RAE, Garcés indica a possibilidade de o artigo *el* também estar vinculado ao *gênero feminino*, quando a palavra que o suceder começar com *a* tônico. A substituição de *la* por *el*, nestes casos, facilitaria a sinalefa entre o *artigo* e o *nome* que o acompanha. A *harmonia* do bem dizer também levaria à união de preposição e artigos em casos como: *a + el = al*. A possibilidade de elisão entre as *preposições* e *artigos* seria um traço de distinção entre estes últimos e os *pronomes*, pois a partícula pronominal homônima (isto é, *él*) não poderia elidir-se com outro termo.

<sup>122</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

<sup>123</sup> No latim, esta função seria desempenhada pelos pronomes.

É interessante observar que, no capítulo sobre *artigo*, Garcés menciona o que ele chama de *vozes le, los, las, les, etc.*, advertindo que estas seriam casos oblíquos relacionados ao *pronome él* e não *artigos*. Não obstante, no capítulo dos *pronomes*, o autor explicita a dificuldade de classificar as partículas presentes nas expressões *la de e el de*, em frases como *el de los muchos trabajos*, entre *artigos* ou entre formas equivalentes aos *pronomes demonstrativos*. Apenas a explicitação do sujeito, como em *el héroe de los muchos trabajos*, poderia desfazer a dúvida. Poderíamos levantar a hipótese de que comentários deste teor ilustram a complexidade que este autor via, assim como Bello, em distinguir dados linguísticos entre as classes *artigo* e *pronome*.

Dessa forma, apesar de não apresentar uma sistematização gramatical e focar traços de estilo a respeito do uso, por exemplo, de determinados artigos ou elisões, constatamos que Garcés e Bello coincidem ao classificar e tratar os chamados *artigos definidos*. Por sua vez, o espanhol indica a complexidade de classificar certos dados linguísticos como *pronome* ou *artigo* devido ao seu contexto específico de uso.

#### 4.1.3. A GRAMÁTICA DE SALVÁ (1835[1830])

Vicente Salvá, na sua **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla** (1835[1830]), concebe estas duas categorias gramaticais como autônomas, embora as comente também em um mesmo capítulo, intitulado *Del artículo y del pronombre*, ao longo de vinte e uma páginas. Ambas integrariam as nove partes da oração junto do *nome, verbo, participio, preposición, advérbio, interjección e conjunción*.

Salvá define o *pronome* como “*un signo que indica las personas que intervienen en la conversacion*” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 49). Considerando que em uma conversação poderia haver até três pessoas, os *pronomes* também se dividiriam em três: primeira pessoa (*yo, nosotros*), segunda pessoa (*tú, vosotros*) e terceira pessoa (*él, ella, ellos, ellas*). Chamados de *pronomes pessoais*, eles se declinariam por casos, assumindo formas diferentes: *yo* equivaleria à primeira pessoa no *caso reto*, *me* seria usado no *caso objetivo*, enquanto que *me* e *mi*<sup>124</sup> seriam próprios dos *casos oblíquos*. Abaixo apresentamos um quadro que contém todos os *pronomes pessoais* indicados por Salvá, separados por casos:

<sup>124</sup> A inexistência de acento em algumas formas pronominais apresentadas aqui se deve ao fato de reproduzirmos fielmente a forma como Vicente Salvá as cita em sua obra gramatical.

Quadro 11: Os casos dos pronomes pessoais em Salvá (1835[1830])

	<b>Caso reto</b> <sup>125</sup>	<b>Caso objetivo</b>	<b>Caso oblíquo (dativo)</b>
<b>Primeira pessoa (sing.)</b>	<i>Yo</i>	<i>Me</i>	<i>Me/Mi</i>
<b>Primeira pessoa (plural)</b>	<i>Nos/Nosotros(as)</i>	<i>Nos/Nosotros(as)</i>	<i>Nos/Nosotros(as)</i>
<b>Segunda pessoa (sing.)</b>	<i>Tú</i>	<i>Te</i>	<i>Te/ti</i>
<b>Segunda pessoa (plural)</b>	<i>Vos/Vosotros(as)</i>	<i>Vos/Vosotros(as)</i>	<i>Vos/Vosotros(as)</i>
<b>Terceira pessoa (sing.)</b>	<i>Él/ella/ello</i>	<i>Le/la/lo (se)</i>	<i>Le (si/se)</i>
<b>Terceira pessoa (plural)</b>	<i>Ellos/Ellas</i>	<i>Les/las/los (se)</i>	<i>Les (si/se)</i>

As formas diminutas dos *pronomes pessoais* dos casos objetivo ou oblíquo atuariam como afixos, podendo anteceder ou suceder os verbos. Ao longo de oito comentários, Salvá comenta em que condições estes pronomes deveriam vir antes ou depois da forma verbal. Seguem, ainda, comentários a respeito do uso estendido de *le*, *lo* ou *la* por pessoas doulas. Identificamos estes fenômenos como *leísmo*<sup>126</sup>, *loísmo*<sup>127</sup> e *laísmo*<sup>128</sup>, respectivamente.

<sup>125</sup> De acordo com Salvá (1835[1830]: p. 151), os *pronomes* do caso reto seriam, em geral, omitidos. Sua presença ocorreria quando se quisesse reforçar a agentividade do sujeito ou esclarecer uma possível ambigüidade derivada de formas verbais coincidentes.

<sup>126</sup> O leísmo consistiria no uso de *le* ou *les* como referente do objeto direto masculino. Dependendo da região, seu emprego poderia ocorrer quando as partículas *le* ou *les* fizessem alusão a uma pessoa/ente personificado, a seres animados, ou a seres contáveis (ALARCOS LLORACH, 2009[1999]: p. 251).

<sup>127</sup> O loísmo é definido como o uso de *lo* e *los* aludindo a um objeto indireto do gênero masculino. É frequentemente associado à norma vulgar da língua (ALARCOS LLORACH, 2009 [1999]: p. 254).

<sup>128</sup> O laísmo seria a generalização de uso de *la* e *las* ao referir-se a substantivos femininos em posição de objeto direto e indireto, indistintamente (ALARCOS LLORACH, 2009 [1999]: p. 252).

Além dos *personais*, Salvá comenta a existência dos chamados *pronomes demonstrativos* (*este, ese, aquel* e derivados); *pronomes indefinidos* ou *indeterminados* (*ninguno, alguien, etc.*); *pronomes possessivos* (*mío, tuyo, suyo, etc.*); e, finalmente, os *pronomes relativos* (*cuyo, cual, quien, que*). Estes últimos seriam, mais propriamente, adjetivos. De modo esquemático, podemos representar e contrapor as subdivisões pronominais de Salvá e Bello conforme o seguinte quadro:

Quadro 12: As subcategorias do pronome (Salvá-Bello)

Salvá (1835[1830])	Pessoal	Demonstrativos	Indefinido ou Indeterminado	Possessivo	Relativo
<i>Exemplos linguísticos</i>	<i>Yo, tú, él, ella, vos, nos, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aqueste, aquese, etc.</i>	<i>Ninguno, alguien, otro, etc.</i>	<i>Mío, Tuyo, suyo, nuestro, vuestro, etc.</i>	<i>Cuyo, cual, que, quien, etc.</i>
<b>Bello(1853[1847])</b>	Pessoal	Demonstrativo	-	Possessivo	-
<i>Exemplos linguísticos</i>	<i>Yo, tú, nosotros, vosotros, me, te, etc.</i>	<i>Este, ese, aquel, aquello, etc.</i>		<i>Mío, tuyo, mi, tu, nuestro, vuestro, etc.</i>	

Em resumo, e conforme podemos depreender do quadro, Salvá subdivide os *pronomes* em cinco categorias, ao passo que Bello reconhece apenas três delas. Em geral, as categorias presentes em ambas as esquematizações englobam os mesmos fenômenos linguísticos, exceto a classe dos *pronomes pessoais*. Salvá não expõe dúvidas ao classificar *él, ella* e seus plurais nesta categoria, enquanto Bello oscila. Contudo, ambos parecem identificar os pronomes – em especial, os pessoais – com os actantes da conversação.

A categoria *artigo* engloba, em Salvá, ao contrário do que vimos em Bello, tanto os *definidos* (*el, la, los, las*) como os *indefinidos* (*un, una, unos, unas*). Em linhas gerais, teriam as funções de: (i) indicar a espécie do objeto; (ii) determinar o indivíduo de que se fala; (iii) apontar o gênero e número do nome que o sucede.

Para o estudioso espanhol, *artigos definidos* e *indefinidos* se diferenciariam pela propriedade de particularização: os primeiros particularizariam o objeto ou ente de que se fala, enquanto o segundo, não. Além disso, os *artigos definidos* seriam,



historicamente, frações de pronomes latinos – ex. *illud, ille, illa* – ou teriam alguma conexão com os adjetivos demonstrativos (SALVÁ, 1835[1830]: p. 142). Manteriam uma conexão imediata com os *pronomes pessoais e demonstrativos*, relação que Andrés Bello também aponta em sua gramática.

Ademais, o estudioso espanhol indica que os *artigos definidos* conteriam uma *força demonstrativa*. Por este motivo, objetos ou entes únicos (como, por exemplo, a palavra *Dios*<sup>129</sup> [Deus], nomes próprios, etc.) não necessitariam de *artigos definidos*, pois implicitamente já estariam particularizados.<sup>130</sup>

Sinteticamente, verificamos, portanto, que Salvá acrescenta a subcategoria *indefinido* aos *definidos* – que, em Bello, seriam os verdadeiros *artigos*. Ambos os conjuntos de dados teriam uma mesma função geral, porém os *artigos definidos* se diferenciariam dos *indefinidos* pela capacidade de particularizar um ente ou objeto. Esta particularização poderia converter-se em um poder de demonstração ou identificação, levando Salvá a identificar uma *força demonstrativa* nesta classe de *artigos*.

#### 4.1.4. SÍNTESE

A análise detalhada, exposta acima, acerca dos ‘significantes’, das ‘definições’, dos ‘exemplos’ e da ‘rede taxonômica’ propostos pela RAE (1771), por Gregório Garcés (1791), Vicente Salvá (1835[1830]) e Andrés Bello (1853[1847]) pode ser esquematizada, comparativamente, da seguinte forma:

*Quadro 13: Pronome e artigos nas quatro obras analisadas*

	<b>Partes da oração</b>	<b>Limite entre pronomes e artigos</b>	<b>Subcategorias dos pronomes</b>	<b>Subcategoria dos artigos</b>
<b>RAE (1771)</b>	Nome, verbo, pronome, artigo, participípio, advérbio, preposição,	Bem nítido	(i) pessoal (yo, tú, él e derivados)  (ii) demonstrativo (este, ese, aquel, etc.)	(i) definidos

<sup>129</sup> Exemplo apresentado por Salvá (1835[1830]: p. 143).

<sup>130</sup> Vicente Salvá detalha todos os usos e não-usos do artigo definido na língua castelhana, porém reservamo-nos a sintetizar estas informações, ressaltando os dados relevantes para a presente análise. A título de exemplificação, comentamos que este detalhamento inclui a contração do artigo *el* com as preposições *de* e *a*, a preferência pelo uso do artigo *el* diante de nomes femininos cujo *a* inicial é a sílaba forte da palavra (*el agua* em vez de *la agua*), etc.

	conjunção, interjeição.		(iii)possessivo (mi, tu, tuyo, suyo, etc.)  (iv)relativo (que, quien, cuyo, etc.)	
<b>Garcés (1791)</b>	-	Nítido em alguns contextos e pouco nítido em outros.	(i)primitivo (yo, tú)  (ii)demonstrativo (ella, él, ese, aquel, este e derivados)  (iii)possessivo (mi, mío, tuyo, suyo e derivados)  (iv)relativo (tal)  (v)indeterminado (alguno)  (vi)distributivo (otro...otro)	(i) definidos
<b>Salvá (1835[1830])</b>	Nome, verbo, pronome, artigo, particípio, preposição, advérbio, interjeição, conjunção	Nítido	(i)peçoal (yo, tú, él e derivados)  (ii)demonstrativo (ese, este, aquel e derivados)  (iii)indefinido ou indeterminado (ninguno, alguien, etc.)  (iv)possessivo (mi, tu, su e derivados)  (v)relativo (cuyo, cual, etc.)	(i) definido (el, la, los, las)  (ii) indefinido (un, uno, una, unas)
<b>Bello (1853[1847])</b>	Substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção , interjeição	Pouco nítido	(i)peçoais (yo, tú e derivados)  (ii)possessivos (mi, tu, su, etc.)  (iii)demonstrativos (él, ella, ellos/as, ese, aquel, este e derivados)	(i)definido  - íntegros: él, ella, ellos/as.  - abreviados: el, la, los, las

Como depreendemos do Quadro 13, a análise verificou algumas manutenções na gramática de Bello, por exemplo: (i) as categorias taxonômicas, tais como os *pronomes possessivos* e *demonstrativos*, estão presentes nas quatro gramáticas; (ii) Salvá e Bello apresentam semelhanças na ‘definição’ e sistematização dos pronomes pessoais: eles representariam os actantes da conversação; (iii) Bello considera como *artigos* apenas os *definidos*, assim como a **Gramática** da RAE e os **Fundamentos** de Garcés.

Contudo, também foi possível detectar discontinuidades entre esses quatro tratamentos dados à questão. A primeira que citamos é a exclusão, por Bello, dos *pronomes* e *artigos* do elenco enunciado como sendo o das classes de palavra da língua castelhana. A segunda seria a não-inclusão, por este mesmo autor, das formas *él, ella, ellos, ellas* nos ‘exemplos’ dos *pronomes*. A terceira seria a inclusão dos *artigos definidos* dentro da subclasse (*pronomes*) *demonstrativos*, explícita em nota acrescentada em edição posterior.

Poderíamos também nuançar estas continuidades e discontinuidades. Refirimo-nos, por exemplo, (i) à pontual dificuldade que Garcés demonstra em classificar as formas *el, la, los, las* em determinados contextos linguísticos, semelhante às reflexões de Bello sobre pontos de contato entre *pronomes* e *artigos*; e (ii) à propriedade demonstrativa do *artigo*, apontada também por Garcés e Salvá, embora este último tome *pronomes* e *artigos* como categorias distintas.

Estes autores, que Bello diz ter tomado como base para os seus estudos, são naturais da Espanha, e estiveram presentes na formação intelectual de Bello. Dessa forma, era de se esperar que o sistema gramatical do venezuelano tivesse pontos de contato com essas obras. No entanto, os dados analisados apontam inovações significativas, sobretudo ao desconsiderar as formas pronominais de terceira pessoa – talvez por descrever os *pronomes pessoais* em relação com a enunciação –, e de encontrar na diacronia a forma preferencial de lidar com a relação *artigo-pronome demonstrativo*. Nessas seções da gramática, percebemos que Bello propõe mudanças na descrição gramatical sem, contudo, afastar-se abrupta ou explicitamente da ‘tradição’ à qual se vincula, desenvolvendo algumas sistematizações presentes em gramáticas espanholas anteriores.

#### 4.2. OS MODOS E TEMPOS VERBAIS EM BELLO (1853[1847])

Andrés Bello entende por *modo* “*la forma que toma un verbo, para significar operaciones del entendimiento ó emociones del ánimo, que sin expresarse directamente en la proposicion, le dan cierto color.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 95). Por *forma*, Bello parece remeter ao ‘significante’ do verbo, que se altera com a indicação de tempo, modo, número e pessoa por meio de *inflexões*<sup>131</sup>. Ao mesmo tempo, tais *inflexões*, que não constituem palavras e, portanto, não seriam explícitas, indicariam algum matiz aspectual, temporal ou modal do verbo.

Segundo o venezuelano, a língua castelhana possuiria quatro *modos*: *indicativo*, *subjuntivo comum*, *subjuntivo hipotético* e *optativo* (em alguns contextos, denominado *imperativo*)<sup>132</sup>:

“*indicativo*, que pertenece á las proposiciones independientes y á las subordinadas: *subjuntivo comun*, que es propio de las proposiciones subordinadas: *subjuntivo hipotético*, propio de las proposiciones subordinadas que significan condicion ó hipótesis; y *optativo*, en que las formas subjuntivas pasan en proposiciones independientes á significar deseo, y que recibe á veces formas especiales, en que se le llama *imperativo.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 95 [itálicos do autor])

Andrés Bello classifica os *tempos* dos *modos indicativo* e *subjuntivo* em duas categorias: simples e compostos. Os *tempos simples* conteriam apenas a inflexão de um verbo, enquanto os *tempos compostos* seriam formados: 1) pela flexão simples do verbo auxiliar *haber* junto do particípio substantivo do verbo principal, ex. *he cantado*; 2) pela forma simples do verbo auxiliar *haber*, junto da preposição *de* com o infinitivo do verbo principal, ex.: *he de cantar*; ou 3) pela forma simples do verbo auxiliar *estar* junto com o gerúndio do verbo principal, ex.: *estoy cantando*.

Os *tempos simples* do *indicativo* seriam:

<sup>131</sup> “La palabra *inflexion* se toma en dos sentidos: el general de declinacion, aplicado á cualquiera especie de vocablos, y el de terminacion ó desinencia.” (BELLO, 1853[1847]: p. 13)

<sup>132</sup> Para Bello, o infinitivo se aproximaria mais dos substantivos que dos verbos: “En la Gramática se ha manifestado que el infinitivo tiene todos los oficios del sustantivo sirviendo ya de sujeto, ya de predicado, ya de término o de complemento. Participa, es verdad, de la naturaleza del verbo conservando sus construcciones, inclusa la del sujeto. Pero eso no quita al infinitivo el carácter de sustantivo, puesto que siempre hace el oficio de tal; ni le da el de verbo, una vez que no puede ser nunca la palabra dominante del atributo de la proposición, ni sugiere, como el verbo, ideas de persona y número, y si denota tiempo no es (como el verbo hace) con relación al momento en que se habla al acto de la palabra” (1988[1847]: p. 808-809 [notas]).

i) *presente* (ex.: *canto*), definido como “*la coexistencia del atributo con el momento en que proferimos el verbo*” (BELLO, 1853[1847]: p. 121)

ii) *pretérito* (ex.: *canté*), definido como “*la anterioridad del atributo al acto de la palabra.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 121)

iii) *futuro* (ex.: *cantaré*), definido como “*la posterioridad del atributo al acto de la palabra.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 121)

iv) *co-pretérito* (ex.: *cantaba*), definido como “*la co-existencia del atributo con una cosa pasada.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 121)

v) *pos-pretérito* (ex.: *cantaría*), indica que “*el atributo es posterior á una cosa pretérita: «Los profetas anunciaron que el Salvador del mundo nacería de una virgen:» el nacer es posterior al anuncio, que es cosa pasada.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 122).

Com *atributo*, Bello se refere a uma das duas partes que compõem a proposição. Considerando que a proposição se dividiria em *sujeito* e *atributo* (BELLO, 1853[1847]: p. 7), este último equivaleria ao que o enunciador expressa acerca do *sujeito*, o que, na metalinguagem atual, denominamos *predicado*. Por estarem – *sujeito* e *atributo* – fortemente relacionados, o *atributo* variaria segundo o *número* do *sujeito*, assumindo as formas *singular* ou *plural*, conforme o caso. Podemos observar que esta divisão que Bello propõe para a proposição vai contra a divisão tripartite que vigorou na tradição racionalista de descrição gramatical.

A base para a divisão temporal proposta é, pelas ‘definições’ e ‘exemplos’ encontrados, a instauração do momento de enunciação ou, como prefere Bello, quando ocorre o *ato da palavra*. O *tempo presente* marcaria uma simultaneidade entre o momento em que se fala e a existência do *atributo*. O *tempo pretérito* indicaria que o *atributo* antecede o momento do *ato da palavra*, enquanto o *futuro* – por sua vez – expressaria que o *atributo* é posterior a tal proferimento. A esta taxionomia essencial, acrescenta-se a que leva em conta a relação entre o evento descrito pelo verbo, e um momento de referência. No caso do *co-pretérito*, ao invés do momento de referência que remete à enunciação (ao “*acto de la palabra*”) – como no caso dos três tempos descritos de (i) a (iii) – , lida-se com um momento de referência instaurado no enunciado (*a una cosa pretérita*).

Ao lado destas correlações entre momento da enunciação, momento de referência e momento do acontecimento<sup>133</sup>, Bello aborda características aspectuais

<sup>133</sup> Aproprio-me, aqui, da terminologia empregada em Fiorin (2005, p. 166-174) para lidar com o tema.

verificáveis em alguns dos *tempos* gramaticais que propõe. Por exemplo, o *tempo presente* indicaria não apenas a concomitância do momento indicado no *atributo* com o momento de referência *presente* (por sua vez concomitante ao momento da enunciação), mas poderia permitir a distinção entre acontecimentos cuja *duração* é maior que a da enunciação. Diz ser necessário, então, para que se defina uma expressão como forma do *presente*, que haja interseção ao menos parcial entre o momento do *ato de fala* e do *atributo*.

O mesmo ocorreria com relação ao *co-pretérito*, na sua relação com o *tempo pretérito*: ele poderia abarcar uma extensão temporal mais ampla que a do *pretérito* que lhe serve de referência, como podemos ver no ‘exemplo’: “*Cuando llegaste, llovía*” (BELLO, 1853[1847]: p. 122), construção em que a duração do último evento é mais ampla.

O verbo no *tempo pretérito*, por outro lado, não expressaria exatamente as mesmas oposições verificadas nos *tempos presente e co-pretérito*. Contudo, os verbos no *tempo pretérito*, segundo sua significação, poderiam ser *desinentes* ou *permanentes*. O *verbo desinente* seria aquele que sempre antecederia o *presente*, pois teria uma significação perfeita e em seguida expiraria. Um ‘exemplo’ seria o verbo *morir*. Segundo Bello, se disséssemos *él murió*<sup>134</sup>, indicaríamos uma ação que ocorreu em um determinado momento do passado que, no entanto, não teve qualquer tipo de extensão. Já na frase *él vio la costa*, embora a ação possa ter sido perfeita em determinado instante, tal visão poderia ter se estendido ou, segundo o gramático, teria continuado durante grande tempo. Estes seriam os *verbos permanentes*.

Os cinco *tempos compostos* do *indicativo* seriam:

- i) *ante-presente* (ex. *he cantado*), tempo com o qual se “*representa el atributo como anterior á una cosa que respecto del momento en que se habla es presente.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 122) e que demonstra que “*algo [...] todavía existe.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 123)
- ii) *ante-pretérito* (ex. *hube cantado*), que significa que “*el atributo es inmediatamente anterior á otra cosa, que tiene relacion de anterioridad con el momento en que hablo.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 123)

<sup>134</sup>Os exemplos não referenciados foram adaptados daqueles apresentados por Bello (BELLO, 1853[1847]). Neste caso, o verbo *morir* é citado pelo gramático venezuelano como um *verbo desinente*, porém sem estar inserido em uma oração. Para facilitar a compreensão, realizamos uma adaptação, formando um enunciado em que se ressaltasse melhor o caráter *desinente* deste verbo.

iii) *ante-futuro* (ex. *habré cantado*), tempo que denota a anterioridade do *atributo* com relação “*á una cosa futura respecto del momento en que se habla.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 123)

iv) *ante-co-pretérito* (ex. *había cantado*), tempo que expressa a anterioridade do *atributo* com respeito a “*otra cosa que tiene la relación de anterioridad respecto del momento en que se habla, pero mediando entre las dos cosas un intervalo indefinido*”. (BELLO, 1853[1847]: p. 123)

v) *ante-pós-pretérito* (ex. *habría cantado*), definido como “*la anterioridad del atributo á una cosa que se representa como futura respecto de otra cosa que es anterior al momento en que se habla.*” (BELLO, 1853[1847]: p. 124)

Barros (1998: p. 96-97) comenta que Otto Jespersen (Dinamarca, 1860 - 1943) teria mencionado, posteriormente, um sistema temporal semelhante proposto por J. N. Madvig (Dinamarca, 1804 - 1886) para o latim. É bem conhecida em nossa tradição de estudos linguísticos a proposta de Émile Benveniste (França, 1902 -1976) (2005[1966]), presente no capítulo “A natureza dos pronomes” (*in Problemas de Linguística Geral I*), que, além de organizar com rigor essas correlações, apontando suas implicações para o tratamento das categorias de tempo, espaço e pessoa nas línguas naturais, tem o mérito de desvincular a discussão de um sistema linguístico específico, ao elaborar proposta relativa a propriedades de diversas línguas.

Como pudemos ver, o estabelecimento desses *tempos compostos* na **Gramática** de Bello está baseado no conceito de anterioridade, trazendo em consideração três fatores: 1) o *ato de palavra*; 2) o *atributo*; 3) os *tempos simples*. Para tanto, agrega-se o prefixo ‘ante’ à forma de nomeação dos *tempos simples*, segundo a relação de anterioridade que os *tempos compostos* estabelecem com determinados *tempos simples*. A distinção entre *tempo simples* e *composto* ocorre, respectivamente: (i) pela vinculação com o ato de fala e com outro tempo simples; (ii) pela existência de um ou dois componentes na forma verbal.

A seguir, um quadro síntese dos tempos do modo indicativo em Bello:

*Quadro 14: Os tempos do modo indicativo em Bello (1853[1847])*

<b>Tempos simples</b>	<b>Tempos compostos</b>
Presente	ante-presente
pretérito	ante-pretérito

futuro	ante-futuro
co-pretérito	ante-co-pretérito
pós-pretérito	ante-pós-pretérito

Considerando que os *tempos compostos* agregariam complexidade ao sistema verbal castelhano e que se estabeleceriam em intrínsecas relações com os *tempos simples*, é compreensível que os primeiros compartilhassem certas propriedades com os segundos. Queremos dizer que os tempos compostos *ante-presente* e *ante-co-pretérito*, segundo Bello, revelariam uma não-pontualidade do acontecimento. Assim, na frase *Pedro ha muerto* (pertencente ao *ante-presente*) expressa-se a ocorrência de um acontecimento no passado do qual “*aun tenemos delante vestigios recientes de la existencia difunta*”, isto é, que existe também no *tempo presente* ao proferimento do enunciado. (BELLO, 1853[1847]: p. 123).

Ademais do *modo indicativo*, existiria, segundo Bello (1853[1847]: p. 124), dois *subjuntivos*: o *comum* e o *hipotético*. Os cinco *tempos* do *subjuntivo* comum equivaleriam a duas possíveis formações:

- i) *presente* e *futuro*, expressos por verbos como *cante*.
- ii) *pretérito*, *co-pretérito* e *pós-pretérito*, que tomariam as formas *cantase* o *cantara* do verbo *cantar*.

Os ‘exemplos’ linguísticos dados pelo autor, e expostos acima, aparecem de modo descontextualizado, com exceção às menções a Cervantes e Martínez de la Rosa. Tampouco há uma explicitação acerca da natureza destes ‘exemplos’, isto é, de onde foram retirados. Em outros capítulos da **Gramática**, Bello indica – em alguns momentos – as fontes literárias. Não obstante, nestes casos, não há qualquer referência a um *corpus* de base.

A divisão dos *tempos simples do subjuntivo comum* que Bello propõe, como pudemos ver, está – novamente – ancorada em uma base semântica, mais especificamente nos conceitos de anterioridade, posterioridade e relativa simultaneidade (no caso dos tempos marcados pelo autor com o prefixo “*co*”). Alguns destes tempos têm formas idênticas às mencionadas em outros; contudo, seus valores, para o caraquenho, devem ser distinguidos e descritos separadamente, pois a coincidência das formas não indica que possuam o mesmo significado ou o mesmo valor pragmático-discursivo. Com efeito, apesar de apresentar ‘exemplos’ sem uma mínima descrição contextual, verificamos que Bello aplica um parâmetro pragmático-discursivo de



classificação, em que as formas gramaticais são descritas a partir da consideração de contextos (enuncivos ou enunciativos), não apenas em função de suas eventuais propriedades intrínsecas.

Os *tempos compostos* do *subjuntivo comum*, tomados nessa perspectiva transfrasal, seriam:

- i) *ante-presente* ou *ante-futuro*, segundo a forma *haya cantado*.
- ii) *ante-pretérito*, *ante-co-pretérito* ou *ante-pós-pretérito*, com a construção *hubiese* ou *hubiera cantado*.

Quadro 15: Os tempos do modo subjuntivo comum em Bello (1853[1847])

Tempos simples		Tempos compostos	
presente	} Mesma forma	ante-presente	}
Futuro		ante-futuro	
pretérito	} Mesma forma	ante-pretérito	}
co-pretérito		ante-co-pretérito	
pós-pretérito		ante-pós-pretérito	

Por sua vez, o *subjuntivo hipotético* compreenderia o *futuro* e o *pós-pretérito* dentre seus *tempos simples*:

- i) *futuro*, segundo a forma *cantare*. Exemplo: “Si *viniere* nuestro amigo, *hospedadle*.”<sup>135</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 126)
- ii) *pós-pretérito*, segundo a forma *cantase* ou *cantara* (emprestada do *subjuntivo comum*). Exemplo: “«Se nos encargó que en caso que *viniese* ó *viniera* nuestro amigo, *le hospedásemos*.»” (BELLO, 1853[1847]: p. 126)<sup>136</sup>

Com relação aos *tempos compostos* do *subjuntivo hipotético*, Bello (1853[1847]: p. 126) indica:

- i) *ante-futuro*, como o verbo *hubiere cantado*. Exemplo: “«Me aguardarás tres dias, y si al cabo de ellos no *hubiere* vuelto, tendrás por cierto, etc.» En ambos giros la vuelta se representa como anterior al fin de los tres dias, que es cosa futura respecto del acto de la palabra.” (BELLO, 1853[1847]: p. 126)
- ii) *ante-pós-pretérito*, como o verbo *hubiese/hubiera cantado* (cuja formação seria um empréstimo do *subjuntivo comum*). Exemplo: “Le mandó que le *aguardase* tres dias, y

<sup>135</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

<sup>136</sup> Após a quinta edição da obra, os exemplos são retirados e apenas o nome do tempo é conservado.

que si al cabo de ellos no **hubiese ó hubiere vuelto**, tuviese por cierto, etc.”<sup>137</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 126)

Ao contrário do que ocorre em alguns tempos do *subjuntivo comum*, não há coincidência de formas verbais do *subjuntivo hipotético* com outros tempos, exceto o caso do tempo composto do *subjuntivo hipotético* denominado *ante-pós-pretérito*, que compartilha a formação verbal com os tempos *ante-pretérito*, *ante-co-pretérito* e *ante-pós-pretérito* do *subjuntivo comum*.

Quadro 16: Os tempos do modo subjuntivo hipotético em Bello (1853[1847])

Tempos simples	Tempos compostos
Futuro	ante-futuro
pós-pretérito	ante-pós-pretérito <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;">           Mesma forma do <i>ante-pretérito</i>, <i>ante-co-pretérito</i> e <i>ante-pós-pretérito</i> do <i>subjuntivo comum</i> </div>

Por fim, o último *modo* tratado por Bello (1853[1847]) é o *optativo*, que serviria, segundo o autor, para expressar tanto “*un verdadero deseo*”, como “*el sentido de condición o hipótesis, y de concesión ó permisión*” (BELLO, 1853[1847]: p. 129).

O *modo optativo* seria também um *imperativo* quando o verbo estivesse direcionado a uma segunda pessoa e não fosse precedido de negação, exprimindo uma ordem, um pedido ou uma súplica (BELLO, 1853[1847]: p. 129). Como ‘exemplos’ de uso, o gramático traz fragmentos de obras espanholas, como a de Francisco de Rioja (Espanha, 1583 – 1659): “**Ven y reposa en el materno seno**” (BELLO, 1853[1847]: p. 129[negritos nossos]). O *modo imperativo* teria dois tempos:

i) *futuro*, como, p.ex. *canta*.

ii) *ante-futuro*, como, p. ex. *habed cantado*.

Quando precedido de alguma negação (tal qual o advérbio castelhano *no*) ou se referido a uma pessoa diferente da segunda, a construção do *optativo* não corresponderia a um *imperativo*. Neste caso, teria suas formações compartilhadas com as do *subjuntivo comum*. O *modo optativo*, não correspondente ao *imperativo*, teria os tempos:

i) *presente*, por ex.: “*Viene á caballo sobre tres canancas remendadas, que no hay mas*

<sup>137</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

que ver.—*Hacaneas querrás decir, Sancho.—Poca diferencia hay, respondió Sancho, de cananeas á hacaneas: pero **vengan** sobre lo que vinieren; ellas vienen las mas galanas señoras, etc. (Cervantes)*<sup>138</sup> (BELLO, 1853[1847]: p. 130)

ii) *futuro*, por ex.: “**Dígalo** el mundo, pues tiene/Tantos ejemplos delante” (BELLO, 1853[1847]: p. 130)

iii) *co-pretérito* ou *pós-pretérito*, neste ex.: “El Gobernador de la plaza era de opinion que **viniese** ó **nó** el socorro, era necesario rendirse.” (BELLO, 1853[1847]: p. 131)

iv) *ante-presente* ou *ante-futuro*, neste ex.: “Mañana, **haya venido** ó **nó** el socorro, ha de capitular la plaza.” (BELLO, 1853[1847]: p. 131)

v) *ante-pretérito* ou *ante-pós-pretérito*, neste ex.: “Creíase que al dia siguiente, **hubiese** ó **nó** **venido** el socorro, habia de capitular la plaza” (BELLO, 1853[1847]: p. 131)

Quadro 17: Os tempos no modo optativo em Bello (1853[1847])

Optativo	Optativo-imperativo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• presente</li> <li>• futuro</li> <li>• co-pretérito</li> <li>• pós-pretérito</li> <li>• ante-presente</li> <li>• ante-futuro</li> <li>• ante-pretérito</li> <li>• ante-pós-pretérito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• futuro</li> <li>• ante-futuro</li> </ul> <p style="text-align: right;">} Quando referido à 2ª pessoa</p>

Ao longo da descrição do sistema verbal de Bello, ilustramos todos os *tempos e modos* citados com trechos encontrados na **Gramática** (1853[1847]). Os ‘exemplos’, nesta obra, aparecem ora descontextualizados, ora em situações de uso – algumas vezes atribuído a um autor espanhol renomado, como Miguel de Cervantes, outras, sem qualquer referência de localização. Estes podem, inclusive, terem sido elaborados pelo próprio Bello, com base em registros de enunciação e no conhecimento de língua do autor (isto é, podem fazer parte de uma língua idealizada).

A recente **Gramática de la Lengua Española**, coordenada por Emilio Alarcos Llorach e publicada pela Real Academia Española (1ª ed. 1999), adota a linha de raciocínio de Bello para a classificação dos *tempos verbais*. O próprio Alarcos Llorach admite este legado e sua preferência pela classificação temporal dos verbos proposta na **Gramática** do autor venezuelano (ALARCOS LLORACH, 2009[1999]: p. 207). Não é

<sup>138</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

surpreendente este fato, pois, como observou Barros (1988: p. 95), o caraquenho sugere uma organização destes tempos a partir de três conceitos básicos – *presente, pasado, futuro*, que se combinam entre si, permitindo uma série de combinações distintas. Vemos, contudo, que outros conceitos também estão imbricados nessa organização, como questões aspectuais, e a inserção dos três eixos básicos – presente, passado e futuro – em perspectivas enunciativa e enunciativa<sup>139</sup>.

A classificação que Bello propõe dos *tempos* verbais, atualmente em voga, teria sido inspirada na ‘tradição’ tomada por ele? Haveria continuidades ou rupturas entre esta sistematização, encontrada na **Gramática** americana, com as obras que Bello diz tomar como base? Para responder a estas perguntas, observemos os sistemas modais e temporais da tradição seguida explicitamente por Bello.

#### 4.2.1. A GRAMÁTICA DA RAE (1771)

A **Gramática de la Real Academia Española** (1771) não define especificamente o significado do termo *modo*. Contudo, indica que a língua castelhana possuiria quatro modos: *indicativo, subjuntivo, imperativo, infinitivo*. Cada um desses *modos* expressaria noções diferentes e/ou estabeleceria relações com outro elemento da língua:

“Los modos del verbo son quatro. *Indicativo* [sic], el que indica ó demuestra sencillamente las cosas, como: *yo soy, tú amas*. *Subjuntivo*, el que necesita juntarse con otro verbo expreso ó suplido que perfeccione el sentido de la oración, como: justo es que yo *áme* á quien me ama: yo *escribiria* si pudiese. *Imperativo*, el que sirve para mandar, como: *trae* papel: *escribe* esa carta. *Infinitivo*<sup>140</sup>, el que no se ciñe á tiempos, números, ni personas, y necesita otro verbo que determine el sentido, como: conviene *callar*: quiero *escribir*. Por esto no debiera contarse el infinitivo entre los modos, pues esta palabra *amar* por si sola no dice quien ama, quando, ni como; pero sin embargo llaman comúnmente los gramáticos *modo* á esta palabra principal, y raiz de cada verbo.” (RAE, 1771, p. 61-62[itálicos do autor])

<sup>139</sup> Termos encontrados em Fiorin (2005: p. 164). Com *enunciativa*, fazemos menção ao momento de referência presente e conseqüentemente, à sua ligação com o momento de enunciação. Já com *enunciativa*, falamos de uma perspectiva que instaura, no discurso, momentos de referência passados ou futuros, ou seja, não ligados ao momento de enunciação.

<sup>140</sup> Esta obra aborda a possibilidade de o verbo em infinitivo transformar-se em substantivo quando um artigo passasse a antecedê-lo: “Quando le precede artículo masculino, hace oficio de sustantivo del mismo género, y así se dice: el *andar* es bueno: el *correr* es malo. (RAE, 1771, p. 63 [itálico do autor])

Os *tempos verbais* do indicativo poderiam ser três: *presente*, *pretérito* e *futuro* (RAE, 1771: p. 63). Esta **Gramática**, por sua vez, apenas traz em detalhes os *tempos* do *modo indicativo*, a saber:

i) *presente* (ex. *soy, escribo, llueve*) definido como o tempo que “denota lo que es, se hace, ó sucede actualmente” (RAE, 1771: p. 63).

ii) *pretérito* (ex. *fui, escribí, llovió*), usado para demonstrar “que alguna cosa fue, se cumplió, ó sucedió” (RAE, 1771: p. 63-64). O *tempo pretérito* se classifica em três espécies:

ii.i) *imperfecto* (ex. *escribía*), que indicaria “quando aquella cosa de que se trata se considera como presente respecto de otra ya pasada” (RAE, 1771: p. 64).

ii.ii) *perfecto*<sup>141</sup> (ex. *fui, escribí*), quando houvesse referência a uma ação totalmente passada “si se considera absoluta y perfectamente pasada, [...] como: **fui, escribí**”<sup>142</sup> (RAE, 1771: p. 64). O *pretérito perfeito* também se dividiria em duas subcategorias: a) *próximo*, isto é, que denotaria a relação de maior proximidade da ação ou acontecimento expresado pelo verbo com o tempo ao qual se refere, p. ex. “**he visto al Rey, es pretérito perfecto próximo, porque denota que desde que le ví hasta quando lo digo ha pasado poco tiempo**” (RAE, 1771: p. 64-65); b) *remoto*, que apontaria uma menor proximidade, p. ex. “[...] **ví al Rey es pretérito perfecto remoto, porque denota que desde que le ví hasta quando lo digo puede haber pasado mucho tiempo, ó intermediado otras acciones ó sucesos [...]: el año pasado, ó quatro años ha ví al Rey**” (RAE, 1771: p. 65).

ii.iii) *plusquamperfecto/pretérito mas que perfecto* (ex. *había escrito*), cuja ‘definição’ reside em “quando la tal cosa se considera pasada respecto de otra también pasada” (RAE, 1771: p. 66).

<sup>141</sup> Constatamos que, contrariamente às obras da RAE (1771), Salvá (1835[1830]) e Bello (1853[1847]), gramáticas contemporâneas, como, por exemplo, a **Gramática** da RAE de 2009, denominam *pretérito perfecto* estritamente a construção verbal *haber* (no presente) junto de outro verbo no particípio, resultando em, por exemplo, *he cantado*. Nas três gramáticas que estamos abordando nesta discussão a respeito dos *tempos* e *modos* verbais, o que se denomina *pretérito perfecto* refere-se a dados linguísticos diferentes. A RAE (1771) classifica como tal os verbos no *pretérito* que se referem a ações passadas, expressos, por exemplo, sob a forma *canté* ou *he cantado*. Salvá indica como *pretérito perfecto* ou *absoluto* apenas as formas como *canté*, ao passo que Bello não propõe esta categoria na sua descrição. O gramático caraquenho adota o termo *antepresente* para referir-se às construções do tipo *he cantado*. Esta observação que fazemos demonstra que, embora a terminologia e conteúdo do gênero gramatical seja relativamente estável (AUROUX, 1992: p. 67), estudos historiográficos revelam que há muitas discontinuidades e variedades de sistematização de uma mesma língua na história da linguística.

<sup>142</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

iii) *futuro* (ex. *será, escribirá, lloverá*), que “manifiesta lo que ha de ser, lo que se ha de hacer, ó lo que ha de suceder en adelante.” (RAE, 1771: p. 64).

Quadro 18: Os tempos do indicativo (RAE-Bello)

RAE (1771)	Bello (1853[1847])
<i>presente</i>	<i>presente</i>
<i>pretérito imperfecto</i>	<i>co-pretérito</i>
<i>pretérito perfecto remoto</i>	<i>pretérito</i>
<i>pretérito perfecto próximo</i>	<i>ante-presente</i>
<i>pretérito pluscuamperfecto</i>	<i>ante-co-pretérito</i>
<i>futuro</i>	<i>futuro</i>
-	<i>pós-pretérito</i>

Com relação aos *tempos* do *modo subjuntivo*, “á excepcion del pretérito imperfecto, no tiene particularidad que notar” (RAE, 1771: p. 66). O *modo infinitivo*, como vimos no fragmento acima, não possui marca explícita de tempo. Além disso, esta obra tampouco comenta noções de temporalidade no *modo imperativo*.

Os ‘exemplos’ de formas verbais atribuídos a cada *modo* e *tempo* acima citados aparecem ora contextualizados, ora descontextualizados. Contudo, não há qualquer menção sobre fontes originais destes ‘exemplos’. Em outras palavras, estes poderiam ser frases criadas pelos autores da obra.

#### 4.2.2. OS FUNDAMENTOS DE GARCÉS (1791)

No segundo tomo dos **Fundamentos del vigor y elegancia de la lengua castellana** (1791), Garcés não apresenta uma esquematização temporal e modal dos verbos castelhanos. Nesta obra, são abordados 24 verbos como itens lexicais, um a um, isto é, o autor expõe usos e características dos verbos *ser, tener, haber, caber*, etc. e não propõe um estudo generalizante dos *modos* e *tempos* verbais. Não obstante, a leitura de algumas observações feitas por Garcés – a respeito destes verbos em particular – possibilita-nos inferir dados acerca da divisão temporal subjacente aos seus comentários.

Apresentamos abaixo trechos a partir dos quais podemos identificar certos *tempos* que comporiam o sistema verbal reconhecido pelo autor dos **Fundamentos** (1791). Garcés considera certas formas (ex. *dije*) como pertencentes ao *pretérito perfecto de indicativo* e admite que junto de ‘exemplos’ como *he dicho*, o *tempo*

*pretérito* poderia expressar um passado remoto ou imediato. Estas informações são depreendidas do fragmento abaixo:

“Pues por lo que mira al preceder que hace este auxiliar á los verbos de quien va contrayendo la accion, es muy de observarse como enriquece y dobla el sentido del pretérito perfecto de indicativo, añadiendo á la simple y natural voz del verbo otra segunda que él compone, v. gr. Dixe yo: yo he dicho: de donde podría nacer alguna duda sobre el ser ó no iguales de todo en todo ámbas voces” (GARCÉS, 1791[2ºtomo]: p. 163-164)

A distinção de um *futuro imperfecto do indicativo* também é visível quando o autor aborda o verbo *haber* (haver): “*Que por lo que mira al futuro imperfecto de indicativo es ya hoy antiquada la voz verédes [...]*”<sup>143</sup> (GARCÉS, 1791[2ºtomo]: p. 172). No fragmento anterior, observamos que Garcés, inclusive, identifica o uso pouco produtivo no castelhano de certas formas verbais deste tempo.

O *pretérito imperfecto do indicativo* e o *presente do subjuntivo* seriam mencionados em comentários acerca de perdas ou acréscimos de sons em algumas conjugações verbais:

“Toma ó dexa la vocal *i* en el pretérito imperfecto de indicativo el verbo *ver*; y la *g* consonante en su presente de subjuntivo el verbo *oir*, &c. segun estos lugares: “Le congojaba (al Santo) el cuidado de Alemania, porque la *veia* mas llagada y afligida que las otras Provincias.” Rivad. *en la Vid. de S. Ignac. lib. 4. cap. 6.* Que es el uso natural y ordinario del verbo *ver*; mas ved como pierde la vocal *e*: “Este no me tener por tan ruin venia de que me *vian* tan moza, y en tantas ocasiones apartarme muchas veces á la soledad á rezar y leer mucho.” (GARCÉS, 1791[2ºtomo]: p. 174)

O fragmento acima também ilustra uma constante: os verbos são analisados, nesta obra, sempre inseridos em um contexto frasal. Estas frases, que constituem os ‘exemplos’ linguísticos, foram retiradas de textos literários da tradição espanhola e têm suas referências de origem mencionadas, incluído o nome da obra, do autor e do capítulo, página ou parágrafo.

Embora escassos, os trechos escolhidos nos permitem abstrair partes do esquema verbal seguido por Gregório Garcés ao analisar a língua castelhana, nesta obra voltada

<sup>143</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

especificamente para o aperfeiçoamento do uso do idioma por seus falantes cultos. Em síntese, poderíamos organizar os dados depreendidos e expostos acima da seguinte forma:

*Quadro 19: Modos e tempos verbais em Garcés (1791)*

<b>Indicativo</b>	<b>Subjuntivo</b>
<i>Pretérito perfeito</i>	<i>Presente</i>
<i>Pretérito imperfeito</i>	
<i>Futuro imperfeito</i>	

Relembramos que o quadro acima resume as informações explicitamente presentes nos **Fundamentos**, depreendidas da obra, e não tem por objetivo expor a completude do sistema verbal descrito por Garcés. Muito provavelmente o autor espanhol incluiria outros *modos* e *tempos*, se o intuito da obra fosse realizar uma descrição minuciosa do esquema verbal castelhano. Ao contrário disso, o seu objetivo foi indicar e comentar usos *elegantes*, *polidos* ou *doutos* da língua castelhana encontrados na literatura espanhola.

#### 4.2.3. A GRAMÁTICA DE SALVÁ (1835[1830])

Na **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla** (1835[1830]), Vicente Salvá não define especificamente cada um dos *modos*, mas indica quatro que estariam presentes na língua castelhana, de forma idêntica<sup>144</sup> ao encontrado na **Gramática** (1771) da RAE: “*Los modos indican la manera con que al hablar consideramos la significacion del verbo. Son cuatro, **infinitivo, indicativo, subjuntivo é imperativo***”<sup>145</sup>. Neste fragmento, embora não apresente uma ‘definição’ de cada *modo*, podemos observar que cada um deles indicaria “maneira” de interpretar o significado do verbo.

Enquanto Bello não identifica o *infinitivo* como um modo verbal, Salvá vê nele o *verbo em abstrato* (1835[1830]: p. 51), desprovido de tempo, pessoa e número. Como subcategorias do *infinitivo*, estariam as formas verbais do *gerúndio* e *particípio*, que

<sup>144</sup> Lembremo-nos de que Salvá, ao que parece, integrou a equipe de elaboradores da **Gramática** da RAE (LOPE BLANCH, 1990).

<sup>145</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.



“*pertenecen al infinitivo, necesitan de un verbo que fije el tiempo, la persona y el número: **Fuí, soi y seré amante ó amado**, son los tres tiempos de pasado, presente y futuro, como lo son **Estuve, estoi y estaré amando**.*” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 51). A aproximação entre *gerúndio, participio e infinitivo* se daria, possivelmente, em função dos dois primeiros terem como base o último, conforme observamos neste fragmento: “*No puede tener tiempos el infinitivo propiamente dicho, ni el participio ni el gerundio, que son terminaciones de este modo [...]*” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 52).

O *indicativo* em Salvá (1835[1830]) seria definido pela sua independência com relação a outro verbo: “*El **indicativo** expresa la idea del verbo sin dependencia de otro, aunque uno de sus tiempos pide la coexistencia de algo, y otro una condición, para completar el sentido de la frase: **Yo amo; yo amé; yo amaré; yo amaba cuando vine; Yo amaría si encontrase una persona digna de mi cariño**.*”<sup>146</sup> (p. 51-52, itálicos do autor). Este *modo* verbal teria os seguintes *tempos*, cuja definição é o próprio uso/ ‘exemplo’ linguístico:

i) *presente*, ex. “***Yo amo** en el momento en que lo **estói** diciendo*” (SALVÁ 1835[1830]: p.53)

ii) *pretérito absoluto*, denominado por outros gramáticos que aqui estudamos como *pretérito perfecto*, ex. “***Amé**, tal vez ayer, acaso dos años hace, ó en mi juventud*” (SALVÁ 1835[1830]: p. 53)

iii) *pretérito coexistente*, termo escolhido em substituição a *pretérito imperfeito*, ex. “***Amaba** yo el juego hasta que me castigó su inconstancia*” (SALVÁ 1835[1830]: p. 53)

iv) *futuro absoluto*, ex. “***Amaré** dentro de una hora, mañana, de aquí á seis meses ó cuando los estudios me permitan vacar al amor*” (SALVÁ 1835[1830]: p. 53). Poderia referir-se a um futuro próximo ou remoto e, também, depender de uma condição.

v) *futuro condicional*, ex. “*Yo **amaría**, si encontrase una persona digna de mi cariño*”. (SALVÁ 1835[1830]: p. 53)

Poderíamos contrastar os *tempos* do *modo indicativo* encontrados em Salvá (1835[1830]) e Bello (1853[1847]) visualizando o quadro abaixo.

Quadro 20: Os tempos do indicativo (Salvá-Bello)

Bello (1853[1847])	Salvá (1835[1830])
<i>presente</i>	<i>presente</i>
<i>pretérito</i>	<i>pretérito absoluto</i>

<sup>146</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

<i>co-pretérito</i>	<i>pretérito coexistente</i>
<i>futuro</i>	<i>futuro absoluto</i>
<i>pós-pretérito</i>	<i>futuro condicional</i>

Opostamente, o *subjuntivo* em Salvá é caracterizado por vir conectado a outra forma verbal, explícita ou implicitamente: “*el subjuntivo tiene que ir unido á otro verbo, bien explícito, bien sobrentendido, que lo determina y con el cual se enlaza por medio de alguna partícula conjuntiva*”. Exemplo da união com verbo explícito seria a frase *Espero que Vd. le hable*, ao passo que *En Dios lo haga, se suple Ruego a Dios que lo haga*, encontramos uma ocorrência de verbo implícito (SALVÁ, 1835[1830]: p. 52). Os tempos do modo *subjuntivo* seriam:

i) *futuro*, ex. “*en, Manda S. M. que venga; Guárdeme el cielo de semejante desgracia, y en casi todas las demas frases en que entra este tiempo, observo que se habla de cosas venideras.*”<sup>147</sup> (SALVÁ, 1835[1830]: p.53). Vale mencionar que Salvá nega ver neste tempo do verbo as qualidades de um *presente*, pois vê ações futuras na forma *subjuntiva*, se comparados à ação expressa na oração principal.

ii) *futuro condicional*, ex. “*El de indicativo pide la condicion en otro inciso de la frase: No me salvaría de la muerte si allegase las riquezas de Creso [...]. El de subjuntivo por el contrario forma él mismo la condicion: No me salvaré de la muerte aunque ó si allegare las riquezas de Creso.*” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 53-54). Percebemos, neste trecho, que Salvá tem a necessidade de distinguir o *futuro condicional do indicativo* e o *futuro condicional do subjuntivo*, já que, apesar de haver uma coincidência terminológica, estes dois *tempos* não representam o mesmo fenômeno. Ademais, é interessante ver que o *futuro condicional do subjuntivo* também está ligado a uma mudança de *tempo* (observado no verbo *salvaré*) da oração ao qual está unido.

iii) *indefinido absoluto*, como depreendemos dos ‘exemplos’ e comentarios:

“Tiene la significacion de pretérito en, *Le obligaron á que se rindiera [...]*; y en todos los casos en que se usa por algun pretérito de indicativo, como [...] *Tan poco atinado anduviera* (había andado) *en sus disposiciones*. De presente en, *Quisiera coserle ahora mismo á puñaladas*. De futuro por fin en muchas de las oraciones condicionales, como, *Diera limosna, si mis facultades me lo permitiesen [...]*” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 54).

<sup>147</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

Este *tempo* verbal poderia fazer referência a uma ação ou acontecimento do *presente*, *passado* ou *futuro*. Inclusive, seria substituível por verbos do indicativo que expressassem esses tempos.

iv) *indefinido condicional*, entendido como a expressão de um fato passado, presente ou relativo ao *futuro*:

“En la frase, *Le obligaron á que se rindiese*, hablamos de un hecho pasado: de uno que parece presente en, *Le cosiera ahora mismo á puñaladas si le tuviese entre mis manos*; y de uno futuro en, *Diera limosna, si mis facultades me lo permitiesen*. Se ve por los dos ejemplos últimos, que cuando este tiempo entra en una frase condicional, constituye precisamente la condicion [...]” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 54)

O *modo subjuntivo* de Salvá compreende tempos e fatos linguísticos que estão classificados tanto como *subjuntivo comum* quanto como *subjuntivo hipotético* do sistema verbal de Bello. Dividimos em duas partes o quadro-resumo comparativa dos esquemas temporais do *subjuntivo* presente nas obras dos dois gramáticos para esquematizar as diferenças:

Quadro 21: *tempos (simples) no modo subjuntivo [comum] (Salvá - Bello)*<sup>148</sup>

Bello (1853[1847])	Exemplo citado	Salvá (1835[1830])	Exemplo citado
<i>Presente</i>	No percibo que <b>hable</b> nadie en el cuarto vecino. (p. 125)	<i>Futuro</i>	Manda S. M. que <b>venga</b> (p. 53)
<i>Futuro</i>	Es dudoso que <b>llegue</b> mañana el correo. (p. 125)		
<i>Pretérito</i>	No se mira en el dia como un hecho auténtico que Rómulo <b>fundase</b> á Roma. (p. 125)	<i>Indefinido absoluto</i>	Tan poco atinado <b>anduviera</b> en sus disposiciones (p. 54)  <b>Quisiera</b> coserle ahora mismo á puñaladas (p. 54)

<sup>148</sup> Utilizamos o estilo negrito para indicar os verbos aos quais as classificações se referem. O negrito é nosso e foi utilizado para padronizar o modo de realce que ocorre de formas distintas em ambos os autores.

<i>Co-pretérito</i>	No percibí que nadie <b>hablase</b> en el cuarto vecino. (p. 125)		<b>Diera</b> limosna, si mis facultades me lo permitiesen (p. 54)
<i>Pós-pretérito</i>	Por improbable se tenía que el día siguiente <b>llegase</b> la tropa. (p. 125)		

*Quadro 22: tempos (simples) no modo subjuntivo [hipotético] (Salvá – Bello)*

<b>Bello (1853[1847])</b>	<b>Exemplo citado</b>	<b>Salvá (1835[1830])</b>	<b>Exemplo citado</b>
<i>Futuro</i>	Si <b>viniere</b> nuestro amigo, hospedadle. (p. 126)	<i>Futuro condicional</i>	No me salvaré de la muerte aunque ó si <b>allegare</b> las riquezas de Creso. (p. 54)
<i>Pós-pretérito</i>	Se nos encargó que en caso que, <b>viniese</b> ó <b>viniera</b> nuestro amigo, le hospedásemos. (p. 126)	<i>Indefinido condicional</i>	Diera limosna, si mis facultades me lo <b>permitiesen</b> . (p. 54)

A compilação, no quadro, apenas de *tempos simples* nos *modos indicativo e subjuntivo* é proposital. Os *tempos compostos* não têm o mesmo espaço na conjugação dos verbos presente no capítulo dos *tempos e modos verbais* da **Gramática** de Salvá. Os *tempos compostos*, para o estudioso espanhol, seriam o resultado da união entre o verbo *haber* [haver] e participípios passivos. São denominados:

- i) *pretérito próximo*: ex. “*He viajado por casi toda Europa*”. Formado pelo presente de *haber*[haver] e um participípio passivo, “*manifestamos que há sucedido la cosa; pero que esta ó la época á que aludimos todavía Duran*”. (SALVÁ, 1835[1830]: p. 191-192)
- ii) *pretérito absoluto coexistente*: ex. “*Habíase atrincherado antes que llegase el enemigo*”. Este tempo “*denota que algo había ya sido, había sucedido ó estaba hecho,*

*antes, al tiempo, ó después de acontecer alguna otra cosa*". (SALVÁ, 1835[1830]: p. 193)

Além destes *tempos compostos*, outros dois são indicados por Salvá, porém sem nenhum termo específico que os identificasse. ‘Exemplos’ e ‘definições’ destes *tempos* sem ‘nomes’ seriam: “*La paz se habrá ya firmado*”, indicando que algo “*aun ha de suceder*”; e “*Le habría confiado mi pena*”, que denota que “*ha sucedido lo que estaría hecho, si se hubiese verificado tal condicion*” (SALVÁ, 1835[1830]: p. 194)

Já com relação ao *imperativo*, Salvá define este *modo* da seguinte forma: “*El imperativo sirve de ordinario para mandar, y algunas veces para aconsejar, suplicar ó permitir: Estudia la leccion; Procurád ser virtuosos [...]*.”<sup>149</sup> Por sua função, o único *tempo* do imperativo seria o *futuro*. Além disso, assumiria formas diferentes de acordo com a pessoa e número a que correspondesse (ex. se a ordem é para um *tú* [2ª pessoa do singular] ou *vosotros* [2ª pessoa do plural]) (SALVÁ, 1835[1830]: p. 52).

Conforme citamos ao longo deste subitem, na exposição e sistematização dos *tempos* e *modos verbais* da língua castelhana, Salvá apresenta ‘exemplos’ frasais que contêm os fenômenos linguísticos em foco. A natureza (literária, oral, escrita) destes exemplos não é explicitada, assim como o lugar, obra ou situação da qual foram retirados. Fica claro, no entanto, que os ‘exemplos’ revelam a enunciação como ponto de referência para a divisão temporal e modal, além de apontar para a necessidade de analisar o dado linguístico numa perspectiva, no mínimo, frasal.

#### 4.2.4. SÍNTESE

A análise realizada verificou que os significados atribuídos, por Bello, aos *tempos* e *modos verbais* levam em consideração a relação entre o momento da enunciação (isto é, do *acto de la palabra*), o momento de referência e o tempo do acontecimento enunciado. Ademais, os *modos verbais* expressariam diferentes matizes da proposição, tal como uma descrição, uma ordem, uma súplica, entre outros. As ‘definições’ dadas, portanto, inserem-se em um âmbito semântico-pragmático.

Tomar o conteúdo semântico para a ‘definição’ dos *tempos* e *modos verbais* é uma constante da ‘tradição’ analisada. As obras da RAE, de Garcés e de Salvá também empregam este critério para defini-los. No entanto, verificamos que as gramáticas da RAE e de Salvá incluem, além disso, dados sintáticos nas ‘definições’. Vale lembrar

<sup>149</sup> Na obra original, o destaque ocorre pela marcação do estilo itálico.

que a obra de Salvá - diferentemente dos dois textos do século XVIII e de modo semelhante ao encontrado em Bello - também inclui alguns dados da enunciação nas 'definições' encontradas.

O estudo dos 'significantes' revela uma relativa estabilidade nas quatro obras. O uso de termos como *pretérito*, *presente* e *futuro* - isolados ou unidos a outros termos/partículas - é unânime. Contudo, os 'significantes' encontrados em Bello possuem sempre um destes três termos básicos unidos, na maioria das vezes, a prefixos como *ante-*, *pós-* ou *co-*, dependendo das relações de anterioridade, posterioridade ou concomitância, respectivamente, estabelecidas com o momento de enunciação ou de referência.

A utilização deste tipo de prefixação é inovadora, se comparada à 'tradição' com a qual Bello diz dialogar ou, inclusive, basear-se. Em nenhuma das obras 'tradicionais' verificou-se tal critério para a formação dos 'significantes'. Em geral, nas obras da RAE, de Garcés e de Salvá, os três termos de base - *pretérito*, *presente* e *futuro* - podem receber um termo complementar, como *imperfeito*, *perfeito*, *condicional*, *coexistente*, etc.

Especificamente falando dos 'significantes' relativos aos *modos verbais*, Bello parece inovar, também, ao propor, por um lado, a separação do *modo subjuntivo* nas subcategorias *comum* e *hipotético*, e, por outro, o termo *optativo*. Em nenhuma das obras anteriores aparecem tais termos, nem a taxionomia verificada nessa obra.

A atenção para a taxionomia, ou 'rede terminológica', ressaltou certas constantes, tais como a existência de subclasses de alguns *tempos* e a relação de igualdade entre termos designadores dos *modos verbais*. Apesar disso, a gramática de Bello diverge de sua 'tradição' ao não considerar o *infinitivo* como uma subclasse dos *modos verbais*. Enquanto Salvá diz ser o *infinitivo* o verbo em absoluto, por exemplo, Bello aproxima mais esta subclasse à categoria dos *nomes*. A gramática da RAE, assim como a de Salvá, também o inclui dentro da rede dos *modos verbais*.

Já citada anteriormente, a concepção do *modo subjuntivo* em duas subclasses, *comum* e *hipotético*, aparece, igualmente, como uma divergência taxonômica entre Bello e estas obras. Por último, relembramos que a obra do venezuelano identifica o *imperativo* como uma subclasse especial dentro do *modo optativo*, por sua função de remeter a um ou mais interlocutores da enunciação.

Finalmente, os 'exemplos' apresentados também ressaltam continuidades e descontinuidades entre Bello e a 'tradição'. Recordemos que os 'exemplos' presentes

em sua **Gramática de la lengua castellana** estão expostos inicialmente descontextualizados e, na maioria dos casos, são colocados posteriormente em um contexto frasal ou transfrasal. A fonte dos dados é, apenas em alguns casos, citada.

A maneira de apresentação dos ‘exemplos’ nas obras ‘tradicionais’ varia bastante. A gramática da RAE – que, ao contrário da obra latino-americana, não cita nenhuma fonte do seu exemplário – expõe os dados linguísticos ora contextualizados, ora descontextualizados, de modo semelhante ao que ocorre em Bello. Por sua vez, Garcés e Salvá apresentam seus dados sempre em um contexto frasal. A diferença entre estas duas obras, no tocante à natureza dos ‘exemplos’ oferecidos ao leitor, é a inexistência de referências na obra de Salvá, ao passo que a de Garcés sempre explicita o local de onde o dado linguístico mencionado foi retirado. Supomos que a insistência destas referências, que sempre remetem a obras canônicas da literatura espanhola, deve-se ao objetivo estilístico dos **Fundamentos** e à necessidade de comprovar a legitimidade das orientações dadas naquela obra.

Em síntese, a análise que realizamos acerca dos ‘significantes’, das ‘definições’ e ‘(sub)categorizações’ dos *modos* e *tempos verbais* propostas pela RAE (1771), Gregório Garcés (1791), Vicente Salvá (1835[1830]) e Andrés Bello (1853[1847]) pode ser esquematizada no quadro abaixo:

*Quadro 23: Os modos e tempos verbais nas quatro obras analisadas*

	<b>RAE (1771)</b>	<b>Garcés (1791)</b>	<b>Salvá (1835[1830])</b>	<b>Bello (1853[1847])</b>
<b>Modos do verbo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indicativo</li> <li>• subjuntivo</li> <li>• imperativo</li> <li>• infinitivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indicativo</li> <li>• subjuntivo</li> </ul> <p>Obs.: Não há sistematização. Estes modos são inferências de trechos da obra.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indicativo</li> <li>• subjuntivo</li> <li>• imperativo</li> <li>• infinitivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indicativo</li> <li>• subjuntivo comum</li> <li>• subjuntivo hipotético</li> <li>• optativo (em alguns casos, chamado <i>imperativo</i>)</li> </ul>
<b>Tempos do indicativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• presente</li> <li>• pretérito - imperfeito</li> <li>-perfeito [remoto/próximo]</li> <li>-plusquamperfeito</li> <li>• futuro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pretérito perfeito</li> <li>• pretérito imperfeito</li> <li>• futuro imperfeito</li> </ul> <p>Obs.: Não há sistematização. Estes modos são inferências de trechos da obra.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presente</li> <li>• pretérito absoluto</li> <li>• pretérito coexistente</li> <li>• futuro absoluto</li> <li>• futuro condicional</li> <li>• pretérito próximo</li> <li>• pretérito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• presente</li> <li>• ante-presente</li> <li>• pretérito</li> <li>• ante-pretérito</li> <li>• co-pretérito</li> <li>• ante-co-pretérito</li> <li>• pós-pretérito</li> <li>• ante-pós-pretérito</li> <li>• futuro</li> <li>• ante-futuro</li> </ul>

			absoluto coexistente	
<b>Tempo do subjuntivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pretérito imperfeito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• presente</li> </ul> <p>Obs.: Não há sistematização. Estes modos são inferências de trechos da obra.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• futuro</li> <li>• indefinido absoluto</li> <li>• futuro condicional</li> <li>• indefinido condicional</li> </ul>	<p><u>COMUM:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• presente</li> <li>• ante-presente</li> <li>• pretérito</li> <li>• ante-pretérito</li> <li>• co-pretérito</li> <li>• ante-co-pretérito</li> <li>• pós-pretérito</li> <li>• ante-pós-pretérito</li> <li>• futuro</li> <li>• ante-futuro</li> </ul> <p><u>HIPOTÉTICO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• futuro</li> <li>• ante-futuro</li> <li>• pós-pretérito</li> <li>• ante-pós-pretérito</li> </ul>
<b>Tempos do imperativo</b>	Não há	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• futuro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• futuro</li> <li>• ante-futuro</li> </ul>
<b>Tempos do optativo</b>	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• presente</li> <li>• futuro</li> <li>• co-pretérito</li> <li>• pós-pretérito</li> <li>• ante-presente</li> <li>• ante-futuro</li> <li>• ante-pretérito</li> <li>• ante-pós-pretérito</li> </ul>
<b>Tempos do infinitivo</b>	Não há	-	Não há	-
		<p>Obs.: Não há sistematização. Estes modos são inferências de trechos da obra.</p>		<p>Obs.: Não é considerado um modo verbal. O infinitivo categorizado como um derivado verbal.</p>

#### 4.3. A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM SAID ALI (1919[1908])

No compêndio **Difficultades da Língua Portuguesa** (1919[1908]), Manuel Said Ali aborda a *colocação pronominal* em dois capítulos: “Collocação dos pronomes pessoais regidos de infinitivo ou gerúndio” e “Collocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbaes finitas”.



Considerando apenas as mostras de língua presentes em obras literárias portuguesas<sup>150</sup>, Said Ali comenta – ao longo das vinte páginas que compõem o primeiro capítulo citado acima – a *colocação pronominal* na presença de formas verbais em infinitivo ou gerúndio. Para tanto, esclarece que o seu foco de trabalho é o conjunto dos *complementos átonos* (ex. *me, te, lo, la*, etc.), e não os complementos *tônicos* (ex. *mim, ti, si, ele, ela, comigo, contigo*, etc.).

A primeira particularidade dos pronomes átonos do português (europeu), apontada pelo gramático, é a impossibilidade de estas formas aparecerem no início de frase, fenômeno corrente em textos espanhóis e italianos. Esta observação já indicaria uma regra básica do português, segundo a qual os pronomes átonos, em posição de complemento, são *pospositivos*: “*O nosso pronome átono é, de facto, pospositivo: ou ele se encosta ao verbo, ou a outro vocábulo anterior.*” (SAID ALI, 1919[1908]: p.30).

A posposição dos pronomes em relação ao verbo corresponderia à *colocação normal*. Contudo, Said Ali demonstra haver casos de anteposição pronominal que ocorreriam devido a um deslocamento *puramente fonético* (SAID ALI, 1919[1908]: p. 30). Para a natureza desse deslocamento, Said Ali propõe uma explicação aparentemente inovadora, pois aponta como “*deploráveis erros*” e “*excessos*” as explicações que ele vinha observando em sistematizações anteriores.

A origem dos equívocos seria a má interpretação da noção ‘tradicional’ de *atração*, que, em sua opinião, deveria ser interpretado metaforicamente e com certa flexibilidade:

“[A atração] Seria, segundo se cuidava, uma acção constante, invariável, irresistível como a do ferro imantado sobre o não-imantado. Desfiz a crença (em 1895), demonstrando com inúmeros exemplos que os escriptores portugueses, ainda os mais vernáculos, desconheciam a supposta lei” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 32).

Essa ‘tradição’, da qual Said Ali se afasta, considerava que certas categorias teriam a propriedade de atrair para próximos de si os *pronomes átonos*. Entre essas

---

<sup>150</sup> O português do Brasil é contemplado de forma mais clara no capítulo: “Collocação dos pronomes pessoas regidos de formas verbaes finitas”. Não obstante, neste outro texto, predomina a atenção sobre o português lusitano. O PB é analisado brevemente nos parágrafos finais e não é proposta uma sistematização da colocação pronominal dessa variedade.

partículas, figurariam os pronomes sujeito, os advérbios e locuções adverbiais, certas conjunções, preposições, entre outros.

De acordo com o gramático brasileiro, a *lei de atração* cairia quando se analisassem os fragmentos literários de autores como Luis de Camões, Manuel Bernardes e Castilho e fosse comprovado que uma partícula atrativa – ou o acúmulo de duas ou mais – seria suficiente para que o pronome átono se deslocasse apenas em alguns contextos.

Como contraproposta à ideia corrente de *atração*, baseada na noção de categoria de palavra (advérbios, preposições, pronomes etc.), o gramático brasileiro sugere que a *colocação pronominal* esteja vinculada a uma *atração* de tipo *fonético*. Para Said Ali, a colocação de um pronome átono levaria a uma valorização (ou destaque) fonético-estilístico do vocábulo que o acompanha. O lugar do *pronome* estaria determinado segundo a intenção do usuário da língua de realçar, no contexto fônico, um termo:

“Por toda parte observaremos que a posposição e encosto do pronome átono a outro vocábulo valorizará a pronuncia deste. Se for palavra átona por natureza, adquirirá mais vulto á custa do pronome; se for termo de tonalidade cheia, tornar-se-á mais notório que na pronuncia usual e o processo servirá nas frases em que a algum vocábulo se queira dar mais destaque.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 37).

Pela análise de fragmentos literários, a anteposição pronominal estaria basicamente condicionada a períodos foneticamente unidos, em que se quisesse romper esta união. Além disso, frases com *infinitivo flexionado/pessoal*, outro fenômeno linguístico de seu interesse, tenderiam a apresentar esse tipo de deslocamento. Neste caso, a intenção seria evitar a formação de grupos expiratórios *esdrúxulos* (SAID ALI, 1919[1908]: p. 44) – conhecidos frequentemente como *proparoxítonas* nas gramáticas atuais – que, como sabemos, são pouco produtivas na língua portuguesa.

Ao abordar os *infinitivos*, Said Ali diz ser necessário analisá-los distinguindo as formas *pessoais* (flexionadas) das *impessoais*. O *infinitivo impessoal* poderia aceitar anteposições e posposições. A escolha de uma ou outra estaria relacionada também ao uso de recursos estilísticos, conclusão a que chegou Said Ali após analisar as

ocorrências de pronomes átonos em escritores portugueses do século XVI ao XIX<sup>151</sup>. Se o autor pretendesse dar realce a um termo que antecederesse o verbo, como uma preposição ou conjunção, o pronome estaria anteposto. Por outro lado, se a intenção era evidenciar o pronome complemento, este sucederia o verbo.

De acordo com Said Ali, além da intenção do usuário, a *colocação pronominal* estaria intimamente relacionada com fenômenos prosódicos, estando sob a influência da harmonia e do ritmo. É neste raciocínio que o gramático chega à seguinte conclusão:

“Vagamente falando, não se erra dizendo que é questão de ouvido. Escapam, de fato, á syntaxe, escampam á gramática tradicional, mas não se engana na aplicação prática quem tem o sentimento de linguagem.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 43)

Contrariando a lógica exposta acima, o *infinitivo pessoal* tenderia, por sua vez, a exigir uma colocação anteverbal. Não obstante, as duas subclasses de *infinitivo – pessoal e impessoal* – estariam sujeitas a algumas exceções, relacionadas à regência. Na presença de preposições como *por* (ex. “*uma vez por apertal-a de mais; outras por atordoal-a com os balanços*”), o *pronome* estaria posposto a qualquer verbo no infinitivo, seja ele flexionado ou não<sup>152</sup>. Nestes casos, a anteposição seria sinal de pedantismo ou afetação, podendo ocorrer naturalmente apenas quando houvesse uma partícula que separasse a construção.

Com respeito à preposição *a*, a posposição pronominal também seria essencial para, por exemplo, evitar orações ambíguas e obscuras, como “*propenso a o enganar*”, que daria margem a uma interpretação equivocada como “*propenso ao enganar*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 46). Sendo assim, os falantes optariam por usar certa construção (em detrimento de outras), levando em consideração a clareza da mensagem a ser veiculada.

Com relação à *colocação pronominal* junto a verbos no *gerúndio*, Said Ali brevemente indica que o *pronome* estaria posposto, salvo se houvesse a presença da

<sup>151</sup> Tanto neste capítulo quanto nos demais, é recorrente a exposição e análise de dados do português de diversas épocas, como um modo de auxiliar e fundamentar a explicação linguística que Said Ali oferece ao leitor. De algum modo, esse procedimento sugere que a história da língua deva ser considerada um argumento fundamental.

<sup>152</sup> Segundo Said Ali, a razão para a posposição neste contexto é histórica: a anteposição com a preposição *por* acarretaria formas como *polo*, *póola*, etc., que deixariam o sentido obscuro ou a construção pesada.

preposição *em*, de uma partícula negativa ou de um advérbio de modo, diretamente relacionado ao verbo neste modo, ex. “*não o encontrando em casa, retirou-se*” (Said Ali, 1919[1908]: p. 47). Nesta observação, vemos que Said Ali, apesar de criticar uma sistematização baseada na atração que certas classes de palavras exerceriam sobre o pronome complemento, admite que elementos de algumas classes (como é o caso de certos advérbios) influenciariam a *colocação pronominal*.

Esquemáticamente, poderíamos representar a sistematização proposta nas **Difficultades** segundo o quadro abaixo:

*Quadro 24: Colocação dos pronomes átonos juntos de verbos nos modos infinitivo ou gerúndio*

<b>Modos</b>	<b>Regra geral</b>	<b>Particularidades</b>
Infinitivo	Pospositivos ao verbo; os deslocamentos ocorreriam devido a imperativos fonéticos (evitar sequências proparoxítonas), sintático-semânticos (evitar ambiguidades) e estilísticos (realçar, destacar).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construções com formas impessoais seguiriam a regra, enquanto as com formas pessoais tenderiam a favorecer anteposições.</li> <li>• Com infinitivos pessoais ou impessoais, haveria sempre posposição na ocorrência das preposições <i>a</i> ou <i>por</i>.</li> </ul>
Gerúndio		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Partículas negativas, advérbios de modo e a preposição <i>em</i> levariam à anteposição pronominal</li> </ul>

No segundo capítulo dedicado ao tema, intitulado “Collocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbaes finitas”, Said Ali propõe discutir a *colocação pronominal* diante de verbos nos *modos indicativo* e *conjuntivo* (denominado, nas gramáticas contemporâneas, de *subjuntivo*).

Diferentemente do capítulo anterior, em que o autor contempla exclusivamente o português europeu, neste, além de analisar o português europeu, também opta por reservar um segundo momento – bastante breve – para fazer considerações pontuais sobre a *colocação pronominal* no português brasileiro. O capítulo possui trinta e cinco

páginas, enquanto apenas seis citam a variedade brasileira; parece que a regra para a colocação pronominal seria essencialmente igual nas duas variedades, havendo apenas algumas peculiaridades do PB merecedoras de realce no todo da descrição.

Mantendo o que vimos no capítulo anterior, o autor propõe que a regra básica para a *colocação pronominal* diante de verbos finitos no português europeu é a posposição verbal. Também neste texto, o autor destaca que partículas prepositivas ou conjuntivas - tais como *que, em, de*, entre outros - tenderiam a provocar um deslocamento do pronome átono com verbos conjugados, devido ao escasso valor fonético dessas partículas, ex. “*que se haviam unido atrás da procissão e, ou se encaminhavam...ou se escoavam.*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 53). Esta regra não seria aplicada apenas se o termo deslocante estivesse distante do verbo ou se o falante não quisesse realçar este termo. Nestes casos, ocorreria a posposição verbal:

“Visível é que a permanência do pronome atono em seu lugar apoz o verbo se deve ao esquecimento do vocábulo deslocante, ora por andar este muito longe do predicado, ora por concentrar o individuo que fala a atenção particularmente na idéa expressa pelo próprio verbo ou pelo termo a enunciar em seguimento a elle” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 56)

A complexidade e variabilidade envolvida na colocação pronominal quando estivesse presente a conjunção *ou* obriga o gramático brasileiro a propor uma sistematização diferente para esses contextos. Assim, a *colocação pronominal* em orações com *ou* estaria vinculada ao sentido que se quisesse atribuir:

“Servindo para denotar equivalencia ou quasi equivalencia, melhoria ou rectificação de idéas; ou sendo tal o pensamento geral, que o facto mencionado apoz a conjunção ou não exclua necessariamente o outro referido antes; em qualquer destes casos deixará a partícula de influir sobre o pronome pessoal atono” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 53-54)

Se o intuito fosse indicar a prevalência de um dos dois termos, a anteposição ocorreria naturalmente, pois o falante buscaria realçar uma das ideias: “*Havendo, porem, intuito bem definido de indicar que de dois factos só hade prevalecer um, não*

*poderá a conjunção significar isto melhor do que reforçando a sua pronuncia á custa do pronome deslocado.”* (SAID ALI, 1919[1908]: p. 54)

Considerados aspectos fonéticos, a intenção do falante e a procura por realçar (semântica e estilisticamente) certos segmentos da oração seriam, também nos casos de verbos finitos, fatores importantes para a *colocação pronominal*, independentemente de possíveis “forças” exercidas por classes gramaticais. Esta concepção é destacada repetitivamente por Said Ali:

“Se a theoria da attracção phonetica é correcta, necessariamente deslocarão também o pronome átono quaesquer outros vocabulos, não pertencentes ás categorias grammaticas até aqui consideradas, que se usem porém igualmente antes do verbo, destituídos de intonação e sem admittirem pausa.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 59)

A falta de pausa levaria à entonação fraca de certas partículas, o que deslocaria o pronome átono. Havendo pausa, o termo provavelmente ganharia força e não pediria a anteposição pronominal.

A respeito da *colocação pronominal* diante de dois termos que pediriam o deslocamento, Said Ali defende – com base em seu extenso *corpus* literário – que o pronome sucederia o termo deslocante que estivesse mais próximo do verbo, com exceção de situações que envolvam a partícula *não*, que romperia esta lógica. Admitir-se-iam, na língua portuguesa, frases como: “*que não o faz* ou *que o não faz*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 62). A presença de um termo que interrompesse a contiguidade entre o pronome átono e o verbo seria devido a uma razão que Said Ali chama de *psicológica*, isto é, a expressão *não faz*, por expressar o oposto de *faz*, resistiria a separar-se pela inclusão de um pronome, como em *não o faz*.

O mesmo ocorreria em contexto nos quais houvesse pronome complemento diante de nomes, outros pronomes ou numerais compondo o sujeito. Novamente, a anteposição só ocorreria quando se quisesse destacar tal sujeito e não o predicado, que deteria, por excelência, a noção dominante da oração. Este fato linguístico teria lugar quando o sujeito, por exemplo, fosse enunciado pela primeira vez ou desconhecido do interlocutor. Estaria em jogo o *sentir da pessoa que fala* (SAID ALI, 1919[1908]: p. 69) como parâmetro para a *colocação pronominal*.

De acordo com Said Ali, a hipótese fonética se aplicaria também a situações específicas, como nos casos em que há: (i) mudança na ordem da oração – por exemplo, o movimento do objeto para o início da frase em nada alteraria a sistematização proposta, ex. “*muitas vezes a bons princípios seguem-se bons fins; outras vezes, pelo contrario, a maus princípios seguem-se bons fins*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 71); (ii) duplicação do pronome – mesmo quando aparecesse tanto o pronome átono quanto o pronome complemento tônico para indicar uma mesma referência, a partícula átona não sofreria qualquer tipo de influência, ex.: “*o palácio destruiu-o o fogo*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 71); ou (iii) orações que contivessem locuções verbais, ex. “*mandou-lhe trabalhar*” (SAID ALI, 1919[1908]: 72). Em (iii), o pronome átono viria após o verbo auxiliar e antes do verbo principal, dando destaque ao primeiro verbo, que teria acento mais fraco:

“como as duas expressões verbaes se pronunciam ligadamente e o verbo subsidiario tem intensidade mais fraca, ha sempre a tendencia de se unir o pronome ao vocabulo que se profere primeiro.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 72)

A proposta de Said Ali, de cunho essencialmente fonético, concorreu com outras possíveis explicações para a *colocação pronominal* no português. A pesquisa de Gurgel (2008) demonstra que, nos estudos da língua portuguesa, produzidos nos anos finais do século XIX e início do XX, três abordagens principais emergiram para a sistematização desse fenômeno: (i) pedagógica; (ii) histórica; e (iii) fonética. A abordagem ‘pedagógica’ se referiria à formulação de regras, tendo em vista o alunado secundário. Por meio de um discurso ora ‘cauteloso’<sup>153</sup>, ora ‘categórico’<sup>154</sup>, os gramáticos que produziram sistematizações ‘pedagógicas’ teriam indicado a posição pronominal relacionando-a à presença de elementos que circundassem o pronome átono, tais como: advérbios, partículas negativas, gerúndio, verbos no futuro e no condicional, locuções verbais com infinitivo, entre outros. Por sua vez, a abordagem ‘histórica’ corresponderia à inserção de comentários e comparações sobre a colocação pronominal em dados linguísticos de séculos anteriores aos séculos XIX ou XX. A “antiguidade” do uso seria o principal argumento para se estabelecer um ou outro tipo de colocação.

<sup>153</sup> Gurgel diz considerar ‘cauteloso’ o discurso em que o autor aponta para a possibilidade de mais de uma colocação pronominal em determinado contexto (2008: p. 88).

<sup>154</sup> O discurso ‘categórico’ apontaria para a inflexibilidade das regras propostas para a colocação pronominal (2008: p.88).

A terceira e última é, justamente, a que vimos tratando. A explicação para a *colocação pronominal* com base na eufonia pode ser encontrada, segundo Gurgel, também em Barreto<sup>155</sup> (1916), Pacheco e Andrade<sup>156</sup> (1894) e Pereira<sup>157</sup> (1907, 1909, 1916). Com efeito, foi o tratamento fonético dado por Said Ali à questão que ganhou maior autoridade na gramaticografia brasileira (GURGEL, 2008: p. 104), talvez, supomos, por apresentar, por um lado, maior detalhamento explicativo (relativos a contextos fonéticos, intenções estilísticas e coerções psicológicas) e, por outro lado, por basear-se em um extenso *corpus* de textos ‘autorizados’ (porque literários). Por sua vez, a abordagem fonética encontrada nas demais gramáticas elencadas acima se resume a breves citações sobre a atuação de elementos da fonética na organização frasal, sem quaisquer comentários pormenorizados. Poderíamos considerar, portanto, que a descrição de Said Ali é alçada à condição de ‘exemplar’ (cf. KUHN 2007[1962]), no contexto brasileiro, no que tange ao tratamento da *colocação pronominal* em português.

Como já foi possível notar, o gramático lançou mão de uma ‘escolha de retórica’ de ruptura com propostas anteriores, caracterizadas por ele como errôneas e artificiais, baseadas na interpretação equivocada do termo ‘atração’. Poderíamos, inclusive, estender nosso raciocínio e pensar que outra crítica implícita no seu texto seja o desconhecimento – ou então, a falta de análise atenta – dos bons usos, exemplificados pela literatura de língua portuguesa, por parte de gramáticos anteriores que se debruçaram sobre a *colocação pronominal*. Assim, Said Ali usa um grande *corpus* para corroborar suas hipóteses e sempre se remete a esse *corpus* como prova fidedigna da validade do tratamento fonético que propõe. A exploração dessa hipótese fonética dá-se a partir de uma abordagem psicologizante, que colocam as intenções e o estilo do falante entre os fatores relevantes para a compreensão do fenômeno.

Ao contrário do que vimos na **Gramática** de Bello (1853[1847]), Said Ali não nomeia os gramáticos que tomou por base ou com os quais diz romper ao tratar da questão da *colocação pronominal*. Aliás, o único estudioso da linguagem citado nestes dois capítulos é Henry A. Sayce (1843 – 1933). Porém, a citação a Sayce não é sobre a *colocação pronominal*, mas sim acerca do que se entendia como tarefa dos gramáticos, um tema mais amplo:

---

<sup>155</sup> Mário Barreto (1879 – 1931)

<sup>156</sup> Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842 – 1899) e Lameira Andrade (? – ?)

<sup>157</sup> Eduardo Carlos Pereira (1855 - 1923)



“A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a collocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral. Em que pese aos grammaticos, o unico critério para julgar da correcção da linguagem é, como muito bem diz o philologo Sayce: “Custom alone can determine what is right and wrong, not the dictum of grammarians, however eminent.” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 82)

Como primeiro caminho para estudarmos conservações e inovações metalinguísticas de Said Ali com outros autores e obras com os quais teria explicitamente dialogado sobre esta questão, levantamos a hipótese de que ele houvesse estabelecido algum tipo de diálogo, por exemplo, com aqueles que Gurgel (2008) identifica como adeptos das abordagens ‘pedagógica’ e que são anteriores à publicação da segunda edição das **Difficuldades**, já que Said Ali recusa a *atração* que certas categorias gramaticais exerceriam sobre os pronomes. Nesta abordagem ‘pedagógica’, estariam inseridos nomes como **Mário Barreto** (1879 – 1931), **Alfredo Augusto Gomes** (1859 – 1924), **Maximino de Araújo Maciel** (1865 – 1923), **Manuel Pacheco da Silva Júnior** (1842 – 1899), **Lameira Andrade** (? – ?), **Eduardo Carlos Pereira** (1855 – 1923), **João Ribeiro** (1860 – 1934) e **Júlio César Ribeiro Vaughan** (1845 – 1890). Contudo, destes autores, apenas João Ribeiro é citado por Ali neste compêndio (no capítulo “O infinitivo pessoal”). Além disso, é surpreendente notar que a historiógrafa identifica o próprio Said Ali nesta abordagem, com base em um fragmento retirado de sua **Gramática Secundária** (1ª s/d; 2ª ed. 1937). Por ser um trecho pontual e, posterior ao material aqui analisado, não trataremos essa possível ‘contradição’ no presente trabalho<sup>158</sup>.

Considerando pouco frutífero o caminho anterior, decidimos rastrear menções explícitas a estudiosos da linguagem na primeira versão deste texto. Ressaltamos que estes dois capítulos encontrados nas **Difficuldades** (1919) foram, conforme o próprio autor menciona, “*quasi todo escripto de novo*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. V). Não obstante, a primeira referência à ‘lei fonética’ feita por esse gramático pode ser encontrada no artigo “Estudos de Linguística – A colocação dos pronomes pessoais”,

---

<sup>158</sup> Embora acreditemos na relevância deste tipo de estudo. Registramos, pois, a validade e importância de um estudo comparativo entre os diversos trabalhos gramaticais de Said Ali para a historiografia gramatical brasileira.

publicado na **Revista Brasileira** (1895). Este texto foi reeditado, com o mesmo título e sem grandes mudanças, na primeira edição das **Difficuldades** (1908).

O capítulo original, de 1895, tratava – igualmente - da *colocação pronominal* com verbos nos modos infinitivo, gerúndio, indicativo e conjuntivo. Dividido em seis partes, este texto apresenta citações de autores dos quais Said Ali tinha conhecimento e que já haviam tratado da questão pronominal. Dentre estes estudiosos, Said Ali inclui Baptista Caetano Nogueira de Almeida (1826 – 1882), José Jorge Paranhos da Silva (1859 - ?) e João Ribeiro (1860 – 1934) como aqueles que realizaram bons estudos sobre este tema. A citação a Henry Sayce (1843 – 1933) também ocorre, mas na posição de epígrafe, tratando novamente da tarefa do gramático. Por sua vez, indica que o literato José Feliciano de Castilho (? – ?) e o gramático Alfredo Augusto Gomes (1859 – 1924) não teriam feito uma análise correta sobre a *colocação pronominal*. Para uma melhor visualização, reunimos as citações de Said Ali no quadro abaixo:

*Quadro 25: Exposição dos diálogos explícitos de Said Ali (1895;1908;1919)  
no(s) capítulo(s) referente(s) à colocação pronominal*

<b>Diálogo com...</b>	<b>Em Said Ali (1895)</b>	<b>Em Said Ali (1919[1908])</b>
<b>Alfredo Augusto Gomes</b>	“Essa generalização [remetendo-se a Castilho] aparece englobadamente numa regra da <i>Grammatica Portugueza</i> do Dr. Alfredo Gomes. Diz o autor que o pronome pessoal complemento colloca-se antes do verbo <<depois das palavras ou expressões condicionaes, dubitativas e circumstanciais de modo, tempo, quantidade e logar>> É uma regra longa, confusa e errônea. (p. 304 [negritos nossos])	-
<b>Baptista Caetano Nogueira de Almeida</b>	“Antes de entrar na análise do assumpto, cumpre-me declarar que a questão da collocação dos pronomes foi também estudada pelo sempre chorado Baptista Caetano, pelo Dr. Paranhos da Silva, pelo Sr. João Ribeiro e outros, em cujos trabalhos se nota mais largueza de vistas do que nos escriptos dos grammaticos puristas” (p. 302)	-
<b>José Feliciano de Castilho</b>	“Já em 1871 o celebre José Feliciano de Castilho perdeu o seu latim e o seu robusto folego a enumerar-nos os advérbios que, na sua opinião, exigiam semelhante collocação de pronome. Castilho discutia com os defensores de José de Alencar, [ ] <sup>159</sup> infelizmente nas nossas lutas literárias e	-

<sup>159</sup> Trecho ilegível.

	<p>scientificas dá-se às vezes o mesmo que nas lutas civis: em tempo de guerra mentira como terra. “O preceito de Castilho não era a expressão da verdade e não devia ser generalizado, enquanto se não provasse a sua exatidão para os casos particulares a que o polemista alludia. Não é a categoria da palavra que determina esta ou aquella collocação de pronome, mas sim o modo de pronunciar a frase. A prova é que com um mesmo advérbio se encontra ora a próclise, ora a ênclise.” (p. 304)</p>	
<p><b>João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes</b></p>	<p>“Antes de entrar na análise do assumpto, cumpre-me declarar que a questão da collocação dos pronomes foi também estudada pelo sempre chorado Baptista Caetano, pelo Dr. Paranhos da Silva, pelo Sr. João Ribeiro e outros, em cujos trabalhos se nota mais largueza de vistas do que nos escriptos dos grammaticos puristas” (p. 302)</p> <p><b>“O senhor Ribeiro, numa these de concurso apresentada em 1886, observa: &lt;&lt;Muita gente notará talvez como escandaloso o pouco caso em que tenho a conhecidíssima questão do purismo na collocação dos pronomes, na linguagem do Brazil.&gt;&gt; (p. 302 [negritos nossos])</b></p>	-
<p><b>José Jorge Paranhos da Silva</b></p>	<p>“Antes de entrar na análise do assumpto, cumpre-me declarar que a questão da collocação dos pronomes foi também estudada pelo sempre chorado Baptista Caetano, pelo Dr. Paranhos da Silva, pelo Sr. João Ribeiro e outros, em cujos trabalhos se nota mais largueza de vistas do que nos escriptos dos grammaticos puristas” (p. 302)</p> <p><b>“O Dr. Paranhos da Silva entende que não devemos usar, na escripta, de linguagem diferente da que todos falamos no Brazil; &lt;&lt;de accordo com Whitney, diz elle, conformemo-nos com o gênio do nosso idioma, isto é, a <i>resultante das preferências da sociedade brasileira.</i>&gt;&gt;” (p. 302 [itálicos do autor; negritos nossos])</b></p>	-
<p><b>Henry A. Sayce</b></p>	<p>“What is grammatically correct is what is accepted by the great body of those Who speak a language, not what is laid down by the grammarian” (p. 301)</p> <p><b>Em que pese aos grammaticos, o unico critério para julgar da correcção da linguagem é, como muito bem diz o philologo Sayce: “Custom alone can determine what is right and wrong, not the dictum ot grammarians, however eminent.” (p. 314)</b></p>	<p><b>Em que pese aos grammaticos, o unico critério para julgar da correcção da linguagem é, como muito bem diz o philologo Sayce: “Custom alone can determine what is right and wrong, not the dictum ot grammarians, however eminent.” (p. 82)</b></p>

Destes seis fragmentos, apenas quatro incluem o nome ou trechos das obras às quais o gramático brasileiro faz referência: **Grammatica Portugueza**, de Alfredo Gomes; a tese de concurso de João Ribeiro, intitulada **Morfologia e colocação dos pronomes** (1886) – infelizmente, não localizada até este momento; e o trecho pertencente à obra **O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil por um brasileiro** (1879), de Paranhos da Silva. Por não estar circunscrito na problemática pronominal, os fragmentos de Sayce não evidenciam diálogos diretos de Said Ali com este autor na sistematização proposta. Dessa forma, a obra do norte-americano será descartada na presente análise.

Atentemos, inclusive, para o fato de dois destes autores aparecerem no grupo de estudiosos que Gurgel (2008) denominou como ‘pedagógico’, isto é, João Ribeiro e Alfredo Gomes. É interessante observar que, embora a historiógrafa tenha verificado que ambos realizaram análises semelhantes da questão pronominal, Said Ali dialoga de modo distinto com cada um deles. Este fato, supostamente contraditório, reitera a necessidade de examinarmos as escolhas metalinguísticas destes autores com os quais Ali explicitamente dialogou para afirmarmos “se” e “como” este gramático inova ou segue a tradição citada, no que tange à descrição da *colocação pronominal* no português. Este parece, portanto, o caminho mais produtivo para a investigação que vimos propondo ao longo deste trabalho.

#### 4.3.1. A GRAMMATICA PORTUGUEZA (1915[1886]), DE GOMES

A **Grammatica Portugueza**, de Alfredo Gomes, dedica seis páginas para a *colocação pronominal*, cuja primeira regra consistiria em nunca iniciar a oração com pronomes conjuntos ao verbo, nem uni-los a particípios do passado, como nos ‘exemplos’ “**Me** deixe socegado ou **Elle** tinha **dado-me** o livro”<sup>160</sup>. Estas posições são vistas como erros (GOMES, 1915[1886]: p. 301).

Basicamente, o *pronome pessoal objeto* se colocaria após o verbo (no tempo simples) e depois do auxiliar (nos tempos compostos). A *próclise* – anteposição do pronome – ocorreria quando:

---

<sup>160</sup> Ao contrário do negrito aqui empregado, nesta gramática, o destaque ocorre pela não marcação do estilo itálico.

- (i) o sujeito, pronome pessoal ou demonstrativo viesse claro. Ex.: “*eu te obrigo com ternura*” (GOMES, 1915[1886]: p. 303)
- (ii) depois de qualquer advérbio ou expressão negativa. Ex.: “*Nunca se viu cousa igual*” (GOMES, 1915[1886]: p. 303).
- (iii) depois de qualquer palavra ou locução relativa. Ex.: “*A saudade é um mal de que se gosta e um bem que se padece*” (GOMES, 1915[1886]: p. 303).
- (iv) depois de palavras ou locuções condicionais, dubitativas e circunstanciais de modo, tempo, quantidade e lugar. Ex.: “*Aqui lhe começou a cruzar outro vento*” (GOMES, 1915[1886]: p. 304).
- (v) nas orações com verbos no gerúndio regidas pela preposição *em*. Ex.: “*em se recolhendo [...]*” (GOMES, 1915[1886]: p. 304).
- (vi) se a forma verbal é proparoxítona, prefere-se a próclise. Ex.: “*nós lhe dizíamos*” (GOMES, 1915[1886]: p. p. 304).

Por sua vez, a *mesóclise* – interposição do pronome no interior de uma forma verbal – ocorreria quando o verbo estivesse no futuro ou condicional, segundo o “*bom uso*”. No caso de haver co-ocorrência de pronomes indireto e direto, o primeiro deveria vir antes do segundo, como no ‘exemplo’ *disse-lhe’o hontem* (GOMES, 1915[1886]: p. 305).

A explicação de discrepâncias entre as regras de colocação elencadas e os ‘exemplos’ linguísticos retirados da literatura lusitana (isto é, o *corpus* de análise do autor), dever-se-ia ao fato da antiga colocação ser ‘alatinada’:

“que os melhores escriptores e os mais elegantes às vezes alteravam arbitrariamente a posição do pronome objecto directo, indirecto ou particula passivadora, por motivos que nos escapam ou que mal podemos suspeitar decorreram da fôrma alatinada da língua antiga, mais visinha e adstricta á língua-mãe do que hoje (GOMES, 1915[1886]: p. 305)

A sistematização verificada em Gomes poderia, por conseguinte, ser esquematizada do seguinte modo:

Quadro 26: Colocação dos pronomes juntos de verbos em Gomes (1915[1886])

Posposição (Ênclise)	Anteposição (Próclise)	Interposição (Mesóclise)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em início de oração</li> <li>• Colocação corrente com verbos no tempo simples e verbos auxiliares</li> </ul>	Na presença explícita: <ul style="list-style-type: none"> <li>• do sujeito, pronome pessoal ou demonstrativo; de advérbio ou partícula negativa;</li> <li>• depois de palavra ou locução relativa</li> <li>• depois de palavras ou locuções condicionais, dubitativas e circunstanciais de modo, tempo, quantidade e lugar;</li> <li>• em orações com gerúndio regido por <i>em</i>;</li> <li>• de forma verbal proparoxítona.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com verbos no futuro ou condicional.</li> </ul>

#### 4.3.2. A OBRA DE PARANHOS DA SILVA (1879)

O livro de José Jorge Paranhos da Silva, intitulado **O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil por um brasileiro** (1879), foi escrito para os brasileiros formados em Portugal que retornavam ao Brasil falando, segundo o autor, uma língua “diferente”. Esta seria uma decorrência e evidência das idiosincrasias da *fala brasileira*<sup>161</sup> que, por sua vez, deveriam ser conservadas:

“Os Brasileiros que também desejarem para a sua terra uma língua, que *regale*<sup>162</sup> os estrangeiros diferentes de Madame Tasty, devem fazer votos para que continue o bom costume dos Paulistas, que pronúnciam como escrevem; ou mesmo em sua falta, o de pronunciar os monossílabos *mi, ti, si*, que não estão inteiramente de acordo com a ortografia, mas ao menos são

<sup>161</sup> Expressão do autor.

<sup>162</sup> Paranhos da Silva (1879) indica que a *fala brasileira*, em algumas regiões, é acastelhanada devido à presença de espanhóis no território brasileiro, em décadas anteriores.

verdadeiras syllabas, teem uma vogal pouco differente da que se acha escrita [...]” (p. 29 [itálicos do autor] [1ª parte])

Dentre estas idiossincrasias, estaria a *colocação pronominal*, que diferiria nos dois continentes. Abordada brevemente no “Capítulo II: Linguagem de Portugal e do Brasil”, esta questão, como sabemos, gerou censuras, como as de Castilho, ao português falado no Brasil. Enquanto os pronomes *me*, *te* e *se* seriam usados em Portugal após os verbos, os brasileiros, já no século XIX, teriam o costume de colocar tais formas pronominais antes dos verbos, sendo que este último uso seria considerado um erro naquele contexto intelectual.

Paranhos da Silva afirma que estudiosos do português, contemporâneos a ele, apenas admitiriam a possibilidade de *anteposição pronominal* em *proposições incidentes*, isto é, iniciadas pelas partículas *que* ou *se* (1879: p. 21). Este autor, contrariamente, posiciona-a favor da legitimidade da *fala brasileira*. Embora não diga explicitamente, verificamos que a validade desta variedade residiria no fato de a *anteposição pronominal* ser frequente no uso antigo do português lusitano. Em outras palavras, encontrar-se-iam no *corpus* literário “clássico” – formado por Luís de Camões, Padre Antônio Vieira, Manuel Bocage, entre outros - ocorrências da antecendência do pronome em relação ao verbo (1879: p. 22), o que legitimaria o uso preferencial no Brasil.

O livro não apresenta regras para a *colocação pronominal*. No entanto, sugere que esta questão não seja um problema para o falante, pois este recorreria ao *gênio da língua*<sup>163</sup>, isto é, à natureza da língua, capturada pelo instinto linguístico que o nativo possui.

#### 4.3.3. OS VESTÍGIOS DA TESE DE CONCURSO DE RIBEIRO NA GRAMMÁTICA PORTUGUEZA (1889[1887])

Conforme mencionamos anteriormente, não pudemos localizar, até este momento, a tese de concurso de João Ribeiro, intitulada **Morfologia e colocação dos pronomes** (1886). Sabendo que a **Grammatica Portugueza** deste autor foi escrita no

<sup>163</sup> Termo utilizado pelo autor, que citou a obra **A vida da linguagem**, de William D. Whitney. Este texto, que marca o auge da carreira do linguista norte-americano, foi originalmente escrito em inglês, em 1875.

mesmo período, entre os anos 1886 e 1887<sup>164</sup>, acreditamos na possibilidade de esta obra gramatical conter vestígios do tratamento dado à questão na referida tese. Não conseguimos obter a primeira edição da obra, sendo a terceira, de 1889, a edição mais antiga encontrada. A presente análise baseou-se, portanto, nesta última que, segundo os editores, teria sofrido poucas alterações, como por exemplo, a supressão de um apêndice.

Nesta obra, Ribeiro dedica quatro páginas, na lição “XL – Da collocação dos pronomes”, para discutir a posição dos pronomes átonos com relação aos verbos. Neste texto, são listadas onze regras de colocação:

- (i) Em geral, haveria próclise (pronome antes do verbo) quando a oração fosse *negativa* ou *subordinada*. Ex.: “*Se **lh**,<sup>165</sup> dissessem [...]*”. (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277)
- (ii) Não haveria ênclise depois do verbo no particípio do pretérito. Ex.: “***tenho-me aperfeiçoado**, e não **tenho aperfeiçoado-me***” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277)
- (iii) Não haveria ênclise depois dos verbos no tempo futuro simples. Nestes casos, o pronome oblíquo estaria intercalado (sínclise). Ex.: “***dir-lhe-ei***.” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277)
- (iv) Quando a subordinação de uma oração estivesse expressa na oração principal, haveria a anteposição. Ex.: “*Espero que **me** faça o favor.*” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277)
- (v) Haveria anteposição nas frases com gerúndio - chamado pelo autor de *gerundivo* - exceto nas de forma imperfeita (incompleta). Ex.: “*Em **se levantando***” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277)
- (vi) Haveria a anteposição na presença de certas partículas, como *aqui, ahi, ali, d’onde, já, sempre, assim, nunca, não, bem*, etc. Ex.: “*Já **se** disse*”. (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277)
- (vii) Haveria anteposição em orações consideradas idiotismos da língua. Ex.: “*Eu **me** parece*.” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 277).
- (viii) Haveria anteposição em orações optativas, de uso vulgar, quando o sujeito estivesse anteposto ao verbo. Ex.: “*Deus **me** livre*.” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 278).

<sup>164</sup> A publicação ocorreu em setembro de 1887.

<sup>165</sup> O autor marcou o destaque com o estilo itálico.



- (ix) Haveria anteposição do pronome com os adjetivos *todo, nada, ninguém, nenhum cada, qualquer* e com os quantitativos *tanto, quanto, muito, pouco*, quando também antecedessem o verbo. Ex.: “*Ninguém **lhe** falou*” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 278).
- (x) Proposições iniciadas por *que* e variantes (*qual, quem, cujo*, etc.) implicariam a próclise. Ex.: “*Lei, cujo texto **se** compreende*” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 278)
- (xi) Haveria a possibilidade de que complementos de lugar, como *onde* e *d’onde*, pedissem a anteposição. Ex.: “*Onde **se** bebe?*” (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 278)

Ribeiro também alerta, não em forma de regra, que haveria uma tendência de atração do sujeito ou advérbio de negação, quantidade e tempo com o pronome oblíquo (RIBEIRO, 1889[1887]: p. 278). Neste adendo, é interessante observar que o gramático menciona, em nota de rodapé do capítulo, tomar como base ‘exemplos’ da sua própria tese de concurso. A presença desta citação sustenta nossa hipótese de que este capítulo compartilhe a sistematização da *colocação pronominal* exposta na tese não localizada e mencionada por Said Ali. Em síntese, poderíamos reproduzir a sistematização de Ribeiro (1889[1887]) da seguinte forma:

*Quadro 27: Colocação dos pronomes juntos de verbos nos modos infinitivo ou gerúndio em Ribeiro (1889[1887])*

<b>Posposição (Ênclise)</b>	<b>Anteposição (Próclise)</b>	<b>Interposição (Synclise)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em início de oração</li> <li>• Colocação corrente com verbos no tempo simples e verbos auxiliares</li> </ul>	Na presença: <ul style="list-style-type: none"> <li>• de oração negativa ou subordinada ;</li> <li>• de verbo no particípio do pretérito;</li> <li>• de subordinação expressa na oração principal;</li> <li>• de frases com gerúndio, desde que não sejam imperfeitas;</li> <li>• de certas partículas, como <i>aqui, ahi, ali, d’onde, já, sempre, assim, nunca, não, bem</i>, etc.</li> <li>• de idiotismos da língua;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com verbos no tempo futuro simples</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• de orações optativas com sujeito anteposto;</li> <li>• de adjetivos <i>todo, nada, ninguém, nenhum cada, qualquer</i> e de quantitativos <i>tanto, quanto, muito, pouco</i>;</li> <li>• de proposições iniciadas por <i>que</i> e variantes, como <i>qual, quem, cujo</i>, etc.;</li> <li>• de complementos de lugar, como <i>onde</i> e <i>d'onde</i> (possibilidade);</li> <li>• de sujeito ou advérbio de negação, quantidade e tempo com o pronome oblíquo (tendência).</li> </ul>	
--	---	--

#### 4.3.4. SÍNTESE

A análise detalhada, acerca das regras, taxonomia e (sub)categorizações propostas por Gomes (1915[1886]), Paranhos da Silva (1879), Ribeiro (1889[1887]) e Said Ali (1895;1919[1809]) pode ser esquematizada no seguinte quadro:

*Quadro 28: Resumo e contraste dos aspectos correlacionáveis à colocação pronominal nos autores analisados*

	<b>Fatores que influenciariam a colocação pronominal</b>
Gomes (1915[1886])	Não faz distinção entre o PE e o PB. Palavras, locuções ou partículas pertencentes a determinadas classes gramaticais; tempos e modos verbais; extensão do verbo; início de oração.
Paranhos da Silva (1879)	<u>No Português do Brasil:</u> Não há regras rígidas; dependeria do uso, condicionado, por sua vez, pelo “gênio” da língua (diferente nos contextos brasileiro e português).
Ribeiro	Palavras, locuções ou partículas pertencentes a determinadas classes

(1889[1887])	gramaticais; posicionamento inicial de certas partículas na oração; tempos verbais; tipo de oração; início de oração; idiotismos linguísticos. A colocação pronominal brasileira é considerada ‘indevida’.
Said Ali (1895; 1919[1908])	<u>No português de Portugal:</u> Início de frase; fonética; prosódica; estilística (realce); intencionalidade do usuário da língua; determinadas partículas da língua (ex., <i>por, a, em, partículas negativas, advérbios</i> ); sentimento da língua. <u>No português do Brasil:</u> Não há comentários detalhados, mas igualmente influenciariam no PB questões de ordem fonética, prosódica, estilística, de intencionalidade do falante e relacionadas ao sentimento da língua.

Vimos que Said Ali, com base em seus textos de 1895 e 1919[1908], critica a sistematização de Alfredo Gomes acerca da colocação pronominal, tachando-a de “*confusa e errônea*”. Por sua vez, João Ribeiro e Paranhos da Silva são tidos pelo mesmo gramático como ‘bons descritores’ deste fato linguístico. Neste grupo, Said Ali também incluiu Baptista Caetano, que não foi contemplado em nossa análise pela falta de vestígios do texto ao qual o autor das **Difficuldades** fazia referência.

Na análise metalinguística dos textos referidos, verificamos, no entanto, que as sistematizações de Gomes e Ribeiro possuem semelhanças, embora Said Ali dialogue com eles de maneira diferente. Ambos apontam que certas categorias de palavras ou orações teriam o poder de ‘atrair’ o pronome átono, deslocando-o de sua colocação normal. Lembremos que a ‘atração’ que tais categorias exerceriam é a principal ideia combatida por Said Ali. Além disso, Gomes e Ribeiro coincidem em não distinguir o PE e o PB nas reflexões sobre colocação pronominal e nos ‘exemplos’ apresentados ao longo dos capítulos.

Paranhos da Silva, por sua vez, estuda e sistematiza exclusivamente o PB. Não indica regras bem definidas sobre a *colocação pronominal* desta variedade, mas aponta para fatores que influenciariam o deslocamento do pronome átono, como o “uso” e o “gênio da língua”. Alinhando-se a esta pesquisa, e apesar de não utilizar estes termos, Said Ali reconhece estes diferentes “usos” relacionados à *colocação pronominal* do PE e PB. Sem perder de vista os ‘exemplos’ literários da variedade europeia do português,

Said Ali analisa tais “usos” e encontra na fonética, na estilística e na intenção do usuário da língua critérios que explicariam as *colocações pronominais* do PE e do PB.

#### 4.4. O EMPREGO DO *INFINITIVO PESSOAL* EM SAID ALI (1919[1908])

Nas palavras de Said Ali, o português possui uma forma linguística particular, inexistente nas demais línguas românicas<sup>166</sup>, e desvinculada do latim: o *infinitivo pessoal* – em contraposição ao *infinitivo impessoal*, que carece de indicações de número e pessoa.

Segundo o autor, o *infinitivo pessoal* não teria sido bem descrito até o princípio do século XX. Tendo esta percepção, ele propõe, no capítulo intitulado “O infinitivo pessoal”, novas abordagens para esta especificidade da língua portuguesa, dedicando ao tema trinta e seis páginas do compêndio **Difficultades da Língua Portuguesa** (1919[1908]).

Encontrado nos mais antigos textos do português, o *infinitivo pessoal* - isto é, a forma *infinitiva* do verbo acompanhada de uma desinência de pessoa - seria utilizado, de acordo com o gramático, segundo critérios estilísticos. De modo mais detalhado, o emprego de uma desinência pessoal, que “*deixa-nos como que ver os contornos e o desenho da imagem do sujeito*” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 99), seria, em primeiro lugar, um recurso para facilitar a clareza, evitando o sentido ambíguo que o verbo sem flexão poderia suscitar no discurso. Atuaria, dessa maneira, como uma forma de poupar um esforço do interlocutor. Em segundo lugar, para o estudioso, os luso-falantes empregariam o *infinitivo pessoal* quando buscassem enfatizar um determinado sujeito, como no ‘exemplo’ *não te espantes de Baccho nos teus reinos **receberes*** (SAID ALI, 1919[1908]: p. 98 [negritos nossos]).

Assim como vimos ao acompanhar o tratamento dado pelo autor à colocação pronominal, o uso do *infinitivo pessoal* implicaria elementos subjetivos, de intencionalidade. Por este motivo, o descritor brasileiro diz que seu uso não seria totalmente predito por ‘leis gramaticais’. Contudo, poder-se-ia indicar três contextos de ocorrência deste *infinitivo pessoal*, a saber: i) quando o verbo estivesse acompanhado de

---

<sup>166</sup> Maurer Jr. (1968) indica, contrariamente, que o *infinito flexionado* (expressão utilizada pelo autor para referir-se ao que Said Ali denomina *infinitivo pessoal*) está presente no galego e pode ser encontrado esporadicamente em textos do leonês antigo. Como sabemos, apenas o galego é ainda uma língua ‘viva’.

um sujeito ou, pelo menos, se quisesse realçar a particularização deste mesmo sujeito, como no exemplo “*vejo agora que era um insensato, quando imaginava que valia a pena de sacrificares [i. e. tu e não eu] alguma cousa ao teu e ao meu futuro; que valia a pena de não poupares um esforço* (Herc. M. de C. I, 284)” (SAID ALI, 1919[1908]: p. 99); ii) no caso de se querer realçar enfaticamente o agente, como “*devem buscarse, unificar-se, completar-se até irem (emphase), depois da morte, formar ... uma só existencia* (ib.281).” (*ibid*, p. 102-103); iii) quando se pretendesse evitar uma confusão ou ambiguidade, conforme aparece no trecho “*Deviam-no trazer todos vocês nas palmas das mãos, dar mil graças aos céus, e acabarem de crer* (Tart. 11)” (*ibid*, p. 104). Consequentemente, o *infinitivo impessoal* ocorreria com: i) verbos que indicassem ação em geral, sem intenção de vinculá-lo a uma pessoa; ii) expressões compostas e perifrásticas não ambíguas.

O material de análise que resultou nas suas sínteses foi constituído, segundo Said Ali, de crônicas e obras literárias portuguesas, isto é, por dados encontrados em uso, ainda que escrito e, por vezes, literário, da língua. Como comentamos anteriormente, segundo o gramático brasileiro, a realização de sistematizações baseadas em informações empíricas era uma condição imprescindível para o estudioso da linguagem chegar a descrições mais confiáveis.

Conforme já ressaltamos, Said Ali se propõe a abordar o *infinitivo pessoal* em português devido à inadequação, em sua opinião, de propostas de descrição anteriores. A recusa de outras descrições baseia-se, por um lado, no fato de elas não levarem em conta dados observáveis da língua; por outro lado, Said Ali considera outros tratamentos como inexatos, ora por serem muito panorâmicos, ora por parecerem incompletos, ou seja, não abarcarem os fatos linguísticos em sua totalidade.

Diversos estudiosos – brasileiros e estrangeiros<sup>167</sup>, anteriores e posteriores a Said Ali – pesquisaram a origem e o emprego da forma *infinitiva pessoal*, também chamada *infinita pessoal*, *infinita flexionada* ou *infinitiva flexionada*. O uso de uma ou outra terminologia varia entre os autores, designando, no entanto, o mesmo fenômeno linguístico. Sabendo, como vimos, que Said Ali se percebe como um descontinuador

---

<sup>167</sup> Nomes como Friedrich Diez (Alemanha, 1794 – 1876), Vicente García de Diego (Espanha, 1878 – 1978), Carolina Michäelis de Vasconcelos (Alemanha/Portugal, 1851 – 1925), José Leite de Vasconcelos (Portugal, 1858 – 1941), Adolfo Coelho (Portugal, 1847 – 1919), Júlio Ribeiro (Brasil, 1845 – 1890) integram, entre muitos outros, a lista de estudiosos anteriores do *infinitivo pessoal*.

das sistematizações anteriores, pouco ‘legítimas’, com quais autores e obras ele estaria, de fato, dialogando e propondo uma ruptura descritiva? Quais os textos e estudiosos estavam em seu ‘horizonte de retrospectão’ como pano de fundo para essa proposta que ele considera nova?

Tendo em mente este questionamento, realizamos um mapeamento das referências explícitas a estudiosos da linguagem presentes no referido capítulo das **Difficultades**. Neste levantamento, encontramos os seguintes nomes: Antônio **Cândido de Figueiredo** (1847 – 1925), Antônio da **Silva Túlio** (?), Friedrich **Diez** (1794 – 1876), Jerônimo **Soares Barbosa** (1737 – 1816), **João** Batista **Ribeiro** de Andrade Fernandes (1860 – 1934), **Júlio César Ribeiro** Vaughan (1845 – 1890), **Ruy Barbosa** de Oliveira (1849 – 1923), Vernalecken (?), **William Dwight Whitney** (1827 – 1894). Abaixo, apresentamos uma tabela na qual reunimos todos os trechos com citações explícitas observadas no capítulo “O infinitivo pessoal”:

*Quadro 29: Fragmentos do capítulo “O infinitivo pessoal” com menções explícitas a estudiosos da linguagem*

Estudiosos citados	Trechos de citações explícitas a autores pertencentes ao capítulo “O infinitivo pessoal” (1919[1908])
Antônio Cândido de Figueiredo	<p>“A explicação sediça, e sobremodo commoda, deu-a tambem Cândido de Figueiredo, relativamente a certo exemplo de Castilho. Ora, como encontramos neste escriptor ainda um numero soffrivel de iguaes ou, talvez, peiores “tolices” (é a expressão de C. de F.), ficamos sabendo mais esta novidade: que o traductor de Virgilio e Ovidio, além da falta de originalidade, possuia o defeito de suar em bica para acertar seus versos. O Sr. Candido de Figueiredo nao é philologo; escreve por palpite, e não lê autores senão por alto.” (p. 101)</p> <p>“Seja aqui dito de passagem que Candido de Figueiredo, referindo se ao autor do Monasticon, naturalmente sem o estudar exprime-se assim: “E quando fala o Herculano, é perigoso erguer a grimpa”.* No <i>Jornal do Commercio</i> de 12 de fevereiro de 1907.” (p. 103)</p>
Antonio da Silva Túlio	<p>“Apesar disso, sou forçado a chamar a atenção para um equívoco de que foi victima Silva Tullio. Diz este autor que os escriptores usam com o verbo <i>começar</i> indifferentemente o infinitivo com ou sem flexão. Não ha tal. Silva Tullio confunde talvez um exemplo sporadico com a generalidade dos casos.” (p. 95)</p>
Friedrich Diez	<p>“Vem a proposito mencionar um factio muito significativo, observado por Frederico Diez. Houve, como se sabe, um tempo em Portugal, em que os poetas escreviam as suas obras parte em portuguez, e parte em hespanhol, lingua que lhes era bastante familiar. Pois bem: todos elles, exceptuando unicamente Camões, commetteram o erro de empregar o infinitivo flexionado em hespanhol, como se tambem o castelhano conhecesse</p>

	<p>semelhante forma.” (p. 86)</p> <p>“Nenhuma referencia fiz até aqui á doutrina de Fred. Diez. O sabio allemão tem, sobre Soares Barbosa, a grande qualidade de não ser contraditorio e diffuso. Suas proposições são despretenciosas e <i>a posteriori</i>; representam a synthese de observações feitas em um material linguistico consideravel.” (p. 116) “Para o caso do infinitivo pessoal Fred. Diez achou um criterio que estabelece limites ao uso dessa forma. Não é um preceito, como alguns suppõem. Mas esse criterio pecca por demasiado amplo.” (p. 116)</p> <p>“Junto aos causativos <i>fazer, mandar, etc.</i>, o infinitivo em portuguez tambem é desdobravel em oração de verbo finito. Diez parece desconhecer esta singularidade da nossa lingua, e, admittir ou recommendar ahi o infinitivo pessoal, faria commetter o mesmo erro a que nos obriga a formula imaginada por Soares Barbosa.” (p. 117)</p> <p>“A obra de Fred. Diez pertence hoje ao numero dos livros raros. Para o leitor que tiver a curiosidade de conhecer a doutrina e não se achar familiarisado com a lingua alleman, transcrevo da traducção franceza. Depois de assignalada a existencia do infinitivo flexionado, lemos :&lt;&lt;Toutefois cet infinitif ne s’emploie que dans les cas ou il est possible de l’échanger contre un mode fini, ou par conséquent il peut se dégager du rapport de dépendance qui le rattache au verbe principal. Il est indifférent que cet infinitif ait son sujet propre ou non.<sup>168</sup>&gt;&gt; (p. 117)</p> <p>“Ruy Barbosa, passando a esponja na parte essencial da regra primeira (<i>Toutefois cet infinitif etc.</i>), nos faz crer que o criterio de Diez consista em ter ou não sujeito proprio o infinitivo. Não ha tal: é uma reflexão secundaria, subordinada a este pensamento capital, que o critico supprimiu: o infinitivo flexionado, ou pessoal, só se emprega nos casos em que é possível substituí-lo por um modo finito. Era este o criterio do professor de Bonn, e diante de tal doutrina os exemplos errados que seu censor exhibe não valem a que lhe custaram.” (p. 120)</p> <p>“O autor da “Replica” não admite a opinião do philologo allemão. Discordamos tambem nós. Mas d’ahi a attribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a theoria, cousa em que nem um nem outro ja mais pensou, vai uma distancia enorme.” (p. 117-118)</p> <p>“Sabia o fundador da philologia romanica muito bem que existem, nos escriptores da nossa lingua, alguns casos em que, contrariamente á regra, apparece infinitivo accrescentado de flexão.” (p. 118)</p>
<p>Jerônimo Soares Barbosa</p>	<p>“Chamam-lhe doutrina de Soares Barbosa e como dogma parecem aceitar-a; mas admira que, tendo atirado a um canto e entregue ás traças todo o resto da Grammatica Philosophica desse autor, por inconciliavel com as nossas idéas de hoje, julguem uma irreverencia entregar ao mesmo destino as paginas com as regras sobre o infinitivo.” (p. 87-88)</p> <p>“Quando Soares Barbosa estatue que, para se usar o infinito impessoal, é preciso ter elle o <i>mesmo</i> sujeito que o verbo da oração regente, e exemplifica com <i>eu quero fazer, tu quizeste fazer, nós queremos fazer</i>, ha realmente uma cousa que deve assombrar ao philosopho desprevenido de hoje, ao grammatico analysta moderno. Desde quando a frase <i>eu quero fazer</i> comporta dois sujeitos, um para cada verbo. Desde quando ha ahi duas orações, uma regente, outra regida? Este disparatado modo de dizer as cousas e, por outro lado, a contradicção frequente entre as regras de Soares Barbosa e a</p>

<sup>168</sup>Tradução: Entretanto esse infinitivo somente se emprega nos casos em que é possível substituí-lo por um modo finito, ou consequentemente ele pode se desgarrar da relação de dependência que o liga ao verbo principal. É indiferente se esse infinitivo tenha seu sujeito próprio ou não.

lição dos escriptores – contradição que aliás, elle proprio mais de uma vez reconheceu –dão-nos sobejos motivos para desconfiarmos da consistencia da doutrina formulada na velha Grammatica Philosophica.” (p. 88)

“[...]a infallibilidade que alguns sem mais exame pretenderam attribuir ao autor só na parte relativa ao infinitivo, ficará seriamente comprometida se averiguarmos que Soares Barbosa foi não sómente o primeiro a formular as regras, mas tambem o primeiro a violal-as.” (p. 88-89)

“A doutrina de Soares Barbosa ensina a gente a dizer: *não nos deixeis cahirmos* (em vez de *cahir*) *em tentação, faço-te estudares* e outras bellezas do mesmo jaez. Por mais que me esforçasse, não consegui averiguar a legitimidade de semelhante linguagem.” (p. 92)

“A influencia funesta de Jeronymo Soares os faz pensar em sujeito differente, ou não, do de outro verbo, como se ao infinitivo sem a tutela de tal verbo fallecesse o direito de existir; mas não reparam que, cerceando-se pelo infinitivo a lei da concordancia verbal (em numero e pessoa com o nominativo sujeito), a mesma concordancia deixa de ser a lei.” (p. 97)

“Soares Barbosa é incongruente-: não sabe o que faz, nem o que diz. Condemna, por ter infinitivo pessoal a frase camoneana-: *folgarás de veres a policia* Lus. 7, 72).” (p. 109-110)

“Como quer que seja, Soares Barbosa condemna o *folgarás de veres a policia* dos Lusiadas. Não devia. Está muito correcta a frase, mercê da propria regra: Usa-se do pessoal... 2º. Quando a oração do infinito, ou como sujeito e attributo de outro verbo, ou como complemento de alguma preposição se toma em um sentido nao já abstracto mas pessoal.” (Soares Barbosa, Gramm. Phil.)” (p. 109)

“Uza do segundo [infinito pessoal] ou quando o sujeito de ambos os verbos he differente...; ou com as Preposições quando determinão infinito pessoal, como: *Para aprenderes a Grammatica Latina has mister saberes a tua* (Ut latinam Grammaticam discas, tuam novisse opus habes). Se se não determina a pessoa, basta dizer: *Para aprender a Grammatica Latina has mister saber a propria* (Ad Latinam Grammaticam discendam, vernaculam didicisse opus est)-” (Soares Barb. As duas Linguas ou Grammatica Philos. da Lingua Portug. comparada com a latina etc. pag. 116/117).” (p. 111)

“O exemplo camoneano *não te espantes de Baccho nos teus reinos receberes* pareceu tambem errado ao mesmo grammatico. Está duplamente certo segundo a sua theoria: 1.º porque o infinitivo está regido de preposição e determina-se a pessoa; 2.º porque a regra primeira reza assim: “[Usa do pessoal] quando o sujeito do infinito é differente do verbo finito que determina a linguagem infinita: ou pode haver equivocação sobre qual é o de quem se falla, ainda que seja o mesmo. Entao esta linguagem infinita para distincção dos dous sujeitos toma differentes terminações pessoas com as quaes se tira o equivoco”. E mais adiante-: “...Em todo o caso é sempre para tirar qualquer equivocação ou incerteza que possa haver sobre se é ou não o mesmo sujeito de ambos os verbos” (Veja-se Soares Barbosa, Gramm. Phil.). A unica cousa errada no trecho camoneano é a sua copia na Grammatica Philosophica.” (p. 111)

“Nenhuma referencia fiz até aqui á doutrina de Fred. Diez. O sabio allemão tem, sobre Soares Barbosa, a grande qualidade de não ser contraditorio e diffuso. Suas proposições são despretenciosas e *a posteriori*; representam a synthese de observações feitas em um material linguistico consideravel.” (p. 116)

“Junto aos causativos *fazer, mandar, etc.*, o infinitivo em portuguez tambem



	<p>é desdobrável em oração de verbo finito. Diez parece desconhecer esta singularidade da nossa língua, e, admitir ou recomendar ahi o infinitivo pessoal, faria commetter o mesmo erro a que nos obriga a formula imaginada por Soares Barbosa.” (p. 116)</p>
<p>João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes</p>	<p>“Na Replica ao Proj. do Cod. Civ tambem se affirma que o criterio de Jeronymo Soares é ainda o que hoje aceitam bons grammaticos, entre elles João Ribeiro. Mas a verdade é que na mesma obra citada, mesma edição e em face da mesma pagina João Ribeiro nos previne contra tal criterio: “As regras com que J. Soares Barbosa suppunha resolver a questão do infinito são antes considerações -desconexas sem valor theorico nem pratico”.</p>
<p>Júlio Ribeiro</p>	<p>“O autor da “Replica” não admite a opinião do philologo allemão. Discordamos tambem nós. Mas d’ahi a attribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a theoria, cousa em que nem um nem outro ja mais pensou, vai uma distancia enorme.” (p. 117-118)</p>
<p>Rui Barbosa de Oliveira</p>	<p>“Pretende Ruy Barbosa que, no portuguez antigo, a forma nominal flexionada se usava sem discernimento, ainda quando se tratasse de infinitivo proximo de seu auxiliar modal. E’ inexacto. Não ha prova disso, absolutamente nenhuma.” (p. 105)</p> <p>“Na Replica ao Proj. do Cod. Civ tambem se affirma que o criterio de Jeronymo Soares é ainda o que hoje aceitam bons grammaticos, entre elles João Ribeiro. Mas a verdade é que na mesma obra citada, mesma edição e em face da mesma pagina João Ribeiro nos previne contra tal criterio: “As regras com que J. Soares Barbosa suppunha resolver a questão do infinito são antes considerações - desconexas sem valor theorico nem pratico”. Dir-se-á que houve contradição da parte do grammatico. O caso é outro. Das sete regras para o emprego do infinito pessoal o Sr. Ruy Barbosa limitou-se a citar unicamente esta: “Quando tem um sujeito differente do outro verbo... contava de certo o critico que o leitor concluiria pela necessidade de admitir fatalmente a proposição reciproca.” (p. 108)</p> <p>“Paginas antes o autor da Replica esposava esta opinião muito acertada: tomam a nuvem por Juno os que não admittem nos “classicos” um defeito, um erro qualquer.” (p. 109)</p> <p>“O autor da “Replica” não admite a opinião do philologo allemão. Discordamos tambem nós. Mas d’ahi a attribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a theoria, cousa em que nem um nem outro jamais pensou, vai uma distancia enorme.” (p. 118)</p> <p>“E no emtanto dir-se-ia estarmos presenciando um espectáculo desse genero em um dos capitulos da alentada Replica. Sabia o fundador da philologia romanica muito bem que existem, nos escriptores da nossa língua, alguns casos em que, contrariamente á regra, apparece infinitivo accrescentado de flexão. Lá está a observação <i>parfois on l’ajoute arbitrairement</i> para dissipar duvidas. Que faz o autor da Replica? Cita um trecho da grammatica de Fred. Diez, mas pára a meio-caminho e passa em silencio aquella nota final. E para que? Para produzir-nos a impressão de um philologo sem escrupulos, para atirar-se das alturas sobre a victima e arrogar a si a gloria da descoberta dos casos arbitrarios.” (p. 118)</p> <p>“Mas, ou que se esquecesse que, paginas antes, fizera a citação para outro effeito, ou que, tendo em pouco a memoria do leitor, lhe convinha denegrir, com a citação truncada, ainda uma vez o nome de Fred. Diez e de um grammatico brasileiro, o certo é que o autor da Replica escreve isto: “A subsistir, portanto, a doutrina do philologo allemão e do grammatico paulista, ninguem se poderá escandalizar, quando se escrevam proposições deste jaez: <i>Vão correrem. Podem sairem. Busquem fugirem.</i> [...] Grandes</p>

	<p>antecedentes classicos as autorizam.” Entre parentheses: Quaes são os antecedentes classicos que autorisam <i>vão correrem, podem sahirem, queiram entrarem?</i> Onde é que o Sr. Ruy Barbosa viu isso?” (p. 119)</p> <p>“Mas não foi o mesmo autor da Replica que ainda ha pouco citou, embora com pequenas suppressões, isto de Diez? “Si l’infinitif dépend d’auxiliaires de mode, il ne se conjugue pas: <i>pudestes ouvir, sabes dar, queres crer.</i> “O preceito é, a meu ver, verdadeiro; porque o bom senso e o ouvido não tolerariam hoje um <i>pudestes ouvires, um sabes dares, um queres creres...</i>” (p. 119-120)</p> <p>“Ruy Barbosa, passando a esponja na parte essencial da regra primeira (<i>Toutefois cet infinitif etc.</i>), nos faz crer que o criterio de Diez consista em ter ou não sujeito proprio o infinitivo. Não ha tal: é uma reflexão secundaria, subordinada a este pensamento capital, que o critico supprimiu: o infinitivo flexionado, ou pessoal, só se emprega nos casos em que é possível substitui-lo por um modo finito.” (p. 120)</p>
William D. Whitney	<p>“Quando dizemos que o infinitivo ocorre, no discurso, unido a certos verbos sem existencia propria, acodem logo á nossa mente os verbos classificados por grammaticos notaveis (Whitney, Vernalecken e outros) como auxiliares modaes.” (p. 89)</p> <p>“Mas não é só a auxiliares modaes que se liga o infinitivo; elle tambem se emprega com os auxiliares causativos (denominação de accordo com Whitney e outros), que em portuguez são representados pelos verbos <i>fazer, mandar, deixar</i>, sendo o primeiro o auxiliar causativo por excellencia, ao passo que os dois ultimos encerram ainda uma idéa secundaria.” (p. 90)</p>
Vernalecken	<p>“Quando dizemos que o infinitivo ocorre, no discurso, unido a certos verbos sem existencia propria, acodem logo á nossa mente os verbos classificados por grammaticos notaveis (Whitney, Vernalecken e outros) como auxiliares modaes.” (p. 89)</p>

Os trechos reunidos no quadro acima ressaltam críticas ora de natureza ‘retórica’, ora relativas ao tratamento dos fatos linguísticos. Retoricamente, vimos que Said Ali atribui: i) as características de “*não filólogo*”, que “*escreve por palpite*” e que “*não lê bem os autores*” a Cândido de Figueiredo; ii) qualidades como a de “*não ser difuso*”, nem “*contraditório*” e, também, a de utilizar “*material linguístico considerável*” a Diez; iii) expressões críticas, tais como a de ser “*incongruente*”, de “*condenar grandes escritores*” e de “*falta de consistência*” a Soares Barbosa; iv) o termo “*bom gramático*” a João Ribeiro; v) a Júlio Ribeiro o papel de seguidor e continuador das ideias de Diez; vi) a Rui Barbosa as características de citar mal, de forma incompleta e errônea, as proposições de Diez; vii) a Whitney e Vernalecken os rótulos de “*gramáticos notáveis*”.

Observando os fragmentos com informações sobre o tratamento dado ao *infinitivo pessoal/impessoal* do português, vemos que Said Ali: i) acusa Silva Túlio de

admitir o uso de infinitivos com ou sem flexão diante do verbo auxiliar “começar” que, na opinião do autor das **Difficuldades**, apenas admitiria o *infinitivo impessoal*; ii) discorda de Diez e Barbosa com relação à obrigatoriedade de que o *infinitivo pessoal* deva ter um sujeito próprio; iii) recusa tanto a existência de duas orações em frases com verbo auxiliar + verbo principal, como a ideia de que o infinitivo pessoal se refira a um significado pessoal e não abstrato, sendo que ambas as proposições seriam encontradas nas obras de Soares Barbosa.

A partir dos fragmentos levantados e expostos acima, verificamos também que dois autores arrolados não são citados por tratar os possíveis empregos de verbos no *infinitivo pessoal*: Whitney e Vernalecken. Na verdade, ambos os estudiosos são mencionados no capítulo pelas suas contribuições a respeito dos verbos “*auxiliares modais*” e não por possíveis tratamentos dados ao *infinitivo flexionado*.

Dentre os estudiosos que se detiveram, em alguma medida, sobre a existência do *infinitivo pessoal*, quatro deles têm seus textos explicitamente indicados, a saber: (a) Cândido de Figueiredo, no *Jornal do Comércio* - posteriormente publicado na coletânea **O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa** (1903); (b) Friedrich Diez e sua **Grammaire des langues romanes** (1874 – 76 [1836 – 38]); (c) Jerônimo Soares Barbosa e as obras **As duas línguas, ou grammática philosophica da Língua Portuguesa comparada com a Latina. Para ambas se aprenderem ao mesmo tempo** (1807) e **Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem** (1830[1822]); e, finalmente, (d) Rui Barbosa e a **Réplica às defesas da redacção do projecto da Câmara** (1902).

Com relação a Antônio da Silva Túlio, João Ribeiro e Júlio Ribeiro – que são mencionados de forma genérica, sem referências aos textos –, conseguimos deduzir com bastante certeza apenas a que obra do último autor Said Ali se refere. A dedução é possível graças à característica que o autor das **Difficuldades** atribui à ideia de Júlio Ribeiro, considerada um desenvolvimento da sistematização apresentada por Friedrich Diez. Após pesquisar a obra de Ribeiro, encontramos na sua **Grammatica Portugueza** (1881) uma vinculação retórica explícita à esquematização do gramático alemão.

A seguir, apresentamos uma breve síntese do tratamento dado a estas formas *infinitivas* nas cinco obras que conseguimos rastrear a partir das referências feitas por Said Ali.

#### 4.4.1. AS GRAMÁTICAS DE SOARES BARBOSA (1807; 1830[1822])

De acordo com a **As duas línguas, ou grammatica philosophica da Lingua Portugueza comparada com a Latina. Para ambas se aprenderem ao mesmo tempo** (1807) e a **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem** (1830[1822]), de Soares Barbosa, o *infinito pessoal*, considerado “*hum idiotismo, so proprio da Lingua Portugueza*” que “*dão á nossa Lingua sobre as outras a grande vantagem de evitar na expressão muitos equívocos, e faze-la mais breve e corrente*” (SOARES BARBOSA, 1830[1822]: p. 208), ocorreria quando: i) o verbo em infinitivo possuísse um sujeito diferente do verbo finito, por exemplo, “*Julgo **seres** tu vencedor*”<sup>169</sup> (SOARES BARBOSA, 1830[1822]: p. 284); ou ii) quando a oração do infinitivo tomasse um sentido pessoal, e não abstrato, como “*O **louvares-me** tu me causa novidade*”<sup>170</sup> (SOARES BARBOSA, 1830[1822]: p. 284).

Em oposição, o *infinito impessoal* seria empregado quando: i) possuísse o mesmo sujeito do verbo flexionado, como na frase “*Eu quero fazer*”, agregando uma ideia a outro verbo (SOARES BARBOSA 1830[1822]: p. 283); ou ii) exprimisse a coexistência de um atributo sem vincular-lhe a um sujeito, como “*Mentir é faltar à verdade*”.

Conforme pudemos ver nos fragmentos expostos no Quadro 29, é bastante forte a ruptura – no nível retórico – de Said Ali com relação às obras de Soares Barbosa. Em primeiro lugar, nota-se que os argumentos de Said Ali contra as regras propostas pelo gramático português baseiam-se na suposta inexistência, na língua, dos ‘exemplos’ utilizados por Soares Barbosa. Para o brasileiro, a falta de um exemplo típico retirado de situações de uso (em que “*uso*” é entendido por este gramático como o registro da língua em fontes literárias) comprometeria a validade desta regra. Caso o procedimento

<sup>169</sup> Ao contrário do negrito aqui empregado, nesta gramática, o destaque deste fragmento ocorre pela não marcação do estilo itálico.

<sup>170</sup> Neste exemplo, a obra original apresenta o destaque pela marcação do estilo itálico.

empregado não contemplasse informações linguísticas observadas, a análise seria ilegítima.

Alinhada a esta concepção, encontramos, em seguida, uma crítica de Said Ali a Soares Barbosa no que diz respeito à negação, pelo autor português, de validade da frase camoneana “*folgarás de veres a policia portugueza*” (SOARES BARBOSA, 1830[1822]: p. 283). O brasileiro entende que, embora seja estranha aos ouvidos fora de contexto, o fato verificável e observado deve ser analisado como tal, ao invés de rechaçado. Dessa forma, para Said Ali, Camões empregou uma desinência pessoal no verbo *ver* para frisar a ação realizada pelo sujeito.

A ruptura ‘retórica’ acompanha a ruptura descritiva. Quando comparamos as variáveis relacionadas ao uso do *infinitivo pessoal* nas obras de Soares Barbosa e Said Ali, observamos divergências, como podemos verificar o quadro-síntese a seguir, que expõe as regras consideradas pelos autores:

*Quadro 30: O emprego do infinitivo pessoal em Soares Barbosa (1830[1822]) e Said Ali (1919[1908])*

	<b>Regra 1</b>	<b>Regra 2</b>	<b>Regra 3</b>
<b>Soares Barbosa</b> (1830[1822])	Existência de um sujeito da forma infinita, necessariamente diferente do sujeito atribuído ao verbo finito.	Quando se quer atribuir personalidade à oração que detém o infinitivo.	-
<b>Said Ali</b> (1919[1908])	Existência de um sujeito para a forma infinita.	Para realçar alguma informação.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.

Soares Barbosa cita duas regras de uso do *infinitivo pessoal*, ao passo que Said Ali prevê três. Dentre elas, há semelhança entre as regras 1 de Soares Barbosa e Said Ali, que indicam o emprego do *infinitivo pessoal* na presença de sujeito junto à forma infinita. Contudo, Soares Barbosa especifica que, para tanto, é obrigatório que o sujeito da forma infinitiva seja diferente do verbo principal, finito.

Por sua vez, a regra 2 de Soares Barbosa não tem equivalência com as demais regras mencionadas por Said Ali para o uso do *infinitivo pessoal*. Para ele, a atribuição de pessoalidade – em detrimento de uma abstração – pediria o emprego da flexão na forma infinitiva. Apesar de não pertencer às discussões de Said Ali, esta regra de Soares Barbosa considera, de modo implícito, a intenção do locutor/escritor de atribuir a característica de pessoa ao verbo. A intencionalidade subjaz as regras 2 e 3 - a saber, a intenção de realçar certa informação e a de evitar ambiguidades, respectivamente – que indica Said Ali para o uso do *infinitivo pessoal*. No entanto, o gramático brasileiro é bastante explícito ao reivindicar a intencionalidade como fator a se considerar no emprego deste tipo de *infinitivo*, o que não ocorre nas obras gramaticais do estudioso português.

#### 4.4.2. A **GRAMMAIRE** DE FRIEDRICH DIEZ (1874 – 76 [1836 – 38])

Conforme já mencionamos, Said Ali cita a tradução francesa da obra gramatical de Friedrich Diez, a **Grammaire des langues romanes** (1874 – 76), escrita originalmente em alemão<sup>171</sup>. Com isso, quer tornar o texto mais acessível a seus leitores, supostamente desconhecedores desse idioma.

A edição francesa apresenta no terceiro tomo, dedicado à Sintaxe, a alusão de Diez ao *infinitivo pessoal* do português. Bastante breve, o fragmento, que corresponde ao parágrafo três do subitem “Infinitif”, indica a antiguidade do *infinitivo pessoal* na língua. Assim como aparece no trecho citado por Said Ali, Diez propõe que o *infinitivo* ocorreria quando pudesse ser substituído por uma forma finita – no modo subjuntivo, por exemplo. Estaria presente tanto com verbos – isto é, o subordinante e o infinitivo – que tivessem o mesmo sujeito quanto com verbos que possuíssem sujeitos diferentes. Dentre os ‘exemplos’ apresentados para cada caso, encontramos as frases *não has de ganhares tua vida tão torpemente* e *tempo he de partires*, respectivamente (DIEZ, 1876[terceiro tomo]: p. 202). Ressaltamos que estes ‘exemplos’, em alguns casos, têm a sua referência literária explicitada (como a obra **Lusíadas**, de Luís de Camões) e, em outros casos, são expostos sem qualquer informação sobre a origem ou lugar de extração.

---

<sup>171</sup> Intitulada **Grammatik der romanischen Sprache** e publicada entre 1836 e 1838.

A obrigatoriedade do uso do *infinitivo impessoal*, isto é, que não contém a flexão de pessoa, estaria reservada a casos em que o verbo no *infinitivo* dependesse de verbos auxiliares, tais como *poder*, *querer*, *saber*, entre outros. Nestes contextos, a compreensão do sujeito não estaria prejudicada e, por consequência, o *infinitivo pessoal* seria desnecessário. Dessa maneira, apesar de não estar explicitamente dito, Diez vê o emprego do *infinitivo pessoal* relacionado com a clareza do significado da oração. O Quadro 31 contrapõe essas propostas àquelas encontradas em Said Ali (1919[1908]):

*Quadro 31: O emprego do infinitivo pessoal em Diez (1874-76 [1836-38]) e Said Ali (1919[1908])*

	<b>Regra 1</b>	<b>Regra 2</b>	<b>Regra 3</b>
<b>Diez (1874-76 [1836-38])</b>	Quando passível de substituição por uma forma verbal finita.	-	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.
<b>Said Ali (1919[1908])</b>	Na presença de sujeito junto à forma infinita.	Para realçar.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.

Diez cita, portanto, que a utilização do *infinitivo pessoal* estaria reservada: i) aos contextos em que pudesse ser substituído por uma forma finita (subordinada) e; ii) quando houvesse a necessidade de explicitar a pessoa da forma infinita para que se evitassem ambiguidades ou informações obscuras.

Pelo quadro, vemos que, embora Said Ali não tenha comentado especificamente sobre a possibilidade ou não de se transformar o infinitivo pessoal em forma finita, o gramático brasileiro também reconhece, assim como Diez, o emprego do *infinitivo pessoal* como um meio do enunciador dar clareza ao enunciado. Podemos dizer, assim, que há uma continuidade parcial entre os dois gramáticos.

#### 4.4.3. A GRAMMATICA DE JÚLIO RIBEIRO (1881)

Na **Grammatica Portugueza** (1881), de Julio Ribeiro, a reflexão e sistematização do *infinito pessoal* ocorrem no item “1. Infinito” da seção “Fórmias nominaes” do verbo, presente na “Parte segunda” da obra, em que o gramático também

comenta a antiguidade da forma pessoal *infinitiva* e, ao contrário dos autores revisitados ao longo desta pesquisa, que afirmam ser o fenômeno exclusivo do português, cita a existência deste fenômeno linguístico no *dialecto galego* (RIBEIRO, 1881: p. 240). Não obstante e, aparentemente, de forma contraditória, ressaltamos que Ribeiro cita, anteriormente, a possibilidade de flexão pessoal e numérica do *infinito* como uma peculiaridade do português (RIBEIRO, 1881: p. 77).

A pessoalidade do *infinitivo* teria levado, segundo o autor, a que alguns escritores portugueses a transpusessem indevidamente para outras línguas que não possuem esta particularidade, como o espanhol. Na língua portuguesa, o uso do *infinito pessoal* ocorreria quando: (i) a *cláusula* que contivesse o infinito pudesse ser substituída por outra com verbos no indicativo ou subjuntivo; (ii) a forma verbal sucedesse verbos no imperativo; (iii) arbitrariamente, se a forma estivesse em textos antigos. Verificamos, em Ribeiro (1881), que a existência ou ausência de um sujeito próprio não seria um fator influente no uso do *infinito pessoal* ou *impessoal*, como aparece em Soares Barbosa (1830[1822]). Em oposição, o *infinito impessoal* estaria reservado para: (i) a cláusula com o *infinitivo* que não fosse suscetível de substituição, isto é, quando estivesse totalmente dependente da cláusula/verbo principal (isto ocorreria com verbos que exprimissem virtualidades e volições do espírito, como *poder*, *saber*, *querer*, entre outros); (ii) quando a *forma impessoal* não interfere na clareza do sentido da cláusula, como no exemplo “*Napoleão via seus batalhões CAHIR feridos*” (RIBEIRO, 1881: p. 241).

Júlio Ribeiro diz basear-se nas sistematizações de Friedrich Diez e rechaça as propostas de Soares Barbosa que classificariam como erros certas ocorrências do *infinito pessoal* presentes em autores do cânone lusitano:

“As regras cerebrinas que na diferença de sujeitos baseiam Soares Barbosa, Sotero e cem outros, só servem para gerar incerteza no espirito de quem estuda. Segundo taes regras os escriptos de Camões, de Frei Luiz de Souza, de Vieira, de Herculano, estão inçados de erros !!!” (RIBEIRO, 1881: p. 241)

Não obstante, vemos que o gramático brasileiro amplia os fatores vinculados ao uso do *infinitivo pessoal* e parece desenvolver as ideias de Diez, agregando duas outras



possibilidades para o seu uso. Apresentamos a seguir as propostas de Ribeiro contrapostas com as de Said Ali (1919[1908]):

*Quadro 32: O emprego do infinitivo pessoal em Diez (1874-76[1836-38]), Ribeiro (1881) e Said Ali (1919[1908])*

	<b>Regra 1</b>	<b>Regra 2</b>	<b>Regra 3</b>	<b>Regra 4</b>
<b>Diez (1874-76 [1836-38])</b>	Quando passível de substituição por uma forma verbal finita.	-	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.	-
<b>Ribeiro (1881)</b>	Quando passível de substituição por uma forma verbal finita.	Ao suceder verbos no imperativo.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.	Presente, de maneira mais difusa, em textos antigos.
<b>Said Ali (1919[1908])</b>	Na presença de sujeito junto à forma infinita.	Para realçar.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.	-

O quadro 32 traz, em um primeiro momento, o contraste entre os fatores implicados no emprego do *infinitivo pessoal* segundo Diez e Ribeiro. Enquanto o gramático francês prevê o seu uso quando o *infinitivo* puder ser substituído por uma forma finita (Regra 1) ou momentos nos quais se quer evitar ambiguidades (Regra 3), Ribeiro, além de assimilar as regras expostas pelo autor da **Grammaire**, agrega outros dois fatores para o emprego do *infinitivo pessoal*, como a existência de um verbo no imperativo sucedendo-o (Regra 2) e a presença da construção pessoal em textos antigos (Regra 4).

Nenhuma das regras acrescentadas por Ribeiro coincide com aquelas previstas por Said Ali. A questão do realce não é mencionada pelo continuador de Diez e, dessa forma, Said Ali segue parcialmente o autor de sua ‘tradição’, coincidindo com ele apenas ao mencionar que a busca pela clareza da informação influenciaria o uso do *infinitivo pessoal*.

#### 4.4.4. A RÉPLICA DE RUI BARBOSA (1902)

A **Réplica às defesas da redacção do projecto da Câmara** (1902), de Rui Barbosa, não é uma obra gramatical. Em formato de resposta à revisão do projeto do código civil brasileiro, realizada por Ernesto Carneiro Ribeiro (1839 - 1920), este texto apresenta posicionamentos gramaticais de Barbosa, que defende a credibilidade de suas opiniões, vinculando-as a obras tidas, pelo ‘clima de opinião’ do momento, como ‘autoridades’, tais como as gramáticas de Sotero dos Reis, Soares Barbosa, Júlio Ribeiro, entre outros.

Dentre os diversos temas abordados, encontramos o *infinito pessoal*, para o qual se dedicam os parágrafos 44 e 45, totalizando onze páginas de discussão. Nestes parágrafos, após citar várias sistematizações do tema presentes em tratados gramaticais, o autor aponta para a possibilidade de uso do *infinito pessoal* no português quando a oração deste verbo preceder a que contém a forma verbal finita, mesmo no caso de o sujeito ser idêntico em ambas as orações. Isso aconteceria quando, por exemplo, os dois verbos estivessem distantes e fosse difícil a recuperação do sujeito expresso pelo verbo regente.

Como podemos ver, as ocorrências do *infinito pessoal* teriam relação com a necessidade de clareza e com a possibilidade de melhorar o estilo, dando “relevância” às construções: “Começou-se a sentir que a utilidade e beleza do infinitivo pessoal estavam nos serviços, que contribue para a clareza e a graça da construcção vernácula, dando á expressão da idéa maior transparência e relevo.” (BARBOSA, 1902: p. 96). Contudo, Rui Barbosa recomenda o uso moderado do *infinito pessoal*, já que “multiplicado indistinctamente, onde não offerecesse esse proveito, sobrecarregava o estylo, embaraçava a enunciaçãõ do pensamento, desbotava e enfraquecia a linguagem” (BARBOSA, 1902: p. 96).

Segundo Rui Barbosa, encontrar-se-ia ocorrência de *infinitivo com flexão* em que verbos regente e subordinado estivessem um ao lado do outro. Para estes fragmentos, Barbosa indica que o falante deveria ater-se ao *gênio da língua*<sup>172</sup> (BARBOSA, 1902: p. 97).

---

<sup>172</sup> Entendido como o instinto linguístico, ou seja, a preferência dos usuários da língua por certa construção oracional.

Quadro 33: O emprego do infinitivo pessoal em Barbosa (1902) e Said Ali (1919[1908])

	<b>Regra 1</b>	<b>Regra 2</b>	<b>Regra 3</b>
<b>Barbosa (1902)</b>	Quando preceder a forma verbal finita a qual se liga.	Para dar à expressão uma ideia maior de transparência e relevo.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.
<b>Said Ali (1919[1908])</b>	Na presença de sujeito junto à forma infinita.	Para realçar.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.

Para Rui Barbosa, uma questão de ordem sintática, como a anteposição da oração com a forma infinitiva diante da oração principal (Regra 1), contribuiria para o emprego do *infinitivo pessoal*. Esta é a única observação que não apresenta qualquer semelhança com os fatores levantados por Said Ali para sistematizar o mesmo fato linguístico.

Segundo a leitura do quadro 33, vemos que tanto Rui Barbosa como Said Ali observam que a busca por uma clareza de informação é um fator influenciador no uso do *infinitivo pessoal*. O seu uso com a intenção de realçar ou deixar transparente certo dado também é comentado por Barbosa, fator que se assemelha à Regra 2 postulada por Said Ali.

#### 4.4.5. O COMPÊNDIO DE CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (1903)

O capítulo “XII – O infinito pessoal”, que integra o compêndio de artigos intitulado **O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa** (1903) apresenta, segundo as palavras de Cândido de Figueiredo, o texto publicado no *Jornal do Comércio*, citado por Ali.

Este capítulo, que contém seis páginas, condena – inicialmente – a substituição do termo *infinito pessoal* por *aoristo*. De acordo com o autor, a mudança terminológica estava ocorrendo naquele momento e era indevida. O texto não nos oferece mais informações sobre essa alteração ou sobre as razões para condená-la, e, em seguida, passa a tratar do uso do *infinito pessoal*.

Também para Cândido de Figueiredo, o *infinito pessoal* seria uma forma exclusiva da língua portuguesa. Ocorreria em situações nas quais “*embora enunciado o sujeito de uma oração finita, os menos peritos no escrever e no falar personalizam a oração infinita ou aorística, subordinada daquela*” (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1903: p. 71). Em outras palavras, seu emprego ocorreria quando os usuários da língua – menos doutos – quisessem personalizar a forma infinitiva, mesmo que já houvesse sido explicitada anteriormente, isto é, na forma verbal da oração à qual está subordinada.

Fatos linguísticos deste tipo são dados, nas palavras do gramático, por *exemplos errôneos*, ou, de outro modo, em um *português ilegítimo*, tais como “*Entretinham-se em censurarem as vidas alheias*”<sup>173</sup> (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1903: p. 71). Considerando-se que o sujeito já estaria indicado no primeiro verbo, a *forma infinita* deveria ser *impessoal*. A única possível exceção seria “*em casos muito extraordinários, como quando o verbo da oração infinita está a grande distancia da finita, Castilho aceitava que se personalizasse o infinito, para maior clareza da dicção*” (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1903: p. 72). Ainda assim, Cândido de Figueiredo demonstra sua preferência pela não-marcação da pessoa no *infinito*, argumentando que a língua portuguesa não seria fortemente beneficiada com esta personalização.

Com relação às sistematizações propostas anteriormente por outros descritores, Cândido de Figueiredo diz não concordar com Júlio Ribeiro e suas regras de uso do *infinito pessoal*. Para o lusitano, Ribeiro teria interpretado mal as colocações de Friedrich Diez – ou o estudioso alemão cometera algum equívoco. A primeira regra de Ribeiro, que indica o uso do *infinito pessoal* quando passível de substituição por uma forma do modo subjuntivo, não é – de acordo com Figueiredo – observável no *bom português* (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1903: p. 73). A segunda regra, que indica o uso do *infinito* após os verbos imperativos, se aplicaria apenas se os sujeitos de ambos os verbos fossem diferentes, como no ‘exemplo’ dado *É tempo de partires*, estando equivocado em *folgarás de veres a polícia* (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1903: p. 74).

Por esses dados, vemos que o autor português revela, em sua análise, que sua base é uma *língua culta* e o *infinitivo pessoal* não a integraria. Sua sistematização é

---

<sup>173</sup> Ao contrário do negrito aqui empregado, neste compêndio, o destaque do fragmento ocorre pela marcação do estilo itálico.

normativa, pois caso os dados linguísticos não correspondessem à esquematização proposta, revelariam um uso impróprio da língua portuguesa. Exceções caberiam: (i) a obras em verso, que gozariam de maior liberdade devido a necessidades de metrificação; (ii) a textos em prosa, que apresentassem infinitos pessoais antecedendo sintaticamente o verbo da oração regente. A observação (ii) teria sido, segundo Cândido de Figueiredo, prenunciada em Soares Barbosa (1822), embora não a tenhamos encontrado na revisitação à sua **Gramática**. Figueiredo, pejorativamente qualificado por Said Ali como “*não filólogo*”, elencou novas variáveis relacionadas ao uso do *infinitivo pessoal*:

*Quadro 34: O emprego do infinitivo pessoal em Cândido de Figueiredo (1903) e Said Ali (1919[1908])*

	<b>Regra 1</b>	<b>Regra 2</b>	<b>Regra 3</b>
<b>Cândido de Figueiredo (1902)</b>	Quando se quer atribuir personalidade à oração que detém o infinitivo (usuários pouco doutos)	Em textos poéticos ou prosas.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.
<b>Said Ali (1919[1908])</b>	Na presença de um sujeito junto à forma infinita.	Para realçar.	Para evitar ambiguidades ou facilitar a clareza da informação.

Apenas a Regra 3 coincide entre as sistematizações propostas por Cândido de Figueiredo e Said Ali a respeito do emprego do *infinitivo pessoal*. Apesar disso, vemos que ambos os gramáticos encaram este fato de modo distinto: Figueiredo percebe-o sempre como um uso impróprio, ao passo que Said Ali o admite como um recurso legítimo da língua portuguesa.

As regras 1 e 2 de Figueiredo distanciam-se das encontradas em Said Ali, que vê a presença de um sujeito e a intenção de realce como fatores ligados ao uso da forma pessoal. Para o primeiro, no entanto, o uso do *infinitivo pessoal* estaria ligado à intenção do falante “*menos douto*” em personalizar o *infinitivo* ou à presença dessa forma em textos antigos, talvez por um “*erro*”. O *infinitivo pessoal* é, em geral, visto por Figueiredo, segundo uma visão negativa, depreciativa e normativa.

## 4.4.6. SÍNTESE

Ao longo da análise proposta, que reuniu diversas sistematizações acerca do emprego do *infinitivo pessoal*, constatamos dez aspectos vinculáveis a este fato linguístico, sendo que cada autor estudado indica três ou – no máximo – quatro deles. O quadro abaixo sintetiza e esquematiza os aspectos considerados por cada autor:

*Quadro 35: Aspectos envolvidos no uso do infinitivo pessoal presentes nas gramáticas analisadas*

	<b>Soares Barbosa (1830 [1822])</b>	<b>Diez (1874-76 [1836-38])</b>	<b>Ribeiro (1881)</b>	<b>Barbosa (1902)</b>	<b>Cândido de Figueiredo (1903)</b>	<b>Said Ali (1919 [1908])</b>
Passível de substituição por uma forma verbal finita		X	X			
Atribuição de pessoalidade à oração que detém o infinitivo	X				X	
Precedência à forma verbal finita à qual se liga				X		
Sucessão a verbos no imperativo			X			
Presença de um sujeito junto à forma infinita						X
Sujeito da forma infinita, necessariamente diferente do sujeito ligado ao verbo finito	X					
Realçar ou dar relevo à construção				X		X
Evitar ambiguidades/ Facilitar a clareza/ a transparência das construções		X	X	X	X	X
Aceitável apenas em textos poéticos ou					X	

prosas (literárias)						
Presente, de maneira mais difusa, em textos antigos			X			

Podemos dizer que, dentre os dez traços levantados, um se sobressai por ser mencionado em cinco das seis obras analisadas – estamos nos referindo à “clareza” da informação/construção. À exceção de Soares Barbosa (1830[1822]), todos os estudiosos veem o emprego do *infinitivo pessoal* como um recurso da língua para evitar ambiguidades linguísticas.

Além deste traço, outros três também ganham destaque por estarem presentes em mais de uma sistematização do *infinitivo pessoal*: (i) a possibilidade de o infinitivo com flexão ser transformado em uma forma verbal finita (subjuntiva); (ii) a necessidade de atribuir pessoalidade à forma infinitiva; e (iii) a intenção do usuário da língua em querer realçar algum dado. O traço de (i) é encontrado na obra de Diez e na gramática de Ribeiro (1881), considerado seguidor do estudioso francês. O traço (ii) é, por sua vez, visto em obra mal conceituadas ‘retoricamente’ pelo autor das **Difficuldades**. Por fim, o traço (iii) é empregado por Rui Barbosa e Said Ali: embora este utilize uma ‘retórica’ de ruptura, vemos que há pontos de contato entre ele e Rui Barbosa no tratamento dado ao *infinitivo pessoal*.

Seis são os traços mencionados em apenas uma obra analisada, a saber: (a) precedência do *infinitivo pessoal* à forma verbal finita à qual se liga; (b) sucessão do *infinitivo pessoal* a verbos no imperativo; (c) presença de um sujeito junto à forma infinita; (d) existência de um sujeito da forma infinita, necessariamente diferente do sujeito ligado ao verbo finito; (e) uso do infinitivo pessoal apenas em textos poéticos ou prosas (literárias); e (f) presença, de maneira mais difusa, em textos antigos. Vemos que estes seis aspectos operam com dois conceitos: um de natureza sintática, isto é, relacionados à precedência ou sucessão da forma infinita flexionada em relação a outros verbos ou expressões em função de sujeito; outro, de natureza histórico-literária, ou seja, vinculados a textos antigos e literários.

Em sua sistematização do *infinitivo flexionado* em português, Said Ali privilegia três traços, sendo dois deles encontráveis em textos citados por ele no capítulo sob

análise. O primeiro deles, a presença de um sujeito (explícito ou oculto), é o fator que aparece unicamente no tratamento dado por Said Ali. Este traço poderia revelar alguma semelhança com outro fator levantado por Soares Barbosa (referimo-nos ao item do quadro “*Sujeito da forma infinita, necessariamente diferente do sujeito ligado ao verbo finito*”). Porém estes dois gramáticos diferem substancialmente em um aspecto: Soares Barbosa indica o uso da forma pessoal do infinitivo apenas quando seu sujeito for diferente da oração principal, ao passo que Said Ali entende que o uso do *infinitivo pessoal* pode ocorrer indiferentemente da coincidência ou não de sujeitos entre a oração principal e a da forma infinitiva. O segundo traço levantado pelo autor das **Difficultades**, isto é, o emprego do *infinitivo pessoal* quando se quer realçar uma informação, também está presente no texto de Rui Barbosa. O terceiro traço levantado por Said Ali, em que o *infinitivo pessoal* está relacionado à busca de clareza da informação, é compartilhado por muitos, conforme já dissemos anteriormente.

Estas informações evidenciam o caráter ‘parcialmente inovador’ de Said Ali, que privilegia um traço que não é comum às demais obras citadas (a presença de um sujeito). No entanto, o gramático brasileiro, apesar de aplicar posicionamentos ‘retóricos’ de forte ruptura com Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo, alinha-se ao tratamento que estes deram ao *infinitivo pessoal* ao vincular os traços ‘dar relevo’ (presente na sistematização de Rui Barbosa) e ‘clareza de informação’ (encontrado tanto no texto de Rui Barbosa como no de Cândido de Figueiredo) a este fato linguístico do português. Considerando-se que o segundo fator mencionado também é verificado em Diez e Ribeiro, Said Ali mostra-se, também, como ‘parcialmente conservador’ no tratamento dado ao *infinitivo pessoal*.



## CAPÍTULO 5. NUANCES DE CONSERVAÇÃO E INOVAÇÃO NOS DOMÍNIOS RETÓRICO E METALINGUÍSTICO

Andrés Bello e Manuel Said Ali são tomados como gramáticos ‘exemplares’ em duas diferentes tradições sul-americanas. Suas obras gramaticais foram, e têm sido, revisitadas por estudiosos espanhóis e hispano-americanos, no caso do venezuelano, e por compatriotas e portugueses, com relação ao brasileiro.

Como expusemos no Capítulo 3, ambos tiveram uma educação de alto nível, se considerarmos o contexto histórico, cultural e social em que estavam inseridos. Obtiveram conhecimento a respeito das correntes linguísticas europeias que começavam a nortear ou que ainda orientavam os estudos das línguas na época em que se dedicaram à descrição linguística do castelhano e do português.

Nascido e tendo vivido na Venezuela, Andrés Bello pode entrar em contato com estudos de viés latinizante, em centros educacionais de elite naquele contexto. Com o conhecimento que possuía da língua e de obras francesas, e fazendo parte de círculos sociais nos quais se encontravam, por exemplo, Simón Bolívar e Alexander Humboldt, o caraquenho pode estar a par das correntes filosóficas francesas, de base racionalista, que permearam as descrições linguísticas dos séculos XVII e XVIII.

O período em Londres permitiu-lhe aprofundar o que sabia sobre o Iluminismo francês, mas, principalmente, adentrar na filosofia inglesa. O ‘clima de opinião’ em que se inseriu e a amizade que estabeleceu, por exemplo, com Jeremy Bentham, James Mill e Stuart Mill propiciaram-lhe uma aproximação com as bases filosóficas em voga. A filosofia inglesa em evidência na época procurava enfatizar um caráter empirista, isto é, estabelecia a meta de realizar o exame de dados retirados da experiência, que pudessem ser verificados antes de qualquer exercício de generalização ou abstração (cf. VELLEMAN, 1976).

De volta ao continente americano, agora no Chile, Bello pareceu ter encontrado o momento e lugar mais propícios para publicar textos que legariam à posteridade o conhecimento adquirido por ele ao longo da vida. Assim como ocorria em vários países hispano-americanos, o ‘momento’ e ‘lugar’ em que estava o gramático venezuelano eram o de recente independência de um país e de uma universidade recém-criada. Nesta terceira etapa ‘chilena’, em que publica a **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos** (1847), segundo diferentes fontes, ele já havia adquirido amplos conhecimentos relacionados ao ensino e estudo dos âmbitos linguístico, filosófico e político. O bom reconhecimento obtido nas empreitadas

anteriores<sup>174</sup>, realizadas na Venezuela e na Inglaterra, alçaram-lhe a postos de prestígio e de poder, como reitor e elaborador de leis nacionais.

A reconstrução bio-bibliográfica que realizamos de Said Ali apresenta semelhanças gerais com a do gramático venezuelano, embora este gramático esteja inserido em momento histórico e lugar bastante diversos dos de Bello. O estudioso brasileiro pode adquirir e desenvolver seus conhecimentos – principalmente, mas não apenas, linguísticos – em centros de destaque na cidade do Rio de Janeiro, como a editora Laemmert&Cia e o Colégio Pedro II, sendo esta última uma referência educacional no Brasil do século XIX e da primeira metade do XX.

Said Ali teve condições de entrar em contato com as correntes linguísticas europeias de pretensão ‘científica’, que estavam conquistando espaço no Velho Continente ao longo do século XIX e que chegavam ao Brasil, paulatinamente, nas décadas finais do século XIX. Não podemos esquecer que é a obra de Julio Ribeiro, a **Grammatica Portugueza** (1881), publicada na penúltima década oitocentista, a primeira gramática brasileira alinhada a esta vertente ‘científica’, de acordo com os estudos historiográficos consultados e anteriormente citados.

Conhecedor de alemão, também foi enviado ao exterior (neste caso, à Alemanha, um dos principais centros de desenvolvimento de estudos linguísticos no período). A experiência provavelmente possibilitou-lhe aproximar-se mais das propostas linguísticas germânicas. À época da publicação da segunda edição das **Difficuldades da Língua Portugueza** (1919[1908]), Said Ali contava com estas experiências e conhecimentos, atuava como professor em centros educacionais de prestígio no Rio e, além disso, teve a oportunidade de repensar e aprimorar reflexões que, anteriormente, já haviam circulado sob a forma de artigos. As **Difficuldades**, assim, provavelmente incorporam dados de uma primeira repercussão de suas ideias.

A breve síntese que realizamos acima priorizou os resultados obtidos na pesquisa acerca de aspectos ‘externos’ que, em alguma medida, permearam e se fizeram sentir<sup>175</sup> na conformação das duas obras que tomamos para análise. Acompanhando a proposta de Murray (1994), percebemos que a **Gramática de la lengua castellana** e as

---

<sup>174</sup> Referimo-nos aos êxitos que Bello obteve em atividades docentes, literárias, em missões diplomáticas e, principalmente em relação aos artigos que escreveu para periódicos.

<sup>175</sup> Destacamos que não pretendemos indicar uma influência direta ou uma relação de causa e consequência entre os fatores externos levantados e a produção gramatical. Sabemos que não é fácil determinar com exatidão a ligação entre estes aspectos e as obras em foco. Porém, nos parece que a existência de alguma relação não pode ser negada, principalmente após a análise da ‘escolha de retórica’ e ‘metalinguística’ que realizamos.

**Difficultades de Língua Portuguesa** foram produzidas quando seus autores já gozavam de experiência no âmbito dos estudos gramaticais: eram eruditos com outros trabalhos já publicados, ‘maduros’, ‘experientes’, de ‘considerável idade profissional’. Ao mesmo tempo, vimos que, no momento de publicação de cada um dos textos, Bello e Said Ali já haviam conquistado algum tipo de ‘reconhecimento de seus pares’ – ou pares-concorrentes, para usar a expressão de Bourdieu (2004); esse reconhecimento pode ser inferido, por exemplo, a partir dos cargos de destaque que já haviam ocupado e das missões a outros países que haviam realizado. As instituições em que trabalharam e o ‘clima de opinião’ em que estiveram inseridos vincularam-se, de diferentes modos, ao que de mais novo a Europa havia produzido. Estiveram, portanto, em uma posição de ‘elite intelectual’, nos contextos de ainda baixa institucionalização da área de estudos da linguagem na América do Sul.

Enfatizamos que as aproximações que fizemos entre Bello e Said Ali indicaram semelhanças gerais entre eles e a produção gramatical sul-americana de que seus trabalhos são exemplos. Em ambas as obras analisadas, vimos, por exemplo, que os dois gramáticos demonstraram conhecer propostas gramaticais europeias e adaptá-las para a língua em estudo. Além disso, Bello e Said Ali posicionaram-se a favor da legitimidade de variedades do castelhano e do português presentes na América do Sul. Nosso intuito nesta pesquisa, contudo, não foi compará-los, mas sim apresentar algumas faces dos estudos gramaticais latino-americanos que mereceram revisitações, devido a seu sucesso, a sua repercussão<sup>176</sup>. Evidentemente ambos estão em posições específicas e singulares, sendo a ‘condição de elite’, a ‘idade profissional’ e o ‘reconhecimento dos pares’ articuladas de modos específicos em cada um dos casos.

Vimos que há disparidade entre estes dois gramáticos com relação à ‘escolha de retórica’ mapeada, isto é, nos diálogos explícitos que cada um deles estabeleceu com o que aqui denominamos ‘tradição’. Assim como Velleman (1976: p. 1) havia apontado, verificamos que Andrés Bello pouco exibiu ao leitor as fontes que tomou para a elaboração de sua **Gramática** (1853[1847]). Como vimos no Capítulo 3, ao analisar a ‘escolha de retórica’, ao longo de 278 páginas, o gramático venezuelano mencionou apenas 8 estudiosos que se detiveram em analisar ou descrever língua(s). Destas 8 menções, 4 foram assumidas pelo autor como fontes do seu texto gramatical. Por outro

---

<sup>176</sup> Entendemos a ‘repercussão’ de uma obra como a circulação, entre os pares-concorrentes do seu autor, que promoveu reações, tais como comentários e citações posteriores. Estas reações podem ser negativas ou positivas. Está em jogo, aqui, a atenção que esta obra mereceu e não necessariamente a aprovação pela comunidade científica em que ela circulou.

lado, vimos em Said Ali a existência de um grande número de citações a autores de reflexões e descrições linguísticas. A obra **Difficuldades**, que contém 327 páginas, reúne 49 menções a outros estudiosos da linguagem. A recuperação desses dados quantitativos mencionados no Capítulo 3 oferece um indício inicial das diferenças encontradas entre os diálogos com a *tradição* e os modos de estudo empreendidos por Bello e Said Ali ao analisarem as línguas castelhana e portuguesa, respectivamente.

Poderíamos obstar que as notas acrescentadas à quinta edição da **Gramática** de Bello mostraram mais 8 menções, elevando o número de citações a 18. Novamente retomando dados do Capítulo 3, observamos que o caraquenho parece demonstrar sua preocupação em dar credibilidade às ideias que defende em sua gramática, vinculando-as a outros estudos. Dessa forma, ancoradas em argumentos de autoridade, as notas, que compreendem 35 páginas na edição de 1988, totalizam o mesmo número de citações que a obra completa e, ainda assim, continuam revelando uma significativa diferença numérica na correlação com os textos de Said Ali.

Em uma análise qualitativa desses dados, verificamos que Bello dialoga apenas com gramáticos europeus, em sua grande maioria espanhóis. Esses diálogos são, praticamente em sua totalidade, permeados por uma ‘escolha de retórica’ continuísta, ainda que sejam encontradas, pontualmente, como vimos, indicações de divergências. As divergências (teóricas, metodológicas, descritivas) apontadas por Bello aparecem, contudo, modalizadas, de forma que não se possa localizar na **Gramática de la lengua castellana** um discurso forte de ruptura com outro autor ou com outra obra. Vale lembrar, por exemplo, que Bello fez parte de um círculo intelectual formado, entre outros, por Puigblanch e Salvá, dois autores com os quais dialoga e diverge sutilmente em sua gramática.

A ‘escolha de retórica continuísta’ parece indicar que as obras mencionadas em sua **Gramática** realmente contribuíram para as suas descrições. A apresentação de críticas pontuais também parece relevante para a construção do discurso: o caraquenho talvez visse conveniência em vincular-se, ao menos no nível ‘retórico’, a estas obras espanholas que eram tidas como ‘exemplares’ na gramaticografia hispânica, principalmente aquelas elaboradas pela Real Academia Española e por Vicente Salvá. O aumento do número de menções a estudiosos da linguagem europeus, verificado nas notas posteriores à primeira edição, parece corroborar essa hipótese. Bello recorre a estas ‘autoridades’ para dar maior peso e credibilidade a algumas sistematizações – que propõe (e que não haviam sido difundidas na ‘tradição’ gramatical espanhola que cita).

Estamos nos referindo, por exemplo, à ligação entre *artigos* e *pronomes*, mencionada, como vimos, apenas superficialmente pela ‘tradição’ que Bello diz seguir no prólogo à sua **Gramática**, mas citada por Destutt de Tracy.

Por sua vez, no compêndio de Said Ali, vimos quase unanimemente – à exceção das menções a Sanchez de las Brozas – a ‘escolha de retórica de continuidade’ que o gramático brasileiro assume com os autores europeus não portugueses, majoritariamente alemães e franceses. Quanto aos estudiosos luso-brasileiros, a estatística se inverte: predominam os diálogos articulados segundo uma ‘escolha de retórica de ruptura’.

Os posicionamentos retóricos descontinuístas mais fortes foram verificados nos diálogos de Said Ali com Jerônimo Soares Barbosa, Francisco Sánchez de las Brozas e Cândido de Figueiredo. Conforme expusemos anteriormente, Soares Barbosa e Sánchez de las Brozas são gramáticos inseridos numa ‘tradição’ racionalista, que viam a língua como uma representação (imperfeita) das operações básicas do pensamento e analisavam-na recorrendo a “abstrações”, como as que visavam explicitar sujeitos nas chamadas orações sem sujeito, por exemplo. Como vimos, para Said Ali, não era raro que algumas explicações para fatos gramaticais oferecidas por esse paradigma racionalista ou filosófico recaíssem em elipses ou em regras que não poderiam ser inferidas da pura observação de dados relativos a usos “reais” do idioma em foco. Complementarmente, a ‘escolha de retórica continuísta’ assumida pelo brasileiro – com relação a gramáticos histórico-comparatistas e neogramáticos<sup>177</sup> da Europa, que fizeram parte de sua formação intelectual – também ressalta o descontentamento de Said Ali com as práticas racionalistas e a autopercepção que o autor das **Difficuldades** possuía a respeito da necessidade de romper definitivamente com esta corrente de estudos, considerada ultrapassada no Velho Continente, mas ainda vigente, em alguns casos, na gramaticografia brasileira.

Com respeito a Cândido de Figueiredo, o diálogo de ruptura estabelecido por Said Ali incide sobre a má realização do trabalho filológico de Figueiredo e sobre os traços normativos encontrados em sua obra, que, para Said Ali, tampouco eram comprovados quando se examinavam os dados empíricos da língua.

---

<sup>177</sup> Apesar de citarmos conjuntamente, aqui, grupos de estudiosos que se autoperceberam como integrantes de duas correntes de investigação, não estamos negando que eles tenham traçado objetivos diferentes e investigado dados segundo pontos de vistas diversos. O fato é que não cabe na presente discussão detalhar os aspectos divergentes e convergentes entre os histórico-comparatistas e os neogramáticos, inclusive porque estes são questionamentos presentes até hoje nos estudos historiográficos (*cf.*, por exemplo, AMSTERDAMSKA, 1987: p.95). A problemática mereceria, em nossa opinião, uma pesquisa mais dirigida ao tema e mais aprofundada do que as menções aqui feitas.

Os diálogos de Said Ali com estes três autores sintetizam o que podemos observar na análise de todos os diálogos estabelecidos pelo estudioso brasileiro: vinculado a um paradigma alinhado a uma corrente empirista e considerada ‘científico’, para a qual o objeto de investigação deveria ser recolhido e examinado, Ali revela em sua obra a preocupação que tinha em trazer esta orientação para os estudos gramaticais no Brasil. Provavelmente essa orientação, na opinião dele, só se desenvolveria e alcançaria prestígio no campo da gramaticografia do português quando os últimos resquícios de abordagens ‘não-científicas’ caíssem em descrédito.

Sinteticamente, podemos afirmar, assim, que os estudiosos latino-americanos lançaram mão de estratégias discursivas distintas em suas obras, ao dialogar com a ‘tradição’ – o que não é surpreendente, pois esses textos foram publicados em momentos e contextos diversos. Bello constrói uma forma de diálogo de continuidade com obras já consagradas no contexto hispano-americano, talvez preocupado em garantir credibilidade a uma obra produzida no Chile, país que ainda não possuía uma produção gramatical de vulto sobre o castelhano. O diálogo estabelecido por Said Ali revela sua preferência por um estudo ‘científico’ da linguagem no Brasil, em um momento em que um conjunto de obras bem reputadas, e contestadoras, já havia sido produzido no país (*cf.* RIBEIRO 1881; MACIEL 1902[1894]; e outros).

#### A ‘ESCOLHA DE RETÓRICA’ E A PROPOSTA DE MÉTODOS PARA O ESTUDO DAS LÍNGUAS

O levantamento de trechos das obras em que podemos ver ‘escolha de retórica’ nos proporcionou observar como estes diálogos também estavam ligados à forma de conceber o trabalho do gramático e seu objeto de estudo. Esse aspecto parece configurar-se como uma reflexão mais clara para o caso do brasileiro, que, escrevendo ao nascer do século XX, colocou-se contra abordagens segundo as quais a língua deveria ser analisada e sistematizada sem se considerarem dados de uso (literário português, primordialmente), empiricamente verificáveis. As informações depreendidas do exame dos termos ‘externos’ *filologia*, *gramática* e *linguística* justamente apontaram para o que acabamos de afirmar. No caso de Bello, os fragmentos com ‘escolha de retórica’ e o exame que realizamos do termo *gramática* também revelaram que o venezuelano legitimava a inclusão de certas variantes castelhanas em seus estudos, assim como a necessidade de elaborar uma sistematização específica para a língua

hispanica, sem recorrer a modelos de outros idiomas, especialmente o válido para o latim.

### 5.1. INOVAÇÃO E CONSERVAÇÃO NO DOMÍNIO METALINGUÍSTICO

O Capítulo 4, dedicado à análise de quatro temas gramaticais abordados por Andrés Bello e Said Ali – dois de cada obra, a saber: (1) os pronomes e artigos e (2) os tempos e modos verbais na gramática castelhana; (3) a colocação pronominal e (4) o infinitivo flexionado no compêndio sobre o português – traz dados que apontam relativas inovação e conservação metalinguísticas em ambos os autores. Dizemos que estas rupturas ou continuidades são *relativas*, pois vimos explicitando em diversos pontos desta dissertação que estamos considerando como parâmetro a ‘tradição’ explicitamente reconhecida nos textos gramaticais destes estudiosos.

#### 5.1.1. EM BELLO (1853[1847])

Relembramos que Andrés Bello afirma seguir quatro obras espanholas, tomadas por nós como a ‘tradição’ com a qual ele dialoga: a **Gramática de la lengua castellana** (1771), da Real Academia Española (RAE); o **Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana** (1791), de Gregorio Garcés; os **Opúsculos gramático-satíricos del Dr. Antonio Puigbanch contra el Dr. Joaquín Villanueva escritos en defensa propia en los que también se tratan materias de interés común** (1828), de Juan Antonio Puigblanch; e a **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla** (1830), de Vicente Salvá. Cotejamos, assim, os quatro parâmetros metalinguísticos que elegemos – a saber, ‘significante’, ‘significado’, ‘exemplos’ e ‘taxonomia’ (ou ‘rede terminológica’) – relacionados aos tópicos gramaticais analisados de Bello (1853[1847]) com os presentes nos textos tomados por base pelo caraquenho. Reforçamos novamente que o cotejo com a obra de Puigblanch não rendeu muitos dados devido à natureza do texto.

Quanto às categorias *artigo* e *pronome*, constatamos que Bello rompe com a ‘tradição’ ao desconsiderá-las como categorias pertencentes às chamadas ‘classes de palavras’. Apesar das particularidades indicadas pelo gramático venezuelano, as unidades linguísticas (ou, nesta análise, os ‘exemplos’), que comporiam essas duas classes não possuiriam *oficios* próprios. Vicente Salvá já havia indicado a possibilidade de não se considerarem os *pronomes* e *artigos* como partes da oração. Não obstante, e

imediatamente depois, também afirma que elas poderiam integrar essas partes, junto de outras 8 categorias, quando não se optasse por essa « *simplificação descritiva* ».

Ao conceituar e ao classificar os *pronomes*, Bello exclui os chamados *pronomes indeterminado* e *distributivo*, considerando apenas os *pessoais*, *possessivos* e *demonstrativos*. O *pronome relativo*, também citado na **Gramática**, seria uma subclasse dos *demonstrativos* e não uma subcategoria autônoma, como aparece nas obras da RAE, de Garcés e Salvá.

Os *pronomes pessoais*, que assumiriam formas diferentes de acordo com os *casos*, indicariam, segundo a ‘definição’ encontrada (‘significado’), primeira, segunda e terceira pessoas. Contudo, os ‘exemplos’ apresentados por Bello não correspondem a esta afirmação e trazem apenas os dados caracterizados como de primeira ou segunda pessoa, isto é, referentes aos actantes que intervêm e instauram a enunciação.

Na Linguística atual, a sistematização oferecida por Benveniste para a categoria ‘pessoa’, encontrada no capítulo “A natureza dos pronomes” da obra **Problemas de lingüística geral I** 2005[1966], examina a singularidade do pronome *eu* e, conseqüentemente, de *tu/você*, considerando que as instâncias de emprego de *eu* “*não constituem uma classe de referência, uma vez que não há ‘objeto’ definível como eu*” (BENVENISTE, 2005[1966]: p. 278). Cada *eu* e cada *tu/você* faria referência exclusivamente à instância do discurso e, portanto, diferiria das chamadas terceiras pessoas, que poderiam remeter a outras entidades, situações, etc.

Bello, ao contrário da ‘tradição’ a que se reporta, expõe em seus ‘exemplos’ que os *pronomes pessoais* de primeira e segunda pessoa conteriam uma especificidade que os diferenciaria da chamada terceira pessoa. Esta intuição do gramático caraquenho, no entanto, não aparece detalhadamente formalizada, como apareceria em Benveniste um século depois; porém, é indiciada nos ‘exemplos’ oferecidos. Bello não relaciona as pessoas pronominais ao momento de enunciação, como aparece explicitamente em Salvá, mas aponta – ao contrário deste – para uma intuitiva singularidade que permearia estas duas primeiras pessoas e que as distinguiria da terceira.

Quanto à taxionomia, as unidades pronominais caracterizadas por Bello como correspondentes à terceira pessoa – *él*, *ella* e seus plurais – aparecem estritamente ligadas aos *artigos definidos* *el*, *la*, *los*, *las* e aos *pronomes demonstrativos*. Como vimos, os *artigos* constituem – ou poderiam constituir, segundo Salvá - classe autônoma nas três obras tomadas como base por Bello. Pela análise que fizemos no Capítulo 4,



sabemos (i) que Garcés mostra certa dificuldade ao classificar as formas *él, la, los, las* em determinados contextos linguísticos, desenvolvendo, assim, reflexões semelhantes às de Bello sobre pontos de contato entre *pronomes demonstrativos* e *artigos* e que (ii) a propriedade demonstrativa do *artigo*, presente em Bello, foi apontada tanto por Garcés como por Salvá. Com efeito, Bello é o único a excluir definitivamente a terceira pessoa dos ‘exemplos’ de *pronomes pessoais* e a vincular esses dados diretamente aos *artigos* e *pronomes demonstrativos*, sem definir a qual destes *ofícios* pertenceriam.

Rufino José Cuervo, nas “Notas a la **Gramática de la lengua castellana**”, sustenta que a relação fonética e histórica estabelecida por Bello entre *artigo*, *pronome demonstrativo* e *pronome* de terceira pessoa:

“ofrece varias dificultades, provenientes las más de que algunas de las combinaciones en que entran puede clasificarlas nuestro entendimiento en grupos diferentes, de donde resultan vacilaciones que no permiten trazar líneas bien marcadas entre todas sus aplicaciones” (CUERVO *in* BELLO, 1988[1847]: p. 869)

De fato, não fica clara a concepção de Bello sobre esses dados: até que ponto eles teriam natureza e funções semelhantes ou diferentes? Apenas uma nota, acrescida à quinta edição da **Gramática**, parece indicar que Bello vê o *artigo* como um verdadeiro *pronome demonstrativo*. Porém, mais importante, a inter-relação observada entre *eu* e *tu/você* parece ser uma tentativa do gramático de destacar, em sua descrição, a peculiaridade pragmática dos *pronomes* de primeira e segunda pessoa.

Os *pronomes possessivos* e *demonstrativos* seriam indicadores de possessão, distância ou singularidade. Estas indicações, que estariam ligadas a aspectos espaciais, temporais e intelectuais, só ganhariam sentido no nível discursivo, isto é, se se considerassem outras frases ou o contexto em que estas indicações se inserem. Portanto, vemos que, no que diz respeito ao ‘significado’, a análise do *pronome* feita por Bello ultrapassa, também, o domínio estritamente gramatical e requer que se considere o nível do texto ou do discurso.

Apesar destes aspectos inovadores, acreditamos que há importantes continuidades. Uma das evidências é a relativa estabilidade terminológica existente entre a obra de Bello e as que constituem sua ‘tradição’, vista no uso dos mesmos termos *artigo definido*, *pronome*, *pronome pessoal*, *pronome possessivo*, *pronome*

*demonstrativo*. Além disso, apesar das diferenças apontadas, vemos que Salvá já indica a relação entre os *pronomes pessoais* e o momento de enunciação, relação que parece fundamentar a sistematização pronominal de Bello. A **Gramática** da RAE também ressalta o momento de fala como determinante para o uso de um ou outro *demonstrativo*. A conhecida relação histórica entre os *artigos (formas abreviadas, segundo o caraquenho)* e os *pronomes pessoais (formas tônicas)* já havia sido ressaltada, de forma semelhante à feita por Bello, como elemento explicativo das relações entre eles na descrição de Salvá.

Continuidades e rupturas em Bello igualmente se mostram na análise dos *modos* e *tempos* do verbo castelhano. Para o gramático, como vimos no Capítulo 4, esta língua conteria quatro *modos*: o *indicativo*, o *subjuntivo comum*, o *subjuntivo hipotético* e o *optativo*, diferentemente das **Gramáticas** da RAE e de Salvá, que reconhecem os modos *infinitivo*, *indicativo*, *imperativo* e *subjuntivo*.

Vimos que o *infinitivo*, para Bello, seria um nome derivado do verbo e, por isto, não estaria incluído nos *modos* verbais. Por sua vez, o *imperativo*, para ele, corresponderia a formas específicas do *modo optativo*. Apenas um aspecto diferenciaria as formas chamadas de *imperativas* dentro do grupo dos verbos no *modo optativo*: a sua função de direcionar-se a uma segunda pessoa, isto é, ao interlocutor. Em outras palavras, os verbos no *imperativo*, que poderiam fazer referência aos *tempos* que o autor denomina *futuro* e *ante-futuro*, estariam dirigidos à segunda pessoa do singular ou do plural, que deveria cumprir uma ordem ou pedido enunciado pela primeira pessoa, ou seja, aquela que, nas palavras de Benveniste, instaura a enunciação. Esta função de mando ou súplica verificada no verbo em *imperativo* é mencionada por Salvá, que também indica a relação deste *modo* com o *tempo* futuro. Já na **Gramática** da RAE, a questão da temporalidade no modo *imperativo* não é comentada.

Verificamos ainda que os *modos indicativo* e *subjuntivo* estão presentes tanto na sistematização de Bello como naquelas da RAE, Garcés e Salvá. Não obstante, encontramos uma divisão distinta na obra do gramático caraquenho: a de um *subjuntivo comum* e de um *subjuntivo hipotético*, inexistente nos textos tomados por ele como base para a elaboração da **Gramática**. Esta subdivisão, como já indicamos, está ancorada em critérios semânticos, que ultrapassam o nível frasal e consideram o contexto pragmático-discursivo. As ‘definições’ (‘significados’) associadas aos dois *modos* não

são claras; porém, quando analisadas junto aos ‘exemplos’ oferecidos, revelam-se mais compreensíveis. Analisando conjuntamente ‘significados’ e ‘exemplos’, podemos inferir que, ao *subjuntivo comum*, caberiam formas inseridas em enunciados que expressassem opiniões e probabilidades, e que, de um ponto de vista sintático-semântico, estivessem subordinadas a um verbo principal no *indicativo*. Ao *subjuntivo hipotético*, estariam vinculados os verbos que estivessem inseridos em enunciados que expressassem desejos ou hipóteses, também dependentes de um verbo no *indicativo*, situado na proposição principal. Bello adverte que haveria coincidências, no nível formal (isto é, morfo-fonológico), entre verbos no *subjuntivo comum* e *hipotético*, pois o primeiro *modo* teria emprestado formas ao segundo. Contudo, teriam valores distintos. O que está em jogo, assim, são menos as formas morfo-fonológicas do que seus valores pragmático-discursivos.

A atenção para a função pragmático-discursiva, que ultrapassa a coincidência no plano da expressão, exigiu de Bello uma nova organização gramatical do *modo subjuntivo*. A diferenciação de dois *subjuntivos* não aparece na ‘rede terminológica’ e conceitual desenhada na obra da RAE, nem na gramática de Salvá. Para Vicente Salvá, o *subjuntivo* seria definido apenas por critérios sintáticos, ou melhor, pela sua ligação com outro verbo, mediada por um elemento conjuntivo. Esta divergência não ocorre, por sua vez, com o *modo indicativo*, caracterizado igualmente por Salvá e Bello como o *modo* independente de outro.

O *optativo* é outro *modo* verbal que se destaca em Bello. Não encontramos esse ‘significante’ nas quatro obras que ele cita no prólogo. Já o mencionamos quando tratamos do verbo *imperativo*, porém o *modo optativo* abrange ainda mais ‘significados’ e formas a ele associadas. Como vimos, o gramático caraquenho entende o *modo optativo* como a expressão de um desejo, condição, hipótese, permissão ou concessão. Suas formas também seriam compartilhadas com o *subjuntivo comum*. Esta ‘definição’ bastante ampla parece confundir-se, em alguns momentos, com a ‘definição’ dos *subjuntivos comum* e *hipotético*. Somente a complementação por uma análise dos ‘exemplos’ oferecidos, novamente, parece mais esclarecedora para o leitor. Considerando-a, verificamos que o *optativo* estaria relacionado (i) a expressões de desejo (para o *presente* e o *futuro*), (ii) a incertezas do enunciador; (iii) a ordens e pedidos (no caso das formas *optativas imperativas*). Não conteria formas verbais

específicas e, nas gramáticas da RAE e de Salvá, são agrupadas junto às formas do *subjuntivo*.

Ao que parece, Andrés Bello rearranja os *modos verbais* com base majoritariamente, porém não exclusivamente, em critérios semântico-pragmático-discursivos, ao passo que as obras que compõem a ‘tradição’ explicitamente citada na **Gramática** dão maior ênfase a critérios morfológicos e sintáticos. Por sua vez, verificamos novamente uma relativa estabilidade terminológica na nomenclatura relativa aos *modos* e manutenções nas ‘definições’ feitas, como a ligação do *subjuntivo* com verbos principais e a caracterização do *indicativo* como *modo* independente.

Na **Gramática** de Bello, a relação tempo-modo também tem como parâmetro a instauração do *ato da palavra*, que estabeleceria o *tempo presente* como o *tempo* em que o evento descrito no *atributo* é concomitante à enunciação, e designaria o *pretérito* e o *futuro* como tempos anteriores ou posteriores ao mesmo ato da fala. A tríade anterioridade, concomitância e posteridade está presente na classificação dos *modos* na sua correlação com os *tempos*.

Quando afirmamos que o parâmetro de divisão temporal assumido por Bello é o “*ato da palavra*”, referimo-nos à base que deu início à complexa classificação dos *tempos* verbais na **Gramática de la lengua castellana**, isto é, ao estabelecimento de algumas subcategorias-chaves. Outras, em sua maioria, são esquematizadas de acordo com as relações que estabelecem com estas subcategorias principais. Em outras palavras, estamos fazendo referência, por exemplo, ao tempo *co-pretérito*, que é concomitante ao *tempo pretérito* (ou seja, é classificado segundo sua relação com este tempo) que, por sua vez, originou-se da divisão que tem como base o momento do “*ato da palavra*”.

Pela análise dos *tempos* verbais na RAE, em Garcés e em Salvá, a correlação com a categoria *tempo* não está presente na descrição de todos os *modos verbais*. A obra de Bello diferencia-se destas três outras ao relacionar claramente o *presente* com o momento do *ato da palavra*. A relação entre este *tempo* e a enunciação é evidente na ‘definição’ que o venezuelano apresenta. Contudo, vale dizer que Salvá, embora utilize outros termos, também indicia a relação entre o *presente* e a enunciação ao definir este *tempo* como momento em que *estói diciendo* (SALVÁ, 1835[1830]: p. 53).

O matiz aspectual imperfectivo, que acompanha certos *tempos verbais*, também é contemplado na **Gramática** americana. Bello caracteriza-os e nomeia-os, em vários momentos, pelo prefixo *co-* (de forma semelhante à sistematização de Salvá), porém ampliando seu uso e encontrando-o não só no modo *indicativo*, mas, inclusive, no *subjuntivo comum*. Vale mencionar que a imperfectividade de certas formas do passado do indicativo também já haviam sido apontadas na obra da RAE. Neste tratado gramatical do século XVIII, porém, o verbo *imperfectivo*, intitulado *imperfecto*, seria uma subclasse do *pretérito* e não um tempo autônomo do *indicativo*, como aparece nos textos de Salvá e Bello.

Em síntese, a análise dos ‘dados’ linguísticos, dos ‘significantes’, dos ‘significados’ e ‘taxionomia’ referente a *pronome, artigos, modos e tempos verbais* na **Gramática** de Andrés Bello sugere a notável atenção que o gramático dava aos critérios semântico-pragmático-discursivo, embora não dispensasse observações de caráter morfológico e sintático, aspectos mais privilegiados nos textos publicados pela RAE, por Garcés e por Salvá. A relevância dos aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos na gramática de Bello revela-se a base para as mudanças e reorganizações descritivas propostas pelo caraquenho.

### 5.1.2. EM SAID ALI (1919[1908])

Diferentemente de Andrés Bello, vimos que Manuel Said Ali não explicita no prólogo, nem ao longo do seu compêndio, as obras ou textos que lhe serviram de base para a produção dos artigos reunidos nas **Difficultades**. Entretanto, como explicamos no Capítulo 2, encontramos nas referências explícitas a autores/obras presentes nos capítulos examinados uma forma de investigar as ‘inovações’ e ‘rupturas’ – ‘retóricas’ e de descrição efetiva – em relação aos estudiosos com os quais Ali dialoga e que constituiriam o que estamos chamando nesta dissertação de ‘tradição’.

A análise de ‘significantes’, ‘definições’, ‘taxionomia’ e ‘exemplos’ relacionados à *colocação pronominal* na obra de Said Ali revelou uma aparente sistematização ‘inovadora’, segundo a qual esta colocação não poderia ser prevista por regras fixas, nem deveria estar ligada apenas ao tradicional conceito de ‘atração’, ou seja, de poder atrativo que certas categorias gramaticais exerceriam sobre os *pronomes átonos* em função de complemento verbal. A chamada ‘lei de atração’ parecia, de

acordo com o posicionamento retórico de Said Ali, ainda presente nos estudos gramaticais do português. Com efeito, o tipo de explicação pela ‘lei de atração’, de caráter ‘pedagógico’, pode ainda ser verificado em diversos manuais didáticos da atualidade.

Uma análise fonética e psicológica foi, portanto, a alternativa de sistematização da *colocação pronominal* no português proposta por Said Ali. Em vez de estar condicionada a categorias gramaticais e seu poder atrativo, a anteposição ou posposição de *pronomes átonos* estaria relacionada à intenção do falante de realçar foneticamente um vocábulo, de evitar construções ambíguas ou, ainda, de evitar a formação de proparoxítonos. Estes imperativos fônicos e psicológicos teriam, assim, gerado as diferenças de *colocação dos pronomes* nas variedades portuguesa e brasileira do português. Lembramos que Said Ali contempla, ainda que brevemente, o *falar brasileiro*, e que, quando o faz, defende sua legitimidade.

A proposta é bastante abrangente. Teria sido originada e comprovada por meio do exame de dados observáveis (provindos de *corpus* literários de Portugal), procedimento imprescindível para uma análise e sistematização válida, segundo Said Ali. Para o autor, não seria possível postular regras específicas de *colocação*, pois não caberia ao gramático estudar o *nível psicológico* – relacionado a aspectos subjetivos, tais como *intenção* ou *sentimento da linguagem* – com o qual a lei fonética esbarraria. Realçar segmentos, evitar ambiguidades e um padrão acentual esdrúxulo seriam os critérios de regulação geral da *colocação*.

Não obstante sua veemente negação da *lei da atração*, vemos que Said Ali inclui nos seus capítulos algumas considerações sobre a influência que certas partículas exerceriam sobre o *pronome átono*, tais como vocábulos negativos, advérbios de modo e a preposição *em*. Apesar de as categorias gramaticais não serem consideradas parâmetros para a *colocação pronominal*, Said Ali recorre pontualmente a elas quando a proposta fonética não se mostra capaz de explicar todos os dados verificados.

Como vimos, o autor das **Difficultades** atribui a autoria da *lei fonética* para a *colocação* a si mesmo, em um artigo de 1895, que foi base para o capítulo do

compêndio<sup>178</sup>. Dentre as referências a autores e estudos encontrados e explicitamente citados no artigo, constatamos que Said Ali dialoga, segundo uma ‘retórica de continuidade’, com Paranhos da Silva e João Ribeiro, enquanto assume uma ‘retórica de ruptura’ com Alfredo Gomes. Contudo, na análise ‘interna’ que realizamos, verificamos que a sistematização efetivamente realizada por Said Ali não corresponde totalmente aos diálogos que estabelece com a ‘tradição’.

De acordo Gomes e Ribeiro, a posição que o *pronome átono* assumiria estaria condicionada, na maioria dos casos, à existência, na adjacência anterior, de partículas pertencentes a determinadas categorias gramaticais. Entretanto, as regras de *colocação pronominal* prescritas pelos dois estudiosos apresentam semelhanças e diferenças. Ao contrário de Gomes, João Ribeiro, por exemplo, admite a existência dos chamados *idiotismos* ou de *usos vulgares* da língua como fatores que influenciariam na anteposição do pronome. Estes aspectos estão mais vinculados, embora não de modo claro, a uma possível intuição do falante, que Said Ali leva em consideração em suas análises.

A questão da *colocação pronominal* não ganha regras na obra consultada de Paranhos da Silva. A ausência de tais regras parece alinhar-se ao que entendia e propunha em seu texto: a *colocação dos pronomes*, que seria diferente nas falas *brasileira* e a *portuguesa*, seria legítima em ambos os casos. A posição na frase adquirida pelo *pronome* seria correta, desde que respeitasse a natureza da língua capturada pelo instinto linguístico de seus falantes.

Estas discussões sobre a *colocação pronominal* estão, ademais, inseridas em um momento em que se defende (ou se critica) a ideia de existência de uma língua brasileira, legítima, autônoma ou ao menos com especificidades que a diferenciariam do português europeu. Na obra de Paranhos da Silva, há um posicionamento de valorização da variedade americana do português que envolve, evidentemente, formas distintas de *colocação pronominal*. Uma das estratégias argumentativas de defesa da validade desta variedade é justamente vinculá-la a textos e autores literários de grande renome em Portugal. Como vimos no Capítulo 4, Paranhos da Silva associa, assim, a *colocação dos*

---

<sup>178</sup> Conforme explicamos no Capítulo 2, por este motivo e, principalmente, por somente ali encontrarmos referências explícitas feitas por ele a outros estudos sobre a mesma questão, agregamos este texto do século XIX à análise.

*pronomes* no Brasil aos ‘exemplos’ de colocação pronominal verificados em obras de Luís de Camões, por exemplo.

Observamos que Said Ali, no nível ‘metalinguístico’, não estabelece continuidade com a proposta Alfredo Gomes. Apesar de classificar João Ribeiro como um gramático que fez uma boa análise do tema, o autor das **Difficultades** tampouco parece concordar ou seguir suas ideias gramaticais sobre a *colocação pronominal*. Said Ali parece alinhar-se mais ao tratamento dado ao tema por Paranhos da Silva que, assim como ele, vê no *gênio da língua* uma alternativa de explicação para a questão e, inclusive, uma forma de legitimar falares diferentes de brasileiros e portugueses. Neste caso, Said Ali parece desenvolver o que fora pronunciado por Paranhos da Silva, propondo diferentes aspectos correlacionáveis ao *gênio* (estilo, clareza, ênfase etc.) que influenciariam na *colocação pronominal*. Ressaltamos que a proposta de Said Ali aplicar-se-ia, por hipótese, tanto à variedade portuguesa como à brasileira, porém apenas a primeira foi estudada pelo autor e comentada com detalhes.

Vemos, portanto, que a ‘escolha de retórica’ assumida por Said Ali em relação à ‘tradição’ apenas em parte corresponde ao tratamento efetivamente dado por ele à questão da *colocação pronominal*. Além disso, é interessante observar que os diálogos que ele estabelece ocorrem com obras que não são propriamente ‘gramáticas’, mas sim textos que contêm reflexões sobre a estrutura gramatical do português. Esta parece ser uma constante, verificada, também, embora em menor medida, na análise relativa ao *infinitivo flexionado*. O levantamento e a análise dos autores explicitados por Said Ali ao tratar da pessoalidade do *infinitivo* revelou que, das cinco obras identificadas, duas não são gramáticas. Reportamo-nos às de Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo, que são, mais propriamente, textos que contêm reflexões gramaticais sobre determinados fenômenos linguísticos, cujo formato se assemelha àquele encontrado nas **Difficultades**. O brasileiro valoriza este gênero textual, igualando-o às gramáticas como materiais nos quais se encontram estudos da linguagem merecedores de sua atenção.

Ao tratar do *infinitivo pessoal*, Said Ali propõe considerar fatores semelhantes àqueles vistos nos capítulos sobre a *colocação pronominal*, ligados à clareza da informação veiculada e à intenção do falante (de realçar o sujeito da frase subordinada).



A presença de um *sujeito*, outro aspecto correlacionado ao uso do *infinitivo pessoal*, concatenar-se-ia tanto com o objetivo de esclarecer confusões derivadas de ambiguidades, como com o objetivo de realçar o agente. Estes dois aspectos transcendem uma análise frasal, consideram não só o discurso, mas também os elementos psicológicos envolvidos nas interações.

Com respeito ao tratamento dado para o *infinitivo pessoal* em português, a proposta de Said Ali parece dar conta inteiramente dos ‘exemplos’ linguísticos analisados, sem recorrer a regras *ad hoc* para explicar usos pontuais. Como vimos no Capítulo 4, quanto ao tratamento deste tema, Said Ali assume uma ‘retórica de ruptura’ bastante forte com Jerônimo Soares Barbosa, Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo, ao passo que constrói uma ‘retórica de continuidade’ com Friedrich Diez e Júlio Ribeiro. Não obstante, a análise ‘interna’ novamente não se revelou alinhada totalmente a esses posicionamentos ‘retóricos’.

O ‘significante’ *infinitivo pessoal* pareceu bastante estável em todas as obras, possuindo algumas variações (por exemplo, *infinitivo* e *infinito*) de pouco impacto. O ‘significado’ atribuído a esta expressão mostrou-se bastante complexo, envolvendo diversos aspectos. A possibilidade de ser convertido em uma forma verbal finita, a presença em textos literários, a atribuição de pessoalidade à oração são, por exemplo, outros fatores elencados como determinantes para o uso do *infinitivo pessoal* nas obras estudadas.

Said Ali indica três aspectos mais gerais ligados a este fenômeno linguístico. Dentre eles, o uso do *infinitivo pessoal* como instrumento para facilitar a transparência de determinadas construções não é aspecto que se poderia considerar ‘inovador’. Este fator aparece, de alguma maneira, nas sistematizações de Diez, Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo. É interessante observar que, contrariamente, estes dois últimos estudiosos têm suas ideias criticadas, na instância ‘retórica’, por Said Ali.

A normatividade e o rechaço a dados empíricos da língua não são traços observados na sistematização oferecida pelo autor da **Difficultades**. Inclusive, ele se manifesta contra estas práticas, que são elementos centrais nos diálogos de ruptura que estabelece com Rui Barbosa e Cândido de Figueiredo. Não obstante, a existência de um fator comum, que explicaria o uso do *infinitivo pessoal*, entre estes três estudiosos revela algum nível de manutenção de ideias.

Aqui, a ‘inovação’ de Said Ali parece residir na inclusão do aspecto psicológico no tratamento do *infinitivo pessoal* do português, uma alternativa para a impossibilidade de fixar apenas explicações ‘gramaticais’ ao sistematizar o fenômeno em foco.

A necessidade de estudar os fatos empíricos, a atenção dada para o âmbito fonético e a busca de uma interseção entre aspectos ‘psicológicos’ e ‘gramaticais’ fazem parte da metodologia seguida pelos neogramáticos (MATTOSO CÂMARA Jr, 1975) que, em sua maioria, eram alemães. Em busca dos fatores que levariam à mudança linguística, os neogramáticos admitiram, além de *leis fonéticas*, a influência de processos mentais, como os referentes às analogias.

A busca por realçar certa informação na frase ou por evitar ambiguidades seriam questões de ordem psicológica. A capacidade de usar criativamente a linguagem, tomando como base o *sentimento da língua* deveria, de algum modo, ser levada em conta no estudo das línguas. Contudo, como aponta Said Ali as abstrações deveriam ser evitadas. Caberia ao gramático debruçar-se sobre a análise dos dados ‘positivos’, não se aprofundando em questões puramente psicológicas. Podemos dizer que o estudo metalinguístico da *colocação pronominal* e do *infinitivo flexionado* nas **Difficultades** revelou justamente o esforço de Said Ali de desenvolver uma descrição minuciosa das questões ‘gramaticais’, ainda que levando em consideração a existência de questões ‘psicológicas’ envolvidas, sem aprofundar-se demasiadamente nelas.

## 5.2. CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DO PORTUGUÊS E DO CASTELHANO NA AMÉRICA

A análise que realizamos da ‘escolha de retórica’ e da ‘metalinguagem’ de Andrés Bello e Manuel Said Ali evidenciam autores talentosos, que produziram sistematizações relativamente ‘inovadoras’, considerando-se: (i) os quatro tópicos gramaticais que selecionamos para investigação e (ii) os estudiosos e obras explicitamente citados e selecionados por nós, segundo critérios anteriormente comentados.

As inovações percebidas no ‘âmbito interno’ (metalinguagem) às obras nem sempre corresponderam ao que verificamos no ‘âmbito externo’ (‘escolha de retórica’). Os dois autores latino-americanos, que viveram em momentos e lugares distintos, e que

tiveram formações diferentes, mostraram-se estudiosos com fortes indícios de reconhecimento, prestígio, experiência e ‘condição de elite’. Constantemente em contato com os estudos da Europa, Bello e Said Ali, em maior ou menor medida, revelaram-se atualizados em relação às correntes intelectuais que permeavam os estudos linguísticos europeus de seu tempo. Nesse sentido, Bello assume ‘retoricamente’ tomar como fonte teórica algumas obras gramaticais espanholas – embora tenhamos encontrado, também, certos traços característicos das correntes racionalista francesa e empirista inglesa, não mencionadas de modo explícito, em sua **Gramática**. De seu lado, Said Ali não aponta explicitamente suas bases, mas dá soluções para a descrição do português que podem ser associadas àquelas adotadas pelos chamados linguistas histórico-comparatistas e neogramáticos.

Em seus modos particulares de dialogar com a ‘tradição’, Bello diz ser adepto de: (a) sistematizações singulares para cada língua e (b) estudo da língua em uso (apesar de entender uso de modo restrito: apenas a variedade culta). Além disso, o gramático também se releva talentoso e ‘inovador’ ao dar um tratamento por vezes transfrasal aos dados linguísticos, como vimos na análise ‘metalinguística’ acerca dos *pronomes e artigos* e dos *modos e tempos verbais* da língua castelhana.

Said Ali, por sua vez, diz estar de acordo com uma abordagem ‘científica’ da língua, buscando ater-se única e exclusivamente aos dados nela observáveis. Às questões problemáticas, tais como as sistematizações acerca da *colocação pronominal* e do *infinitivo flexionado* na língua portuguesa, o gramático brasileiro propõe critérios que envolvem elementos prosódicos, a ‘intuição’ e ‘intenção’ do falante.

É notável que Bello e Said Ali partiram de conhecimentos presentes em trabalhos anteriores, adaptando-os aos problemas investigados no português e no castelhana. Essas adaptações revelaram a sensibilidade dos dois estudiosos, que: (1) interpretaram e aplicaram com pertinência os conhecimentos a que tiveram acesso; e (2) identificaram a importância do contexto transfrasal, no caso de Bello, e de características fonéticas e também psicológicas, em Said Ali, para explicar fatos linguísticos tradicionalmente tomados apenas em sua dimensão morfosintática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada verificou que Andrés Bello e Said Ali desempenham papel destacado na gramaticografia – do castelhano e do português, respectivamente – por imprimirem em seus textos tratamentos linguísticos pouco desenvolvidos, até então, nos estudos feitos na América do Sul. O conhecimento linguístico, teórico e prático, que possuíam figuram como uma base para propostas descritivistas que se destacam. Constatamos que Andrés Bello alinhou-se ‘retoricamente’ à ‘tradição’ gramatical espanhola, buscando alcançar uma larga aceitação para suas sistematizações. Estas, com efeito, indicaram que o gramático venezuelano analisava a língua castelhana indo além dos parâmetros utilizados pelos autores de sua ‘tradição’. Em outras palavras, Bello considerava, em sua análise, não apenas traços morfossintáticos e semânticos, mas também pragmático-discursivos. O tratamento dado aos *pronomes* e *artigo* e aos *modos e tempos verbais* do castelhano evidenciaram que Bello reconheceu nessas categorias certas relações com a enunciação ou, como ele diz, *acto de la palabra*. Embora não estejam bem definidas, a relação entre *pronome demonstrativo* e *artigo definido*, assim como a nova taxionomia para *tempos* e *modos* dos verbos do castelhano, indicaram que as principais ‘inovações’ que o caraquenho propunha levaram em consideração traços do processo de enunciação.

Said Ali exibiu uma ‘escolha de retórica’ fortemente descontinuista com a gramaticografia portuguesa vinculada à abordagem filosófica. Ao mesmo tempo, assumiu uma postura de ‘continuidade’ com autores europeus – principalmente, alemães —, alinhados à abordagem histórico-comparativa ou à neogramática. O exame acerca da *colocação pronominal* e do *infinitivo flexionado* em português evidenciou que o gramático brasileiro buscou privilegiar os dados empíricos em suas análises, assim como critérios fonéticos para as sistematizações realizadas, aspectos privilegiados nos estudos alemães do século XIX. Estes estudos foram mobilizados para explicar fatos específicos do português e, inclusive, de variedades da língua. Houve, assim, um esforço de desenvolvê-los e adaptá-los à realidade linguística que descrevia. A atenção sobre o *sentimento da língua* não se confunde com qualquer preocupação especulativa, presente em obras gramaticais da ‘tradição’ analisada. Também o ímpeto normativo foi veementemente criticado pelo brasileiro.

Não temos dúvida de que estes autores e obras podem nos oferecer outras valiosas informações que, devido ao escopo e natureza deste trabalho, não puderam ser suficientemente estudadas. A modo de exemplificação, citamos a importância de uma nova pesquisa que pretendesse estender e abarcar mais obras e autores ao ‘horizonte de retrospecto’/‘tradição’ dos dois gramáticos, considerando-se não somente os textos com os quais dialogam explicitamente, mas também aqueles que são mencionados de maneira mais discreta. Outra possibilidade de investigação seria ver se os traços aqui identificados na ‘escolha de retórica’ e na ‘metalinguagem’ empregada na descrição dos tópicos gramaticais analisados se mantiveram nas obras dos dois estudiosos, posteriores à **Gramática de la lengua castellana** e às **Difficuldade da Língua Portuguesa**. Finalmente, ainda consideramos válida a realização de um estudo acadêmico aprofundado a respeito dos reais impactos destas duas obras nos estudos linguísticos atuais. Não resta dúvida de que eles são retomados e revalorizados com certa frequência. Caberia, entretanto, observar como se dão as formas de diálogo atuais (retóricos e descritivos) com esses textos ‘exemplares’.

## REFERÊNCIAS

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la lengua española**. Real Academia Español, Colección Nebrija y Bello. Madrid: Espasa Calpe, 2009[1999].

ALCALA-ZAMORA Y TORRES, N. Prólogo de esta edición. BELLO, Andrés e CUERVO, Rufino. **Gramática de la Lengua Castellana**, Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina S.A., 1960.

ALCINA, J.; BLECUA, J. M. Introducción histórica y teórica. **Gramática española**. Barcelona: Editorial Ariel, 1982.

ALONSO, A. Prólogo. BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002.

ALONSO, M. C. Multidimensionalidade, complexidade e dinamismo em historiografia linguística e em sua definição do conceito *tradição*. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012, p. 71-86.

ALTMAN, C. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968 – 1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998 (1ª edição Munique: Lincom Europa, 1995).

\_\_\_\_\_. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil. **Revista argentina de historiografía lingüística**. I, 2, 2009, p. 115-136.

\_\_\_\_\_. A descrição das línguas ‘exóticas’ e a tarefa de escrever a história da Linguística. **Revista da ABRALIN**. V. eletrônico, n. especial, 1ª parte, 2011, p. 209 – 230.

ALTMAN, C.; COELHO, O. (coord). **Documenta, gramaticae et historiae**: projeto de documetação linguística e historiográfica (séculos XVI – XIX). São Paulo: CEDOCH-DL-USP, 2006 – atual ([www.fflch.usp.br/dl/documenta](http://www.fflch.usp.br/dl/documenta)).

ALTMAN, C.; ZWARTJES, O. (eds.) **Missionary Linguistics II/ Lingüística Misionera II**. Orthography and Phonology. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2005.

AMSTERDANSKA, O. **Schools of thought**: the development of linguistics from Bopp to Saussure. Dordrecht/Boston/Lancaster/Tokyo: D. Reidel Publishing Company, 1987.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Grammaire Générale et Raisonnée**. Quatrième edition. Paris: Libraire Durand neveu, 1780[1660].

ARNOUX, E. N. de. **Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile 1842 – 1862). Estudio glotopolítico.** 1ª ed. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009[1992].

BAGNO, M. **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola, 2001.

BAQUERO, G. Andrés Bello. **Cuadernos Hispanoamericanos.** Nº 464. Madrid, feb. 1989, p. 136 – 139.

BARBOSA, R. **Réplica às defesas da redacção do projecto da Câmara.** S.l.p: scp, 1902.

BARRETO, M. **Factos da língua portuguesa.** Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1916.

BARROS, L. G. **Tradição e inovação na teoria verbal da gramática de Andrés Bello.** 1998. 249f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Riode Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BARROS, L. G. Lengua y nación en la **Gramática** de Bello. **Anuario brasileño de estudios hispánicos.** 10, 2000, p. 47 – 56.

BECHARA, E. M. **Said Ali e sua contribuição para a filologia brasileira.** Tese de concurso para uma cátedra de Língua e Literatura do instituto de Educação do Estado da Guanabara. 46 p. Rio de Janeiro: 1962.

BELLO, A. **Principios de la ortología y métrica de la lengua castellana.** Santiago de Chile, Imprenta de La Opinión, 1835.

\_\_\_\_\_. **Gramática de la lengua latina.** Santiago de Chile, Imprenta de La Opinión, 1838.

\_\_\_\_\_. **Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana.** Valparaíso, Imprenta de M. Rivadeneyra, 1841.

\_\_\_\_\_. **Analisis ideologica de los tiempos de la conjugacion castellana.** Caracas: Plan Cultural Caracas, 1972 [Reproducción Facsimilar de la Edición Príncipe, Valparaíso: Imprenta de M. Rivadeneyra, 1841].

\_\_\_\_\_. **Discurso de inauguración de D. Andrés Bello.** Santiago de Chile, Imprenta del Estado, 1842 [sic: 1843].

\_\_\_\_\_. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos.** Madrid: Imprenta de la biblioteca económica de educación y enseñanza, 1853[1847].

\_\_\_\_\_. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos.** Madrid: Arco Libros, 1988[1847].

\_\_\_\_\_. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos.** Prólogo de Amado Alonso. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002[1847].

\_\_\_\_\_. **Código Civil de la República de Chile.** Santiago de Chile, Imprenta Nacional, 1856.

\_\_\_\_\_. **Filosofía del entendimiento.** Introducción de José Gaos. México, Fondo de Cultura Económica, 1948 [1ª ed. Tomo I de **Obras completas de don Andrés Bello**, Santiago de Chile, Imp. de Pedro G. Ramírez, 1881].

\_\_\_\_\_. **Compendio de la gramática castellana de D. Andrés Bello: hecho para la enseñanza del ramo en los colegios del estado por Rafael Ecaña.** 2ª ed. corregida y aumentada. Santiago: Imprenta de la Librería Americana [s.n.], 1884.

\_\_\_\_\_. **Compendio de la gramática castellana de D. Andrés Bello: escrito para uso de las escuelas de la América española.** Nueva York : D. Appleton y Cia, 1886. (Versão eletrônica disponível pela BNE)

\_\_\_\_\_. **Obra literaria.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

\_\_\_\_\_. **Obras completas.** 3ª ed. Caracas: La Casa de Bello, 1995.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I.** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes editores, 2005[1966].

BOCAZ, L. **Andrés Bello: una biografía cultural.** Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2000.

BOLÉO, M. de P. **Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa.** Lisboa, 1946. (Separata dos n.ºs. 34 e 35 da Revista de Portugal).

BORGES, P. de S. **Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes e métodos de estudos no Brasil (séc. XIX-XXI).** Projeto de mestrado apresentado ao Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.



BOURDIEU, P. O campo científico. ORTIZ, Renato (org.), **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

CALDERA, R. **Andrés Bello**. 4ª edição. Caracas: Biblioteca Popular Venezolana/Instituto Nacional de Cultura y Bellas Artes, 1965[1935].

CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, A. **O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1903.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Rã-txa hunikui: a língua dos caxinauás do rio Ibuauçu afluente do Muru**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

CARRETER, F. L. El problema del artículo en español: una lanza por Bello. **Homenaje a la memoria de don Antonio Rodríguez-Moñino 1910-1970**. Valencia: Cristalia, s/d, p. 347 – 371.

CARVALHO E SILVA, M. Fontes para o estudo e obra de Manuel Said Ali Ida. **Confluência**. Nº 5. Rio de Janeiro: 1993, p. 48 – 59.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Alfa**, 45, São Paulo, 2001, p. 49-69.

CHAVES DE MELO, G. **A Língua do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1975[1946].

CHRISTINO, B. P. **A rede de capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-ãi em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929**. 232 p. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

COELHO, O. F. **Serafim da Silva Neto (1917 – 1960) e a Filologia Brasileira: Um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem**. 185 páginas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX**. 215 páginas. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Nuances do etnocentrismo em interpretações do problema da língua brasileira. **Historiografia da Linguística Brasileira – Boletim VII**. São Paulo: CEDOCH, 2004.

CONSTANT, B. **De l'esprit de conquête et de l'usurpation dans ses rapports avec la civilisation européenne**. Paris: Pluriel, 1980 (1815).

DANNA, S. M. D. G. **Tradição e ruptura na emergência do conceito de “artigo”**: de Nebrija às gramáticas de línguas brasileiras (séculos XVI-XX). Iniciação científica. CEDOCH-DL-USP/FAPESP (proc. No. 09/51067-2). 2009-2010. Orientadora: Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho.

DIEZ, F. **Grammaire des langues romanes**. Paris: A. Frank, 1874-76.

DIMITRIU, I.G. In Memoriam – Manuel Said Ali (21 octobre 1861 – 27 mai 1953). **Orbis**. Louvain, tomo 8, n. 2, 1959, p. 578 – 582.

ELIA, S. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1961[1940].

ELIA, S. **Ensaio de filologia e linguística**. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL, 1975.

ESPARZA TORRES, M.; NIEDEREHE, H.J. **Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES)**: desde el año 1801 hasta el año 1860. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2012.

FÁVERO, M. L. de A. **A Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FÁVERO, L. L. **As concepções linguísticas no século XVIII**: a gramática portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

FIORIN, L. L. A linguagem em uso. FIORIN, L.L.(org.). **Introdução à Linguística**: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 166 – 174.

GARCÉS, G. **Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana expuesto en el propio y uso vario de sus partículas**. Madrid: Imprenta de la viuda de Ibarra, 1791.

GOMES, A. **Grammatica Portugueza** [correta e aumentada] 16<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Livraria Francisco Alves/Livraria Aillaud e Bertrand, 1915.

GÓMEZ-ASENCIO, J. J. De “gramática para americanos” a “gramática de todos”. El caso de Bello (1847). **Revista argentina de historiografía lingüística**. I, 1, 2009, p. 1-18.

GONÇALVES, M. F. “Treinta años de historiografía lingüística del portugués”. **Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Linguística** editadas por Milka Villayandre Llamazares, León, Universidad de León, 2006 p. 732-753. Depto

de Filología Hispánica y Clásica. Disponível em: <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Goncalves.pdf>. Acesso em 20/11/2012.

GRIFFITH, B. C; MILLER, A.J. Networks of informal communication among scientifically productive scientists. NELSON, C.; POLLOCK, D. (Ed.). **Communication among scientists and engineers**. Lexington, MA: Heath, 1970.

GRIFFITH, B. C.; MULLINS, N. C. Invisible colleges: small, coherent groups may be the same throughout science. **Science** 177, 1972.

GURGEL, S. **O período dos estudos lingüísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 139 páginas, mais anexos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

HACKEROTT, M. M. S. **A passagem da minerva para a gramática geral na história da gramática portuguesa : uma mudança de conceitos gramaticais?**. 243 p. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. As lições de Said Ali (1861-1953): Uma abordagem historiográfica, de Maria Mercedes Saraiva Hackerott. **História entrelaçada 3**: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Palma (orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. Said Ali e a acentuação: primórdios da Linguística no Brasil. **Estudos de Linguística Galega 3**, 2011, p. 51-64.

HASSLER, G. Textos de referencia y conceptos en las teorías lingüísticas de los siglos XVII y XVIII. ESPARZA, M.A. *et al* (eds.). **Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 2012, p. 559 – 585.

HYMES, D. Introduction: Tradition and paradigms. **Studies in the History of Linguistics** ed. by Dell Hymes, 1-38. Bloomington & London: Indiana University Press, 1974.

\_\_\_\_\_. Traditions and Paradigms. **Essays in the history of linguistic anthropology**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983.

JAKSIC, I. **Andrés Bello: la pasión por el orden**. Venezuela: Universidad Católica Andrés Bello/Bid&co.editor, 2007.

KANY, C. El voseo. **Sintaxis Hispanoamericana**. Madrid: Editorial Gredos, 1969, p. 77 – 121.

KEMMLER, R.; ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.. “Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Soares Barbosa [1737-1816]”. **Revista Eletrônica de Estudos sobre a Linguagem**. Ano 3, número 2, 2º semestre de 2009, p. 202-223. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/11514/6794> . Acesso em: 31/12/2012.

KEMMLER, R. Para a história da ortografia simplificada. SILVA, M. (org.). **Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 53 – 94.

KLINKENBERG, J-M. Prefácio. MOSCA, L. do L. Salvador (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 2 edição. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 17-54.

KOERNER, K. Toward a Historiography of Linguistics 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> century paradigms. **Toward a Historiography of Linguistics**. Selected Essays. KOERNER, K. (ed.). Amsterdam: John Benjamins, 1978, 21 – 54.

\_\_\_\_\_. Models in Linguistic Historiography. **Practicing linguistic historiography: selected essays**. KOERNER, K. (ed.). Amsterdam: John Benjamins, 1989, p. 47 – 59.

\_\_\_\_\_. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da Anpoll**, nº2, 1996a.

\_\_\_\_\_. O problema da metalinguagem em Historiografia Linguística. **DELTA** 12, 1, 1996b, p. 95-124.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Editora Perspectiva: São Paulo, 2007 [1962].

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory Life**. Beverly Hills: Sage, 1979.

\_\_\_\_\_. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997[1979].

LAW, V. **The history of linguistics in Europe from Plato to 1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LLITERAS, M. La gramática de Bello y sus fuentes hispánicas. SCHMITT, Christian; CARTAGENA, Nelson (eds.): **La Gramática de Andrés Bello (1847-1997)**. Bonn: Romanistischer Verlag, 2000, p. 82 – 102.

LOPE BLANCH, J. M. Bello y el concepto de oración. **Estudios de historia lingüística hispánica**. Madrid: Arco/Libros, 1990.

LOPES, E. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. **Alfa**, v. 30/31, 1986/1987.

LÓPEZ MORALES, H. La actuación de las academias en la historia del idioma. CANO, Rafael (coord.) **Historia de la lengua española**. 2ª edición actualizada. Barcelona: Editorial Ariel, 2008[2004].

LUJÁN, M. Minimalist Bello: Basic Categories in Bello's Grammar. GUTIERREZ-REXACH, J.; MARTÍNEZ-GIL, F. (eds.). **Advances in Hispanic Linguistics**. Somerville, MA: Cascadilla Press, 1999.

MACEDO SOARES, A. J. de. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1889 [1875/1888].

MACIEL, M. **Grammatica descritiva baseada nas doutrinas modernas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1902[1894].

MARTÍNEZ, M.<sup>a</sup> A. A. **El pronombre I**. Madrid: Arco/Libros, 1989.

MATTOSO CÂMARA Jr, J. Said Ali e a língua portuguesa. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. seleção e introdução de C. E.F. Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972, p.185-189.

\_\_\_\_\_. **História da Linguística**. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

MAURER Jr. T. H. **O Infinito Flexionado Português** (estudo histórico-descritivo). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

MEDINA, M. O. Revista Repertorio Americano: algunos alcances sobre su trayectoria 1919-1958. **Revista Izquierdas**. Año 1, número 1, s/d.

MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. Tradução de Miguel Mallet. São Paulo: Mestre Jou, 1970 [1938].

MILANI, S. **Humboldt, Whitney e Saussure: romantismo e cientificismo-simbolismo na história da linguística**. 173 páginas. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. E. Historiografia dos estudos de William D. Whitney: a lei do menor esforço. **Linha D'Água**, n. 20, 2007, p. 37 – 47.

**Miscelanea de estudos em honra de Manuel Said Ali**. Rio de Janeiro: s/n, 1938.

MONEGAL, E. R. **El otro Andrés Bello**. Monte Ávila Editores, C.A; Editorial Arte: Caracas, 1969.

MULLINS, N. C. **Theory and theory groups in american sociology**. New York: Harper&Row, 1973.

MURRAY, S. O. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

NASCENTES, A. **Estudos filológicos** (1ª série). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

NEBRIJA, E. A. **Gramática Castellana**. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1992[1492].

NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consultor, 1996[1995].

PACHECO DA SILVA JÚNIOR, M.; ANDRADE, L. **Grammatica da Lingua Portuguesa para o uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Livraria Clássica de Alves, 1894.

PARANHOS DA SILVA, J. J. **O Idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil por um brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de Lourenço Winter, 1879.

PARREIRA, A. D. **Contribución a la historia de la gramática brasileña del siglo XIX**. 477 p. Tese de doutorado. Salamanca: Facultad de Filología, Universidad de Salamanca, 2011.

PERCIVAL, K. The applicability of Kuhn' Paradigms to the History of Linguistics. **Language**, v. 52, n. 2, Jun.,1976, p. 285-294.

PEREIRA, E. C. **Grammatica Expositiva**. São Paulo: Weisflog Irmãos & Co., 1907.

\_\_\_\_\_. **Grammatica Expositiva**. 2ª Ed. São Paulo: Duprat & Comp. H., 1909.

\_\_\_\_\_. **Grammatica Historica**. São Paulo: Nacional, 1933[1916].

PINTO, E. P. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1, 1820/1920, fontes para a teoria e a história**. São Paulo: EDUSP, 1978.

POLACHINI, B. S. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras no século XIX: estudo historiográfico**. 219 páginas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

PRICE, D., BEAVER, D. Collaboration in an invisible college. **American Psychologist** 21, 1966.

PUIGBLANCH, J. A. **Opusculos gramatico-satiricos del Dr. D. Antonio Puigblanch contra el Dr. D. Joaquin Villanueva, escritos en defensa propia, en los que también se tratan materias de interes comun.** Londres: Imprenta de Vicente Torras, 1832[1823].

RAMOS, J. El don de la lengua. **Revista de la Casa de las Américas** – oct. dic. N° 193. Año XXIV. La Habana, 1998, p. 13-25.

RAE - REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Gramática de la Lengua Castellana compuesta por la Real Academia Española.** Madrid: D. Joachin de Ibarra, 1771. Disponível em cervantesvirtual.com e em archive.org. Acesso em: 28/08/2013.

REY-DEBOVE, J. Données élémentaires sur le métalangage. **Le Métalangage.** Collection L'ordre des mots. Paris: Le Robert, 1978.

REYNOLDS, L. T.; REYNOLDS, J. M. **The sociology of sociology.** New York: McKay, 1970.

RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza:** 3º anno. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. , 1889[1887].

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza.** São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, J. **Páginas de estética.** Lisboa: Livraria Clássica: 1905.

RIBEIRO, J. **A Língua Nacional.** Rio de Janeiro: Nacional, 1933.

ROHAN, H. P. C. de B. **Dicionário de vocábulos brasileiros.** Salvador: Livraria Progresso, 1956[1889].

RODRIGUES, J. H. (org.) **Correspondência de Capistrano de Abreu.** Volumes I e II. Rio de Janeiro: 1954.

RODRIGUES, J. H. (org.) **Correspondência de Capistrano de Abreu.** Volume I. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RODRIGUES, J. H. (org.) **Correspondência de Capistrano de Abreu.** Volume III. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SAID ALI, M. **Nova grammatica alleman.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1894.

\_\_\_\_\_. Estudos de Linguística – verbos sem sujeito segundo publicações recentes. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, tomo 1, p. 1-46 e p.108-115, jan-mar, 1895.

\_\_\_\_\_. Estudos de Linguística – a collocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, tomo 1, p. 301 – 314, jan-mar, 1895.

\_\_\_\_\_. Estudos de Linguística – a accentuação segundo publicações recentes. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, tomo 2, p. 165 – 175, abr-jun, 1895.

\_\_\_\_\_. **O ensino secundário na Europa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

\_\_\_\_\_. Os exames de madureza na Alemanha. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, tomo 6, p. 85-94, abril-jun, 1896.]

\_\_\_\_\_. **Compendio de Geographia Elementar**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.

\_\_\_\_\_. **Vocabulário ortographico precedido das regras concernentes as principaes difficuldades ortographicas da nossa língua**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.

\_\_\_\_\_. **Difficuldades da língua portugueza: estudos e observações**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.

\_\_\_\_\_. **O purismo e o progresso da língua portugueza**. Biblioteca Nacional, 1914.

\_\_\_\_\_. **Difficuldades da Língua Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919[1908; 2ª edição - revista pelo autor].

\_\_\_\_\_. **Lexeologia do portuguez historico**. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

\_\_\_\_\_. **Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

\_\_\_\_\_. **Grammatica elementar da língua portugueza**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

\_\_\_\_\_. **Grammatica secundaria da língua portugueza**. São Paulo: Melhoramentos, s/d (1923?).

\_\_\_\_\_. **Meios de expressão e alteração semanticas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. **Gramática histórica da língua portugueza**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

\_\_\_\_\_. **Versificação Portuguesa**. Ed. Comentada e prefaciada por Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: INL, 1948.



\_\_\_\_\_. **Acentuação e versificação latinas: observações e estudos.** Rio de Janeiro: Simões, 1956.

\_\_\_\_\_. **Investigações filológicas.** Edição comentada e prefaciada por Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Grifo/Instituto Nacional do Livro, 1975.

SALVÁ, V. **Gramática de la lengua castellana segun ahora se habla.** 2ª edición. París: Librería de los SS. Don Vicente Salvá e hijo/Valencia: Libreria de los Mallen y Berard, 1835[1830].

\_\_\_\_\_. **Gramática de la lengua española según ahora se habla.** Paris: Librería de Garnier Hermanos/México: Librería de D. José María Andrade, 1852[1830].

SOARES BARBOSA, J. **As duas línguas, ou grammática philosophica da Lingua Portugueza comparada com a Latina. Para ambas se aprenderem ao mesmo tempo.** Coimbra: Real Impressão da Universidade de Coimbra, 1807.

SOARES BARBOSA, J. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem.** 2ª edição. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1830 [1822].

SWIGGERS, P. The History-writing of Linguistics: A Methodological Note. **General Linguistics** 21, v.1, 1981, p.11-16.

\_\_\_\_\_. L'historiographie des sciences du langage: intérêts et programmes. **International Congress of Linguistics**, 14, 1987 (August 10 – August 15), Berlin/GDR, Proceedings, Berlin: Akademie-Verlag, 1991, p. 2713-2716.

\_\_\_\_\_. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. **Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL.** La Laguna (Tenerife), 22-25 octubre de 2003, ed. Corrales Zumbado, C.; Dorta Luis, J. Et Al. Madrid: Arco Libros, 2005 [2004], p. 113-145.

\_\_\_\_\_. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de historiografía lingüística**, I, 2009, 67-76.

\_\_\_\_\_. Le métalangage de la linguistique : réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 2-29, 2010a.

\_\_\_\_\_. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. Tradução de Cristina Altman. **Eutomia**, Recife, ano III, v. 2, 2010b, p. 1-17. Disponível em: [www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque\\_historia\\_e\\_historiografia\\_da\\_linguistica.pdf](http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque_historia_e_historiografia_da_linguistica.pdf). Acesso em 3 de abril de 2013.

TRUJILLO, R. Aspectos Generales. BELLO, Andrés. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Madrid: Arco libros, 1988, p.7 – 145.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora [et al.].2. ed. rev. ampl. São Paulo : Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.

VELLEMAN, B. L. El influjo del empirismo inglés en el pensamiento gramatical de Bello. **Thesaurus**. Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Bogotá, tomo 31, n. 1, enero-abril, 1976, p. 1-13.

VIANA, A. R. G. **Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas**. Lisboa: Livraria Ed., 1904.

WHITNEY, W. **A vida da linguagem**. São Paulo: Vozes, 2010[1880].

ZWARTJES, O., ALTMAN, C. & FARFAN, A. **Critérios Gerais dos projetos**: Revitalizing older linguistic documentation/ LETERLING (Lexicón de términos lingüísticos). Universidade de Amsterdam, Center of Language and Communication, coord. Otto Zwartjes, 2006-em andamento, and Documenta Grammaticae et Historiae, CEDOCH/ DL-USP, coord. Cristina Altman e Olga Coelho, 2006-em andamento. 2006. Manuscrito.